

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO**

**MARIM DOS CAETÉ: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA
DO SÍTIO DO CAMPO, PAULISTA - PE (SÉCULOS XVII E XVIII).**

Fábio Mafra Borges

**Recife
2005**

FÁBIO MAFRA BORGES

**MARIM DOS CAETÉ: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA
DO SÍTIO DO CAMPO, PAULISTA - PE (SÉCULOS XVII E XVIII).**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Arqueologia e
Conservação de Patrimônio, para
obtenção do título de Mestre em
Arqueologia.

ORIENTADORA:

PROF^a.DRA. Gabriela Martin Ávila

RECIFE

2005

Borges, Fábio Mafra

Marim dos Caeté : caracterização histórico-arqueológica do Sítio do Campo, Paulista-PE (séculos XVII e XVIII) / Fábio Mafra Borges. – Recife : O Autor, 2005.

xvi, 204 folhas : il., fig., fotos, gráf., mapas, tab.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Mestrado em Arqueologia, 2005.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Arqueologia histórica. 2. Perfil técnico cerâmico – Sítio do Campo, Paulista-PE – Séc. XVII e XVIII. 3. História colonial – Vila de Olinda – Índios. 4. História indígena – Marim dos Caeté. I. Título.

**902
930.1**


**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-420**


Fábio Mafra Borges

Marim dos Caeté: Caracterização Histórico-Arqueológica do Sítio do Campo, Paulista – PE
(Séculos XVII e XVIII).


Recife, 26 de Julho de 2005.



PROF^a.DR^a. Gabriela Martin Avila – PPARQ/UFPE (Orientadora)



PROF^a. DR^a. Lúcia Maria Mafra Valença (Examinador Interno – Dep. de Geologia – UFPE).



PROF^a.DR^a. Jacionira Coelho Silva (Examinador Externo)

Este trabalho é dedicado ao
Professor José Proenza Brochado;
E à memória do
Professor Alfredo Carlos Schmalz (★ 1916 - † 2002)

Agradecimentos

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao Sr. José Lindemberg Cavalcanti da Silva Sobrinho (Tony), por ter comunicado a existência do sítio e, com isso, ter permitido a realização deste estudo. A todo o pessoal do Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco (NEA/UFPE), sem o qual seria impossível concluir as atividades de campo e de laboratório (em ordem alfabética para não ter briga): Ana Carolina Santa Cruz de Oliveira (Carol, obrigado por tudo, principalmente os mapas do CPRH), Prof^a. Daniela Cisneiros (Dani, meu braço direito!), Demétrio da Silva Mutzenberg (O Homem-Teodolito), Guilherme Azevedo (meu amigo e irmão! Valeu por todos os cacos lavados e numerados), Hugo Augusto Vasconcelos (tu sempre serás do NEA, valeu pelos mapas!), Jeanne (valeu pela paciência com os caquinhos!!), Lucileide Lima Tavares (Luci, pela paleografia e pelo levantamento documental), Manoel Gustavo Souto Maior de Lima (pelo grande auxílio em tudo: na vida, no campo e no laboratório), Marcellus Almeida d'Almeida (pela persistência e rigor durante a análise do material cerâmico colonial), Paulo de Tasso (pela paciência com os caquinhos!!), Raoni Maranhão Valle (valeu!!!Nada como ter um grande desenhista em campo e no laboratório), Rafael Sebastian Medeiros Saldanha (pela grande maioria dos desenhos desse trabalho. Valeu mesmo!), Ricardo Hermes (Valeu pela força no campo!) Vivian Karla de Sena (por ter me introduzido, ops!, no universo da análise cerâmica). A Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira, pelo grande auxílio durante todo o processo de análise cerâmica. Aos amigos, Áurea Conceição Pereira Tavares e Carlos Roberto Santos Costa, pela análise da louça arqueológica do sítio. À amiga Gleyce da Conceição Lopes dos Santos, pela análise dos restos faunísticos. A Dani, novamente, pela análise do material lítico. A Sra. Judith Von Coelho Leal Schmalz, por ter me permitido o acesso à biblioteca do Prof. Carlos Alfredo Schmalz. A Dr^a. Karin Von Schmalz Peixoto, pelo auxílio na realização das análises estatísticas apresentadas. A PROF^a.DR^a. Gabriela Martin Ávila, pelo financiamento e auxílio logístico nas campanhas arqueológicas realizadas no sítio. A Prof^a. Alice Aguiar, pelo apoio e incentivo constantes. Ao arqueólogo Plínio Araújo Victor, sem o qual minha formação estaria incompleta. Como não poderia deixar de esquecer, Prof. Marcus Carvalho, que deu o pontapé inicial em todo o processo (valeu mesmo!). E, a todos aqueles que de alguma forma ou de outra, estiveram envolvidos no desenvolvimento deste trabalho.

“(...)”

A civilização entrou na taba
Em que ele estava. O gênio de Colombo
Manchou de opróbrios a alma do mazombo
Cuspiu na cova do morubixaba!

E o índio, por fim, adstrito à étnica escória,
Recebeu, tendo o horror no rosto impresso,
Esse achincalhamento do progresso
Que o anulava na crítica da História!

(...)

Em vez da prisca e indiana tropa
A gente desse século, espantada,
Vê somente a caveira abandonada
De uma raça esmagada pela Europa!"

Augusto dos Anjos, 1912.

"O que é a História, senão uma fábula sobre a qual
todos concordam?"

Napoleão Bonaparte.

Resumo

Borges, Fábio Mafra. **Caracterização Histórico-arqueológica do Sítio Arqueológico do Campo do Campo, Paulista – PE: da Segunda Metade do Século XVII a Primeira Metade do Século XVIII.** (pp. 204). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio (PPARQ). Recife, 2005.

Localizado na divisa do bairro olindense de Cidade Tabajara com o Município do Paulista, o Sítio Arqueológico do Campo, caracterizou-se por apresentar duas áreas ocupacionais: uma ocupação indígena, Área I; e uma ocupação histórica, Área II. Motivado pela comunicação de um morador local, a descoberta do sítio permitiu a verificação arqueológica do cotidiano rural da Olinda colonial. Porém, a construção do Cemitério Morada da Paz impediu o resgate da totalidade arqueológica. Principalmente da Área I, totalmente destruída pela instalação do empreendimento. Logo, não foi possível a verificação arqueológica de uma relação espaço-temporal entre as áreas I e II. Visando ultrapassar esses limites impostos pelo caráter de salvamento arqueológico das campanhas realizadas, foram definidos os perfis técnicos cerâmicos dos dois contextos culturais. A análise cerâmica buscou identificar continuidades tecnológicas e morfológicas que indicassem algum tipo de contato entre as duas tecnologias. No entanto, a amostra analisada, não permitiu a verificação quantitativa da interação entre as áreas. Por outro lado, permitiu a delimitação de uma cronologia relativa, que orientou as pesquisas e permitiu uma contextualização histórica do sítio. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta os resultados da confrontação dos dados arqueológicos com os dados obtidos do levantamento histórico e documental. Esse procedimento permitiu estreitar o universo interpretativo e indicou questões relevantes, que poderão orientar novas pesquisas numa área com grande potencialidade arqueológica: o Litoral Norte do Estado de Pernambuco.

Palavras-chaves

Arqueologia Histórica – Material Cerâmico Arqueológico – Perfil Técnico Cerâmico – História Indígena – História Colonial

Abstract

Historic and Archaeological Characterisation of the Archaeological Site of Campo, Paulista, Pernambuco, Brazil: From the Second Half of the 17th Century to the First Half of the 18th Century. (pp. 204). M.Sc. Dissertation - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio (PPARQ). Recife, 2005.

The archaeological Site of Campo is localised in the district of Cidade Tabajara, in the city of Olinda, Pernambuco, Brazil, in the border of the city of Paulista. It is characterised by two distinct occupational areas: an indigenous settlement, named Area I, and a historical settlement, named Area II. The finding was communicated by a local citizen, and the rescue archaeology of the site allowed a glimpse of the rural quotidian of Colonial Olinda. However, the construction of the cemetery Morada da Paz impeded the rescue of the totality of the archaeological site, especially concerning Area I, which was totally destroyed by the building of the cemetery. Therefore, it was not possible to relate Areas I and II in the spatial-temporal context. Aiming to overcome the limits imposed by the archaeological rescue characteristic of the diggings, ceramic technological profiles were defined for both cultural contexts. The ceramic analysis tried to identify technological and morphological continuity which would indicate some level of contact between occupations. However, the sample analysed did not allow the quantitative demonstration of interaction between areas. In the other hand, the sample was enough to calculate the relative chronology of occupations, which oriented the research work and yielded a historical contextualisation of the site. In this sense, this research presents the results of the comparison of the data to a historic and documental survey. This method allowed to narrow the interpretative universe and pointed out relevant questions that may guide further research in an area with high archaeological potential: the North Coast of the State of Pernambuco.

Keywords: Historical archaeology – Archaeological ceramic material – Ceramic technical profile – Indigenous history – Colonial history.

Lista de Figuras

- Figura 1. : Localização geográfica do Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Página xv)
- Figura 2. Vista de Olinda em perspectiva. "*MARIN D'OLINDA de Pernambuco/T'RECIF de PERNAMBUCO*" (ca. 1630). (Página 17)
- Figura 3. Separação étnica da mão-de-obra em um engenho pernambucano: africanos na produção açucareira; ameríndios na lavoura de mandioca (*Reysboeck van het rijke Brasilien, Rio de La Plata, Magalhanes – 1624*). (Página 24)
- Figura 4. a) Localização espacial do Sítio Arqueológico do Campo, em relação aos municípios circundantes e o Sítio Arqueológico do Frio. Paulista, PE. b) Sítio Arqueológico do Campo. Localização das áreas ocupacionais. Paulista, PE. (Página 37)
- Figura 5. Setorização do Litoral Pernambucano (Fonte: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife, 2001). (Página 39)
- Figura 6. Formações Geológicas do Litoral Norte de Pernambuco. (Fonte: CPRH, 2001). (Página 41)
- Figura 7. Área I após a instalação das dependências do Cemitério Morada da Paz. Sendo, a) Jazigos, b) Velórios, c) Vista geral dos jazigos. (Página 46)
- Figura 8. Mapa hidrográfico do grupo de bacias de pequenos rios litorâneos do Litoral Norte pernambucano. (Página 47)
- Figura 9. Reconstituição dos vasilhames cerâmicos que compunham a estrutura arqueológica encontrada pelo Senhor José Lindemberg da S. S. Onde, a) Vasilhame utilizado como tampa e parcialmente reconstituído; b) Vasilhame totalmente reconstituído; c) Reconstituição hipotética da estrutura. (Página 49)
- Figura 10. Vista geral da Área II durante a inspeção arqueológica realizada no Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Página 50)
- Figura 11. Croqui da Área I do Sítio Arqueológico do Campo realizado durante a inspeção arqueológica. Paulista-PE. (Página 51)
- Figura 12. Vista geral da Área I do Sítio Arqueológico do Campo durante a realização da terraplanagem para instalação dos jazigos do Cemitério Morada da Paz. Paulista-PE. (Página 51)
- Figura 13. Vista geral da escavação da Trincheira 1. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE. (Página 52)
- Figura 14. Vista geral da escavação da Trincheira 2. Sítio Arqueológico do Campo, Área II. Paulista-PE. (Página 52)
- Figura 15. Sondagem realizada na Estrutura 2 na Trincheira 2. Sítio Arqueológico do Campo, Área II. Paulista-PE. (Página 53)
- Figura 16. Representação das estruturas arquitetônicas evidenciadas na Área II. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Página 53)
- Figura 17. Perfis estratigráficos evidenciados na sondagem realizada na Estrutura 2. Trincheira 2, Área II. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Página 54)
- Figura 18. Detalhe da planta topográfica da Área I, com a localização do material cerâmico arqueológico. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Página 56)
- Figura 19. Concentração de cinzas e carvão evidenciada no perfil da terraplanagem com cerâmica associada. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE. (Página 57)
- Figura 20. Fragmento cerâmico, com decoração incisa no lábio, evidenciado no perfil da terraplanagem. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE. (Página 58)

- Figura 21. Material lítico identificado na inspeção arqueológica realizada na Área I. Sítio Arqueológico do Campo, Paulista-PE. Onde, a) Almofariz granítico polido e b) Biface plano convexo lascado em quartzo. (Página 58)
- Figura 22. Plantas-baixas das aldeias ceramistas Tupiguarani no Estado de Pernambuco. (Fonte: adaptado de Martín, 1998). (Página 61)
- Figura 23. Vista geral da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 62)
- Figura 24. Estrutura 1 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 65)
- Figura 25. Estrutura 2 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 66)
- Figura 26. Estrutura 3 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 66)
- Figura 27. Estrutura 5 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 67)
- Figura 28. Estrutura 6 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 67)
- Figura 29. Estrutura 7 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 68)
- Figura 30. Estrutura 8 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 68)
- Figura 31. Estrutura 9 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 69)
- Figura 32. Estrutura 10 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 69)
- Figura 33. Estrutura 11 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 70)
- Figura 34. Trincheira 4 e Estruturas 12 e 13, da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 70)
- Figura 35. Representações de casas-grandes em Pernambuco, nos séculos XVI e XVII. *Franz Post*.(Fonte: adaptado de Gomes, 1998) (Página 71)
- Figura 36. Comparação entre as plantas-baixas de casas-grandes e fábricas em engenhos pernambucanos remanescentes (Fonte: adaptado de Gomes, 1998). (Página 72)
- Figura 37. Representação de fábricas de engenhos pernambucanos dos séculos XVI e XVII. *Franz Post* (Fonte: adaptado de Gomes, 1998). (Página 72)
- Figura 38. Representação de moendas: forças motrizes. (Fonte: adaptado de Gomes, 1998). (Página 74)
- Figura 39. Histograma de frequência (em %) da distribuição do material cerâmico nos setores (manchas) da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 83)
- Figura 40. Fragmento cerâmico (base) com morfologia indicativa do tipo base em pedestal. Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 90)
- Figura 41. Exemplos dos tipos de bordas identificadas na Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 100)
- Figura 42. Vasilhames cerâmicos reconstituídos da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 102)
- Figura 43. Fragmentos cerâmicos da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Orifícios de reutilização pós-queima. (Página 103)
- Figura 44. Frequência (em %) dos tipos de pasta dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. Legenda: BA = bolo de argila; OF = óxido de ferro; cacos = fragmentos de cerâmica. (Página 106)
- Figura 45. Frequência (em %) das técnicas de manufatura dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. (Página 107)

Figura 46. Frequência (em %) dos tipos de queima dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. (Página 108)

Figura 47. Frequência (em %) dos tipos de tratamento de superfície externa (unidades) dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. Plástica = Decoração Plástica; Pintado DP = pintado com decoração plástica. (Página 109)

Figura 48. Frequência (em %) dos tipos de borda dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. (Página 110)

Figura 49. Frequência (em %) dos tipos de lábios dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. (Página 110)

Figura 50. Análise de variância (ANOVA) da espessura da borda reforçada de fragmentos de cerâmica encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. As linhas representam médias, e os pontos, as medianas. (Página 111)

Figura 51. Mapa étnico da dispersão do tranco lingüístico Tupi-guarani, na América do Sul. (Fonte: METRAUX, A. **La Civilization Matérielle des Tribus Tupi-Guarani**. Librairie Orientaliste Paul Gauthier. Paris, 1928. (Página 113)

Figura 52. Mapa etnohistórico de localização dos Caeté, 1634. (João Albernaz. Fonte: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1998). (Página 114)

Figura 53. Formas da cerâmica Tupiguarani em Pernambuco. Onde: a) Aldeia do Baião, Araripina; b) Aldeia Sinal Verde, São Lourenço da Mata (Fonte: Martin, 1998). (Página 116)

Figura 54. Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Tratamento de superfície interna: brunido. (Página 120)

Figura 55. Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Decoração plástica: inciso. (Página 121)

Figura 56. Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Técnica de manufatura: acordelado ou roletado, com antiplástico de fragmentos de cerâmica. (Página 122)

Figura 57. Olinda: planta-baixa do Sítio Histórico da cidade, século XVII. Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (ca. 1630) – autor não identificado. (Página 124)

Figura 58. Exemplos da Cartografia holandesa, século XVII, com a representação da Vila de Olinda. Limites da Cartografia analisada. Autor: João Teixeira Albernaz (ca. 1626). (Página 127)

Figura 59. Representação cartográfica esquemática da Vila de Olinda e Igarassu, no século XVI. Entre as duas vilas, podem-se ver diversos assentamentos indígenas. (Fonte: STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1974.) (Página 127)

Figura 60. *Novus Brasiliae Typus*. Autor: Jodocus Hondius. A seta indica o Rio Tapado, como eram denominados os rios Frágoso e Mirueira (ca. 1625). Fonte: CIVITA, Victor (ed.). **Mapas Históricos Brasileiros**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1973. (Página 129)

Figura 61. *Nova et Accurata Tabula*. Autor: Joan Blaeu (1640). Fonte: CIVITA, Victor (ed.). **Mapas Históricos Brasileiros**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1973. (Página 146)

Lista de Tabelas

Tabela 1: Tabela de Frequência (em %) de distribuição dos tipos de pastas no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 84)

Tabela 2: Tabela de Frequência (em %) de distribuição das técnicas de manufatura no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 85)

Tabela 3: Tabela de Frequência (em %) dos tipos de queima no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 86)

Tabela 4: Tabela de Frequência (em %) de distribuição dos Tratamentos de Superfície Externa no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 88)

Tabela 5: Tabela de Frequência (em %) dos tipos de borda no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 89)

Tabela 6: Tabela de Frequência (em %) dos tipos de lábio no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 89)

Tabela 7: Tabela de Frequência (em %) das classes identificadas no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 91)

Tabela 8: Tabela de frequência (em %) de distribuição das pastas no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 95)

Tabela 9: Tabela de frequência (em %) de distribuição das técnicas de manufatura no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 96)

Tabela 10: Tabela de frequência (em %) dos tipos de queima no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 97)

Tabela 11: Tabela de frequência (em %) de distribuição dos Tratamentos de Superfície externa no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 98)

Tabela 12: Tabela de frequência (em %) de distribuição dos Tratamentos de Superfície Interna no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 99)

Tabela 13: Tabela de frequência (em %) dos tipos de borda no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 101)

Tabela 14: Tabela de frequência (em %) dos tipos de lábio no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 101)

Tabela 15: Tabela de frequência (em %) das formas reconstituídas no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. (Página 102)

Códigos de Referência

Para obras diferentes de um mesmo autor, no texto as obras são diferenciadas a partir de um numeral, como no exemplo: Albuquerque (1), *op. cit.*; Albuquerque (2), *op. cit.*. Enquanto que para autores com os mesmos sobrenomes, os mesmos são diferenciados a partir de letras, como mostra o exemplo: Albuquerque (a), *op. cit.*; Albuquerque (b), *op. cit.*

Sumário

1. Introdução	p. 18
2. Capítulo I: Antecedentes Históricos e Princípios Teóricos	p. 25
3. Capítulo II: Abordagem Arqueológica	p. 37
3.1. O Sítio Arqueológico do Campo: Caracterização Geomorfológica	p. 38
3.2. O Sítio Arqueológico do Campo: Metodologia de Campo e Histórico das Campanhas Arqueológicas	p. 46
3.3. O Sítio Arqueológico do Campo: Descrição das Áreas Ocupacionais	p. 56
3.4. O Sítio Arqueológico do Campo: Metodologia de Análise do Material Cerâmico	p. 76
4. Capítulo III: Contextualização Histórica	p. 125
4.1. O Sítio Arqueológico do Campo: Abordagem das Fontes Históricas	p. 126
4.2. O Sítio Arqueológico do Campo: Sociedade, Política e Economia	p. 135
5. Capítulo IV: Considerações Finais	p. 147
6. Referências Bibliográficas	p. 157
7. Anexos	p. 175

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SÍTIO DO CAMPO

COORDENADAS: S 7° 57' 53.6"
W 34° 52' 11.7"

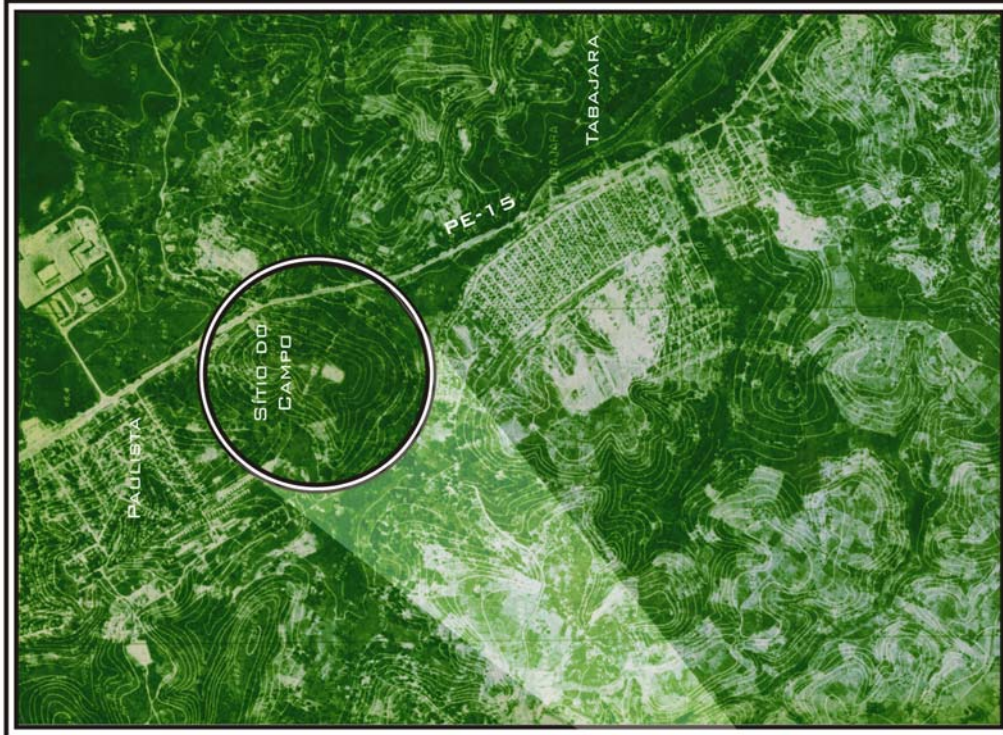
34° 49'

7° 46'



8° 00'

FONTE: CARTAS DA SUDENE. ESC. ORIG. 1:100.000
FOLHA SB.25-Y-C-VI



FONTE: ORTOFOTOGRAFIA DA FIDEM. ESC. ORIG. 1:10.000
FOLHA 91-05. 1986.

Figura 1: Localização geográfica do Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

Apresentação.

Localizado no município de Paulista em Pernambuco (Fig. 1), o **Sítio Arqueológico do Campo** caracteriza-se, principalmente, por duas áreas de ocupação: uma ocupação indígena — composta por concentrações de material cerâmico e lítico — denominada **Área I**; uma ocupação histórica — composta por alicerces de alvenaria calcária e tijolos associados a material arqueológico diverso — denominada **Área II**¹. Durante as atividades arqueológicas realizadas, outras áreas de ocorrência foram registradas, no entanto não foram abordadas no presente trabalho. Situado no topo de um tabuleiro da Formação Barreiras, com ± 56 m de altitude, fatores pós-deposicionais (desmatamento) não permitiram a preservação das camadas superficiais da Área I, as quais poderiam fornecer dados mais objetivos sobre a relação espaço-temporal das duas áreas de ocupação.

A instalação de um cemitério particular — **Cemitério Morada da Paz** — sobre a Área I, destruiu completamente a ocupação indígena, impossibilitando a verificação arqueológica dessa relação espaço-temporal². Contudo, a partir da reconstituição do perfil técnico do material cerâmico das duas áreas ocupacionais, único vestígio em comum, foi possível a identificação de indícios de uma continuidade técnica e formal, entre os dois grupos cerâmicos, que sugere uma contemporaneidade não configurada espacialmente. Além de uma cronologia relativa — 1706 — obtida a partir do material cerâmico colonial, principalmente a louça.

Visando ultrapassar esses limites próprios da Arqueologia de Salvamento e valendo-se da existência de uma documentação textual relativamente abundante sobre o corte espacial e temporal selecionados, este trabalho busca uma contextualização histórica do Sítio do Campo, na qual se possa verificar a contemporaneidade das duas áreas ocupacionais identificadas. Tal fato projeta o sítio numa problemática mais ampla da historiografia brasileira, ainda não solucionada e, aqui, vislumbrada como uma possibilidade interpretativa: a utilização da mão-de-obra indígena na economia colonial.

¹ BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista - PE. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.2004.

² Borges *et alli*, *op. cit.*



Figura 2: Vista de Olinda em perspectiva. "MARIN D'OLINDA de Pernambuco/T'RECIF de PERNAMBVCO" (ca. 1630).

1. Introdução

Quando se pensa na Cidade de Olinda (Fig. 2), como um bem patrimonial a ser preservado para a posteridade, logo vem à mente a imagem do sítio histórico, com suas ladeiras e seu casario antigo, tombados pela UNESCO como **patrimônio cultural**¹ da humanidade. No entanto, pensar assim é reduzir as potencialidades, não só da cidade como bem material a ser conservado, mas também, uma redução do próprio conceito de patrimônio, que atualmente abrange aspectos além do monumento em si.

Nesse sentido, um bem patrimonial não pode ser reduzido apenas ao seu aspecto monumental. Mas como vestígio documental, concordando com Cesari Brandi, deve ser preservado na sua integridade original, como **sítio histórico**². Ou seja, o bem patrimonial englobando não só os edifícios antigos e o traçado urbano da Olinda Colonial, mas também seu entorno, suas paisagens e as unidades arqueológicas menores, não inseridas no perímetro tombado³. Relegado ao segundo plano por essa postura que identifica o sítio histórico às estruturas arquitetônicas, esse bem patrimonial fragmentário, os sítios arqueológicos, sofrem constante ameaça de destruição, com o incremento populacional e urbano das últimas décadas. Sejam elas ruínas ou simples concentrações de vestígios arqueológicos, ante o premente risco de perda, essa documentação material merece ao menos o registro, quando não possível, a salvaguarda das mesmas para a posteridade.

¹“ *Definições do Patrimônio Cultural e Natural*

Artigo 1o – (...) serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (...).” (INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, p. 343. 1995.).

² Consideramos sítio histórico, como todo aquele sítio arqueológico para o qual existam registros documentais para o período em que se insere o mesmo (ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.).

³ KHÜL, P. M. & KHÜL, B. M. (trad.). **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 146. 2002.

Inserido no perímetro rural da Olinda colonial, o Sítio Arqueológico do Campo, é um desses casos de **bens patrimoniais fugazes**⁴, que merecem considerações e seu registro. Datado do início do século XVIII, destaca-se por ser um dos raros registros materiais da vida cotidiana na Capitania de Pernambuco. No que diz respeito às informações possíveis de serem resgatadas por esse tipo de vestígio, pode-se dizer que o valor histórico dos mesmos, supera o dos monumentos arquitetônicos. Os quais se resumem a fornecer informações concernentes a apenas uma facção da sociedade colonial, a elite dominante. E, mesmo assim, informações restritas apenas a aspectos técnicos e administrativos, já que a vila de Olinda, até a primeira década do século XVIII, caracterizava-se como centro administrativo da Capitania de Pernambuco e não como um núcleo habitacional⁵. Já o dia-a-dia da colônia era vivenciado nas residências rurais, as quais eram os verdadeiros cenários das tensões sociais que formaram a sociedade colonial⁶.

Dessa maneira, informações referentes às interações étnicas, às tensões culturais oriundas desse contato entre culturas tão diferentes — os europeus, os indígenas e os africanos — das relações produtivas e de outros aspectos da vida cotidiana, geralmente invisíveis no registro arquitetônico, podem ser acessados por esse tipo de abordagem dos bens patrimoniais; o qual, dado o caráter vestigial de seu objeto de interesse, está intimamente relacionada com a metodologia arqueológica.

Porém, tanto numa perspectiva patrimonial como numa perspectiva arqueológica, considerar como bem passível de conservação, ou registro, apenas o espaço constituído durante o período histórico, é dar continuidade a uma historiografia etnocêntrica, a qual desconsiderou Olinda como um espaço anteriormente indígena e pré-histórico. Espaço esse que se estendia por todo o litoral do estado pernambucano e foi militarmente conquistado para a implantação do projeto colonial⁷. Logo, não considerar o entorno da cidade de Olinda, tanto o Litoral Norte como o Litoral Sul do estado de Pernambuco, como um **patrimônio arqueológico pré-histórico**⁸ passível de conservação, é relegar ao esquecimento o único

⁴ Consideramos bens patrimoniais fugazes, àqueles que sofrem constante ameaça de perda pela sua própria natureza perecível ou fragmentária. Nessa categoria estão inserido todos os sítios arqueológicos pré-históricos e outro tipos de bens patrimoniais que não possuem a durabilidade de um monumento arquitetônico.

⁵ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990.

⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Volumes I e II. 1978.

⁷ BARBOSA, Bartira Ferraz. **PARÁ-NAMBUCO: Ocupação Espacial e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVI e XVII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: p. 314. 2003.

⁸ Todo aquele vestígio material de uma cultura ágrafa. Ou seja, de um grupo cultural que pertença a um período sem registro histórico.

vestígio que pode resgatar a história desses grupos nativos. Os quais estão inseridos num contexto ágrafo.

Por sua vez, a identificação e análise do Sítio do Campo, surge como uma possibilidade de resgate desse processo histórico, dando voz a atores sociais, na maioria das vezes, não representados na documentação textual: os grupos indígenas, os escravos africanos, a população livre de baixa renda. Ou seja, surge como a possibilidade de resgate, não só aspectos cotidianos da sociedade colonial, como relações sociais, econômicas e outras atividades do dia-a-dia; mas também do impacto da sobreposição desse mundo, sobre as populações nativas. Quanto ao resgate de uma história indígena, a possibilidade de leitura dos níveis de **aculturação**⁹, da intensidade e duração das resistências e dos modelos de interação e sobrevivência, O estudo de sítios deste tipo permitirá, em longo prazo, inserir as populações indígenas na sua real importância para o sucesso da implantação do sistema colonial. Não só como agentes passivos, mas como atores conscientes da necessidade de adaptação a um novo contexto que rompeu suas bases tradicionais.

Diante disso, além da constante ameaça de destruição causada pelo crescimento urbano, mostra-se imperioso o resgate de todas essas informações materiais, sobre o processo de formação da sociedade colonial e seu impacto em todas as esferas da mesma. Tanto a nativa como as estrangeiras; tanto a livre como a escrava. Nessa perspectiva, o achado ocasional do Sítio do Campo abriu as portas para um tipo de registro até então negligenciado nos estudos pernambucanos. Em outras palavras, direcionou o olhar arqueológico para a possibilidade de identificação de sítios em uma área onde se supunham já destruídos, por anos de intensa ocupação histórica.

Fomentando prospecções na área em questão — o Litoral Norte — o achado do Sítio do Campo proporcionou a identificação de outros sítios arqueológicos. Ocupações indígenas pré-históricas, ruínas de engenhos, pequenas propriedades, fazem parte da enorme gama de sítios que foram localizados nesses levantamentos arqueológicos, realizados recentemente. Por sua vez, esse direcionamento das pesquisas arqueológicas para o estudo do ambiente rural olindense, tem contribuído para a construção dessa nova abordagem patrimonial. A qual por

⁹ Consideramos aculturação como uma relação bilateral entre grupos étnicos diferentes, que engloba “os processo de integração (incorporação de elementos estranhos culturais estranhos ao sistema local que os submete aos seus próprios esquemas e categorias) e os de assimilação (incorporação de elementos estranhos através da eliminação das tradições locais), que eventualmente geram fenômenos de sincretismo ou de disjunção (limitação do âmbito de atuação dos elementos estranhos)” (FERREIA NETO, Edgar. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínio da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 313-328. 1997.). Vale ainda ressaltar que essa relação processual, apesar de geralmente ter proporções desiguais para cada grupo étnico envolvido, todos eles se transformam durante o processo.

sua vez, garantirá a salvaguarda e o registro desse bem patrimonial fragmentário e localizado fora do perímetro do sítio histórico tombado.

O presente trabalho insere-se, então, num conjunto maior de estudos isolados sobre a região, que tem como principal objetivo, o resgate da história de Olinda e da implantação da sociedade colonial nas terras pernambucanas, através do estudo da cultura material resgatada nos sítios identificados. Dessa maneira, o produto final dessa linha de pesquisa será a reconstrução da história colonial a partir da ótica das classes mais baixas que a constituíram: os trabalhadores livres, os escravos africanos, os grupos indígenas subjugados.

Nesse sentido, com a caracterização histórico-arqueológica do Sítio do Campo, foi proposto um modelo de análise que permitirá a formulação de um banco de dados, para a confrontação com os dados obtidos em outros e novos sítios. Por isso, na maioria das vezes seu caráter descritivo. Ou seja, resgatar o máximo possível de informação, sobre um sítio encontrado em condições não ideais, o qual possa servir de parâmetro para futuras pesquisas na área. Desse modo, a metodologia aplicada procurou contextualizar historicamente o sítio, a partir da cronologia identificada, através da análise do material cerâmico histórico: 1706, obtida pela aplicação da fórmula de datação média das louças arqueológicas¹⁰. Além de procurar elementos tecnológicos que apontassem para uma contemporaneidade entre as duas ocupações identificadas¹¹: uma ocupação indígena, denominada Área I; e uma ocupação histórica, denominada Área II.

Essa característica particular do Sítio do Campo, a associação espacial de uma ocupação indígena a uma ocupação histórica, permitiu a formulação de hipóteses sobre uma relação espaço-temporal entre as duas áreas ocupacionais, culturalmente distintas. Ou seja, a possibilidade de uma verificação arqueológica da integração de grupos indígenas ao sistema colonial. No entanto, a destruição da Área I com a instalação do Cemitério Morada da Paz e a impossibilidade de esgotamento da potencialidade arqueológica da Área II, nas campanhas arqueológicas realizadas, não permitiu a verificação das hipóteses propostas, através apenas da metodologia arqueológica. Nesse sentido, buscando ultrapassar esses limites defrontados, durante a análise arqueológica do Sítio do Campo, seguimos as seguintes etapas.

¹⁰ SOUTH, Stanley. Evolution and Horizon as Revealed in Historical Archaeology. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*. New York: V. 6, pp. 71 – 16. 1971.

¹¹ Como contemporaneidade entre as duas áreas ocupacionais do Sítio Arqueológico do Campo, compreendemos a inserção do grupo indígena, que ocupou o espaço da Área I, no contexto histórico identificado para a ocupação da Área II: início do século XVII. Ou seja, a inserção da mão-de-obra indígena, numa unidade de produção colonial, sem importar o tipo de produção realizada. Verificada arqueologicamente, através de continuidades ou rupturas tecnológicas, expressas nos vestígios arqueológicos identificados, caracterizando uma relação espaço-temporal entre as ocupações.

No Capítulo I, foram apresentados os antecedentes históricos que permitiram identificar o Sítio do Campo como uma unidade de produção colonial, localizada numa situação topográfica anacrônica, para o período em questão. Além das possibilidades e implicações teórico-metodológicas da verificação de uma relação espaço-temporal entre uma sociedade ágrafa e outra histórica. Ou seja, a necessidade de confrontação da documentação arqueológica com a documentação textual, para o resgate do impacto desse processo histórico nas populações nativas, parcamente representadas na documentação colonial.

No Capítulo II, referente à abordagem arqueológica realizada no sítio em questão, foi então dividido em quatro segmentos. No primeiro deles, foi realizada uma caracterização geomorfológica da área onde está assentado o sítio, levando em consideração os imperativos ambientais que possam ter influenciado a ocupação humana, tanto no nível biológico, como nos níveis sociais e econômicos. No segundo segmento, foi apresentada a metodologia de campo que caracterizou o salvamento arqueológico das áreas ocupacionais do Sítio do Campo, além das condições como foi identificado e seu estado de conservação. No terceiro segmento desse capítulo, foi realizada a descrição das áreas ocupacionais do sítio e das relações espaciais dos vestígios encontrados em cada uma, respectivamente. A partir dessa análise espacial das áreas I e II, foi possível delimitar as interpretações propostas para cada uma. No quarto e último segmento do capítulo, foi então realizada a análise do material cerâmico das duas áreas ocupacionais acima citadas. Como único vestígio comparável entre as duas ocupações, a delimitação de cada perfil técnico cerâmico, possibilitou uma análise comparativa entre as duas culturas arqueológicas. Além de permitir a delimitação de uma cronologia relativa para o auge da ocupação, através da análise da louça arqueológica. No entanto, a pequena amostra analisada, ou seja, aquela que foi salva da destruição, não permitiu uma verificação arqueológica das hipóteses propostas, através da metodologia aplicada.

No Capítulo III, foram então apresentados os resultados do levantamento histórico realizado, no intuito de ultrapassar os limites impostos pelo caráter de salvamento arqueológico das campanhas realizadas. Nesse sentido, foi realizada a contextualização da ocupação histórica no período identificado a partir da análise da louça colonial. Esse procedimento permitiu a identificação de fatos e conjunturas políticas, sociais e econômicas, que podem ter influenciado na conformação do sítio estudado. Na verdade, foi realizado no intuito de identificar elementos que indicassem a funcionalidade das estruturas arquitetônicas identificadas na Área II e a possibilidade dessa unidade produtiva estar relacionada com a ocupação indígena, identificada na Área I.

Nesse sentido, o Capítulo IV, apresentou a associação dos resultados obtidos através da análise do material cerâmico, com o resultados obtidos do levantamento histórico. Dessa maneira, foi possível a identificação de elementos que permitiram reduzir o universo das interpretações, não permitindo porém, nenhuma afirmação conclusiva.

No entanto, após o desenvolvimento dos quatro capítulos acima descritos, esperamos ter ao menos apresentado um conjunto de indícios plausíveis para a caracterização histórico-arqueológica do Sítio Arqueológico do Campo.



Figura 3: Separação étnica da mão-de-obra em um engenho: africanos na produção açucareira, ameríndios na lavoura de mandioca. (*Reysboeck van het rijke Brasilien, Rio de La Plata, Magalhanes – 1624*)

2. Capítulo I: Antecedentes Históricos e Princípios Teóricos.

Apesar do grande impacto epidemiológico sofrido pelas populações americanas no período dos descobrimentos¹ e da superioridade tecnológica europeia, herança da revolução metalúrgica dos povos indo-europeus, a colonização portuguesa do Brasil, por motivos não só políticos e econômicos enfrentou algumas limitações nos primeiros anos de sua empreitada. A intensa resistência dos grupos indígenas, que habitavam a costa brasileira, restringiu o alcance da ocupação portuguesa aos espaços, ora tomados pela via militar, ora negociados com essa população nativa. É o que nos deixa entrever Frei Vicente do Salvador, em sua **História do Brasil**², um século depois da implantação do sistema de donatarias, quando compara os colonos portugueses no Brasil a caranguejos, “por andar arranhando ao longo do mar”.

Concentrados ao longo da costa estavam implantados vários engenhos, próximos aos centros administrativos e comerciais, que por sua vez se encontravam próximos dos portos marítimos. Na verdade, no período em que concluiu sua obra, nem toda a costa se encontrava colonizada. Sofrendo constantes ameaças, tanto dos grupos indígenas arredios como de outras potências europeias, esses enclaves coloniais só puderam ser implantados quando uma relação amistosa com pelo menos um dos grupos indígenas locais foi estabelecida, desde os contatos iniciais³.

Dessa maneira, podemos afirmar que para a implantação do sistema colonial, as alianças firmadas com os grupos indígenas locais, foram de extrema importância para o sucesso do mesmo. Isto fica bem demonstrado quando observamos as relações entre colonos e indígenas nos três aspectos essenciais do sistema colonial:

1. **garantir os limites do território ocupado:** nesse aspecto foi de fundamental importância às alianças com os nativos para garantir a defesa contra os grupos indígenas inimigos, geralmente associados a outras potências europeias (franceses, espanhóis, holandeses)⁴;

¹ DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas**. Rio de Janeiro: p. 376 Editora Record. 2003.

² SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil: 1500 – 1627**. Editora Melhoramentos. São Paulo, 1965.

³ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995.

⁴ Salvador, *op. cit*

2. **garantir a implantação do mercantilismo:** nesse aspecto, foi indispensável o conhecimento ancestral das populações indígenas do meio ambiente americano, não só para a implantação de um sistema extrativista ou agrícola viável ecologicamente, mas também para garantir a subsistência da população vinculada aos enclaves coloniais⁵;
3. **garantir o acesso à mão-de-obra:** nesse aspecto os limites entre “grupos aliados” e “inimigos” se confundem e durante todo o período colonial, apesar dos conflitos sobre como administrar a mão-de-obra indígena foi corrente o uso de nativos nas lavouras de subsistência e nas tarefas complementares ao funcionamento da produção açucareira⁶ (Fig. 6).

No que diz respeito à posse do território ocupado, um bom exemplo para ilustrar esse diálogo entre as culturas nativas e a política colonial portuguesa, é o processo de fundação das primeiras vilas na capitania de Pernambuco. Nesse ponto, que diz respeito à utilização do espaço geográfico para implantação do espaço social, ocorreu uma convergência entre as duas culturas envolvidas: os **tupinambá históricos**⁷ e os colonos portugueses.

Na transferência do sistema de feitorias para o sistema de donatarias, a primeira vila fundada por Duarte Coelho foi Igarassu⁸. Contudo, sua situação espacial a tornava vulnerável aos ataques vindos do interior, região onde se encontravam os grupos indígenas inimigos⁹. Com o auxílio dos grupos aliados¹⁰, que num futuro próximo viriam a se chamar **Tobajara**¹¹, a escolha

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 525. 2000.

⁶ Schwartz, *op. cit*

⁷ Consideramos os Tupinambá históricos os grupos pertencentes ao tronco lingüístico Tupi-guarani, que entraram em contato direto com a empresa colonial, assentados no litoral do Sudeste e Nordeste, entre os quais estavam: os Caeté, os Tupiniquim, os Tupinambá (Fernandes, 2003).

⁸ Salvador, *op. cit*

⁹ MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey**. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997.

¹⁰ SILVA, Geyza Kelly Alves. **Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535 - 1716)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: p. 143. 2004.

¹¹ Etnia da Nação Caeté, do Tronco Lingüístico Tupi-Guarani, a qual teve sua etnogênese registrada pela historiografia, no momento da fundação da Capitania de Pernambuco. É provável que esse etnônimo tenha se formado a partir da aliança com os colonos pernambucanos, como uma forma de fugir a perseguição imposta aos Caeté, depois do assassinato do Bispo Sardinha (Silva, *op.cit.*)

do sítio tomado dos **Caeté**¹², grupo não-aliado, é o ponto de conexão cultural que queremos ressaltar.

Fundada sobre cinco colinas, tabuleiros aluvionais da **Formação Barreiras**¹³, próximas de um curso d'água navegável, a Vila de Olinda apresentava uma condição espacial que se ajustava à concepção de defesa das duas culturas. Tanto em Portugal como entre os Tupinambá históricos, o costume de estabelecer seu espaço social em colinas reflete uma tradição bélica concretizada num espaço cotidiano, associado ao conceito de fortificação¹⁴. O próprio nome **Marim dos Caetés**¹⁵, como era vulgarmente chamada, a **Nova Lusitânia**¹⁶ duartina, demonstra esse aspecto de fortificação assumido pelas primeiras vilas fundadas¹⁷.

No entanto, essa aliança com os grupos nativos, que viabilizou a fundação dessas vilas e dos seus primeiros engenhos, apenas foi possível após um ano de intensas batalhas¹⁸. Porém, não foi pela derrota militar que o donatário de Pernambuco garantiu a pacificação e a alianças desses grupos nativos. Como consistiam em culturas nas quais a divisão sexual do trabalho reconhecia a agricultura como atividade da esfera feminina, os Caeté e Tobajara resistiram bastante à escravidão nas lavouras açucareiras¹⁹. Isso, sem mencionar a baixa resistência a doenças

¹² Nação pertencente ao tronco lingüístico Tupi-Guarani, a qual travou forte resistência a implantação da Capitania de Pernambuco (Silva, *op. cit.*).

¹³ Formação Barreiras: estrutura geológica, com cronologias plio-pleistocênicas, constituída por sedimentos arenos-argilosos não consolidados, de origem continental (COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.).

¹⁴ Descrição do padrão ocupacional dos grupos indígenas Tupi-Guarani, registrados na historiografia: “*sítio alto e desabafado dos ventos para que lhe lave as casas, e que tenha a água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjarias; e como escolhe o sítio a contetamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, coberta de palma, a que os índios chamam de pindoba, e as outras casas da aldeia se fazem também muito compridas e arrumadas, de maneira que lhe ficam no meio um terreiro quadrado, onde fazem bailes e seus ajuntamentos; (...) e não vivem mais nessa aldeia, que enquanto lhes não apodrece a palma das casas que lhes dura três, quatro anos. (...)E nestas casas não há nenhuns repartimentos, mais que os tirantes; e entre um e outro é um rancho onde se agasalha cada parentela (...). Se estas aldeias estão em frontaria de seus contrários, e em lugares de guerra, faz este gentio de roda da aldeia em cerca de pau a pique muito forte, com suas portas e seteiras, e afastado da cerca vinte a trinta palmos fazem de redor dela uma rede de madeira, com suas entradas de fora para entre ela e a cerca*” (SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, p. 302. 2001.).

¹⁵ Nome pelo qual era vulgarmente conhecida a vila fundada por Duarte Coelho. A qual, posteriormente, viria a se chamar Olinda, nome próprio comum em Portugal Segundo Cavalcanti, o nome marim, tem origem militar e significa fortificação. (CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo: Biografia da Cidade**. Recife: Editora Asa, 317. 1986.).

¹⁶ Nome oficial da Cidade de Olinda, ou da Marim dos Caeté. No entanto a homenagem de Duarte Coelho a Metrópole, só foi utilizada na documentação oficial dos primeiros anos de sua fundação (Cavalcanti, *op. cit.*).

¹⁷ Cavalcanti, *op. cit.*

¹⁸ Mello *et alli*, *op. cit.*

¹⁹ FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003..

endêmicas na Europa, como a varíola, por exemplo²⁰. Rapidamente percebendo esse fato, Duarte Coelho modifica a relação com os grupos mais próximos dos núcleos coloniais e faz requerimento ao rei, para o envio de escravos africanos para a lavoura açucareira²¹. Nesse sentido, através do **cunhadismo**²², criou laços familiares que uniram os oficiais portugueses e as filhas dos principais das aldeias²³. Ou seja, o sistema parental garantiu o estabelecimento de tropas nativas, que através desse laço, unia os interesses coloniais aos interesses nativos. Enquanto a esfera feminina da cultura Tupinambá, através do concubinato, era absorvida na produção de bens de consumo, como o cultivo e a produção de farinha de mandioca²⁴.

Como fica evidente, a função militarista dessas alianças com grupos nativos, demonstra outro ponto de convergência cultural, apesar dos conflitos de interesses óbvios. O uso dos conflitos tradicionais entre as populações nativas, para a garantia dessas alianças e a ocupação dos territórios conquistados foi uma estratégia comum da política colonial portuguesa, não apenas no Brasil, mas também em suas colônias africanas e asiáticas²⁵. O fornecimento de armas para os grupos aliados, visando o combate e a derrota dos grupos inimigos²⁶ garantia dois aspectos essenciais para o projeto colonial: a posse territorial e o acesso à mão-de-obra.

E esta foi uma das feições da política colonial portuguesa. A criação de um vínculo com as populações nativas das colônias conquistadas, necessário para a adaptação tanto dos colonos — como indivíduos biológicos— como também do próprio sistema produtivo europeu. A partir dessa relação de dependência inicial para com as populações nativas, foi então possível o estabelecimento das unidades produtivas, que eram o principal interesse metropolitano: a integração das colônias ao sistema mercantil internacional²⁷.

Dessa maneira, isto garantiria quase de imediato o aspecto último do projeto colonial: a implantação do sistema mercantilista e a geração de lucros para as metrópoles. No caso da

²⁰ VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 275. 1999.

²¹ Mello *et alli*, *op.cit.*

²² Tipo de relação parental estabelecida entre os Tupinambá e os colonos portugueses, através do casamento de oficiais portugueses com mulheres tupinambá (RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 587. 1996.). Na verdade, uma adaptação do casamento tupinambá (*bride service*) aos interesses coloniais, o que por sua vez, garantiu a aliança com grupos nativos (Fernandes, *op. cit.*).

²³ Ribeiro, *op. cit.*

²⁴ Fernandes, *op.cit.*

²⁵ Alencastro, *op.cit.*

²⁶ Ribeiro, *op. cit.*

²⁷ Alencastro, *op. cit.*

Capitania de Pernambuco, a fundação da Vila de Olinda, garantia não só a defesa do principal núcleo urbano e sede donatarial, como também facilitava o acesso às matas de pau-brasil, situadas na Porção Sul do Litoral Pernambucano: principal produto de exportação nos primeiros anos. Além, é claro, de facilitar a realização de campanhas militares contra os Caeté, com o auxílio de tropas Tobajara, visando a usurpação do Vale do Capibaribe²⁸: espaço ecológico ideal para implantação de engenhos, dada presença de **solo massapé**²⁹ e fartos recursos hídricos.

Segundo a historiografia vigente, este teria sido então o **padrão ocupacional**³⁰ adotado pela colonização portuguesa, nos primeiros cinquenta anos do povoamento de suas colônias americanas. Concomitantemente a expulsão dos grupos nativos rivais e a tomada dos espaços favoráveis para a implantação da indústria açucareira, esse padrão ocupacional teria migrado para os vales dos rios, onde se estabeleceu a sociedade rural típica dos senhores de engenho, num espaço geográfico mais adequados às necessidades açucareiras. Ficando as vilas-fortificação restritas as sedes administrativas e ao cenário da vida social, política e mercantil da colônia. Ou seja, a consolidação da empresa açucareira transformaria o padrão ocupacional colonial, de acordo com necessidades inerentes ao próprio funcionamento do sistema agrícola exportador.

Refletindo esse ideal agrícola colonial, André João Antonil, em sua obra censurada pela revelação dos principais segredos no trato do açúcar, **Cultura e Opulência do Brasil**³¹, comenta:

“Se o senhor de engenho não conhecer a qualidade das terras, comprará salões por massapés e apicus³² por salões (...) [atentando] não somente a barateza do preço, mas também de todas as conveniências que se hão de buscar para ter fazenda com canaviais, pastos, águas, roças e matos; (...)”

“As [terras] que chamam massapés, terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta da cana. (...) [E] a terra que se escolhe para o pasto ao

²⁸ Salvador, *op. cit.*

²⁹ “Terra argilosa formada pela decomposição dos calcários cretáceos, preta quase sempre, e ótima para a cultura da cana-de-açúcar (...) Solo argiloso proveniente da alteração intempérica de rochas graníticas e gnáissicas.” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, p. 687. 1988).

³⁰ Como **padrão ocupacional** compreendemos a eleição de unidades ecológicas do espaço geográfico, a partir de necessidades culturais, gerais e/ou específicas, as quais são historicamente determinadas. Ou seja, a representação material do espaço histórico-social no espaço geográfico.

³¹ ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Coleção *Reconquista do Brasil*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp.; p. 239, 1982.

³² Depósitos arenosos que intercalam os depósitos de mangue no litoral pernambucano, também denominados “salgados”, caracterizam-se por grandes areais sob influência do fluxo das marés. O alto teor de salinidade desse tipo de solo impede o povoamento do mesmo pelos manguezais (CPRH, *op. cit.*).

*redor do engenho há de ter água(...) O melhor pasto é o que tem muita grama, parte em outeiro e parte em várzea.”*³³.

Escrita em 1711, essa obra representa uma síntese completa de toda a produção açucareira, refletindo também, quase duzentos anos de experimentação e aprendizado no trato da cana-de-açúcar nas terras americanas. Não é de se admirar então, a censura e o sigilo infligido à obra, reencontrada somente no final do século XIX.

No que diz respeito à mão-de-obra indígena, as epidemias de doenças endêmicas no Velho Mundo, como a varíola, que assolaram os enclaves coloniais no final do século XVI³⁴ e a inaptidão dos escravos ameríndios à produção açucareira³⁵, levaram os senhores de engenho a uma substituição étnica da mão-de-obra: incrementando dessa forma o tráfico negreiro, com o derramamento de um enorme contingente africano nas terras brasileiras, o qual produziu melhores resultados no setor agrícola³⁶. Restringindo a mão-de-obra indígena a trabalhos secundários, mas essenciais ao bom funcionamento de um engenho: lavoura de subsistência, milícias, olaria, marcenaria, canoagem, etc. Tarefas que por sua vez não compensariam a utilização de um fator produtivo caro e especializado, como eram os escravos africanos³⁷.

Contribuindo bastante para a concretização dessa substituição étnica, podemos ressaltar as pressões exercidas pelos jesuítas, no intuito de garantir a liberdade indígena e a constituição de uma população agrícola livre. Entrando em choque direto com os interesses dos colonos, essa política missionária, entretanto, conseguiu arrancar da indecisa Coroa Portuguesa, leis régias que limitavam o acesso à escravidão indígena e fomentavam o tráfico africano³⁸.

Paulatinamente, esse contingente nativo seria totalmente substituído ou integrado ao sistema colonial como mão-de-obra livre. Desaparecendo, dessa forma da documentação textual como identidades étnicas distintas. Esse fato nos deixa entrever uma característica do **filtro cultural**³⁹ eurocêntrico na representação das populações indígenas na vasta documentação textual do Brasil Colonial: as populações indígenas só se caracterizam como identidades étnicas

³³ Antonil, *op. cit.*

³⁴ Vainfas, *op. cit.*

³⁵ Salvador, *op. cit.*

³⁶ Schwartz, *op. cit.*

³⁷ Schwartz, *op. cit.*

³⁸ Alencastro, *op. cit.*

³⁹ Consideramos como filtro cultural, os parâmetros ideológicos pelos quais cada cultura absorve ou compreende o novo ou a alteridade. Geralmente uma distorção da realidade apreendida, em conformidade com os padrões valorativos da cultura que entra em contato com esse desconhecido (Vainfas, *op. cit.*).

na medida em que se caracterizam como rivais do projeto colonial. Concomitantemente a pacificação ou subjugação dos grupos indígenas, verifica-se o quase imediato desaparecimento dos mesmos no registro histórico. No entanto, esse desaparecimento documental das populações indígenas, pode refletir uma política de **encobrimento**⁴⁰ do uso da mão-de-obra nativa, o qual será discutido nos capítulos posteriores.

O século XVII se inicia então com o estabelecimento da lavoura açucareira e a estabilização do tráfico africano. Afastados dos lucros exorbitantes obtidos do comércio escravocrata, com a unificação das Coroas Ibéricas, os Países Baixos invadem a colônia portuguesa⁴¹. Tal fato reflete não só a preponderância da política internacional nos acontecimentos coloniais, como também o sucesso da própria empresa açucareira, justificando a apropriação do principal pólo produtor do período pela Companhia das Índias Ocidentais: a WIC⁴². Em favor da brevidade, não é preciso aqui relatar a política da WIC de incentivo da produção açucareira, já amplamente discutida na historiografia. Política essa que se reflete nas dívidas adquiridas pelos senhores de engenho para a recuperação e aumento da produtividade das propriedades pernambucanas. Dívidas, aliás, que foram os motores da expulsão da WIC, pelos produtores pernambucanos⁴³.

Com a expulsão dos holandeses nos aproximamos então do corte cronológico identificado no material cerâmico colonial (louça) do Sítio do Campo e chegamos ao âmago da problemática referente ao mesmo, no que diz respeito ao padrão ocupacional identificado. Diante do que foi apresentado nas páginas anteriores, ficou demonstrada a ocorrência de uma migração do padrão ocupacional colonial, das colinas para as várzeas dos principais rios, onde se encontrava o meio ambiente ideal para a lavoura açucareira⁴⁴. Dessa forma, seria de se esperar que uma propriedade que se dedicasse ao cultivo e ao preparo do açúcar estivesse numa situação topográfica condizente com as necessidades de um engenho.

⁴⁰ Consideramos como encobrimento, o hábito burocrático luso-brasileiro de velar, esconder e uniformizar as culturas indígenas, principalmente do Sertão Nordestino, no intuito de burlar as leis metropolitanas que regulavam o uso da mão-de-obra indígena; as quais proibiam a escravidão da população nativa (MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimientos, Alianças, Resistências e Encobrimento. In: *Fundamentos II – Publicação da Fundação do Museu do Homem Americano*. Recife: Editora de Universidade Federal de Pernambuco, V. 1, n. 2, p. 9-52. 2002.)

⁴¹ Alencastro, *op. cit.*

⁴² Alencastro, *op. cit.*

⁴³ Alencastro, *op. cit.*

⁴⁴ Antonil, *op. cit.*

No que diz respeito ao Sítio do Campo, a tipologia arquitetônica identificada sugeriu uma funcionalidade não condizente com o material arqueológico associado aos alicerces do edifício registrado na Área II, caracteristicamente doméstico (Anexo 1). No entanto, a faixa cronológica estabelecida a partir desses vestígios históricos (1650-1750) e a disposição espacial do assentamento, no topo de um tabuleiro da Formação Barreiras⁴⁵, revelaram um anacronismo do padrão ocupacional no referido sítio. A presença de uma ocupação indígena, que inicialmente parecia estar dissociada espacial e temporalmente da ocupação histórica, acentuou ainda mais essa situação atípica e o anacronismo topográfico verificado. Os fatores que nos levaram a essa interpretação tipológica do Sítio do Campo serão demonstrados no capítulo seguinte.

No entanto, para encontrarmos uma explicação satisfatória para o **anacronismo topográfico**⁴⁶ do padrão ocupacional do Sítio do Campo, mostra-se necessária uma verificação dos acontecimentos principais que marcaram o período. E com essa contextualização histórica da ocupação procuraremos ampliar nossos horizontes interpretativos para o assentamento, demonstrando a mesma nos capítulos posteriores.

O período que vai de 1650 até 1750, no entanto, foi marcado pela desestruturação de todo o sistema colonial e a tentativa de recuperação das terras e propriedades destruídas na reconquista. Evidenciando o grau de instabilidade social que atingiu a colônia, não só em Pernambuco como em todo Nordeste, vale a pena ressaltar a eclosão de revoltas indígenas, que no período foram denominadas “Guerras dos Bárbaros”⁴⁷, ou “dos Cariris”⁴⁸. Além do aquilombamento em massa de escravos africanos fugidos dos engenhos destruídos, sendo o principal deles o de Palmares⁴⁹. O perigo que ameaçava a empresa colonial era tão grande, que tropas foram convocadas até de São Paulo de Piratininga. Comandadas pelos bandeirantes paulistas, Domingos Jorge Velho e Manoel Álvares de Navarro⁵⁰, personagens principais na

⁴⁵ CPRH, *op. cit.*

⁴⁶ Compreendemos como anacronismo topográfico, uma situação ocupacional que não estar de acordo com padrão ocupacional predominante no período a que pertença qualquer sítio. No caso do Sítio do Campo, a situação espacial da Área II, com uma unidade de produção assentada no topo de um tabuleiro, caracteriza-se como um retorno do padrão ocupacional utilizado nos primeiros momentos da colonização, como estratégia de defesa.

⁴⁷ PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 282.2001.

⁴⁸ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 337 1998.

⁴⁹ GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Volumes I e II. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual. 1977.

⁵⁰ Pires, *op. cit.*

história do corte espacial do presente trabalho, essas tropas mamelucas e indígenas⁵¹ foram imprescindíveis para a derrota dessas rebeliões indígenas e africanas⁵².

Nesse sentido, a escassez de mão-de-obra africana⁵³ e a demanda de novas terras gerada pelas recompensas doadas aos “heróis” da reconquista⁵⁴, associaram-se a instabilidade social e a desestruturação do sistema agrícola já mencionadas. Esses fatos provocaram uma situação tal, que forçou os colonos à repetição de um padrão ocupacional anteriormente bem sucedido, num contexto similar: o período inicial de implantação do sistema colonial. Ou seja, a necessidade de defesa das terras e propriedades do ataque dos rebeldes, e mesmo outros colonos, levariam a essa repetição do tradicional e já experimentado.

A presença dos bandeirantes na área delimitada aponta para uma possibilidade interpretativa que pode justificar as correlações tecnológicas e formais identificadas entre o material cerâmico da Área I, identificado como indígena, e da Área II, de tecnologia colonial. Uma das poucas capitanias que ainda utilizava e se especializou numa produção agrícola de subsistência baseada na mão-de-obra indígena, e principalmente de guarani aldeados, foi São Paulo de Piratininga⁵⁵. A escassez de africanos e as “guerras justas” deflagradas no período, quase nos força a correlacionar as duas áreas ocupacionais do Sítio do Campo. Num contexto histórico onde costume e necessidade andavam de mãos dadas, não seria de se surpreender o uso circunstancial da mão-de-obra indígena. A verificação dessa hipótese, a partir desta contextualização histórica dos dados obtidos arqueologicamente, é ao que se propõe o presente trabalho.

Do ponto de vista teórico, questões como espaço e territorialidade, adaptação econômica e interação cultural, projeta a problemática delimitada num patamar epistemológico interdisciplinar, ressaltando uma característica própria da Arqueologia: relações heurísticas circulares entre Antropologia, História e Arqueologia⁵⁶. No que diz respeito ao período em estudo, as relações entre História e Arqueologia são evidentes. A existência da documentação

⁵¹ MONTEIRO, John M. **Negros da Terra Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 300. 1994.

⁵² PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: p. 254. 1998.

⁵³ Schwartz, *op. cit.*

⁵⁴ ALBUQUERQUE (a), Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa**. *Série Monografia*, v.: 4. Recife: Editora Imprensa Universitária, p. 132. 1968.

⁵⁵ Monteiro, *op. cit.*

⁵⁶ TRIGGER, Bruce G. **Historia del Pensamiento Arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, p. 382. 1992.

textual permite uma verificação recíproca entre os conhecimentos arqueológicos e os conhecimentos históricos, no estudo não só de sociedades vivas⁵⁷, mas também, no estudo de sociedades pré-históricas, onde os dados etnohistóricos permitem aproximações verificáveis entre culturas arqueológicas e os grupos registrados na documentação textual⁵⁸.

Quanto aos aportes antropológicos necessários para a identificação das escolhas culturais representadas materialmente nos padrões ocupacionais, tanto da sociedade colonial como das sociedades nativas envolvidas no processo, serão de extrema importância também para a verificação da interação cultural resultante do estabelecimento da sociedade colonial; a qual, no presente trabalho, será verificada a partir da cultura material, mais especificamente, a partir da análise do material cerâmico.

Nessa perspectiva, a guisa de delimitação conceitual, não se pode abordar a cultura material como unidade analítica baseada apenas nos artefatos arqueológicos. Componente de um subsistema do sistema cultural — o sistema tecnológico — o artefato deve por sua vez ser analisado a partir das relações entre os diversos subsistemas sociais passíveis de verificação arqueológica⁵⁹. Ou seja, somente com a correlação do sistema tecnológico — representado pelos artefatos arqueológicos de ambas as culturas envolvidas no processo — com o sistema econômico, o sistema ecológico e os outros sistemas que possam influenciar no processo, será possível a obtenção de informações arqueológicas verificáveis para o caso específico do Sítio do Campo.

No entanto, o vazio arqueológico existente na área em questão — a Olinda Colonial, onde hoje se encontra o município de Paulista — só vem sendo preenchido nos últimos anos, por pesquisas arqueológicas sistemáticas. No entanto, ainda não é possível traçar correlações espaço-temporais mais profundas para o sítio em questão, dada a ausência de um *corpus* arqueológico necessário para abordagens de tipo processual ou pós-processual. Dessa maneira, a escolha de uma abordagem histórico-cultural para a análise do Sítio do Campo, parte do princípio de que, apesar de suas limitações para a compreensão do funcionamento e da mudança cultural, essa abordagem é de extrema utilidade para a identificação de culturas arqueológicas e para o estabelecimento de cronologias culturais.

⁵⁷ ALBUQUERQUE (b), Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.

⁵⁸ Medeiros, *op. cit.*

⁵⁹ MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.

Diante da impossibilidade da identificação étnica, baseada apenas na cultura material, mesmo porque etnicidade não é um conceito central em Arqueologia⁶⁰, nos valeremos de confrontações etnohistóricas, dada a existência de registros históricos de grupos etnohistóricos, onde já foi verificada sua relação com culturas arqueológicas⁶¹. No que diz respeito aos limites da abordagem histórico-cultural na solução da problemática funcionalista, nos valeremos de uma abordagem sistêmica, baseada na análise da cultura material a partir da reconstrução dos perfis tecnológicos⁶². Tal metodologia será aplicada no material cerâmico dos dois grupos envolvidos: os tupinambás históricos e a sociedade colonial. A partir de uma perspectiva ecológica e econômica baseada nas relações subsistêmicas internas e externas, será então possível um refinamento na identificação das **culturas arqueológicas**⁶³ existentes no corte espacial em questão e na identificação de suas adaptações, tanto ambientais como históricas e culturais⁶⁴. Pré-requisito imprescindível para a verificação da hipótese que norteará a interpretação arqueológica do Sítio do Campo.

Estabelecidos esses marcos, partamos agora para o próximo capítulo, onde será apresentado o sítio em sua totalidade e serão aplicados metodologicamente os princípios aqui estabelecidos.

⁶⁰ Trigger, *op. cit.*

⁶¹ BROCHADO, José Proenza. What did the Tupinambá Cook in their Vessels? An Humble contribution to ethnographic analogy. In: *Revista de Arqueologia*. São Paulo: Editora da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Datiloplate Artes Gráfica LTDA V. 6, pp. 40 -89. 1991.

⁶² OLIVEIRA, Cláudia A. Os Ceramistas Pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. In: *FUMDHAMENTOS III, Publicação da Fundação Museu do Homem Americano, Volume 1*. Recife: pp. 57-128. 2003.

⁶³ Delimitação cultural realizada a partir de um conjunto de vestígios arqueológicos, os quais possuem similaridades técnicas e formais que permitem o agrupamentos dos mesmos, numa unidade cultural composta pela uniformidade dos atributos.

⁶⁴ Trigger, *op. cit.*

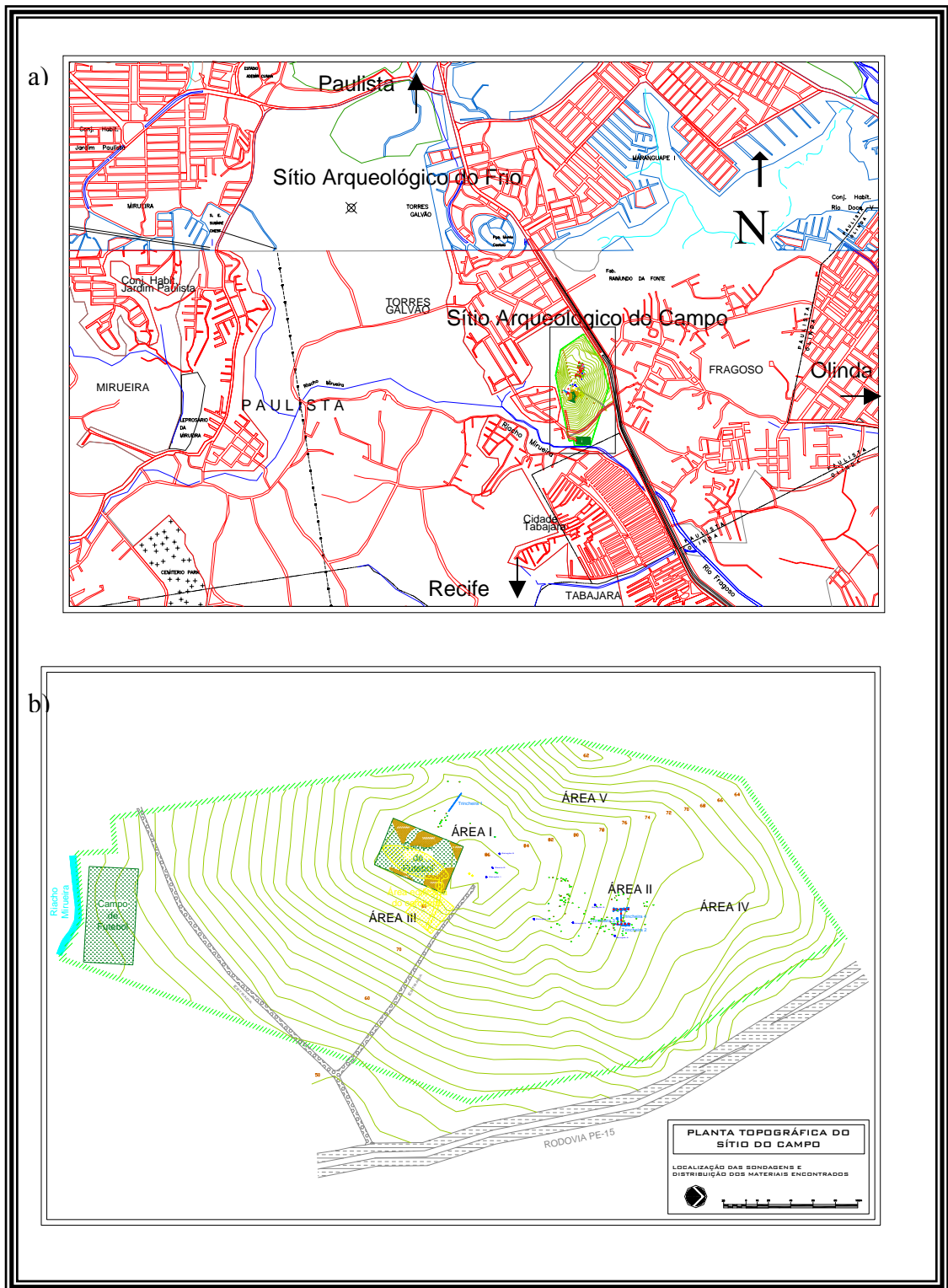


Figura 4: a) Localização espacial do Sítio Arqueológico do Campo em relação aos municípios circundantes e ao Sítio Arqueológico do Frio. Paulista-PE. b) Localização espacial das áreas ocupacionais do Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. (Fontes: a) COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001; b) NEA/UFPE)

3. Capítulo II: Abordagem Arqueológica

O Sítio Arqueológico do Campo é um desses casos em que se chocam os interesses patrimoniais e o desenvolvimento urbano. Localizado na divisa do bairro olindense de Cidade Tabajara com o Município do Paulista (Fig. 1), essa situação geopolítica foi o principal obstáculo para a preservação do sítio em sua integridade. Como se não bastasse a intensa especulação imobiliária que tem assolado a área desde a década de 1950, essa situação de “fronteira em litígio”, gerou uma confusão burocrática, na hora de seu tombamento. Mais especificamente, no que diz respeito às autarquias responsáveis pela a área em questão, onde atualmente está assentado o Loteamento Parque Paulista; o qual, segundo moradores locais, está vinculado ao bairro de Cidade Tabajara, em Olinda. No entanto, politicamente, integra-se ao município do Paulista¹ (Fig. 4).

Dessa maneira, enquanto se requeria o tombamento do sítio na Prefeitura Municipal da Cidade de Olinda, através dos órgãos responsáveis, a Prefeitura da Cidade do Paulista liberava a área para a construção de um empreendimento particular. Esse empreendimento, o Cemitério Morada da Paz, no momento de sua construção, destruiu, na sua totalidade, a ocupação indígena com a terraplanagem do terreno para a instalação de um velório². Tal fato, no que diz respeito à análise arqueológica da ocupação, impôs um limite interpretativo o qual pretende transpor o presente trabalho. No entanto, ainda foi possível identificar outras áreas com potencialidade arqueológica - caracterizadas por ocupações históricas - com tipologias construtivas que sugerem diversos momentos cronológicos. As campanhas arqueológicas realizadas no sítio visavam então, o salvamento dessa documentação material ameaçada.

Contudo, os limites próprios do salvamento arqueológico, não permitiram o esgotamento das informações passíveis de verificação material. Sendo então transferidas para campanhas futuras, o resgate dessas informações, que podem traçar uma seqüência ocupacional que se estende até os dias atuais. Campanhas essas que precisam ser imediatas, dada a característica funcional básica do Cemitério Morada da Paz, a qual ameaça diretamente o registro arqueológico.

¹ BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista - PE. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.2004.

² Borges *et alli*, *op. cit.*

3.1. Sítio Arqueológico do Campo: Caracterização Geomorfológica

O Sítio do Campo, localizado nas coordenadas S 7° 57' 53.6" e W 34° 52' 11.7", insere-se no Setor Norte do Litoral Pernambucano, segundo Relatório de Diagnóstico Ambiental³. Constituído por oito municípios (Fig. 5), onde os maiores são Paulista, Goiana, Abreu e Lima e Igarassu, essa porção do litoral pernambucano possui características geomorfológicas específicas que moldaram e moldam as ações antrópicas na exploração dos recursos exploráveis (Fig. 6). Essas potencialidades e limitações características do meio ambiente gerado por essa situação local, diferenciaram historicamente a exploração econômica da área.

Integrando a Bacia Sedimentar Costeira Pernambuco-Paraíba, com idades que vão do Cretáceo ao Pleistoceno, os terrenos do Litoral Norte estão constituídos por depósitos terciários e quaternários, sobre um embasamento cristalino que aflora numa faixa estreita de sua porção oeste⁴; os quais constituem sete formações geológicas, abaixo citadas (Fig. 6):

- Sedimentos Quaternários (planície costeira);
- Formação Barreiras;
- Formação Maria Farinha;
- Formação Gramame;
- Formação Itamaracá;
- Formação Beberibe;
- Embasamento Cristalino⁵.

No que diz respeito ao sítio em questão, ressaltamos a Formação Barreiras, estrutura geológica mais extensa da área, onde o mesmo se encontra assentado. Com cronologias plio-pleistocênicas é constituída por sedimentos areno-argilosos não consolidados, de origem continental dispostos sobre as estruturas mais antigas: Formação Beberibe, Formação Gramame, Formação Maria Farinha, em ordem cronológica⁶. Apresenta, a mesma, três fácies com textura e processos deposicionais distintos:

³ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.

⁴ CPRH, *op. cit.*

⁵ LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA MARINHA (LGGM)-UFPE. **Macrozoneamento Costeiro do Litoral de Pernambuco folha Itamaracá (SB.25-Y-C-VII)**. Recife: p. 97.1992.

⁶ CPRH, *op. cit.*

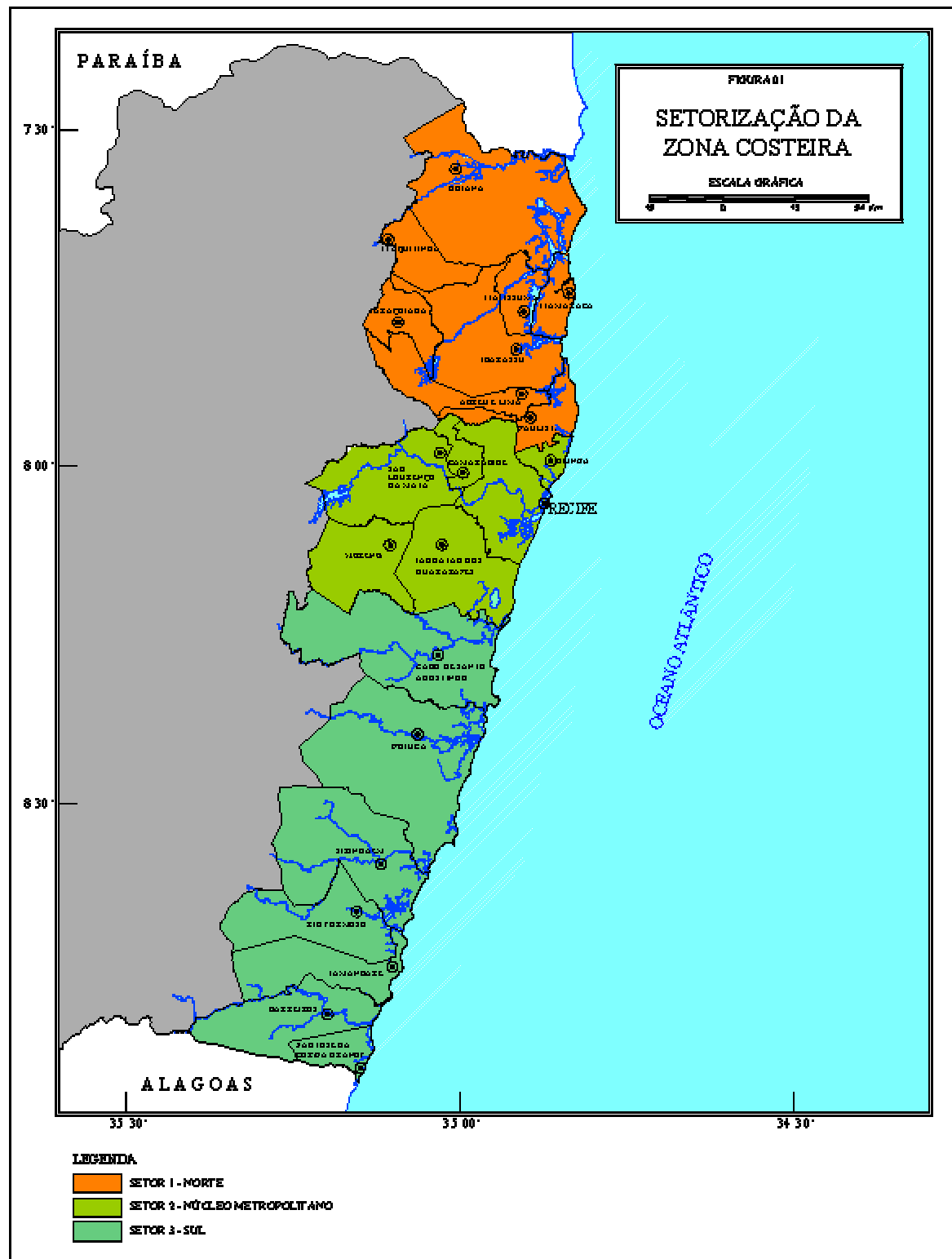


Figura 5: Setorização do litoral pernambucano. Fonte: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). **Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Norte.** Recife, 2001.

1. **fácies de leques aluvionais coalescentes**: constituída de arenitos conglomeráticos com seixos de quartzo e blocos de laterita, intercalados de camadas siltico-argilosas; ao sul da área em questão;
2. **fácies fluviais entrelaçadas**: sendo a maior em extensão, é constituída por sedimentos de granulometria variada (cascalho e areia grossa e fina), intercalados de camadas e lentes siltico-argilosas; o Sítio do Campo encontra-se assentado sobre sedimentos dessa *fácies*;
3. **fácies fluvio-lagunar**: restrita à Ilha de Itamaracá e constituída de sedimentos arenosos quartzo-feldspáticos, sucedidos de camadas argilosas ricas em material orgânico (coloração cinza-esverdeada)⁷.

Devido a características texturais e mineralógicas típicas de *fácies* de tipo aluvionais, o Litoral Norte apresenta camadas aquíferas que se apresentam como reservas hídricas subterrâneas.

Quanto ao relevo, a Formação Barreiras é formada por **tabuleiros**⁸ com variação altimétrica de 40m a 160m, que se concentram em dois grandes conjuntos: um localizado ao Norte, no Município de Goiana, com declividade entre 15% e 30%; e outro, ao Sudoeste, se estendendo da BR-101 até o litoral, abrangendo os municípios do Paulista, Abreu e Lima e Igarassu, apresentando declividades acima de 30%⁹. A típica horizontalidade dos topos de um relevo constituído por tabuleiros, permite a ocupação agrícola e habitacional dos mesmos. Esse favorecimento pode ser evidenciado histórica e arqueologicamente, pela seleção desse tipo de relevo pelas populações nativas e pela apropriação desse padrão ocupacional pelas primeiras levas colonizadoras.

⁷ LGGM-UFPE, *op. cit.*

⁸ **Tabuleiros**: relevo de topos planos entrecortados de vales estreitos e profundos, os quais na área estudada apresentam alta declividade (>30%, na região) (COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.).

⁹ CPRH, *op. cit.*

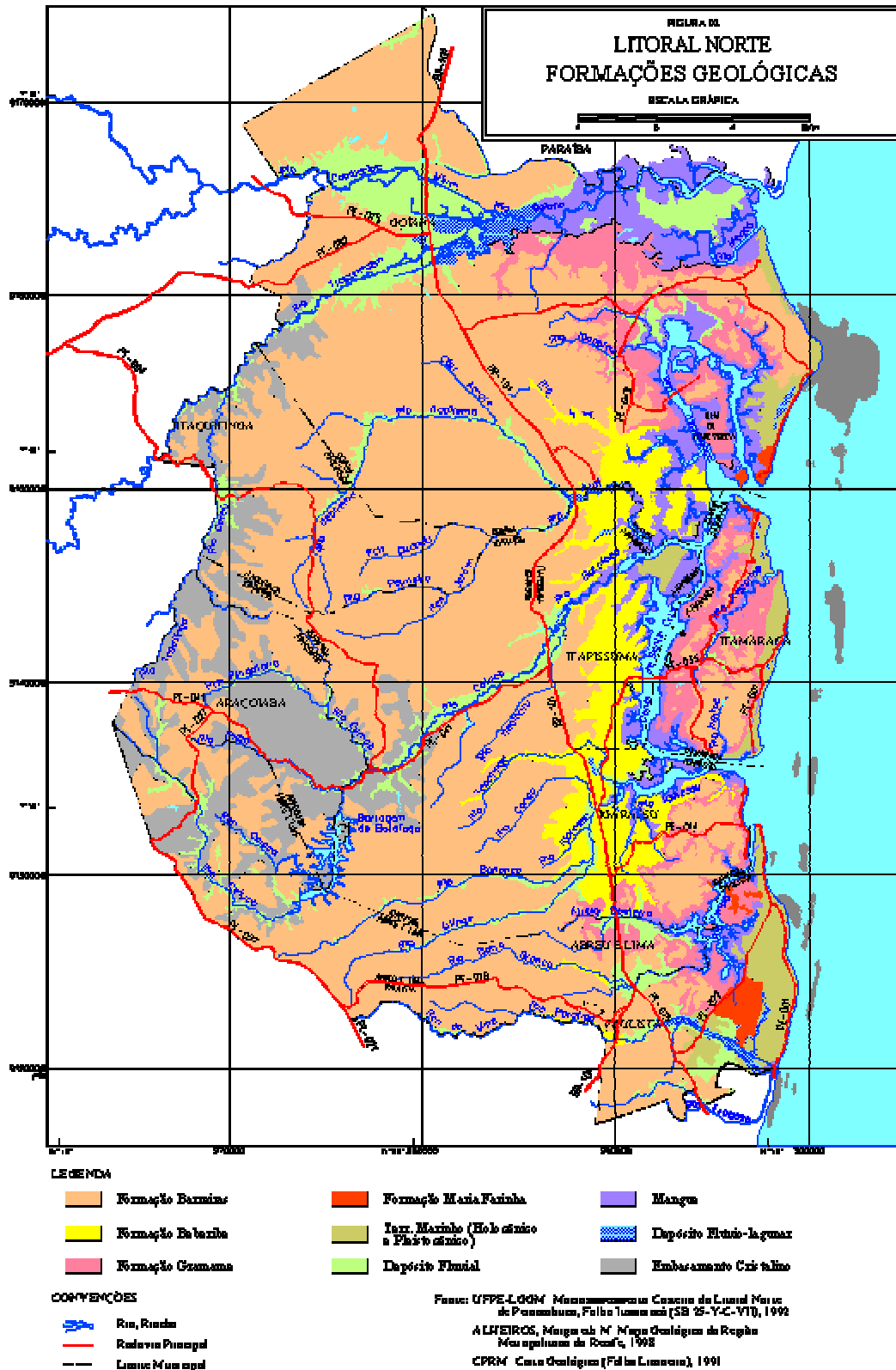


Figura 6: Formações geológicas do Litoral Norte de Pernambuco. Fonte: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). **Diagnóstico Sócioambiental do Litoral Norte.** Recife, 2001.

Os tabuleiros foram os relevos preferidos pelos Tupinambá históricos para a instalação de suas aldeias, proporcionando áreas habitacionais mais higiênicas, que os vales úmidos e profundos, e estrategicamente melhor posicionadas¹⁰. Repetindo as mesmas escolhas no padrão ocupacional, as primeiras vilas fundadas também estão assentadas em tabuleiros, como é o caso de Olinda.

A constituição argilo-arenosa dos sedimentos da Formação Barreiras permite uma exploração de recursos para a construção civil, colocando em risco a potencialidade arqueológica da área com o desmonte dos morros e descaracterização do relevo¹¹. No entanto a existência desses recursos naturais foi de extrema importância para a economia colonial, fornecendo matéria-prima para a construção das vilas e engenhos. Não só com materiais construtivos, mas também com o fornecimento de argilas para as olarias, necessárias tanto para a confecção de telhas e tijolos, como para a produção cerâmica de uso cotidiano. Recurso esse também explorado pelas populações nativas na confecção de sua própria indústria ceramista. Não é à toa que se concentraram nessa área as unidades produtivas desses recursos: olarias e fornos-de-cal¹².

Os principais materiais construtivos utilizados no período colonial constituíam-se de telhas e tijolos cerâmicos, blocos areníticos ou calcários, caliça (composta de areia, cal¹³ e resinas orgânicas) e madeira¹⁴. Os recursos necessários para essa produção encontravam-se presentes nas formações geológicas do Litoral Norte. E a exploração econômica desses recursos naturais caracterizou historicamente a ocupação da área¹⁵, como veremos mais adiante, no capítulo referente à contextualização histórica.

Dessa forma, vale ainda a pena discorrermos sobre as outras formações geológicas que também foram exploradas no período colonial. Das quais podemos destacar a Formação Beberibe, situada entre a Formação Barreiras e os depósitos quaternários. Assentada diretamente sobre o embasamento cristalino, a qual chega a atingir espessuras de 180m a

¹⁰ SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, p. 302. 2001; MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.

¹¹ CPRH, *op. cit.*

¹² SCHMALZ, Carlos Alfredo. Material de Construção no Burgo de Duarte Coelho. *Cadernos Olindenses: História*. Recife: Edições Katholon, V. 1, pp. 7 – 15. 1960.

¹³ Geralmente fabricadas a partir da queima de blocos calcários, foi comum também, durante todo o período colonial o uso de conchas de bivalves (ostras), como substitutos ou complementos, na fabricação de c al. O uso dessa matéria-prima animal caracterizava-se como um reaproveitamento do refugo de um recurso alimentar advindo do extrativismo marinho, muito comum na área: coleta de crustáceos e moluscos (ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003.).

¹⁴ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, Volumes I e II. 1978.

¹⁵ Andrade, *op. cit.*

250m, quando se aproxima do litoral¹⁶. É constituída de arenitos continentais, que na base da estrutura são conglomeráticos e intercalados por níveis argilosos, enquanto na parte superior são camadas superpostas de arenitos finos e siltitos, separadas entre si, por lentes de argila orgânica¹⁷. As espessas camadas de arenito que caracterizam a base da formação prestam-se ainda hoje em dia para exploração na construção civil. Com a associação ao arenito, a extração desse recurso como material construtivo foi intensa no período colonial¹⁸.

Outra área fornecedora de matéria-prima para a construção civil, principalmente o calcário para a produção de cal e cimento, foi a Formação Gramame. Situada imediatamente atrás da planície costeira e dos depósitos quaternários, tem origem marinha e está assentada sobre os arenitos da Formação Beberibe¹⁹. Apresenta duas *fácies* na área em questão: uma fosfática e localizada em áreas isoladas²⁰ com alto índice de fertilidade no solo; e outra calcária, assentada sob sedimentos da Formação Barreiras, circundando os tabuleiros e servindo de fonte de matéria-prima para a cal, principalmente no período colonial.

Vale ainda ressaltar a Formação Maria Farinha, com cronologia terciária e constituída por calcários de alto teor fossilífero. Assentado sobre a Formação Gramame, esses calcários caracterizam-se pela alta qualidade na produção da cal. Diferente das outras formações, sua ocorrência se dá de forma isolada. Na área em questão, é registrada ao Norte do Rio Paratibe, entre a PE-22 e o Rio Limoeiro, onde hoje se encontram os conjuntos habitacionais de Engenho Maranguape e Maranguape II. Constituindo terras do que foi a Freguesia de Maranguape, essa área fazia parte das propriedades de João Fernandes Vieira, onde possuía fazendas de gado e vários fornos de cal²¹, baseados na exploração da Formação Maria Farinha e Gramame. Ainda hoje esses recursos minerais prestam-se a produção de cimento e cal para a construção civil²².

Para finalizar, falta ainda uma caracterização dos potenciais agrícolas da área em questão, o qual se dará com a descrição das duas estruturas geológicas restantes. Ou seja, o embasamento cristalino e os depósitos quaternários. Aflorando na porção Norte e Noroeste do Litoral Norte, o embasamento cristalino constitui o substrato impermeável da área, situando-se em profundidades de 20m a 240m, quando próximo da costa. Apesar da fertilidade

¹⁶ CPRH, *op. cit.*

¹⁷ CPRH, *op. cit.*

¹⁸ Schmalz, *op. cit.*

¹⁹ CPRH, *op. cit.*

²⁰ Municípios do Paulista, Abreu e Lima e Igarassu. Áreas onde se encontravam as principais unidades agrícolas do período colonial.

²¹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953.

²² CPRH, *op. cit.*

apresentada no manto de alteração, seus solos foram formados em um paleo-clima úmido e sob ação intensa de intemperismos químicos, o que impõe fortes restrições ao uso agrícola. Em decorrência da instabilidade do solo e o constante risco de erosão, intensificado pelo desmatamento descontrolado, a área não se presta nem para a agricultura intensiva, nem para a ocupação imobiliária²³.

Os depósitos sedimentares recentes ou quaternários são formados pelos depósitos fluviais, depósitos de mangue, de brejo e de pântano, praias, terraços marinhos e recifes e, possuem uma cronologia quaternária relacionada com as variações relativas do nível do mar²⁴. No que diz respeito aos recursos agrícolas, para a área em questão, importam os terraços fluviais. Apresentando uma morfologia plana e largura máxima de extensão em 6 km, são constituídos por solos férteis e úmidos, devido à superficialidade dos lençóis freáticos, o que permite a localização de núcleos rurais e urbanos²⁵.

No entanto, diferentemente das várzeas do Litoral Sul, continentais em sua maior porção²⁶, no Litoral Norte, a proximidade do ambiente marinho reduz a potencialidade agrícola com a salinização dos solos. Nesse sentido, são poucas as áreas onde se pode implantar uma agricultura intensiva, de acordo com as necessidades da produção açucareira, a qual se restringe à porção norte da área em questão, na Bacia do Rio Goiana, mais especificamente no vale do Rio Capibaribe Mirim²⁷ (Fig. 8).

Por outro lado, as áreas de manguezais, brejos e pântanos — áreas de contato entre o ambiente marinho e fluvial — são ricas em recursos extrativistas, oriundos da pesca e da coleta de produtos do mar. Caracterizando mais uma feição da economia local, principalmente no período colonial e, mais especificamente no corte cronológico do presente trabalho²⁸: o extrativismo de recursos naturais²⁹; o qual pode também ser estendido para as áreas de cobertura vegetal situadas nos tabuleiros e vales, onde foi intensa a exploração de madeira para a alimentação das fornalhas dos engenhos e dos fornos de cal e das olarias³⁰.

²³ CPRH, *op. cit.*

²⁴ DOMINGUEZ, José M. L.; BITTENCOURT, Abílio C. S. P.; LEÃO, Zelinda M. A. N.; AZEVEDO, Antônio E. G. Geologia do Quaternário Costeiro do Estado de Pernambuco. *Revista de Geociências*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 20, pp. 208 - 215. 1990.

²⁵ CPRH, *op. cit.*

²⁶ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH)/UFPE-LGGM. **Diagnóstico Preliminar Sócio-Ambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. CPRH/GERCO. Recife: p. 87 1997.

²⁷ CPRH, *op. cit.*

²⁸ 1706: cronologia relativa obtida a partir do material cerâmico (louça) da ocupação histórica do Sítio do Campo, Área II.

²⁹ Andrade, *op. cit.*

³⁰ DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Editora CIA. das Letras, p. 484. 1996.

Diante do apresentado, podemos passar para a etapa seguinte, na qual, a partir desses marcos geo-ambientais, procuraremos caracterizar espacial e cronologicamente o Sítio do Campo. Antes, porém, explanaremos sobre a metodologia de campo que norteou o trabalho de salvamento arqueológico.

3.2. Sítio Arqueológico do Campo: Metodologia de Campo e Histórico das Campanhas arqueológicas.

Como já mencionado, o Sítio Arqueológico do Campo está localizado nas coordenadas S 7° 57' 53.6" e W 34° 52' 11.7". Assentado no topo de um tabuleiro da Formação Barreiras — com altitude de ± 56 m — está situado no Município do Paulista, onde hoje se encontra o Cemitério Morada da Paz (Fig. 7). A área de abrangência do sítio coincide com o perímetro da propriedade do cemitério e encontra-se encravada entre os núcleos habitacionais de Cidade Tabajara, em Olinda, e Torres Galvão, no Município do Paulista (Fig. 4). Localizado na margem esquerda do Riacho Mirueira, encontra-se próximo ao ponto onde este cruza com a rodovia PE-15, o que insere o sítio na rede hidrográfica das bacias de pequenos rios litorâneos³¹ (Fig. 8). Atuando como marcos geográficos, esses pequenos rios litorâneos, na maioria das vezes, concretizavam os limites entre as propriedades, sesmarias e datas de terra, doadas durante o período colonial³².

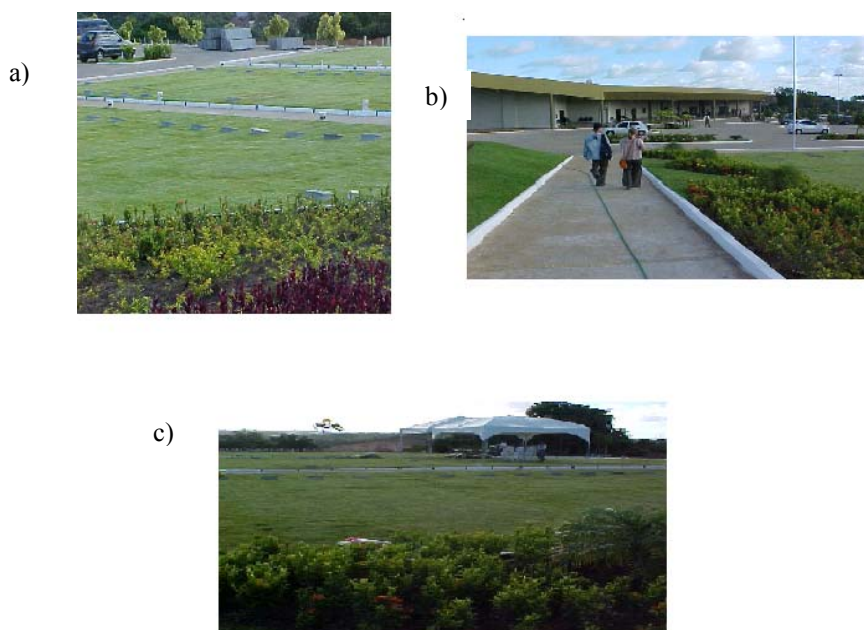


Figura 7: Área I após a instalação das dependências do Cemitério Morada da Paz. Sendo, a) Jazigos, b) Velórios, c) Vista geral dos jazigos.

³¹ CONDEPE. **Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco**. CPRH/DHF/GRH, 1996.

³² SCHMALZ, Alfredo Carlos. *A Sesmaria. Coleção "Katholon", Caderno 5*. Brasil: Editora da Faculdade de Direito de Caruaru, p. 19. 1960; BARBOSA, Bartira Ferraz. **PARÁ-NAMBUCO: Ocupação Espacial e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVI e XVII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: p. 314. 2003.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS CORPOS D'ÁGUA DO GRUPO DE BACIAS DE PEQUENOS RIOS LITORÂNEOS - GI1

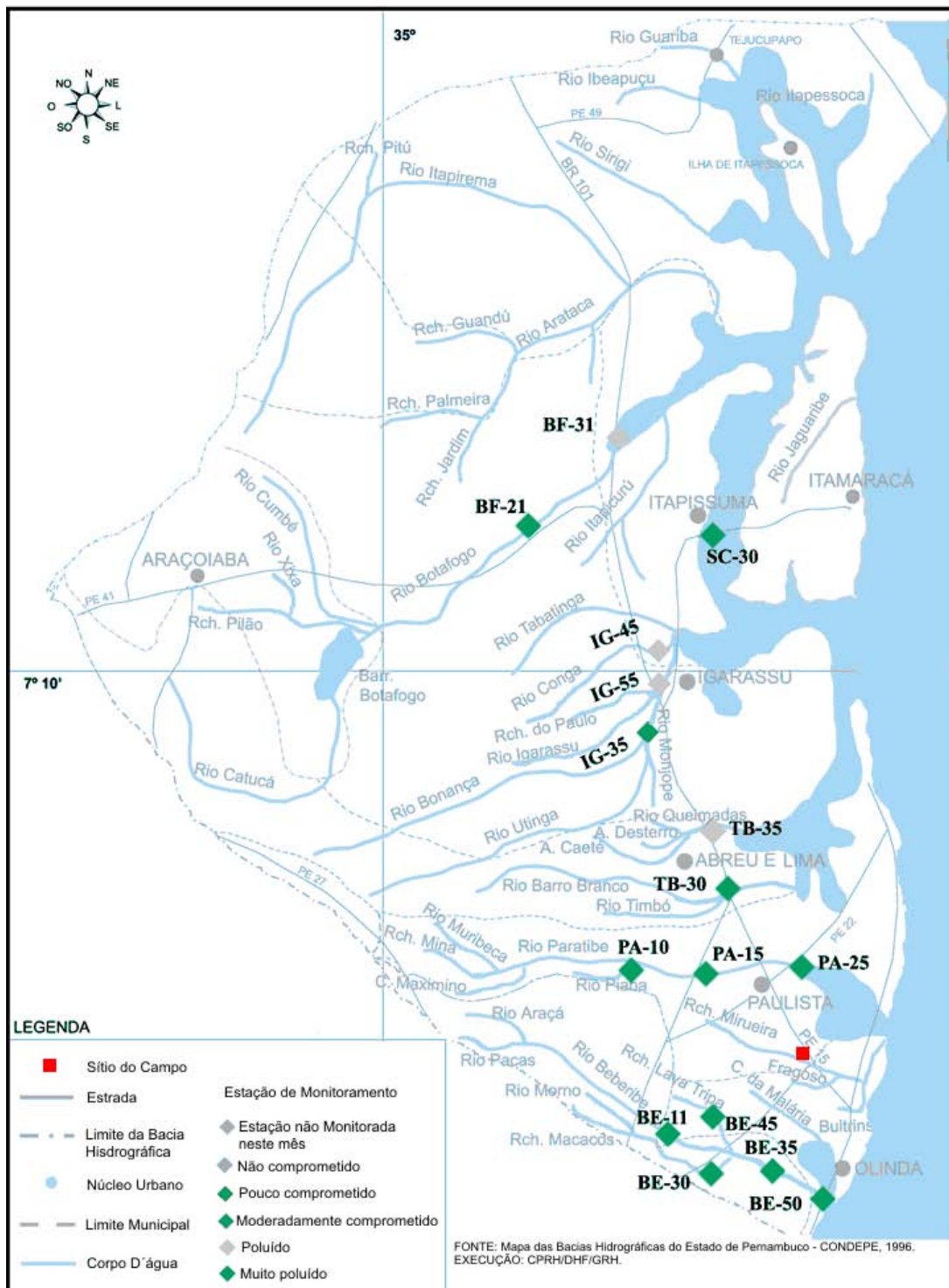


Figura 8: Mapa hidrográfico do grupo de bacias de pequenos rios litorâneos do Litoral Norte pernambucano.

Ao todo foram realizadas três campanhas arqueológicas. A primeira campanha, a qual se caracterizou como uma inspeção arqueológica foi realizada no ano 2000. Foi motivada pelo comunicado feito ao Núcleo de Estudos Arqueológicos da Universidade Federal de Pernambuco (NEA-UFPE), pelo morador local Sr. José Lindemberg Cavalcanti da Silva Sobrinho. Nesse comunicado, trouxe o referido morador, dois vasilhames cerâmicos que, segundo o mesmo, encontravam-se enterrados um sobre o outro (Fig. 9). Quanto ao estado de conservação, apenas o que se encontrava totalmente sob o solo, não sofreu perda de partes constituintes. Àquele que servia de tampa, no entanto, faltava um bom número de fragmentos, já que o mesmo se encontrava aflorando à superfície. Ainda segundo o mesmo morador, o sedimento que preenchia o interior dos vasilhames possuía textura e coloração diferenciada do sedimento que encobria as peças.

Mediante tal informação, foi realizada a visita ao sítio, na qual se confirmou a presença de um sítio cerâmico, onde a associação com material lítico sugeria uma cronologia pré-contato.

O tabuleiro onde estava assentado o sítio cerâmico era utilizado pela população local de duas formas: como atalho e como campo de futebol. Assentado sobre a área mais plana do topo, onde também estavam dispostas as concentrações de material arqueológico, situava-se o referido campo de futebol. Tal situação colocava em risco o material que se encontrava aflorado. Dessa maneira, foi realizada a coleta do material de superfície, respeitando-se a disposição do mesmo em relação às áreas de concentração.

Concomitantemente, foi realizada uma prospecção no topo do tabuleiro, na qual verificou a existência de material arqueológico histórico, numa área situada ao Norte/Nordeste do campo de futebol: contando telhas e tijolos artesanais, associados a fragmentos cerâmicos coloniais (cerâmica vermelha e louça). Como esse material não se encontrava sob ameaça, foi apenas registrada a sua presença, sem a realização de coletas. A clareira aberta na vegetação sugeria a possibilidade da existência de vestígios arquitetônicos (Fig. 10).

No que diz respeito à localização exata do material coletado, não foi prevista a necessidade de um levantamento topográfico no ato de uma inspeção arqueológica. No entanto, ainda foi possível localizar a impressão deixada pelos vasilhames, no momento da coleta realizada pelo morador. Localizado entre duas manchas húmicas de concentração de material arqueológico, foi possível realizar a amarração do local onde se encontrava a estrutura, a partir de pontos fixos: postes da rede elétrica. Também a partir desses pontos

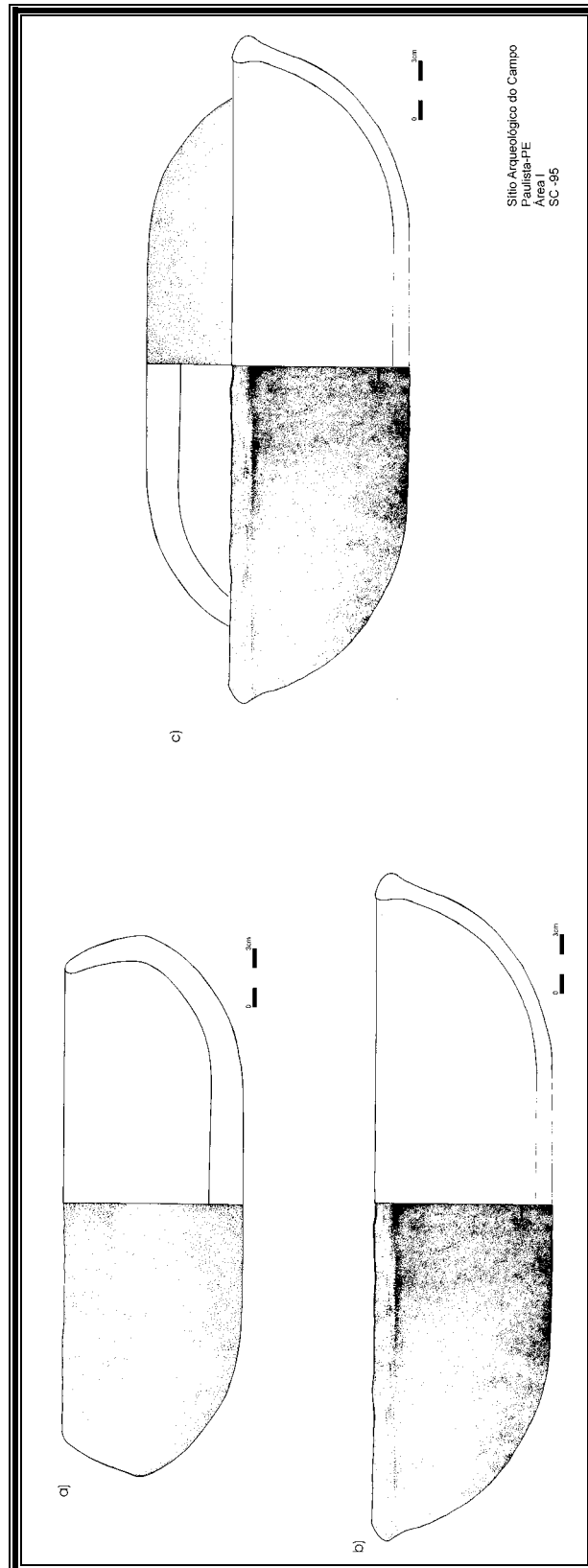


Figura 9: Reconstituição dos vasilhames cerâmicos que compunham a estrutura arqueológica encontrada pelo Senhor José Lindemberg da S. S. Onde, a) Vasilhame utilizado como tampa e parcialmente reconstituído; b) Vasilhame totalmente reconstituído; c) Reconstituição hipotética da estrutura.

fixos, com a realização de uma planta baixa (Fig. 11), foram localizadas as áreas de concentração de material arqueológico, sendo os vestígios coletados e etiquetados a partir dessa referência espacial. Esse procedimento permitiria a correlação desses vestígios com aqueles metodologicamente coletados em campanhas futuras.



Figura 10: Vista geral da Área II durante a inspeção arqueológica realizada no Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

Campanhas arqueológicas que, segundo as leis patrimoniais³³, só podem ser realizadas após autorização dos órgãos competentes, no caso o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPAHN - Brasil). Deu-se início então, ao labirinto burocrático que derrocou na destruição da ocupação indígena do Sítio do Campo, durante a instalação das dependências do Cemitério Morada da Paz.

Nesse ínterim, após autorização do IPHAN e aprovação do “**Projeto Marim dos Caetés: Arqueologia e História Indígena de Olinda, PE.**”³⁴, foi realizada a segunda campanha, em janeiro de 2003. De imediato foi confirmada a destruição da ocupação indígena, então denominada Área I, com a terraplanagem da mesma para instalação do velório (Fig. 12). Tal situação caracterizou essa campanha como um salvamento arqueológico, que por sua vez, possui procedimentos que visam otimizar o resgate de informações arqueológicas num curto prazo de tempo.

³³ CARTA de Veneza. Carta Internacional Sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n.22, p.106-107.1987; INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, p. 343. 1995.

³⁴ Órgão financiador: Fundação de Amparo à Ciência e Ensino do Estado de Pernambuco. (FACEPE).

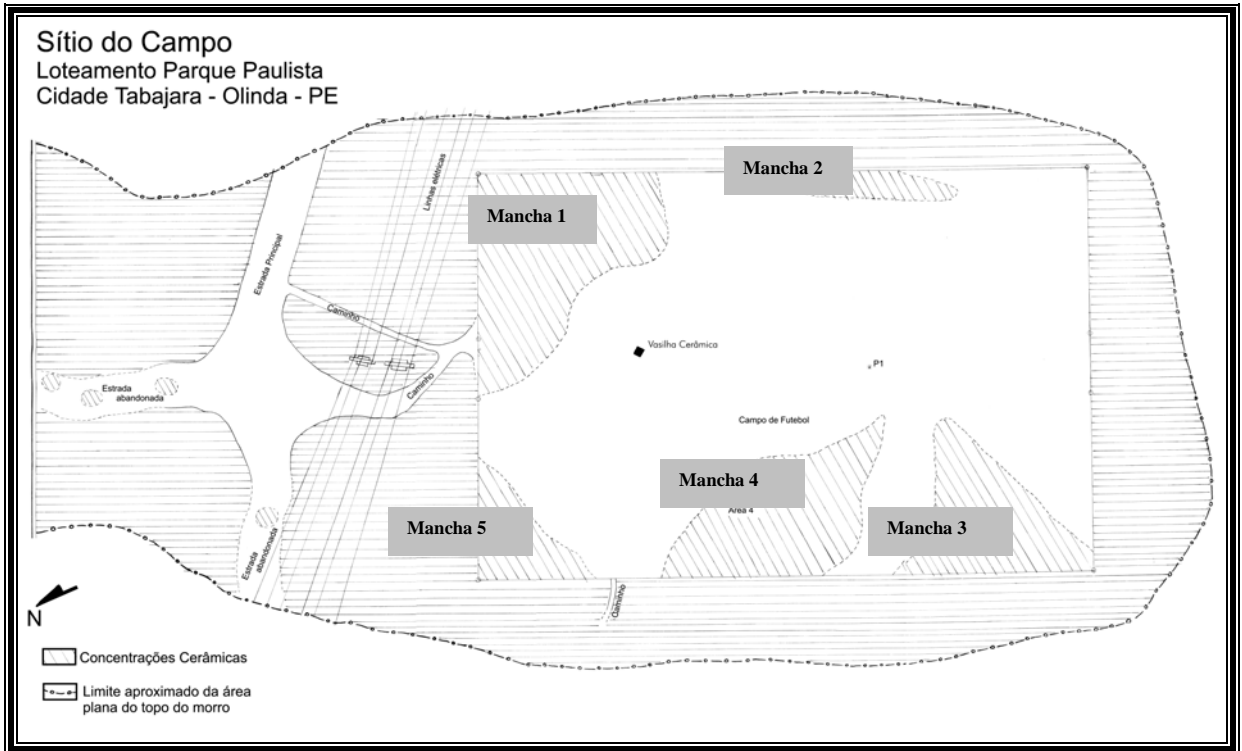


Figura 11: Croqui da Área I do Sítio Arqueológico do Campo realizado durante a inspeção arqueológica. Paulista-PE.



Figura 12: Vista geral da Área I do Sítio Arqueológico do Campo durante a realização da terraplanagem para instalação dos jazigos do Cemitério Morada da Paz. Paulista-PE.

Orientados por esse princípio, realizamos a abertura de uma trincheira-teste (Trincheira 1), em porções da Área I que não haviam sofrido a terraplanagem, constatando a ausência de material arqueológico (Fig. 13). Paralelamente, foi realizada a coleta de material de superfície, tanto na Área I, como na área de ocorrência de material histórico, denominada Área II. Nesta última, na porção onde se concentrava um maior número de vestígios materiais, foi aberta outra trincheira-teste (Trincheira 2), apresentando não apenas material arqueológico como estruturas arquitetônicas (Fig. 14). Em uma dessas estruturas (Estrutura 2), foi realizada uma sondagem, a qual evidenciou a base de seu alicerce (Fig. 15). Uma descrição mais detalhada de ambas as áreas, assim como dos vestígios e estruturas reveladas (Fig. 16), constará no capítulo seguinte.



Figura 13: Vista geral da escavação da Trincheira 1. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE.



Figura 14: Vista geral da escavação da Trincheira 2. Sítio Arqueológico do Campo, Área II. Paulista-PE.



Figura 15: Sondagem realizada na Estrutura 2 na Trincheira 2. Sítio Arqueológico do Campo, Área II. Paulista-PE.

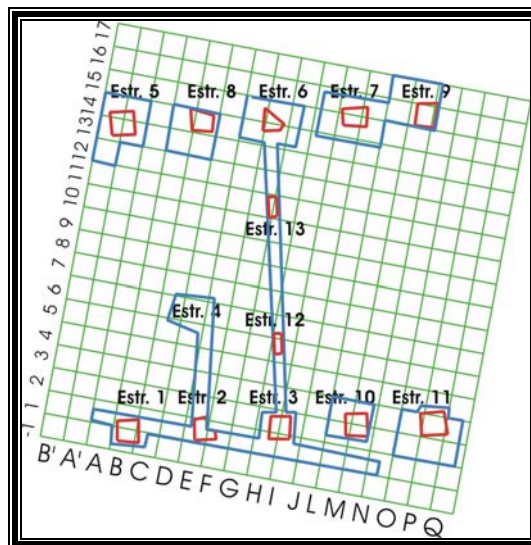


Figura 16: Representação das estruturas arquitetônicas evidenciadas na Área II. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

As decapagens foram orientadas pelos níveis naturais e todo o sedimento foi peneirado, evitando assim a perda de qualquer vestígio. Foi realizado o levantamento topográfico da área, a partir de uma carta já confeccionada pelo projeto arquitetônico do cemitério, realizando as correções necessárias para a leitura arqueológica. Nessa carta foram localizadas ambas as áreas arqueológicas, assim como as estruturas evidenciadas e o material

arqueológico coletado na superfície, em relação às atuais estruturas arquitetônicas do cemitério (Fig. 4). Todo material coletado foi etiquetado, constando informações referentes a sua localização horizontal e vertical e, quando necessário, sua relação com outros vestígios e estruturas.

A partir dos dados obtidos em campo e em análises laboratoriais preliminares, a terceira campanha foi realizada com objetivos pré-definidos, em março de 2004. Foram eles: a ampliação da Trincheira 2, localizada na Área II, visando revelar a totalidade da estrutura arquitetônica e sua identificação funcional; a prospecção nas encostas do tabuleiro, visando à identificação de material arqueológico carreado e outras estruturas arquitetônicas; a obtenção de dados materiais que pudessem indicar a existência de uma correlação espaço-temporal entre as duas ocorrências; a seleção de áreas nas quais será vetada a realização de enterramentos pelo Cemitério Morada da Paz.

Nesse sentido, a partir da razão métrica que separava as estruturas da Trincheira 2, identificadas na campanha anterior, foram realizados cortes-teste baseados nesse padrão arquitetônico. Tal procedimento visava revelar os componentes estruturais da unidade arquitetônica, que servissem de orientação na identificação de sua funcionalidade. Serviu de guia para as decapagens realizadas, o perfil estratigráfico evidenciado na sondagem realizada na estrutura 2 (Fig. 17).

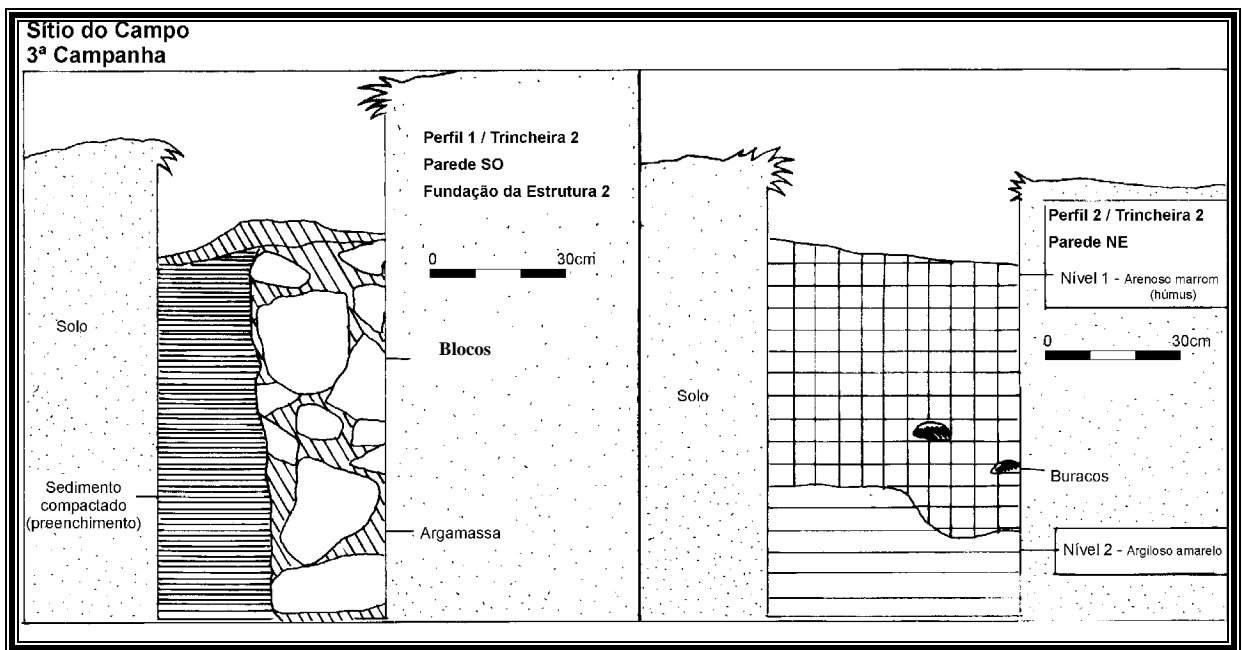


Figura 17: Perfis estratigráficos evidenciados na sondagem realizada na Estrutura 2. Trincheira 2, Área II. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

Quanto às prospecções realizadas, seu objetivo principal era a identificação de material carreado de ambas as áreas, principalmente da Área I, destruída com a terraplanagem. Nessas prospecções foram identificadas mais duas áreas de concentração de material arqueológico: a Área III, localizada na encosta sul, adjacente à Área I, composta por restos de rituais afro-brasileiros, realizados atualmente³⁵; Área VI, situada numa pequena área plana à Nordeste da Área II, constituída de material arqueológico carreado da mesma, principalmente material construtivo. E mais duas áreas com ruínas arquitetônicas: Área IV, localizada à Sudeste da Área II, com tipologia construtiva de tijolos artesanais; Área V, localizada à Noroeste da Área II, com tipologia construtiva de tijolos industriais (com furos). (Fig. 4)

Como essa campanha visava obter informações correlacionais entre as duas ocupações que sofreram intervenções arqueológicas (áreas I e II) e, o material arqueológico que as mesmas possuíam em comum era o cerâmico, concentramos as atividades na identificação funcional da estrutura arquitetônica e a coleta de material de superfície, no perímetro imediato da Área II.

Como procedimento padrão, todo o sedimento foi peneirado, as estruturas e materiais arqueológicos localizados vertical e horizontalmente e as etiquetas compostas por informações sobre essas referências espaciais. Acondicionados de forma a preservar sua integridade, todo material coletado foi encaminhado para o NEA, onde foram realizadas análises laboratoriais.

No que diz respeito às estruturas arquitetônicas reveladas, foi realizado além do já referido levantamento topográfico, o levantamento fotográfico e a representação gráfica das mesmas (planta baixa) com os materiais associados.

Tomando como base o acima descrito, partamos agora para o próximo segmento do capítulo, onde serão apresentados os resultados da aplicação dos procedimentos de intervenção arqueológica adotados.

³⁵ Não foi identificação material arqueológico de procedência indígena, o qual era o sentido principal do levantamento nas encostas do tabuleiro.

3.3. Sítio Arqueológico do Campo: Descrição das áreas ocupacionais

3.3.1. Área I

Como já mencionado, uma clareira aberta na Área I, servia de campo de futebol para a população local. O acesso a esse campo se dava por uma vicinal que cortava a encosta Leste do tabuleiro onde se encontra o sítio, seguindo como trilha na vegetação secundária, até o Conjunto Residencial Parque Paulista. O mesmo tipo de vegetação secundária, composto tanto de espécies nativas como de transplantadas, margeava toda a clareira do campo de futebol, se estendendo em direção à Área II. Exceto na lateral Leste do referido campo, onde tinha início a declividade da encosta, quando se tornava mais esparsa, com espécimes de médio porte (Fig. 11).

Com uma área de 3.046m², referente apenas ao campo de futebol, a área plana que compunha esse setor do tabuleiro, encontrava-se parcialmente coberta pela vegetação e se estendia também em direção ao Oeste, onde estão levantadas, hoje em dia, as residências do já mencionado conjunto habitacional; O qual se encontra assentado no interior do vale formado pelo Riacho Mirueira. Vale profundo e alagadiço, impróprio tanto para fins agrícolas como habitacionais.

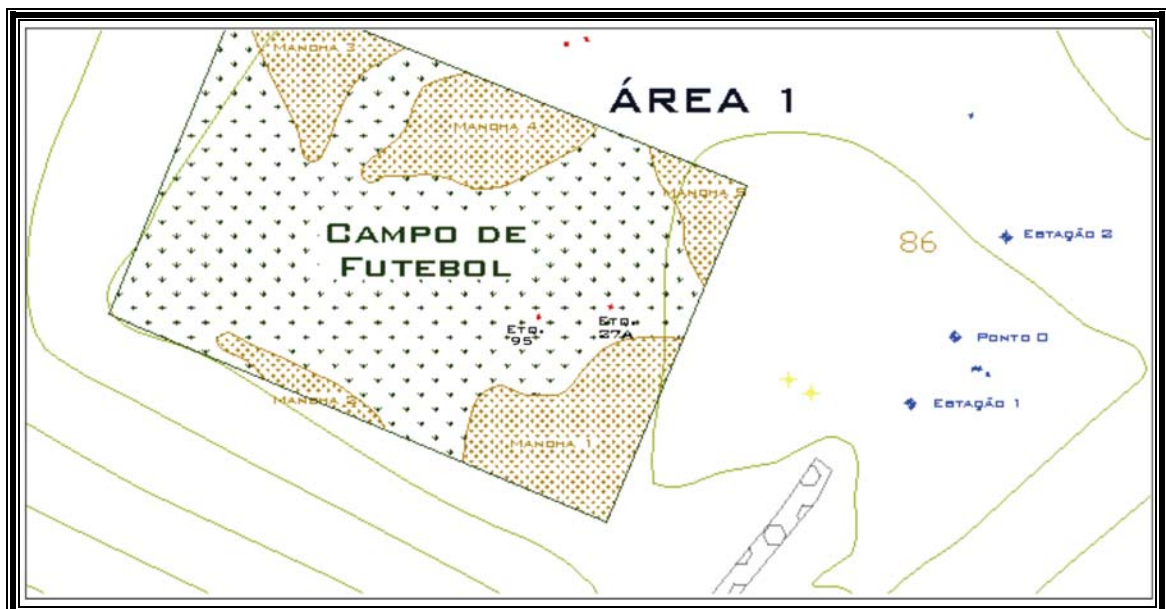


Figura 18: Detalhe da planta topográfica da Área I, com a localização do material cerâmico arqueológico. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE.

No que diz respeito à topografia da Área I, a mesma apresentava uma suave declividade no sentido Leste-Oeste, a qual proporcionou o carreamento de material arqueológico. Influenciadas por essa disposição espacial, foram identificadas e registradas nos procedimentos acima descritos, cinco concentrações húmicas, apresentando material arqueológico (Fig. 18):

- **Mancha 1:** área de maior concentração de vestígios arqueológicos, apresentou uma grande quantidade de estilhas de material lítico, associadas aos fragmentos cerâmicos. O sedimento apresentou-se compacto e com coloração mais escura que o entorno, possivelmente de procedência orgânica. Como consistia numa área pouco pisoteada do campo de futebol, apresentando por isso uma maior densidade vestigial, foi a mesma selecionada para a realização de uma sondagem, caso o sítio não tivesse sido destruído. Essa potencialidade arqueológica ainda pode, contudo, ser confirmada quando da realização da segunda campanha. No perfil deixado pelas retro-escavadeiras, no momento da terraplanagem, foi identificada uma “cova” preenchida de cinzas e carvão (Fig. 19). Foram realizadas decapagens verticais, as quais confirmaram que apenas uma pequena porção de sua totalidade manteve-se preservada. No entanto, ainda foi possível resgatar um fragmento cerâmico associado a fragmentos de carvão, os quais foram coletados para datação por Carbono 14 (C_{14}), ainda não realizada (Fig. 20). Depois de projetarmos a planta baixa da Área I, confeccionada no momento da inspeção, sobre a planta topográfica obtida nas campanhas posteriores, confirmou-se a proximidade dessa estrutura com a Mancha 1. Sendo este fragmento cerâmico, juntamente com os vasilhames trazidos pelo morador, os únicos vestígios da Área I localizados objetivamente, mostrou-se de extrema importância para interpretação da ocupação indígena, sua disposição espacial. Como veremos mais adiante (Fig. 18).

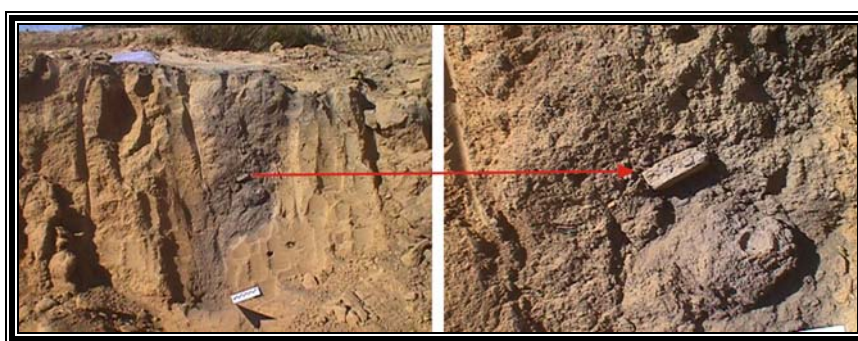


Figura 19: Concentração de cinzas e carvão evidenciada no perfil da terraplanagem com cerâmica associada. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE.

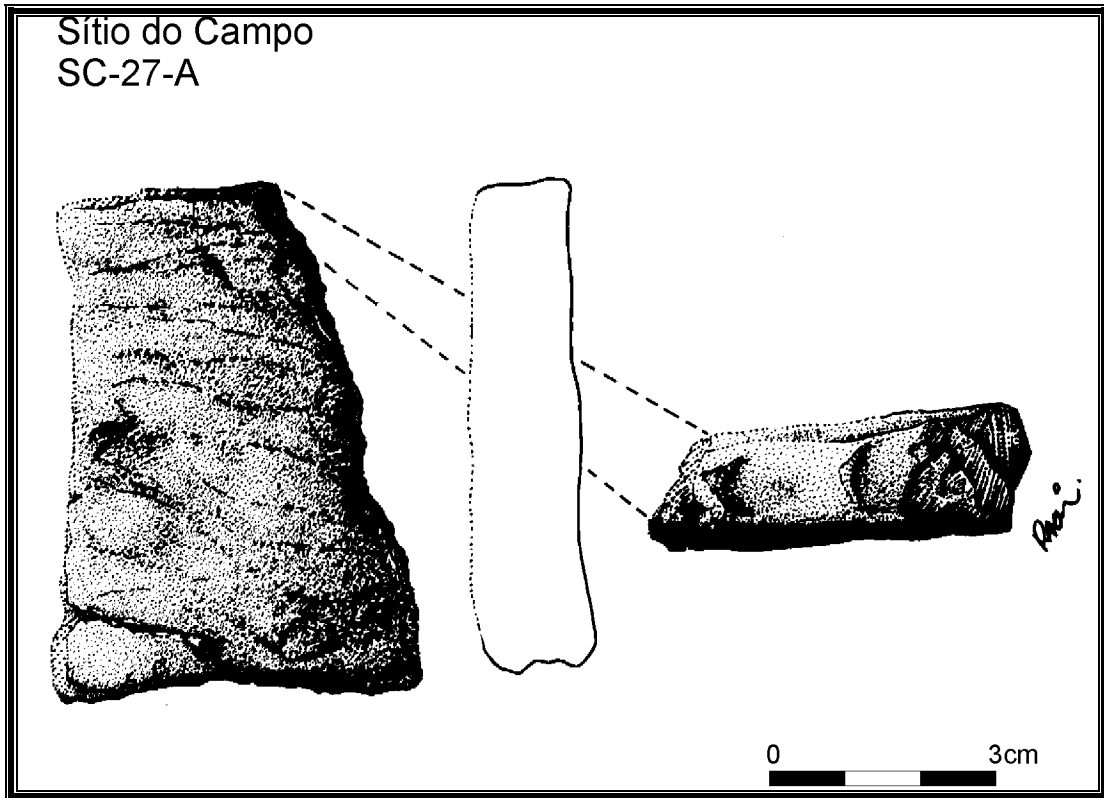


Figura 20: Fragmento cerâmico, com decoração incisa no lábio, evidenciado no perfil da terraplanagem. Sítio Arqueológico do Campo, Área I. Paulista-PE.

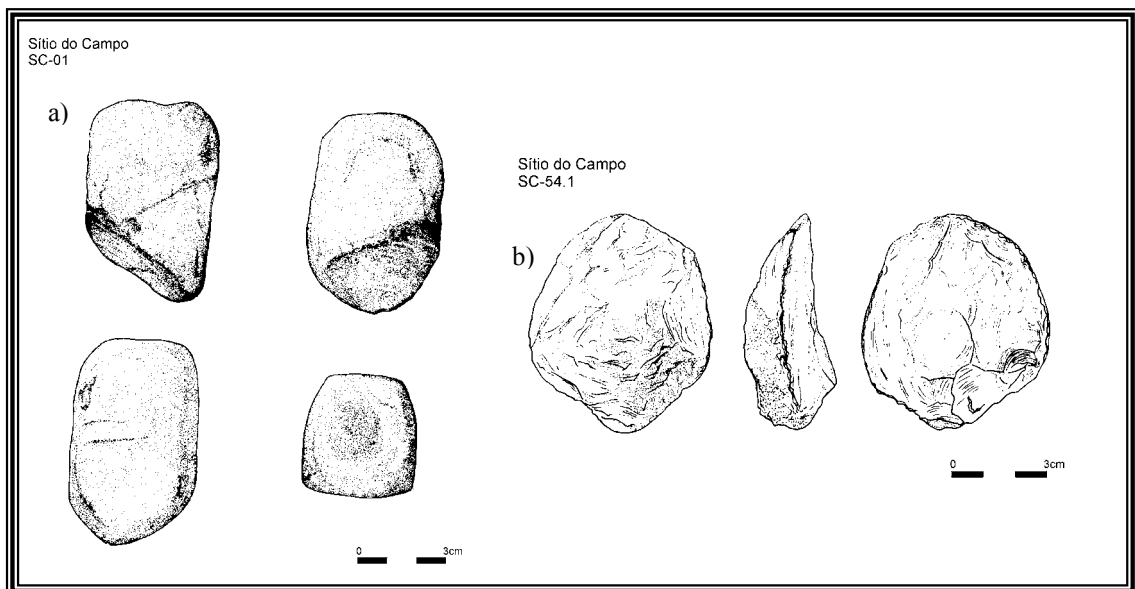


Figura 21: Material lítico identificado na inspeção arqueológica realizada na Área I. Sítio Arqueológico do Campo. Paulista-PE. Onde, a) Almofoariz granítico polido e b) Biface plano convexo lascado em quartzo.

- **Mancha 2:** sofrendo maior influência da declividade do terreno, a deposição dos vestígios localizados nessa área decorre do carreamento pluvial, que atinge a superfície desmatada do tabuleiro. Confirmado na análise laboratorial, os fragmentos cerâmicos coletados apresentaram forte indício de desgaste por rolamento, o que fortaleceu essa interpretação. Ainda nessa mancha foi coletado um biface plano-convexo, lascado em quartzo e em bom estado de conservação que, pela sua deposição, também sugere ter sido carreado (Fig. 21). Para uma descrição mais detalhada do material lítico e das análises realizadas, vide Anexo 1.
- **Mancha 3:** a densidade de fragmentos cerâmicos e líticos torna-se menor. No entanto, as dimensões dos fragmentos cerâmicos aumentam, apresentando os mesmos, indícios de decoração plástica. O sedimento apresentou textura e coloração similar ao registrado na Mancha 1. Entre essa mancha e a subsequente, Mancha 4, foi registrada a presença de uma faixa arenosa de 18,3 m de comprimento por 8,5 m de largura (Fig. 18). Apresentando sedimento de coloração mais clara e estéril de material arqueológico, essa faixa parece ter cortado uma área de habitação maior, composta por ambas as manchas mencionadas. Parcialmente assentada na área desmatada do campo de futebol, a Mancha 3 estendia-se em direção a uma área de intenso escoamento pluvial, ainda coberta pela vegetação, a qual formava uma pequena valeta. Não foram encontrados vestígios arqueológicos nessa pequena vala, talvez devido ao volume e intensidade fluxo de escoamento.
- **Mancha 4:** assentada em uma área mais plana, essa mancha apresentou uma maior densidade de fragmentos cerâmicos em relação à Mancha 3. Alguns também com decoração plástica, o tamanho apresentado pelos fragmentos cerâmicos apresentou o mesmo padrão. Observando a planta baixa da Área I, fica evidente, não só pela proximidade, como também pela complementaridade de suas formas, que as manchas 3 e 4 compunham apenas uma área habitacional. Isto se confirma também pelas similaridades apresentadas pelos fragmentos cerâmicos, em ambas as áreas com decoração plástica (Fig. 18).

- **Mancha 5:** localizada a Noroeste da clareira, no setor adjacente a Mancha 1, apenas uma pequena porção da mancha húmica se encontrava assentada na área desmatada. Estendendo-se em direção a vegetação fechada, o que comprometia a visibilidade dos vestígios arqueológicos, não foi possível delimitar sua extensão e a quantidade de material arqueológico resgatado foi reduzida. Pretendia-se em campanhas futuras, a ampliação da clareira para delimitação dessa mancha húmica (Fig. 18).

Voltando a referida planta baixa da Área I, depois da sobreposição da mesma na planta topográfica de todo sítio, foi possível estabelecer algumas inferências espaciais a partir do que foi salvo da destruição. Se excluirmos a Mancha 2, caracterizada como área de carreamento de material arqueológico, podemos perceber que a disposição das manchas segue um padrão semicircular, com a constituição de um pequeno pátio central, em torno do qual estão dispostas três áreas habitacionais; as quais estavam constituídas pela Mancha 1, manchas 3 e 4 — ambas uma só, como já mencionado acima — e pela Mancha 5 (Fig. 18)).

A relação espacial das estruturas arqueológicas registradas — como a cova preenchida por cinzas e fragmentos de carvão e os dois vasilhames cerâmicos encontrados pelo morador — com as três áreas habitacionais acima descritas, sugerem a confirmação dessa hipótese.

Se válida essa interpretação espacial, teríamos então na Área I, um espaço habitacional voltado para o Leste, em direção da confluência do Riacho Mirueira com o Rio Fragoso, onde o curso d'água se torna progressivamente mais navegável.

A maior concentração de material lítico na Mancha I, além da ausência de fragmentos cerâmicos com decoração plástica, registrados nas manchas 3 e 4, sugerem uma diferenciação entre áreas habitacionais, já mencionada por Marcus Albuquerque, em trabalhos sobre os grupos ceramistas do litoral pernambucano³⁶. No entanto, essa hipótese não pode ser confirmada, dada a já mencionada destruição da Área I.

Porém, ainda é possível notar, a partir da disposição espacial dessas concentrações de material arqueológico, algumas similaridades com sítios cerâmicos, filiados a **Tradição Ceramista Tupiguarani**³⁷, registrados no Estado de Pernambuco³⁸ (Fig. 22). A discussão

³⁶ MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.

³⁷ Tradição cerâmica cuja área de difusão coincide, em parte, com a área de dispersão do tronco lingüístico Tupiguarani e, com a área registrada pela etnohistória de abrangência dos Tupinambá históricos. (Martin, *op. cit.*; ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. Belo Horizonte: *Arquivos do Museu de História Natural*. V. VIII, pp. 131-134. 1984; BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980.).

³⁸ LUNA, S. O Sítio Sinal Verde - São Lourenço da Mata, PE. Uma Aldeia Pré-histórica na Zona da Mata

concernente à filiação do grupo ceramista registrado no Sítio Arqueológico do Campo se dará no segmento referente à análise do material cerâmico da Área I.

Dessa maneira, a partir da leitura dos vestígios registrados e coletados na Área I, podemos delimitar uma interpretação plausível, mas não conclusiva para a ocupação, caracterizada como indígena. No entanto, o longo período a que ficou exposta às intempéries a Área I, confirmada pela ortofotocarta da FIDEM da década de 1980 (Fig. 1), não permitiu a preservação das camadas superiores da mesma. Isto impediu a verificação objetiva, se a mesma for uma hipótese válida, da correlação espaço-temporal entre as duas áreas ocupacionais do Sítio do Campo. Ou seja, da integração de grupos indígenas a uma unidade produtiva colonial.

As características tecno-morfológicas identificadas na análise do material cerâmico, tanto da Área I como da Área II, têm pesado a balança para a confirmação da interpretação por nós sugerida. Porém, não querendo adiantar a exposição dos resultados, passemos então para a descrição da Área II.

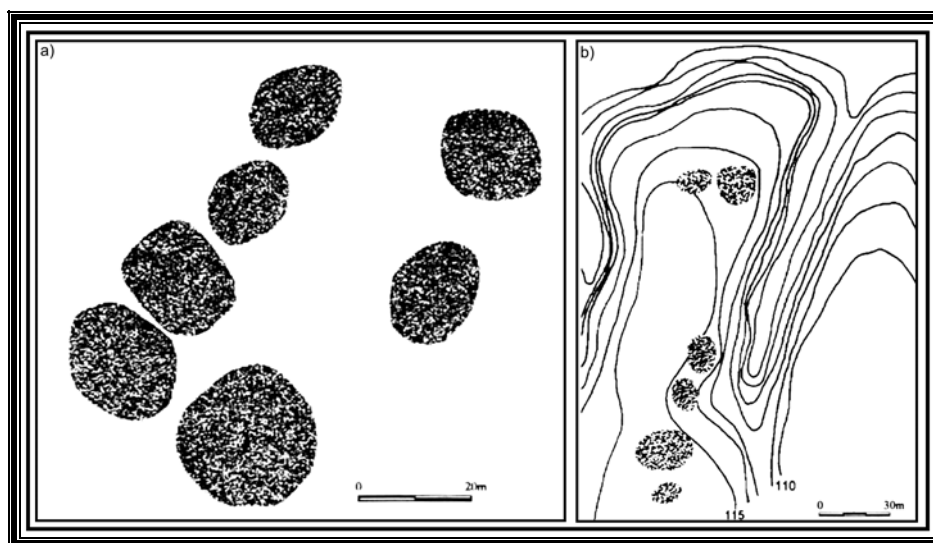


Figura 22: Plantas-baixas das aldeias ceramistas Tupiguarani no Estado de Pernambuco. (Fonte: adaptado de Martin, 1998).

Área II

Na porção plana do tabuleiro que continua em direção ao Norte/Nordeste, está localizada a Área II. Identificada durante as atividades da primeira campanha, sua cobertura vegetal era composta por grandes árvores frutíferas e espécies de médio porte. Ainda no período da inspeção arqueológica, na sua extensão mais plana, existia uma clareira onde foi coletado material arqueológico histórico disperso (Fig. 23).



Figura 23: Vista geral da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Na segunda campanha, quando da instalação das dependências do Cemitério Morada da Paz, foi realizado um desmatamento nessa porção do sítio, que ampliou a pequena clareira anteriormente registrada. Facilitando, com isso, a visualização do material arqueológico (Fig. 14).

Durante a coleta do material de superfície, o qual foi localizado horizontalmente em planta topográfica, verificou-se um carreamento dos vestígios arqueológicos. Apresentando uma suave declividade em direção ao Norte, esse fator topográfico, como na Área I, influenciou a deposição espacial do material arqueológico, sobretudo, em relação às estruturas evidenciadas durante a escavação. Dessa maneira, foi possível identificar duas porções na Área II onde ocorria uma maior densidade de material arqueológico: uma imediatamente sobre a área escavada e outra, na Área VI, onde enormes cajazeiras interromperam o fluxo do carreamento (Fig. 4b).

No acervo arqueológico resgatado durante a segunda e a terceira campanha, além das estruturas arquitetônicas já mencionadas, contam:

- restos de material construtivo, como fragmentos de telhas e tijolos manuais, blocos calcários e areníticos, restos malacológicos e cal;
- fragmentos férreos de tipologia variada, como pregos, cravos e outros;
- fragmentos ósseos animais;
- fragmentos de cachimbos, como piteiras e fornilhos;
- fragmentos cerâmicos coloniais, como louça e cerâmica vermelha (Anexo 1).

Para o presente trabalho, selecionamos como unidade de análise, o material cerâmico das área I e II, por se tratar do único vestígio comparável entre as duas. Nessa perspectiva, não levamos em consideração a análise dos outros materiais registrados. No entanto, para maiores detalhes, sugerimos a consulta do anexo que segue, onde estão apresentados os resultados dessas análises.

Cobrindo uma área de 196 m², num quadrilátero de 14 m de lado, na Área II (Fig. 4b), durante as escavações realizadas na área de maior concentração de vestígios, foram reveladas ao todo treze estruturas arquitetônicas, identificadas como pilares de sustentação (Fig. 16):

- **Estrutura 01:** foi revelada na segunda campanha; é composta por tijolos, fragmentos de telhas, calça (areia + cal + resinas orgânicas) e calcário. A estrutura ainda estava bem preservada apesar de alguns tijolos ausentes e da presença de musgos. Com 90cm², estrutura distava 2,5 m da seguinte (Fig. 24);
- **Estrutura 02:** foi revelada parcialmente ainda na segunda campanha e na terceira campanha não foi escavada em sua totalidade, pois mesmo parcialmente revelada já indicava se tratar de uma estrutura do mesmo porte da primeira. Apresentou também a mesma tipologia construtiva. Nessa estrutura, ainda na segunda campanha foi aberta uma sondagem de 1m², com o objetivo de revelar a profundidade de sua base. Composta por blocos de arenito e calça atingiu uma profundidade de 90 cm, sugerindo grandes dimensões para o edifício (Fig. 25);
- **Estrutura 03:** apresentando o mesmo padrão na dimensão e distância, essa estrutura revelou uma distribuição singular dos fragmentos de telhas. Os quais, contornando a

tijoleira que levantava o corpo do pilar, formavam um padrão decorativo. Além de confirmar o padrão arquitetônico que serviu de guia a abertura das quadrículas que revelaram os alicerces do edifício (Fig. 26);

- **Estrutura 04:** A estrutura 4 foi identificada na segunda campanha, mas quando escavada, não se constituiu como outro pilar, apenas como um acúmulo de restos construtivos;
- **Estrutura 05:** já se apresentava em estado bastante adiantado de deterioração, não mais revelando a cobertura de tijolos e a decoração com fragmentos de telha (Fig. 27);
- **Estrutura 06:** Essa estrutura apresentava-se em estado bastante adiantado de deterioração, tendo sido parcialmente destruída. Foi revelada apenas a alvenaria de pedra e calça que dava sustentação a tijoleira (Fig. 28);
- **Estrutura 07:** Essa estrutura arqueológica, assim como as demais, nessa face da estrutura arquitetônica (Estruturas 5 e 6), apresenta-se em estágio muito adiantado de deterioração. Tal diferenciação no processo erosivo dos componentes construtivos das estruturas pode ser explicada pelo suave desnivelamento já mencionado. Essa área do terreno apresenta uma cota altimétrica ligeiramente maior do que a porção onde foi aberta a Trincheira 2 (Fig. 29);
- **Estrutura 08:** essa estrutura encontra-se ainda bastante conservada, apresentando pedras, argamassa, tijolos e calça. Foi evidenciado também um vasilhame cerâmico parcialmente conservado, em associação à estrutura (Fig. 30);
- **Estrutura 09:** essa estrutura também se apresenta bem conservada, a calça ainda cobre quase por completo a tijoleira (Fig. 31);
- **Estrutura 10:** nessa estrutura podemos observar melhor a constituição dos tijolos, para a formação vertical do pilar de sustentação. Podem ser observadas duas camadas de tijolos. Os tijolos medem aproximadamente 25 cm de comprimento, 15 de largura e 6 cm de espessura (Fig. 32);

- **Estrutura 11:** bastante deteriorada, podendo ser observada apenas a alvenaria calcária (Fig. 33);
- **Estrutura 12:** localizada na Trincheira 4 (Fig. 34), apenas a superfície dessa estrutura foi revelada. O motivo para a não abertura total da trincheira foi que, neste primeiro momento, interessava apenas revelar o desenho interior daquilo que seria a construção, de maneira que pudéssemos traçar um planejamento prévio para uma próxima campanha.
- **Estrutura 13:** Assim como a estrutura 12, não foi revelada inteiramente e encontra-se localizada na trincheira 4. Ambas estruturas não sugerem a conformação de uma parede interna no edifício. Mesmo não escavadas em sua totalidade, foi possível identificá-las como pilares de sustentação internos, de dimensões menores que os pilares externos: 84cm² (Fig. 34).

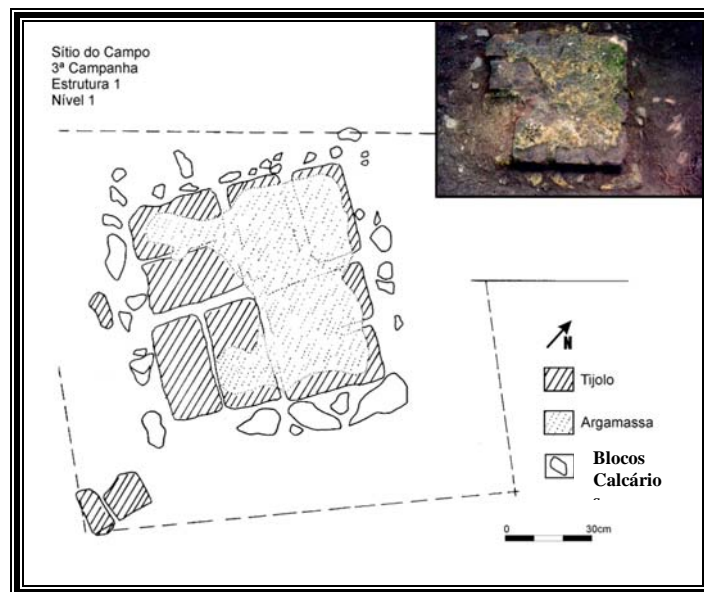


Figura 24: Estrutura 1 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

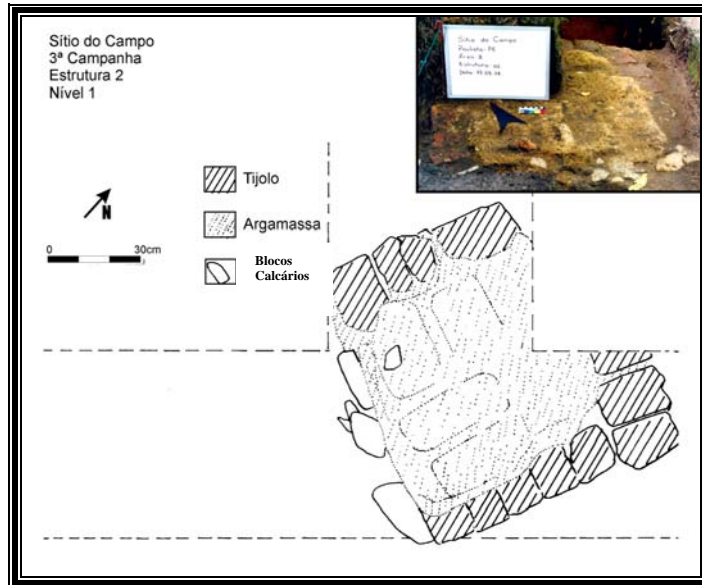


Figura 25: Estrutura 2 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

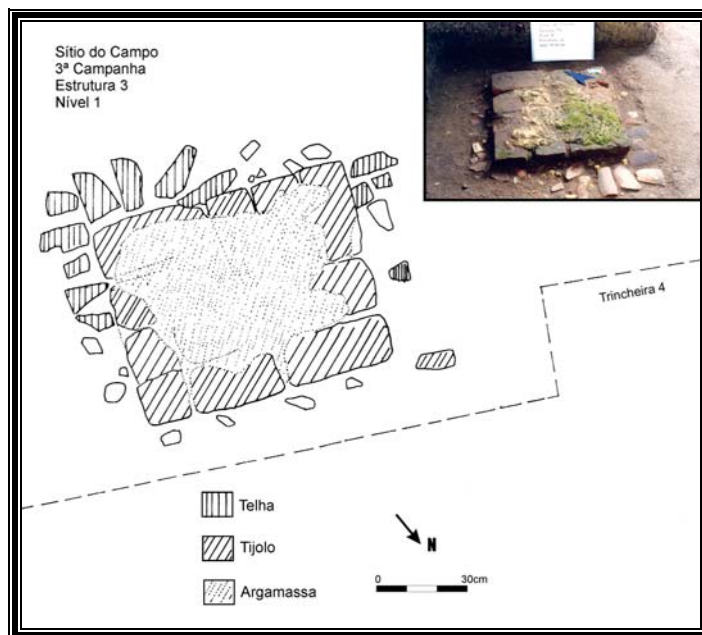


Figura 26: Estrutura 3 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

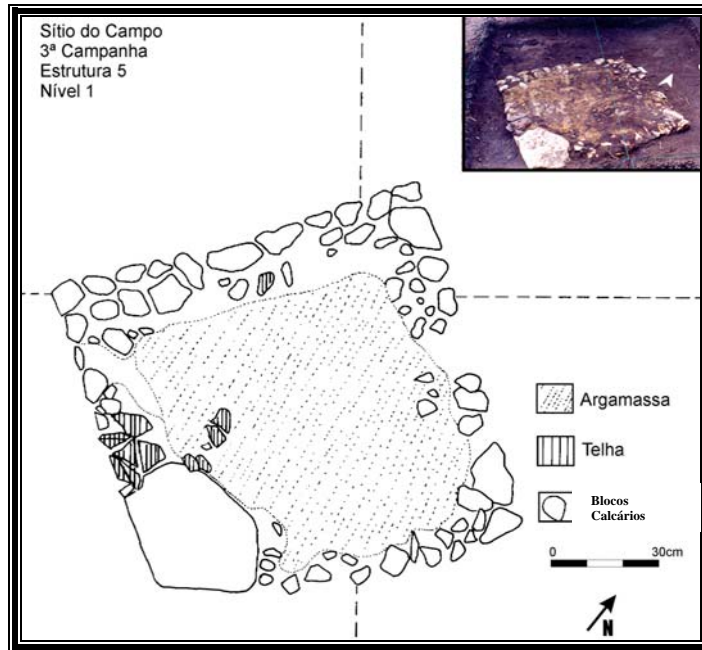


Figura 27: Estrutura 5 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

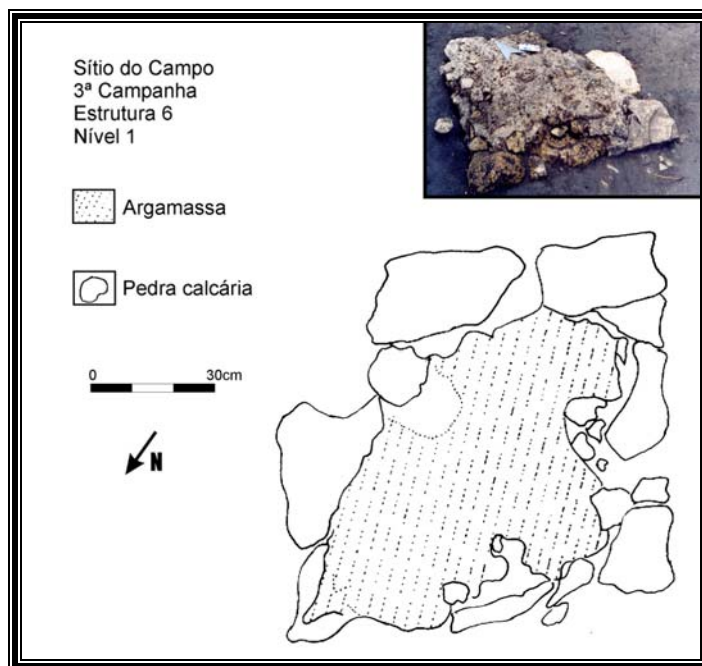


Figura 28: Estrutura 6 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

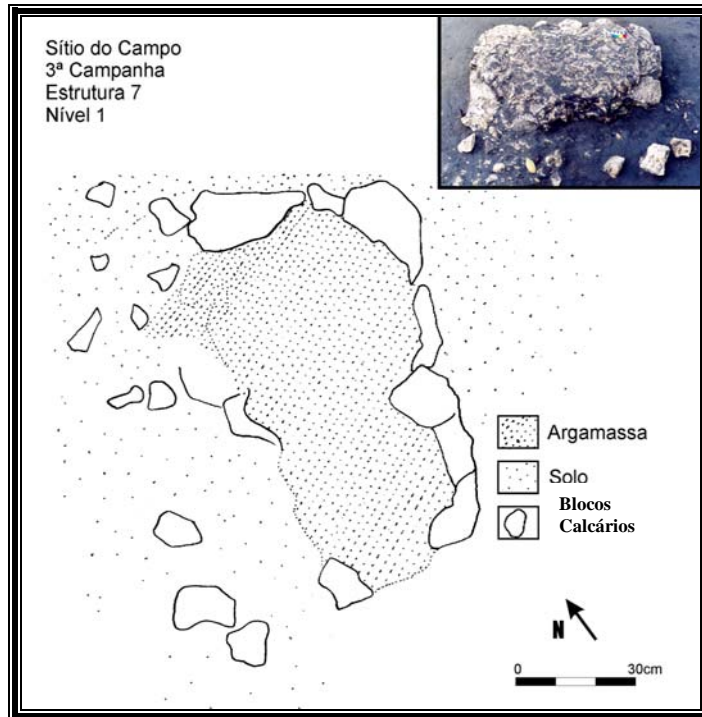


Figura 29: Estrutura 7 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

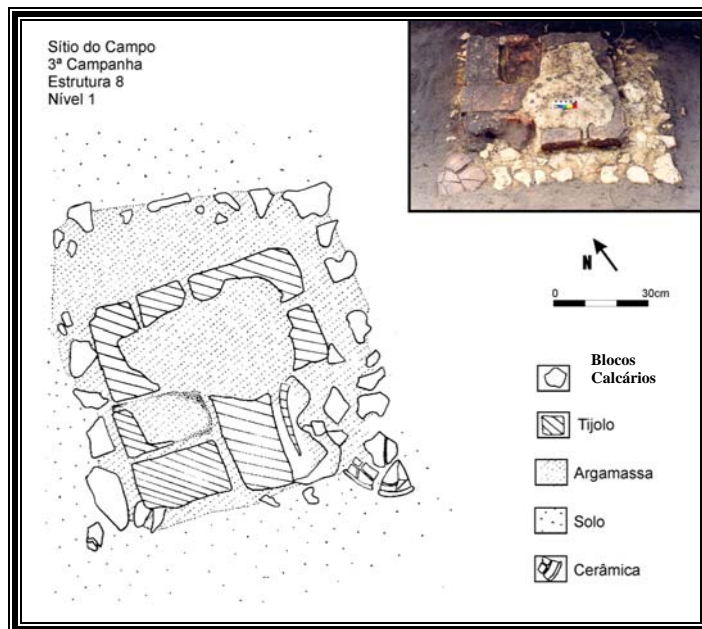


Figura 30: Estrutura 8 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

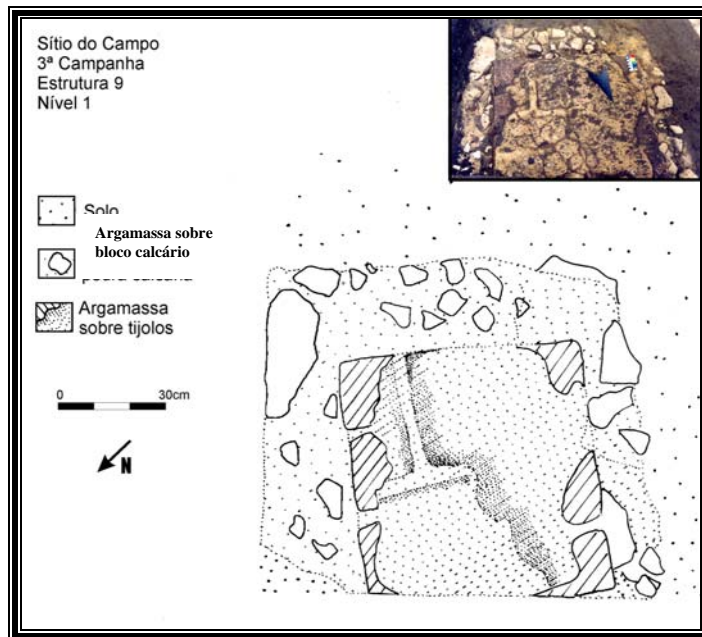


Figura 31: Estrutura 9 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.



Figura 32: Estrutura 10 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.



Figura 33: Estrutura 11 da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

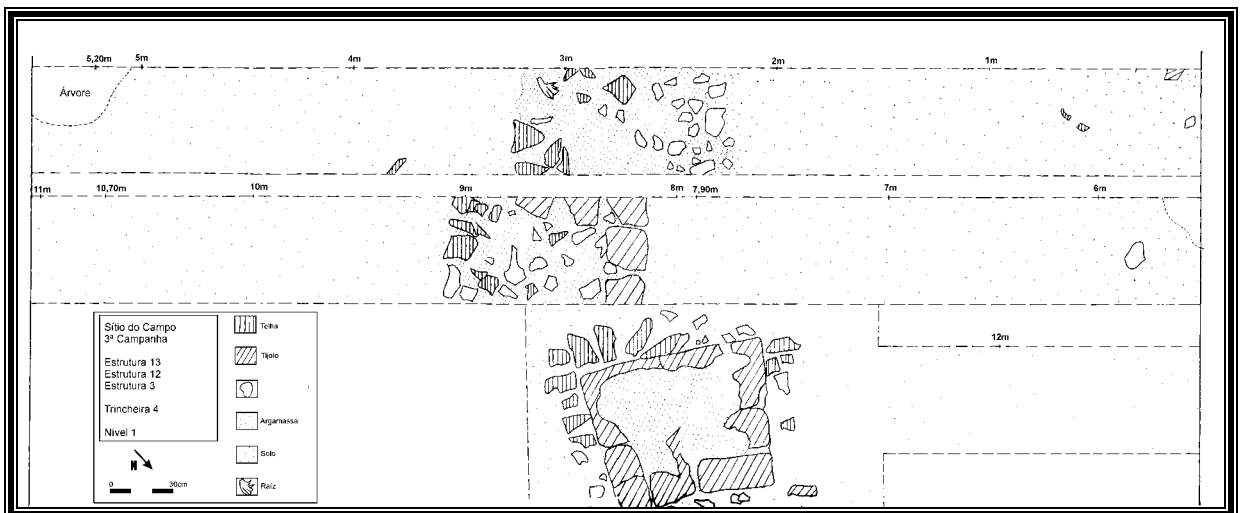


Figura 34: Trinchira 4 e Estruturas 12 e 13, da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

A partir das análises efetuadas sobre o material cerâmico colonial, principalmente a louça, foi verificada uma procedência doméstica para o mesmo (Anexo 1). Não levando em consideração os efeitos pós-deposicionais decorrentes do relevo da Área II e baseados apenas na tipologia dos vestígios arqueológicos associados, poderíamos identificar uma funcionalidade habitacional para a estrutura arquitetônica revelada.

No entanto, a planta baixa delimitada a partir das estruturas acima descritas, não corrobora essa interpretação (Fig. 16). As dimensões apresentadas pelos pilares e a profundidade de 90 cm de sua base, sugerem a constituição de um galpão com grandes

dimensões. Denotando uma funcionalidade produtiva, a despeito do material arqueológico associado.

Buscando delimitar uma tipologia para os engenho pernambucanos, **Geraldo Gomes** faz uma comparação entre a iconografia holandesa do século XVII e os engenhos remanescentes, no Estado de Pernambuco. Apresentando os resultados desse estudo em **Engenho e Arquitetura**³⁹, afirma existir um padrão arquitetônico para os edifícios dos engenhos, fundados já no início da implantação colonial.

Segundo o autor citado, nessa iconografia produzida basicamente por Franz Post, a qual retrata aspectos sociais e econômicos da Capitania de Pernambuco, as residências senhoriais (casa grande) possuíam constituição e plantas baixas similares a fortificações. Geralmente localizadas na parte mais alta do terreno, eram construídas em dois andares com alpendre, onde o primeiro funcionava como habitação. As constantes ameaças de ataques indígenas e estrangeiros, no início da implantação da indústria açucareira, configuraram essa tipologia arquitetônica para as casas grandes (Fig. 35).



Figura 35: Representações de casas-grandes em Pernambuco, nos séculos XVI e XVII. *Franz Post.*(Fonte: adaptado de Gomes, 1998)

Diferentemente, a tipologia arquitetônica das fábricas, ou moitas, edifícios onde se concentrava grande parte da produção açucareira, era constituída por galpões abertos, nos quais a cobertura de telhas era sustentada por armações de madeira assentadas em pilares ou arcos, geralmente de tijolos manuais⁴⁰.

³⁹ GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura: Tipologia dos Edifícios dos Antigos Engenhos de Açúcar de Pernambuco.** Recife: Editora Fundação Gilberto Freyre, p. 135. 1998.

⁴⁰ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial.** São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990.

Para melhor visualização do exposto, segue uma comparação entre as plantas baixas de uma casa grande típica e uma fábrica com pilares (Fig. 36). Esse padrão diferenciado nas tipologias, tanto das casas grandes como das fábricas, pode ser confirmado na iconografia holandesa onde estão representados engenhos olindenses (Fig. 37).

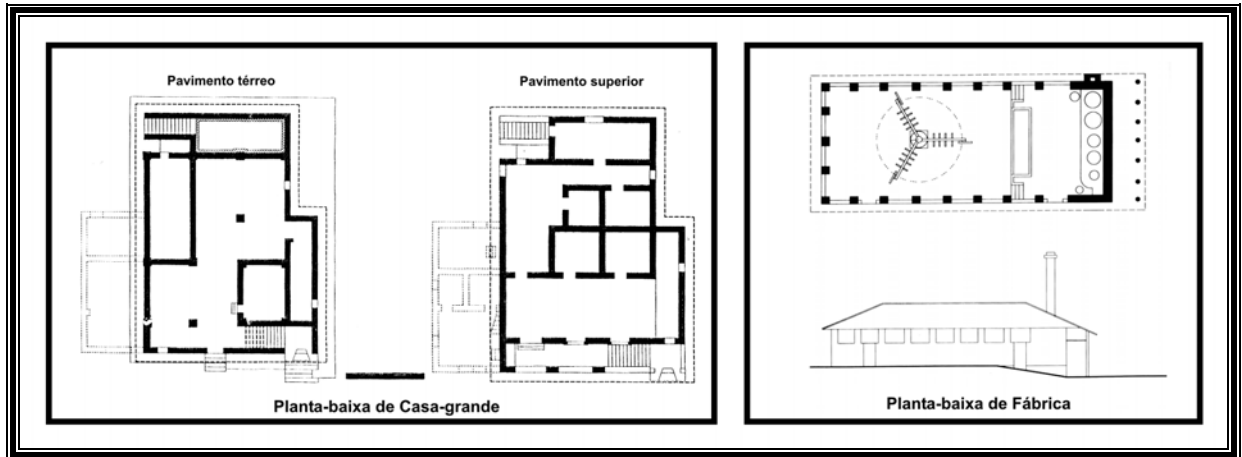


Figura 36: Comparação entre as plantas-baixas de casa-grande e fábrica em engenhos pernambucanos remanescentes (Fonte: adaptado de Gomes, 1998).



Figura 37: Representação de fábricas de engenhos pernambucanos dos séculos XVI e XVII. *Franz Post* (Fonte: adaptado de Gomes, 1998).

Partindo da mesma iconografia holandesa, nesse caso comparando-a a engenhos remanescentes no estado da Bahia, Esterzilda Berenstein de Azevedo, no seu livro **Arquitetura do Açúcar**⁴¹, chega a conclusões similares, delimitando uma tipologia arquitetônica comum para os engenhos do Nordeste. No entanto, analisando cada período isoladamente, a autora consegue perceber algumas peculiaridades na conformação dos

⁴¹ Azevedo, *op. cit.*

engenhos: no que diz respeito às forças produtivas, a extensão das terras e sua localização topográfica.

Essas peculiaridades refletiam, na disposição espacial das unidades dos engenhos, as relações econômicas do comércio do açúcar. Ou seja, refletiam as pressões econômicas do mercado internacional e a adaptação da produção às condições e exigências inerentes ao seu próprio funcionamento⁴². Nesse sentido, mão-de-obra, forças produtivas, localização topográfica e extensão das unidades produtivas eram determinadas pelas oscilações da economia açucareira⁴³. Mais adiante, no capítulo no qual traçamos uma contextualização histórica para o sítio, discutiremos com mais detalhes esses aspectos sócio-econômicos.

Entretanto, os dados arqueológicos obtidos não permitem afirmar categoricamente que a estrutura arquitetônica revelada no Sítio do Campo consiste numa unidade de produção açucareira. Por outro lado, também não podemos afirmar que a mesma consiste numa residência senhorial. Já que não foram encontrados vestígios de paredes conectivas entre os pilares, nem paredes divisórias na trincheira aberta em seu interior (trincheira 4).

Como explicação para o material arqueológico, disperso sobre as estruturas, e sua procedência doméstica, mais uma vez teremos de voltar à planta topográfica da Área II (Fig. 16), na qual é possível perceber um padrão deposicional para o material arqueológico carreado, acompanhando a declividade do terreno. Esse padrão sugere a existência de outras estruturas arquitetônicas soterradas entre a Área I e a Área II (Fig. 4b).

Dessa maneira, o material associado à estrutura arquitetônica da Área II, pode ter procedência desse setor, não escavado na terceira campanha. Enquanto o material acumulado na Área VI teria procedência da estrutura da Área II. Porém, a não possibilidade de realização de uma quarta campanha, no tempo hábil para conclusão do presente trabalho, não permitiu esta verificação material da funcionalidade do edifício, a partir desse material carreado. Nem tão pouco, a abertura de trincheiras-teste, para a verificação da existência de outras estruturas arquitetônicas na Área II.

Apesar dos limites defrontados, no que diz respeito à interpretação tipológica da Área II, ainda se podem sugerir algumas propostas de explicação. Como já mencionado não é possível admitir uma funcionalidade habitacional para o edifício. Logo, estaríamos diante de um edifício industrial. Contudo, não possuímos dados suficientes para poder caracterizar o tipo de produção que acontecia no seu interior.

⁴² Azevedo, *op. cit.*

⁴³ Azevedo, *op. cit.*

Tomando como base a caracterização geomorfológica apresentada no segmento antecedente, podemos salientar algumas potencialidades mineralógicas que permitem visualizar funções para o edifício do Sítio do Campo. Cruzando essas informações com a documentação histórica, podemos perceber a existência de olarias e fornos de cal, caracterizando quase uma especialização econômica para a área em questão⁴⁴. Isto, por sua vez, não exclui a possibilidade de termos uma pequena unidade produtora de açúcar, movida à tração animal ou mesmo manual, de custo mais baixo e alta popularidade nos séculos XVII e XVIII⁴⁵ (Fig. 38).

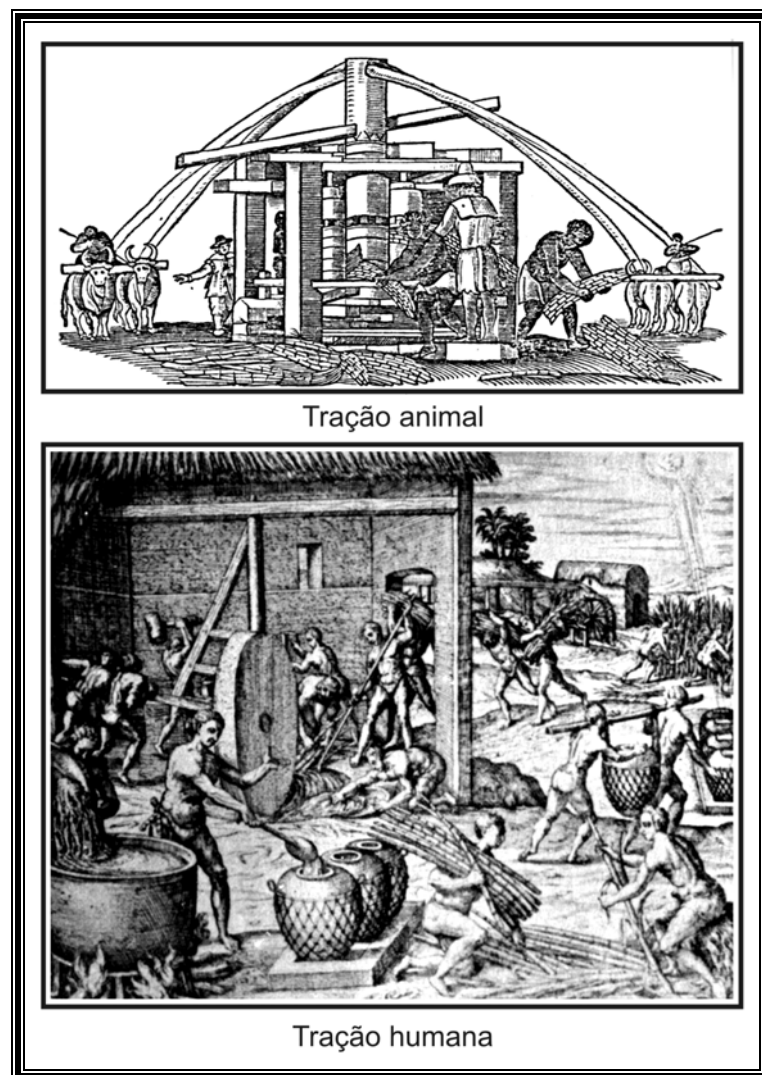


Figura 38: Representação de moendas: forças motrizes. (Guilherme Piso. Fonte: adaptado de Gomes, 1998).

⁴⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003.

⁴⁵ Andrade, *op. cit.*; Azevedo, *op.cit.*

Mas, deixemos essa discussão para o capítulo referente à contextualização histórica do Sítio Arqueológico do Campo, devemos nos concentrar na análise do material cerâmico das duas áreas ocupacionais selecionadas para o presente trabalho, na busca de dados materiais para a correlação espaço-temporal das mesmas.

3.4. Sítio Arqueológico do Campo: Metodologia de Análise do Material Cerâmico

A análise do material cerâmico, assim como a análise de qualquer vestígio da cultura material, permite a reconstituição dos padrões tecnológicos de uma determinada cultura. Constituindo uma base sólida para inferências sociais mais objetivas, a delimitação de um **perfil técnico**, a partir dos vestígios materiais, possibilita a identificação e a delimitação espacial de culturas arqueológicas.

Para este estudo, parte-se de uma abordagem sistêmica, “(...) *na qual a noção de sistema será utilizada como instrumento formal de trabalho (...) esse instrumento permite não somente identificar os componentes do processo técnico, mas também ordená-lo segundo critérios que devem ser estabelecidos em função dos objetivos procurados.*”¹. Nesse sentido, **sistema técnico** pode ser compreendido como “*uma estrutura organizada por diversos perfis técnicos que (...) representam o conjunto das técnicas desenvolvidas por um grupo*”² organizadas hierarquicamente, em três níveis de interação:

1. entre os elementos técnicos de cada perfil;
2. entre as diversas técnicas desenvolvidas pela sociedade;
3. entre os sistemas técnicos e a sociedade como um todo³.

Ou seja, a identificação dos perfis técnicos e a hierarquia relacional pelos quais esses interagem, numa determinada área e num determinado período, permite-nos a delimitação não só de culturas arqueológicas, mas também, a reconstituição dos padrões sociais dos grupos identificados e as relações estabelecidas entre os mesmos. No entanto, no que diz respeito a aproximações entre culturas arqueológicas e culturas etnográficas num contexto pré-histórico, a ausência de um *corpus* arqueológico considerável para o Nordeste brasileiro, como um todo, ainda não viabiliza inferências mais profundas.

No caso do Sítio do Campo, onde o caráter de salvamento arqueológico não nos permitiu o acesso a todo o acervo material do sítio, a existência de registros históricos e

¹ ALVES, C. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 7: pp. 11-88. 1991.

² OLIVEIRA, Cláudia A. Os Ceramistas Pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. In: *FUMDHAMENTOS III, Publicação da Fundação Museu do Homem American.*, Recife: Volume 1, p. 59-127. 2003.

³ Oliveira, *op. cit.*

etnohistóricos, para a área em questão, foram de fundamental importância para as interpretações aqui propostas. Tomando como base os tipos de vestígios associados, em cada área ocupacional do sítio — e as referências historiográficas relacionadas — foi-nos possível a caracterização de duas ocupações culturais distintas, a partir de seus respectivos sistemas técnicos:

1. **uma ocupação indígena:** denominada **Área I**, onde a ocorrência de material cerâmico associado ao material lítico, configurou uma tecnologia pré-histórica que, pelos registros históricos analisados, pode estar relacionada aos grupos indígenas que sofreram o impacto colonial, os **Caeté** e os **Tobajara**;
2. **uma ocupação colonial:** denominada **Área II**, onde a associação de estruturas arquitetônicas e material arqueológico diverso — material cerâmico, material férreo, restos construtivos, louça, etc. — caracterizou uma ocupação colonial, situada entre os séculos XVII e XVIII⁴ (Fig. 4).

A análise de cada tipo de vestígio, na perspectiva metodológica aqui aplicada, possibilita a delimitação de perfis técnicos; os quais, por sua vez, a partir das interações técnicas, morfológicas e funcionais, identificadas no registro arqueológico, viabilizam a delimitação de sistemas culturais distintos. A comparação entre os diferentes sistemas técnicos culturais identificados numa determinada área, fornece então informações sobre o processo histórico e transformação cultural sofrida por essas culturas, relacionadas espaço-temporalmente⁵.

Como o objetivo do estudo aqui proposto consiste na identificação de correlações espaço-temporais entre as duas áreas ocupacionais identificadas no sítio, foi necessária a caracterização dos perfis técnicos relacionados a cada uma. Entretanto, as diferenças culturais identificadas concentraram nossas atenções nos perfis técnicos cerâmicos de cada área, os quais consistiam no único vestígio comparável entre as duas situações espaciais (para acesso às informações referentes à análise dos outros vestígios arqueológicos resgatados, ver relatório em anexo).

⁴ BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista - PE. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.2004.

⁵ Oliveira, *op. cit.*

Para isso, foi necessária a delimitação de seus respectivos perfis técnicos cerâmicos, procedimento que consiste na reconstrução da cadeia operatória da produção oleira⁶; ou seja, na identificação e organização dos procedimentos técnicos realizados na confecção de um artefato cerâmico⁷.

Depois de mais de trinta anos de pesquisas arqueológicas no Brasil, nos quais o foco nos vestígios cerâmicos caracterizou uma tendência nos trabalhos realizados, foi possível a elaboração e a sistematização de procedimentos analíticos para o material cerâmico arqueológico⁸. Tomando como base esses princípios analíticos, sintetizados ao longo desses anos, segregamos os fragmentos analisados a partir de atributos definidos nos conceitos de:

- **Pasta:** como caracterizador das técnicas de produção da cerâmica “*é um elemento importante na definição do modo de produção, utilização e acabamento superficial. (...) Ao caracterizar as pastas (...) não nos interessou a origem ou o tipo de antiplástico, se natural ou adicionado, mas simplesmente sua presença em relação com a argila. Assim a definição de pasta, (...) é a relação entre argila e antiplástico*”⁹.
- **Técnica de Manufatura:** consiste nas “*ações exercidas para a fabricação de uma vasilha cerâmica que podem ser: o Modelado (...), o Acordelado [ou Roletado] (...), o Moldado, (...) o Torneado*”¹⁰.”;
- **Queima:** como “*os elementos identificadores [do tipo de queima] se constituem num alto grau de ambigüidade (...) consideramos apenas o efeito ou a marca da queima e classificamos a cerâmica em dois grupos: queima completa (...) e queima incompleta (...)*”¹¹. No entanto, para chegarmos a esses dois grupos, separamos cada caso específico pelas características apresentadas (queima 1, queima 2, etc.), definindo o

⁶ BOCANEGRA, F. J. A. La Cadena Tecnológica: Modelo de Análisis de los Conjuntos Líticos. *Boletín de Antropología*. V. 11, n. 28, pp. 146 – 192. 1997.

⁷ Oliveira, *op. cit.*

⁸ MEGGERS, B. J.; EVANS, C. Como **Interpretar a Linguagem da Cerâmica**; Manual para Arqueólogos. Washington, D. C.: Smithsonian Institution, p. 225. 1970; BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Editora Posenato Arte e Cultura, p. 175. 1989; CHMYZ, I. et alli. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Paranaguá: UFPR, ano 1, n 1, pp. 119-148. 1976; Oliveira, *op. cit.*

⁹ Brochado *et alii*, *op. cit.*

¹⁰ “Modelado: é a utilização de uma porção de argila e a partir dela, com os dedos, modela-se a peça pretendida. Acordelado: é o uso de cordéis [ou roletes] de argila que, sobrepostos, dão a forma pretendida (...). Moldado: é a aplicação de uma porção de argila, dentro de um molde pré-fabricado (...). Torneado: é o uso do torno para o fabrico das peças cerâmicas.” (Brochado et alli, *op. cit.*)

¹¹ Oliveira, *op. cit.*

tipo de queima do material cerâmico de cada ocupação, pela maior frequência dos tipos;

- **Tratamento de Superfície:** “(...) tratamento aplicado a superfícies das paredes dos recipientes cerâmicos. Este tratamento nem sempre tem a finalidade decorativa, por vezes sua intenção é utilitária ou de simples acabamento.”¹². No entanto, aqui consiste na técnica de tratamento da superfície externa, onde geralmente são aplicados os “acabamentos de cunho artísticos”¹³.
- **Tratamento de Superfície Interna:** consiste na técnica de tratamento das superfícies internas geralmente relacionados com “a construção do recipiente, com a fixação dos cordéis, o fechamento dos interstícios e solidificação das paredes (...)”¹⁴.

Partindo do princípio de que as similaridades entre os fragmentos cerâmicos — nesses atributos acima descritos — significam que pertenceram ao mesmo objeto, distribuimos a amostra em quatro classes analíticas, de acordo com as informações obtidas:

- **Classe Residual:** nessa classe foram agrupados os fragmentos que, devido ao seu estado de conservação, não forneciam informações além do tipo de pasta. No caso da Área II, juntamente com esses fragmentos erodidos, foram agrupados os restos de material construtivo cerâmico (telhas e tijolos), os quais foram registrados nas mesmas etiquetas da cerâmica utilitária¹⁵. Como não se prestavam para o tipo de análise aqui aplicado, não foram incluídos na mesma. Devido a um melhor estado de conservação, a maioria dos fragmentos cerâmicos da Área II está inserida na classe abaixo;
- **Classe Diferida:** nesse conjunto estão incluídos os fragmentos cerâmicos que forneceram informações sobre os tipos de tratamento de superfície (unidades e grupos), além do tipo de pasta. Vale ainda salientar que essa classe inclui todos os fragmentos que não forneceram indicações morfológicas. Com esse procedimento visamos aproximar os fragmentos com características similares, para facilitar a reconstituição dos objetos, objetivo central da análise;

¹² Brochado, *op. cit.*

¹³ Brochado, *op. cit.*

¹⁴ Brochado, *op. cit.*

¹⁵ Cerâmica Utilitária: “artefatos fabricados para atender às necessidades mais gerais e simples durante a faina diária — uso comum.” (Brochado *et allii*, *op. cit.*)

- **Classe dos Fragmentos:** aqui foram incluídos os fragmentos cerâmicos que, além dos atributos verificados na classe acima, forneciam informações sobre a morfologia, indicando a qual parte constituinte do vasilhame pertence (bordas, bases ou bojós).
- **Classe dos objetos:** nessa classe foram inseridos aqueles fragmentos que permitiram a reconstituição hipotética dos vasilhames. Apenas na Área I, um dos objetos foi reconstituído em todas as suas partes componentes.

O material cerâmico do Sítio do Campo encontra-se dividido em dois grupos a partir das técnicas de manufatura, à primeira vista não relacionados espacialmente. Levando em consideração efeitos pós-deposicionais, levantamos a hipótese de uma possível correlação espaço-temporal entre as duas ocupações, áreas I e II. Para a verificação dessa hipótese, a simples datação pelo método de C_{14} , de cada área ocupacional, seria suficiente. No entanto, não foi possível a sua realização no tempo hábil do presente trabalho. Desse modo, optamos pela definição dos perfis cerâmicos para cada área, os quais, a partir de atributos comparáveis, seriam confrontados na busca de indícios que apontassem para algum tipo de relação entre as duas tecnologias. Nesse sentido, procuramos identificar nos dois perfis delimitados continuidades ou rupturas, as quais pudessem fornecer informações que suprissem a ausência de cronologias definidas; e outras informações arqueológicas que permitissem a verificação de uma relação espaço-temporal nas áreas I e II.

Como matéria-prima, a cerâmica caracteriza-se pela máxima plasticidade, em relação às potencialidades formais, podendo configurar-se numa infinita gama de objetos. Dessa maneira a tecnologia cerâmica também “*reflete outros aspectos culturais, como aproveitamento dos recursos ambientais e a concepção ideográfica do grupo.*”¹⁶. Ou seja, cada grupo humano imprime, não só na cerâmica como em toda a cultura material, sua “personalidade cultural”, a qual viabiliza tanto o auto-reconhecimento como a distinção entre alteridades¹⁷. Assim, é possível identificar nos perfis técnicos cerâmicos um simbolismo “*embutido tanto na matéria-prima quanto na técnica, na forma e, sobretudo, nos padrões de ornamentação*”¹⁸, os quais podem fornecer elementos para a identificação de escolhas culturais. Em outras palavras, a cultura material como a expressão da etnicidade¹⁹.

¹⁶ Oliveira, *op. cit.*

¹⁷ RIBEIRO, Berta G. Os Estudos de Cultura Material: Propósitos e Métodos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: V.3, pp.13 – 41. 1985.

¹⁸ Oliveira, *op. cit.*

¹⁹ SÁNCHEZ, R. N. Cerâmica e Etnicidade: Uma Aproximación al Estúdio de las Formas Culturales como Expresión de lo Étnico. *Boletín de Antropología Americana*. N. 22, pp. 47 – 80. 1990.

No que diz respeito à produção ceramista, podemos identificar na sua cadeia operatória, dois tipos de procedimento: os procedimentos essenciais para a fabricação do vasilhame, sem os quais seria impossível levantar as peças; e os não-essenciais, nos quais estão inseridos os padrões estéticos e decorativos. Entre os procedimentos essenciais, podemos ressaltar: a preparação das pastas, as técnicas de manufatura e os tipos de queima, entre outros; os quais dependem do tipo de objeto que será confeccionado²⁰.

No caso do Sítio do Campo, onde as diferenças entre as técnicas de manufatura – acordelado ou torneado – impedem uma comparação direta entre os dois perfis cerâmicos, selecionamos atributos que pudessem refletir diretamente uma identificação étnica. Como mencionado acima, os padrões de ornamentação²¹, nos quais estão inclusos os atributos formais e de decoração, permitem “*identificar as associações técnicas e as escolhas feitas por cada grupo e, assim, estabelecer um modelo de descrição para sistematizar as comparações (...) baseado no postulado de que a similaridade estilística mede a intensidade de interação*”²²; ou seja, identificar características que permitissem delimitar **estilos tecnológicos**²³ no material cerâmico das áreas I e II e a interação desses elementos; os quais poderiam indicar continuidades ou rupturas entre os dois perfis: uma correlação espaço-temporal.

No entanto, para termos em mãos os padrões formais e decorativos de cada área, foi necessária a reconstituição dos seus respectivos perfis cerâmicos, seguindo os procedimentos e princípios acima descritos. Nesse sentido, o universo total analisado foi de três mil e nove (3.009) fragmentos, composto tanto de fragmentos cerâmicos como de objetos reconstituídos. Nesse total foram excluídos como classe residual, seiscentos e oito (608) fragmentos, representando 20,2% do material selecionado para a análise. Dos dois mil, quatrocentos e um (2.401) fragmentos restantes, que representa 79,8% do universo analisado, apenas mil, duzentos e setenta e oito (1.278) possuíam identificação espacial: área ou setor. A distribuição dos fragmentos analisados foi proporcionalmente uniforme, entre as áreas, com quinhentas e quarenta e cinco fragmentos (545), 42,6%, pertencentes à Área I, enquanto, setecentos e treze (713) fragmentos, 55,8%, pertencentes à Área II.

²⁰ RYE, O. S. **Pottery Technology Principles in Reconstruction**. Washington, p. 254. 1981.

²¹ Como padrões de ornamentação, compreendemos o que está delimitado pelo conceito de *design*: “*a organização ou apresentação de vários elementos: técnicas, matérias-primas, (formas e decoração) que refletem as escolhas de cada indivíduo dentro de um padrão tecnológico.*” (Oliveira, *op. cit.*)

²² Oliveira, *op. cit.*

²³ “*(...) Todo conjunto de técnicas desenvolvido pelos grupos (...) em que poderíamos identificar as associações técnicas e as escolhas feitas por cada grupo cultural e, assim, estabelecer um modelo de descrição para sistematizar as comparações.*” (Oliveira, *op. cit.*)

Quantificado nosso universo de análise, partamos agora para o próximo segmento, onde serão aplicados os princípios acima descritos, na definição do perfil técnico cerâmico de cada área ocupacional do Sítio Arqueológico do Campo.

3.4.1. Área I: O Material Cerâmico Indígena

O material cerâmico da Área I encontrava-se disposto em cinco áreas de concentração, denominadas: Mancha 1, Mancha 2, Mancha 3, Mancha 4 e Mancha 5²⁴. Na segunda campanha foi realizada uma trincheira, denominada Trincheira 1, de onde foi resgatada uma pequena quantidade de material cerâmico, confirmando a destruição do sítio (Fig. 13). O material cerâmico da Área I encontrava-se distribuído entre as manchas, na seguinte ordem de frequência (Fig. 39):

- Mancha 1(código de análise 1): 231 fragmentos (42,2%);
- Mancha 2 (código de análise 2): 42 fragmentos (7,7%);
- Mancha 3 (código de análise 3): 71 fragmentos (13%);
- Mancha 4 (código de análise 4): 143 fragmentos (26,2 %);
- Mancha 5 (código de análise 5): 42 fragmentos (7,7%);
- Trincheira 1 (código de análise 6); 16 fragmentos (3%) (Fig. 18).

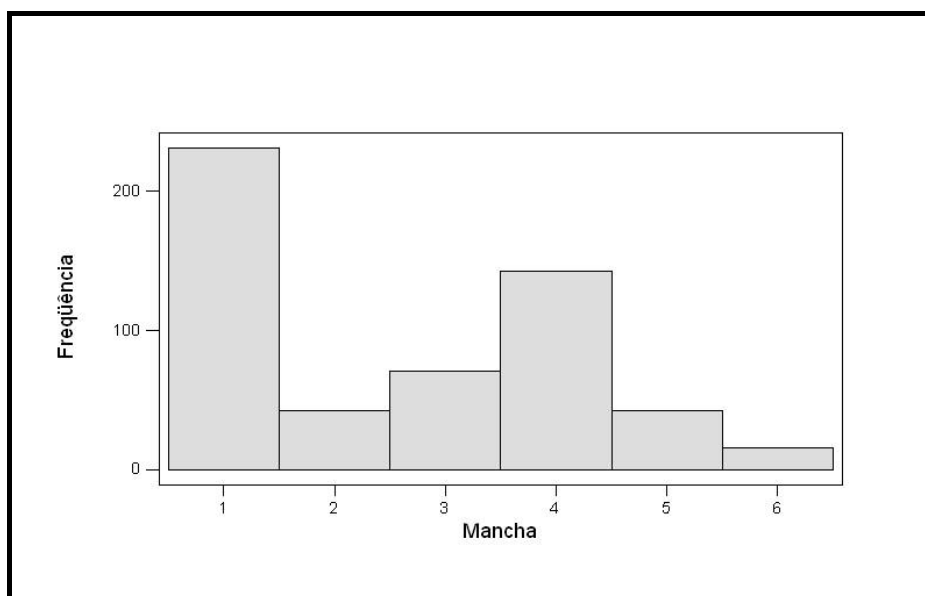


Figura 39: Histograma de frequência (em %) da distribuição do material cerâmico nos setores (manchas) da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

²⁴ Sena, *op. cit.*

Foi constatada a presença de cinco pastas²⁵, as quais classificamos como (Tabela 1):

- **Pasta 1:** caracteriza-se pela presença de bolos de argila em grande quantidade, variando em relação à argila de 50% a 75%;
- **Pasta 2:** diferencia-se da Pasta 1 pela presença de areia, embora também possua bolos de argila em grande quantidade. A relação entre argila e antiplástico varia de 50% a 75%;
- **Pasta 3:** caracteriza-se pela presença de carvão e bolos de argila utilizados como antiplástico. A relação entre argila e antiplástico varia de 30% a 50%;
- **Pasta 4:** difere das outras pela ausência de bolos de argila utilizados como antiplástico. É constituída de argila e areia variando de 50% a 75%;
- **Pasta 5:** essa pasta possui textura diferenciada uniforme, diferente das anteriores, não se observando nela a presença de antiplásticos visíveis a olho nu.

Tabela 1: Tabela da frequência (em %) de distribuição dos tipos de pasta no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Pasta	Quantidade de Fragmentos	%
Bolo de Argila	168	58,1
Bolo de Argila + Areia	34	12
Bolo de Argila + Carvão	52	17,9
Areia	30	10,3
Sem Aditivos	5	1,7
Total	291	100

No que diz respeito aos antiplásticos utilizados, pouco podemos afirmar sobre a intencionalidade dos mesmos. Excetuando-se o carvão e os bolos de argila, os outros antiplásticos já poderiam estar presentes na própria argila, a qual é uma matéria-prima abundante em toda a região do Litoral Norte, apresentando granulometrias variadas²⁶. De acordo com as necessidades técnicas de cada caso específico, apenas a seleção das fontes de argila, de acordo com sua plasticidade, já consistia numa das etapas da cadeia operatória para a confecção de um determinado vasilhame²⁷.

²⁵ Sena, *op. cit.*

²⁶ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.

²⁷ Sena, *op. cit.*

Quanto à técnica de manufatura (Tabela 2), a grande maioria dos fragmentos na área, foi confeccionada pela sobreposição de roletes ou cordéis de argila, na técnica denominada de *Acordelado* ou *Roletado*²⁸. Contudo, alguns fragmentos identificados, não foram confeccionados através dessa técnica reconhecidamente pré-histórica, no contexto sul-americano. Manufaturados com o auxílio de um torno, num primeiro momento, foram interpretados como material carreado da Área II. Após análises espaciais realizadas, no entanto, ficou demonstrado que a direção do carreamento de material arqueológico da Área II, ocorria em sentido inverso. Dessa forma, esse material intrusivo na Área I, pode ter pertencido a camadas superiores, onde os vestígios de contato entre as duas ocupações podem ter ocorrido. Infelizmente, o tempo de exposição da mesma às intempéries — a Área I era utilizada como campo de futebol há mais de vinte anos — não nos permitiu verificar a existência desse hipotético nível de contato cultural.

Tabela 2: Tabela da frequência (em %) de distribuição das técnicas de manufatura no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Técnica de Manufatura	Quantidade de fragmentos	%
Roletado	256	95,7
Torneado	12	4,3
Total	277	100

Mesmo reconhecendo a fragilidade do atributo do tipo de queima, o mesmo foi aqui utilizado como uma maneira segura de caracterizar as técnicas de manufatura. Logo, foram identificados no material cerâmico da Área I seis tipos de queima (Tabela 3), denominados:

- **Queima 1:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal com presença de núcleo central escuro e uma camada interna e externa clara.*”²⁹. Queima incompleta;
- **Queima 2:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal com uma camada clara na parede interna e uma camada escura na externa.*”³⁰;
- **Queima 3:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal sem presença de núcleo com uma cor variando do cinza escuro ao preto. Mal queimada*”³¹. Queima incompleta;

²⁸ Brochado *et alli*, *op. cit.*

²⁹ OLIVEIRA, Claudia Alves de. **A Cerâmica Pré-histórica no Brasil Avaliação e Proposta**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Área de Concentração em Pré-história da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: p. 215. 1990.

³⁰ Oliveira (2), *op. cit.*

- **Queima 4:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal sem presença de núcleo, variando do (...) laranja tijolo ao amarelo. Bem queimada*”³². Queima completa;
- **Queima 5:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal com uma camada clara na parede externa e uma camada escura na parede interna.*”³³. Queima incompleta;
- **Queima 6:** caracterizada por apresentar uma “*seção transversal sem presença de núcleo, com cor uniforme variando do cinza escuro ao (...) tijolo escuro.*”³⁴.

Verificamos nos dados analisados, a predominância do tipo de queima 4, logo seguida pelos tipos 5 e 3, nessa ordem como pode ser visualizado na tabela abaixo. A predominância desses tipos de queima nos permite afirmar que não havia um controle da temperatura, na hora de cocção das peças; as quais variam entre mal queimadas e bem queimadas. Dessa maneira, no que diz respeito à delimitação do perfil cerâmico da Área I, podemos caracterizar a queima como incompleta.

Tabela 3: Tabela da frequência (em %) de distribuição dos tipos de queima no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipos de Queima	Quantidade de fragmentos	%
1	34	12,4
2	8	2,9
3	54	19,8
4	76	27,8
5	67	24,5
6	34	12,4
Total	273	100

Dentro desse universo de caracterização das Pastas como elemento inicial da análise, definimos³⁵ as Técnicas de Tratamento da Superfície Externa como (Tabela 4):

³¹ Oliveira (2), *op. cit.*

³² Oliveira (2), *op. cit.*

³³ Oliveira (2), *op. cit.*

³⁴ Oliveira (2), *op. cit.*

³⁵ Sena, *op. cit.*

- **Tipo 1:** Alisado — “*consiste no processo de nivelção da superfície do vasilhame*”.³⁶;
- **Tipo 2:** Decoração Plástica, nas quais foram identificadas as duas técnicas, o Corrugado — “*consiste no tipo de decoração resultante do rejuntamento externo dos roletes pela sobreposição da parte inferior de uns, sobre a superior dos outros*” e o Digitado³⁷;
- **Tipo 3:** Pintado — “*consiste no tipo de decoração executada antes ou depois da queima da cerâmica, com pigmentos vegetais ou minerais, diretamente sobre a superfície ou sobre engobo ou banho. Pode ser executada tanto na superfície externa como na interna*”³⁸;
- **Tipo 4:** Engobo — ou barbotina “*é um revestimento superficial de argila mais refinada, aplicado á cerâmica antes da queima.*”³⁹;
- **Tipo 5:** Alisado/Esfumarado — é uma técnica de tratamento de superfície que consiste na aplicação de resinas vegetais, depois da queima, quando então o vasilhame é submetido a outra seção de queima, na verdade uma defumação, até o endurecimento das resinas aplicadas. Consiste numa técnica de impermeabilização das paredes dos recipientes cerâmicos⁴⁰.

Quanto a Técnica de tratamento de Superfície Interna, em toda a amostra analisada, da Área I, predominou apenas um tipo⁴¹:

- **Tipo 1:** Alisado⁴².

Como técnica de tratamento das superfícies externas (Tabela 4), predominou o Alisado (63,7%), que pode ser identificado como uma das etapas essenciais da cadeia operatória de uma cerâmica confeccionada através do roletado. A segunda técnica mais freqüente foi a aplicação do engobo (27,9%), geralmente associado à preparação das superfícies para aplicação de pinturas. Dado o grau de deterioração dos fragmentos da Área I, poucos foram aqueles que possibilitaram a identificação de técnicas decorativas, apresentando uma

³⁶ CHMYZ, I. et alli. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Paranaguá: UFPR, ano 1, n 1, pp. 119-148. 1976.

³⁷ Chymzs et alli, *op. cit.*

³⁸ Chymzs et alli, *op. cit.*

³⁹ Brochado et alli, *op. cit.*

⁴⁰ Chymzs et alli, *op. cit.*

⁴¹ Sena, *op. cit.*

⁴² Chymzs et alli, *op. cit.*

predominância da decoração plástica⁴³ (4,4%). A decoração de tipo Pintada (2,5%), não apresentou motivos decorativos, caracterizando-se como um banho⁴⁴ de pigmento mineral. O Alisado/Esfumarado (1,5%), o qual se caracteriza como uma técnica de impermeabilização dos vasilhames cerâmicos.

Tabela 4: Tabela da frequência (em %) de distribuição das Técnicas de Tratamento de Superfície Externa no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tratamento de superfície externa	Quantidade de fragmentos	%
Alisado	361	63,7
Decoração Plástica	24	4,4
Pintado	14	2,5
Engobo	154	27,9
Alisado/Esfumarado	8	1,5
Total	551	100

No que diz respeito às Técnicas de Tratamento de Superfície Interna, no total de 551 peças, foi verificada a predominância do Alisado⁴⁵. No entanto, o estado de conservação dos fragmentos, tornou impossível afirmar que esta era a realidade do material cerâmico da Área I. Assim como foi impossível identificar os tipos de Corrugado, apresentados no tratamento de superfície do tipo 2.

Quanto aos tipos de bordas apresentados (Tabela 5), foram identificados dois: Diretas (71,4%) e Reforçadas (28,6%), com uma nítida predominância do primeiro. Como bordas diretas, entendemos aquelas que apresentaram a mesma espessura do bojo. Ou, quando não, uma pequena diferença em relação à parte mais espessa da peça. Como bordas reforçadas, entendemos aquelas em que foram aplicados roletes de reforço, talvez para melhorar a sustentação e o manuseio da peça pronta. Geralmente, a espessura apresentada por esse tipo de borda, é muito maior que o resto do vasilhame (Fig. 9; Fig. 20).

⁴³ Decoração Plástica: “É aquela que resulta da modificação tridimensional da superfície da parede de uma vasilha (...) anterior à queima.” (Brochado et alli, 1989).

⁴⁴ Banho: “Revestimento superficial delgado proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água, aplicado a superfície cerâmica antes da queima.” (Brochado et alli, 1989).

⁴⁵ Sena, *op. cit.*

Tabela 5: Tabela da frequência (em %) dos tipos de borda no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipos de Borda	Quantidade de fragmentos	%
Direta	70	71,4
Reforçada	28	28,6
Total	98	100

Quanto aos tipos de lábios apresentados (Tabela 6), foram identificados três: arredondado, inciso e plano (Fig. 9; Fig. 20). Arredondados são aqueles lábios que, no acabamento da peça, tiveram as arestas das bordas suavizadas, arredondadas. Planos, são aqueles que não passaram por esse acabamento, mas pela planificação e acentuação de suas arestas. Como inciso, caracterizam-se os lábios que sofreram uma decoração plástica incisa que, no caso do material cerâmico da Área I, foram realizadas com as unhas. Ou seja, unguilado que *”tem como expressão decorativa a UNGULAÇÃO – é a ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formato de quem aplica.”*⁴⁶ (grifo do autor).

Tabela 6: Tabela da frequência (em %) dos tipos de lábio no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipo de Lábio	Quantidade de fragmentos	%
Arredondado	75	72,1
Inciso	13	12,5
Plano	16	15,4
Total	104	

Quanto à base dos vasilhames cerâmicos, todo o universo analisado, ou seja, fragmentos e objetos apresentaram bases arredondadas, características de uma tecnologia acordelada ou roletada. No entanto, nos vasilhames reconstituídos em todas as suas partes componentes, foi possível identificar uma tendência a planificação da extremidade final dos vasilhames. Seguindo a mesma tendência à planificação, um fragmento cerâmico analisado, apresentou características que sugerem uma base em pedestal (Fig. 40). Porém, seu estado fragmentário não permite uma afirmação categórica em favor desse tipo de base. O qual, se fizer parte da realidade ceramista da ocupação, tem implicações imperativas na caracterização étnica do grupo.

⁴⁶ Brochado *et alli*, *op. cit.*



Figura 40: Fragmento cerâmico (base) com morfologia indicativa do tipo base em pedestal. Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Para finalizar, no que diz respeito às formas reconstituídas (Tabela 7), apenas quatro objetos (0,6%) foram obtidos e apresentaram a forma elipsóide horizontal (Fig. 9). No entanto, a pequena quantidade de objetos reconstituídos, não permite uma generalização para todo o perfil cerâmico da Área I.

Porém, não podemos negar a existência de padrão morfológico para a ocupação indígena. A uniformidade da técnica de manufatura, o acordelado ou roletado; a queima incompleta; as pasta com adição de bolos de argila e carvão; as técnicas de tratamento de superfície, como o corrugado e engobo; as bordas diretas e reforçadas; as bases arredondadas; e os vasilhames em forma elipsóide horizontal; podem ser apontadas como as características que permitiram a delimitação do perfil técnico cerâmico da Área I.

Tabela 7: Tabela da frequência (em %) das classes identificadas no material cerâmico da Área I do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Classe	Quantidade de Fragmentos	%
Diferida	278	51
Fragmento	264	48,4
Objeto	4	0,6
Total	566	100

3.4.2. Área II: O Material Cerâmico Colonial

Diferente da Área I, onde o material cerâmico se apresentou concentrado em manchas húmicas, na Área II, sob efeito da topografia local, o mesmo não foi encontrado disposto em nenhum padrão deposicional definido. Acompanhando a declividade do terreno, os vestígios se mostraram dispersos em quase toda a área, estacionando nas suas porções mais planas.

Apresentando uma tipologia variada, seu material cerâmico foi composto de: fragmentos de cerâmica, restos de materiais construtivos (telhas e tijolos), fragmentos de louça (faiança portuguesa e porcelana) e cachimbos. Para a presente análise, no entanto, foram selecionadas a cerâmica utilitária e a louça, dadas as informações que poderiam fornecer para a verificação das hipóteses propostas.

No enxoval cerâmico utilitário foram realizados os mesmos procedimentos analíticos aplicados no material cerâmico da Área I. Já na louça, dada a possibilidade de datação a partir das datas de manufatura dos vários tipos registrados na documentação especializada⁴⁷, a análise desse material cerâmico permitiu o estabelecimento de uma cronologia relativa para a Área II. Como veremos no próximo segmento.

3.4.2.1. Área II: O Material Cerâmico Colonial – A Louça

Para sítios históricos de cronologia recente, a aplicação de métodos radiométricos de datação (C_{14} , p. e.) não apresenta resultados satisfatórios⁴⁸. No entanto, a Arqueologia Histórica vem desenvolvendo novos métodos de datação relativa para o auge de uma ocupação, através dos fragmentos de louça arqueológica. Denominada, **fórmula para a datação média de louças** (“the mean ceramic date formula”⁴⁹), apesar de não ser um método de datação objetivo, permitiu reduzir a abrangência do marco cronológico previamente delimitado para o Sítio do Campo: 1650 - 1750.

No enxoval cerâmico da Área II foram identificados fragmentos de faiança portuguesa, datados de 1550 - 1625⁵⁰ e de 1750 – 1775⁵¹.

⁴⁷ LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. *Revista Clio – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco N. 5, pp. 87- 99. 1989.

⁴⁸ Lima, *op cit*.

⁴⁹ SOUTH, Stanley. Evolution and Horizon as Revealed in Historical Archaeology. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*. New York: V. 6, pp. 71 – 16. 1971.

⁵⁰ ALBUQUERQUE (b), Paulo Tadeu de S. **A Faiança Portuguesa dos Séculos XVI a XIX em Vila Flor**. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p. 200. 1991.

⁵¹ Albuquerque (b), *op. cit*.

Partindo do princípio de “*que a produção máxima coincide com a data média dessa produção; em seguida, que os objetos usados com mais frequência são os mais representados no registro arqueológico*”⁵², este método baseia-se não apenas na idade estimada dos fragmentos encontrados, mas também na sua abundância relativa, através da fórmula:

$$y = \frac{\sum_{i=1}^n X_i \cdot f_i}{\sum_{i=1}^n f_i}$$

Onde **X_i** = data média de manufatura para cada tipo de louça; **f_i** = frequência de cada tipo e **n** = número de tipos na amostra.

Através da identificação e quantificação de cada tipo de louça (para verificação dos resultados da análise da louça, ver relatório em anexo), “*determina-se a data média de manufatura, ou seja, o ponto médio no período em que se sabe que a louça foi fabricada*”⁵³. No caso da Área II do Sítio do Campo, as datas médias obtidas foram 1587,5 e 1762,5. Multiplicado pela frequência no registro arqueológico, cada produto obtido foi dividido pelo total de tipos identificados. Ou seja, $y = 80.189 / 47 = 1706,64$. Desconsiderando-se os decimais, obtivemos a data de 1706.

Marcada por crises sociais, políticas e econômicas, essa data permitiu reduzir bastante as possibilidades interpretativas para o sítio em questão. No entanto, deixemos para o próximo capítulo a contextualização histórica do Sítio do Campo, através da qual nos foi possível preencher algumas lacunas encontradas no registro arqueológico. Por ora, voltemos nossa atenção para o material cerâmico utilitário da Área II, apresentado no segmento abaixo.

⁵² Lima, *op. cit.*

⁵³ Lima, *op. cit.*

3.4.2.2. Área II: O Material Cerâmico Colonial – A Cerâmica Utilitária

Seguindo as mesmas etapas analíticas aplicadas no material cerâmico da Área I, na Área II foram identificados sete tipos de pasta, sendo alguns tipos presentes na Área I, representados novamente, enquanto outros se mantiveram ausentes (Tabela 8):

- **Pasta 1:** não houve o registro desse tipo de pasta na Área II;
- **Pasta 2:** diferencia-se da Pasta 1 pela presença de areia, embora também possua bolos de argila em grande quantidade. A relação entre argila e antiplástico varia de 50% a 75%;
- **Pasta 3:** também não ocorreu no material cerâmico da Área II;
- **Pasta 4:** apresentou-se como descrita na Área I. No entanto a relação argila-antiplástico apresentou-se na razão de 40% a 60%;
- **Pasta 5:** essa pasta possui textura uniforme, não se observando nela a presença de antiplásticos visíveis a olho nu. Diferente da Área I, onde os fragmentos se apresentaram mais compactados, nesse setor, os fragmentos com esse tipo de pasta, possuem uma textura fina e se desmancham com a manipulação. Tal fato dificultou a identificação tanto do tipo de pasta como da manufatura desses fragmentos. Apresentou uma baixa popularidade na amostra;
- **Pasta 6:** essa pasta diferencia-se da Pasta 1, por apresentar grande quantidade de cristais de óxido de ferro (Fe_2O_4), associados a grãos de areia e bolos de argila. Esses últimos em quantidade consideravelmente menor que na Pasta 1. A relação entre a argila e o antiplástico se apresentou na razão de 60% a 75%;
- **Pasta 7:** composta por bolos de argila e fragmentos de cerâmica, apenas um fragmento em toda a amostra, apresentou esse tipo de pasta. Com uma relação de argila-antiplástico na razão de 60% a 85%, tecnicamente, seria impossível levantar as

paredes de um vasilhame com uma pasta com essa textura, através do uso de um torno. Logo, esse fragmento foi classificado na técnica de manufatura acordelada;

- **Pasta 8:** caracterizou-se por apresentar fragmentos cerâmicos associados a areia. A relação argila-antiplástico foi de 30% a 50%;
- **Pasta 9:** caracterizou pela presença de uma grande quantidade de óxido em associação aos grãos de areia. A relação argila-antiplástico se apresentou na razão de 50% a 75%.

Tabela 8: Tabela da frequência (em %) de distribuição dos tipos de pasta no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipo de Pasta	Quantidade de Fragmentos	%
Bolo de Argila	0	0
Bolo de Argila + Areia	10	1,4
Bolo de Argila + Carvão	0	0
Areia	273	38,1
Sem Aditivos	4	0,6
Bolo de Argila + Areia + Óxido de Ferro	124	17,3
Bolo de Argila + Fragmentos Cerâmicos	1	0,1
Areia + Fragmentos Cerâmicos	2	0,3
Areia + Óxido de Ferro	303	42,3
Total	717	100

Assim como na Área I, a maioria dos antiplásticos identificados pode ter procedência não-intencional. Exceto os bolos de argila e os fragmentos cerâmicos, os outros, areia e óxido de ferro, são abundantes nas jazidas de argila do Litoral Norte⁵⁴. No entanto, a grande popularidade da Pasta 9 e da Pasta 4, pode indicar que nessa indústria ceramista havia a predominância do uso de argilas nas quais não se necessitava da adição de antiplástico. Este costume também foi identificado na Área I e pode estar relacionado com a composição das fontes de argila da área, que possuíam a plasticidade ideal para os dois perfis cerâmicos.

Quanto à técnica de manufatura (Tabela 9) para a indústria cerâmica da Área II, foi registrada a predominância do uso do torno, na confecção dos vasilhames (97,9%).

⁵⁴ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.

Configurando uma situação inversamente proporcional à Área I, alguns fragmentos se apresentaram confeccionados através do acordelado (2,1%). Por outro lado, nesse setor, não podemos sugerir a existência de uma camada superior destruída. No entanto apenas uma pequena porção do setor foi escavada nas três campanhas realizadas, impedindo-nos de caracterizar esse material como intrusivo. Ou seja, seria necessário escavar a totalidade do sítio, para assim demonstrar que o material cerâmico acordelado não apresenta uma regularidade na indústria cerâmica da Área II.

Tabela 9: Tabela da frequência (em %) de distribuição das técnicas de manufatura no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Técnica de Manufatura	Quantidade de Fragmentos	%
Roletado	15	2,1
Torneado	695	97,9
Total	710	100

Quanto aos tipos de queima, foram registrados os mesmos casos da Área I. No entanto, foi identificado um novo tipo de queima não registrado na literatura consultada:

- **Queima 7:** caracteriza-se por apresentar uma seção transversal com presença de núcleo central claro e camada externa e interna escura. A aparência produzida nos fragmentos e a baixa popularidade na amostra sugerem efeitos pós-deposicionais.

Foi verificada na amostragem analisada, a predominância da Queima 4 (66,4%) em relação aos outros tipos, que na área não chegam a ultrapassar 10%, cada um, do universo total. Dessa maneira, podemos classificar o tipo de queima da Área II como completa, apresentando uma indústria ceramista com maior controle na cocção das peças (Tabela 10).

Tabela 10: Tabela da frequência (em %) dos tipos de queima no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipo de Queima	Quantidade de Fragmentos	%
1	55	7,8
2	40	5,7
3	65	9,2
4	469	66,4
5	21	3,0
6	42	5,9
7	14	2,0
Total	706	100

Na caracterização das Técnicas de Superfície Externa, foram registradas mais quatro que não foram identificadas na Área I, enquanto duas das registradas na anterior, não tiveram aqui ocorrência. As quais foram (Tabela 11):

- **Tipo 1:** Alisado⁵⁵;
- **Tipo 2:** Decoração Plástica⁵⁶;
- **Tipo 3:** Pintado⁵⁷;
- **Tipo 6 :** Polido – *“técnica de complementação do alisado para tornar impermeável e lustrosa a superfície do vasilhame, podendo ocorrer tanto interna, como externamente.”*⁵⁸;
- **Tipo 7:** Vitrificado⁵⁹.
- **Tipo 8:** Decoração Plástica / Pintada – *“ocorrência de acabamento plástico e pintura numa mesma vasilha, numa mesma face ou em faces diferentes.”*⁶⁰.

Assim como na Área I, foi verificada a predominância do alisado, como técnica de tratamento de superfície externa. Com 88,5% da amostra analisada na área, o alisado pode ser descrito como a principal característica do perfil cerâmico; a qual por sua vez está inserida nos procedimentos essenciais da confecção de um vasilhame cerâmico. Como era de se esperar numa tecnologia cerâmica torneada, as técnicas de tratamento da superfície externa como o

⁵⁵ Chymzs et alli, op. cit.

⁵⁶ Chymzs et alli, op. cit.

⁵⁷ Chymzs et alli, op. cit.

⁵⁸ Chymzs et alli, op. cit.

⁵⁹ Chymzs et alli, op. cit.

⁶⁰ Brochado et alli, op. cit.

alisado/esfumarado, não foi registrada. O engobo, possuía no perfil técnico da Área II, a mesma função que a pintura — um banho pré-queima — dessa forma, incluímos esse tratamento de superfície na Unidade 3. Diferindo apenas em cada caso o tipo de pigmento empregado, argiloso ou mineral; o que não vinha ao caso na análise atual. Quanto à decoração plástica, foi registrada em maior quantidade em restos de apliques manuais, como asas e alças. No entanto, foi registrada em um fragmento apenas, decoração do tipo incisa em sua borda, como veremos mais adiante. Para as outras unidades, a baixa popularidade registrada, não as torna relevantes para a caracterização do perfil cerâmico da Área II. No entanto, vale ressaltar o registro de técnicas de superfície como o polimento e a vitrificação. Utilizadas como técnicas de impermeabilização das paredes externas dos vasilhames, principalmente a vitrificação, possui uma funcionalidade específica no contexto histórico estudado.

Tabela 11: Tabela da frequência (em %) de distribuição das Técnicas de Tratamento de Superfície Externa no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tratamento de superfície externa	Quantidade de Fragmentos	%
Alisado	619	89,1
Decoração Plástica	17	2,4
Pintado	42	6,0
Engobo	0	0
Alisado/Esfumarado	0	0
Polido	8	1,2
Vitrificado	7	1
Decoração Plástica / Pintado	2	0,3
Total	695	100

No que diz respeito às técnicas de tratamento da superfície interna, os tipos definidos na Área II, mostraram-se mais diversificados. Enquanto que, na Área I, todo o universo analisado apresentou como única técnica o alisado, na Área II, mesmo sendo o grupo 1 predominante sobre os outros (87,6%), a variação identificada forneceu indicações que contribuíram para a caracterização do perfil técnico da área. Ou seja, em associação com os dados obtidos na identificação das técnicas de tratamento da superfície externa, configuraram distinções técnicas entre as áreas que confirmam a divisão do sítio em duas áreas ocupacionais distintas, técnica e culturalmente. Dessa forma, os tipos definidos foram (Tabela 12):

- **Tipo 1:** Alisado⁶¹;
- **Tipo 2:** Polido – “*técnica de complementação do alisado para tornar impermeável e lustrosa a superfície do vasilhame, podendo ocorrer tanto interna, como externamente.*”⁶²;
- **Tipo 3:** Pintado⁶³;
- **Tipo 4:** Brunido – “*técnica muito complexa em termos de execução, havendo várias etapas de procedimento. As peças são polidas(...), no período de secagem e, em seguida, após a queima, são impregnadas de certos tipos de [resinas] vegetais e diretamente aquecidas em banhos de fumaça para atingirem a cor negra.*”⁶⁴
- **Tipo 5:** Vitrificado

Ainda sobre a diversidade apresentada na caracterização das técnicas de tratamento da superfície interna, vale a pena comentar a ocorrência de dois tipos de tratamento de superfície interna: o brunido e o vitrificado. Ambas técnicas de impermeabilização dos vasilhames cerâmicos, sua aplicação está intimamente relacionada com a funcionalidade dos objetos confeccionados: acondicionamento de líquidos. No entanto, culturalmente falando, o brunido consiste numa tecnologia pré-histórica sul-americana. Enquanto que o vitrificado, foi uma técnica importada da Europa no período colonial. Como veremos mais adiante, mesmo a baixa popularidade apresentada, foi significativamente importante para as interpretações aqui propostas.

Tabela 12: Tabela da frequência (em %) de distribuição das Técnicas de Tratamento de Superfície Interna no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tratamento de superfície interna	Quantidade de fragmentos	%
Alisado	619	89,6
Polido	12	1,7
Pintado	45	6,5
Brunido	2	0,3
Vitrificado	13	1,9
Total	691	100

⁶¹ Chymzs *et alli*, *op. cit.*

⁶² Chymzs *et alli*, *op. cit.*

⁶³ Chymzs *et alli*, *op. cit.*

⁶⁴ Oliveira, *op. cit.*

A mesma diversidade tipológica foi verificada no que diz respeito aos tipos de bordas identificados na Área II. Além de apresentar os tipos registrados na Área I, mais quatro tipos foram registrados, como veremos abaixo (Tabela 13). No entanto, cabe ainda ressaltar uma distinção entre os tipos de bordas apresentadas pelas duas áreas. Enquanto que na Área I, as bordas eram reforçadas com a aplicação de mais um rolete, na Área II, o reforço era confeccionado com a dobradura externa de uma borda direta. Aplicando-se o tipo de acabamento selecionado (geralmente alisamento), a bordas assumia assim uma aparência muito parecida com as bordas reforçadas da Área I, sendo apenas possível identificar essa diferença técnica, nas secções transversais de alguns fragmentos. (Fig. 41)

- **Diretas;**
- **Reforçadas;**
- **Extrovertidas;**
- **Introvertidas;**
- **Reforço Externo ;**
- **Reforço Interno⁶⁵.**



Figura 41: Exemplos dos tipos de bordas identificadas na Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE: reforçadas e diretas.

⁶⁵ Chymzs et alli, *op. cit.*

Tabela 13: Tabela da frequência (em %) dos tipos de borda no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipos de Borda	Quantidade de Fragmentos	%
Direta	155	34,6
Reforçada	246	55
Extrovertida	43	9,6
Introvertida	2	0,4
Reforço Externo	1	0,2
Reforço Interno	1	0,2
Total	448	100

Quanto aos tipos de lábios registrados, exceto o tipo inciso, tivemos as mesmas ocorrências da Área I (Tabela 14). Entretanto, um único fragmento apresentou decoração incisa, não no lábio, mas na face externa de sua borda reforçada. Por sua vez, essa decoração incisa na Área II, foi realizada não com unhas, mas com um instrumento, provavelmente de madeira. Quanto à técnica de manufatura desse fragmento, identificamos o torneado. Mais adiante discutiremos as implicações desse fato arqueológico. Em associação com os tipos de bordas identificados, podemos afirmar que uma das características do perfil técnico cerâmico da Área II, consiste na diversidade tipológica das bordas. Apesar da predominância dos tipos reforçados e diretos (Tabela 13).

Tabela 14: Tabela da frequência (em %) dos tipos de lábio no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tipos de Lábio	Quantidade de Fragmentos	%
Arredondado	381	85
Plano	67	15
Total	448	100

No que diz respeito aos tipos de base apresentados na Área I, como era de se esperar em um perfil cerâmico confeccionado através do uso do torno, apresentaram-se em todo o universo analisado, planas. O qual, por sua vez, é um imperativo da própria técnica, que exige a disposição da pasta em uma superfície plana, que gira em torno de seu eixo, auxiliando assim no levantamento das paredes da vasilha.

Quanto às formas reconstituídas, apesar de uma amostra também reduzida (Tabela 15), treze objetos (1,8%) foram obtidos, distribuídos em três tipos de formas (Figura 42):

- **Cônica:** a qual possui a maior popularidade nos objetos reconstituídos da Área II;
- **Ovóide Invertido:** a qual apresentou quatro objetos reconstituídos;
- **Elipsóide Horizontal:** única forma registrada na Área I, na Área II, apenas um objeto foi registrado com essa forma (Tabela 15).

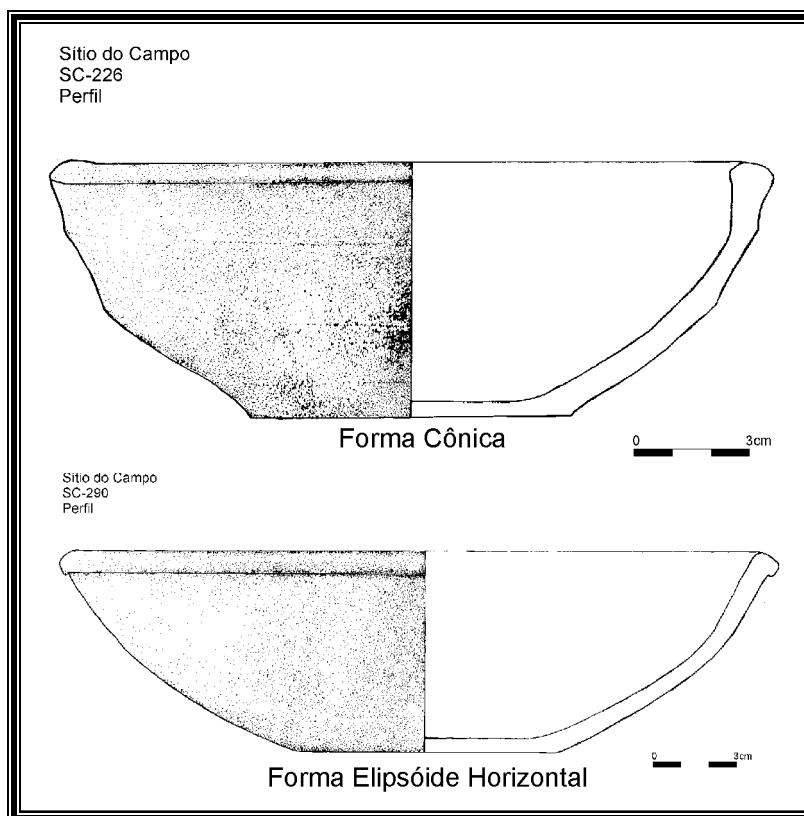


Figura 42: Vasilhames cerâmicos reconstituídos da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Tabela 15: Tabela da frequência (em %) das formas reconstituídas no material cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE.

Forma	Quantidade de Fragmentos	%
Cônica	8	61,5
Ovóide Invertido	4	30,8
Elipsóide Horizontal	1	7,7
Total	13	100

Para finalizar, vale ressaltar que a predominância do tipo cônico nos objetos reconstituídos pode indicar uma determinação da própria técnica de manufatura predominante no perfil cerâmico: o torneado. Quanto às outras formas, sua diversificação deve estar relacionada com a funcionalidade dos vasilhames.

Cabe ainda mencionar que, em alguns fragmentos analisados, foram verificados orifícios realizados pós-queima. Esse procedimento, tem relação direta com a reutilização dos vasilhames, ou quebrados durante sua vida útil, ou durante o processo de cocção dos mesmos. As implicações funcionais são óbvias nesse caso. Os vasilhames a que pertenceram esses fragmentos jamais poderiam servir para acondicionamento de líquidos (Fig. 43). Porém, como funcionalidade não foi um parâmetro utilizado na metodologia aplicada no presente trabalho, vale aqui apenas o registro desse fato, para estudos posteriores. Ou seja, é possível que uma abordagem funcional do material cerâmico, forneça informações sobre a funcionalidade da estrutura arquitetônica evidenciada na Área II.

Isto posto, partamos agora para o próximo segmento do capítulo, no qual serão confrontados os resultados das duas áreas ocupacionais do Sítio do Campo.



Figura 43: Fragmentos cerâmicos da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Orifícios de reutilização pós-queima.

3.4.3. Sítio Arqueológico do Campo: Resultados da Análise Comparativa

Antes de iniciarmos a descrição dos resultados da análise comparativa entre as duas áreas do Sítio do Campo, cabe aqui uma síntese do que foi apresentado até agora. Dessa forma, como características do perfil técnico cerâmico da Área I, foi verificado a partir dos vasilhames reconstituídos (0,5%), a predominância da forma elipsóide horizontal. Os tamanhos das vasilhas apresentaram-se na razão de 34 cm a 24 cm de diâmetro, em média. Enquanto as alturas apresentadas, não excediam os 10 cm. Todos os vasilhames reconstituídos foram confeccionados pela técnica de manufatura roletada ou acordelada. Como técnicas de tratamento de superfícies externas, podemos apontar a predominância do alisado (63,7%); seguido pelo engobo (27,9%); a decoração plástica (24%), que consistiu no corrugado e no digitado; pintado (2,5%), que consistiu num banho de pigmento mineral em toda a superfície das peças; e o alisado / esfumarado, que se apresentou apenas em oito fragmentos (1,5%). No que diz respeito à técnica de tratamento das superfícies internas, em toda a amostra analisada, predominou como técnica o alisado. Quanto às bordas, estas se apresentaram diretas (71,4%) ou reforçadas (28,6%), com lábios arredondados (72,1%), planos (15,4%) e incisos (12,5%), os quais apresentaram decoração plástica ungulada. Para finalizar, as bases registradas, apresentaram-se na totalidade da amostra, arredondadas, com uma leve tendência à planificação.

Já na Área II, as vasilhas reconstituídas (1,8%) permitiram identificar três formas: cônica (61,5%), ovóide invertido (30,8%) e apenas um objeto na forma elipsóide horizontal (7,7%). Seu tamanho variou do máximo de 40cm diâmetro a 24cm por 61cm a 10cm de altura. No entanto, a maioria dos objetos reconstituídos, apresentou a média de 24cm de diâmetro por 10cm de altura. Todos os objetos reconstituídos foram confeccionados através do uso do torno. Quanto ao tratamento das superfícies externas, como na Área I, predominou o alisado (89,1%); seguido pelo pintado (6%) que também se caracterizou como um banho de pigmento mineral em toda a peça; pela decoração plástica, que consistiu na aplicação de um friso, semelhante à pregas num tecido, ao redor de toda a borda; o polido (1,2%); o vitrificado (1%); e a decoração plástica associada a um banho de pigmento (decoração plástica / pintado = 0,3%). Como tratamento das superfícies internas, também predominou o alisado (89,6%), seguido pelo pintado (6,5%); o vitrificado (1,9%); e o brunido, que consiste numa técnica pré-

histórica⁶⁶ de impermeabilização das peças, a partir da aplicação de resinas vegetais, o qual apresentou a mesma porcentagem da técnica de tratamento de superfície interna do tipo 7 (0,3%). As bordas registradas foram predominantemente reforçadas (55%); seguidas pelas bordas diretas (34,6%); pelas extrovertidas (9,6%); introvertidas (0,4%); e com a mesma porcentagem insignificante (0,2%), bordas com reforço externo e interno. Quanto aos lábios apresentaram-se arredondados (85%) ou planos (15%). Não foi registrada a presença do tipo inciso, apesar de, como já mencionado, uma borda reforçada apresentar decoração plástica incisa na sua face externa, no caso, confeccionada com um instrumento, não as unhas como na Área I. Em toda a amostra de vasilhas reconstituídas, foi identificado o tipo de base plana.

Estabelecidos os perfis de cada área, ou as unidades da análise comparativa, partamos então para os resultados obtidos.

No que diz respeito às pastas utilizadas por cada grupo ceramista (Figura 44), na Área I, predominou o a Pasta 1 (58,1%), bolos de argila, a mesma não sendo registrada na Área II. Nesta, o tipo de pasta predominante foi a Pasta 5 (42,3%), areia e óxido de ferro, que não foi registrada na Área I. Foi verificada em ambas a área, a presença de tipos de pastas exclusivas para cada uma, enquanto os tipos em comum apresentaram porcentagens bastante diferentes. Nesse sentido, não se pode afirmar que existe uma relação entre as duas áreas do sítio. No que diz respeito à seleção do tipo de pastas para a confecção de seu material cerâmico. Tendo em vista que o antiplástico bolo de argila pode ter procedência intencional, essa característica separa radicalmente as duas áreas. Com a predominância dos antiplásticos areia e areia + óxido de ferro, na Área II, os quais têm procedência natural, nesta não podemos sugerir uma intencionalidade na adição de antiplásticos. Cabe ainda ressaltar a pasta sem aditivos, que em ambos os setores se apresentaram de forma bastante reduzida. Mais adiante veremos, as implicações dessa intrusão no material cerâmico de cada área ocupacional, a qual não cabe numa análise quantitativa.

⁶⁶ WILLEY, Gordon R. Cerâmica. In: *Suma Etnológica Brasileira*, v. 2, (*Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Ed. Vozes-FINEP), pp. 173-229. 1987; Oliveira, *op. cit.*

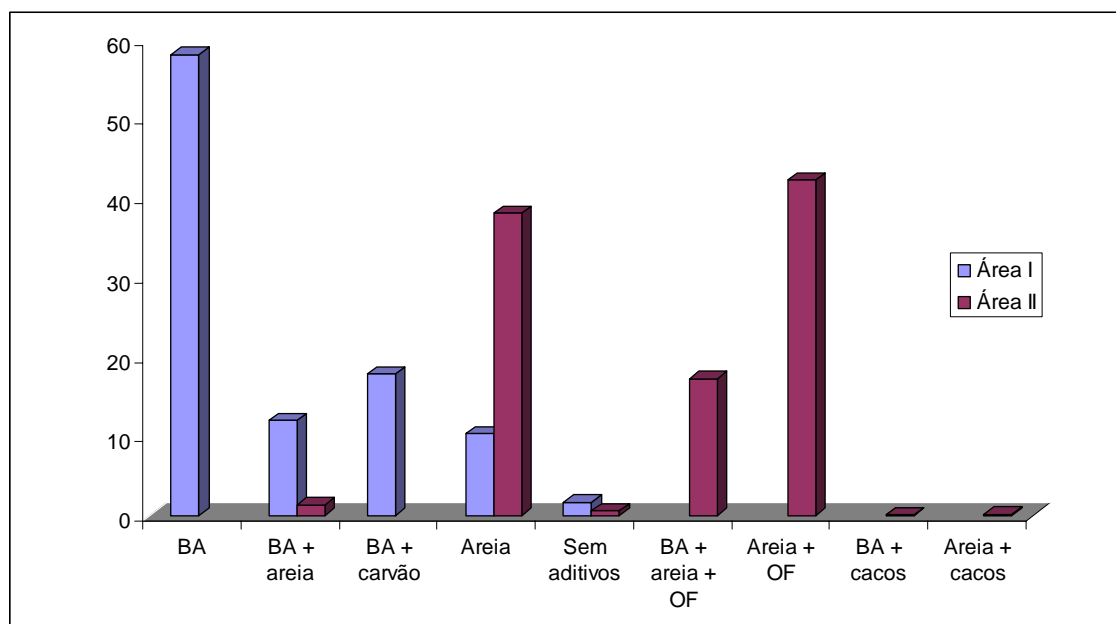


Figura 44: Frequência (em %) dos tipos de pasta dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. Legenda: BA = bolo de argila; OF = óxido de ferro; cacos = fragmentos de cerâmica.

Na comparação das técnicas de manufatura (Figura 45), entre as duas áreas, salta aos olhos a distinção técnica e cultural entre os dois perfis. Enquanto na Área I predominou a técnica roletada ou acordelada (95,7%), na Área II, a maioria dos fragmentos analisados se apresentaram confeccionados através do uso do torno. No entanto, nas duas áreas foi registrada a presença de alguns fragmentos confeccionados com técnica de manufatura distinta. Antes interpretados como material intrusivo, análises espaciais do sítio nos levaram a rever essa interpretação, como já foi mencionado. No próximo segmento, discorreremos mais sobre esse fato, quando então abordaremos aspectos isolados do perfil cerâmicos de ambas as áreas e suas implicações no sítio, como um todo.

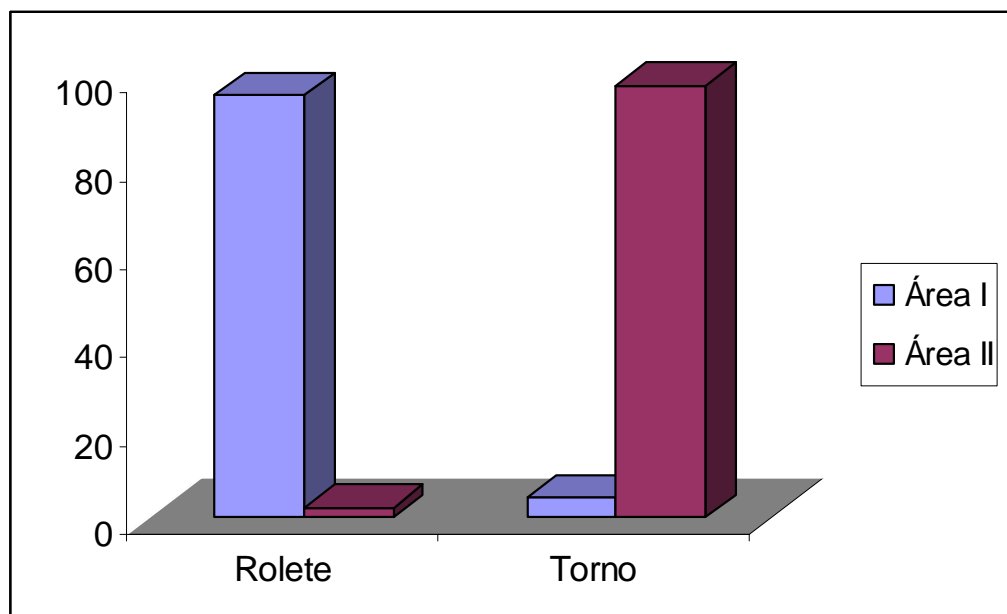


Figura 45: Frequência (em %) das técnicas de manufatura dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco.

Como já foi referida, a dubiedade do parâmetro queima, torna seu uso impreciso na análise do material cerâmico. No entanto, a justificativa da persistência analítica desse parâmetro, pode ser explicada pela sua utilidade na caracterização do controle da queima na indústria ceramista de uma ocupação. Nesse sentido, foi de extrema importância para representar a distinção entre a Área I e a Área II. Como podemos ver no gráfico abaixo (Figura 46) a predominância do tipo de queima 4 (66,4%) na Área II, em comparação com os outros tipos, indica um maior controle da temperatura dos fornos, resultando numa indústria cerâmica uniforme e de queima completa. Enquanto que, na Área I, a presença dos tipos de queima 3 (19,8%) e 5 (24,5%), em porcentagens muito próximas da queima 4, não apontam para o mesmo controle de temperatura, na cocção dos vasilhames, caracterizando uma queima incompleta. Cabe ainda ressaltar que, diferente da Área II, na Área I, os fragmentos se encontravam mais uniformemente distribuídos entre os tipos de queima.

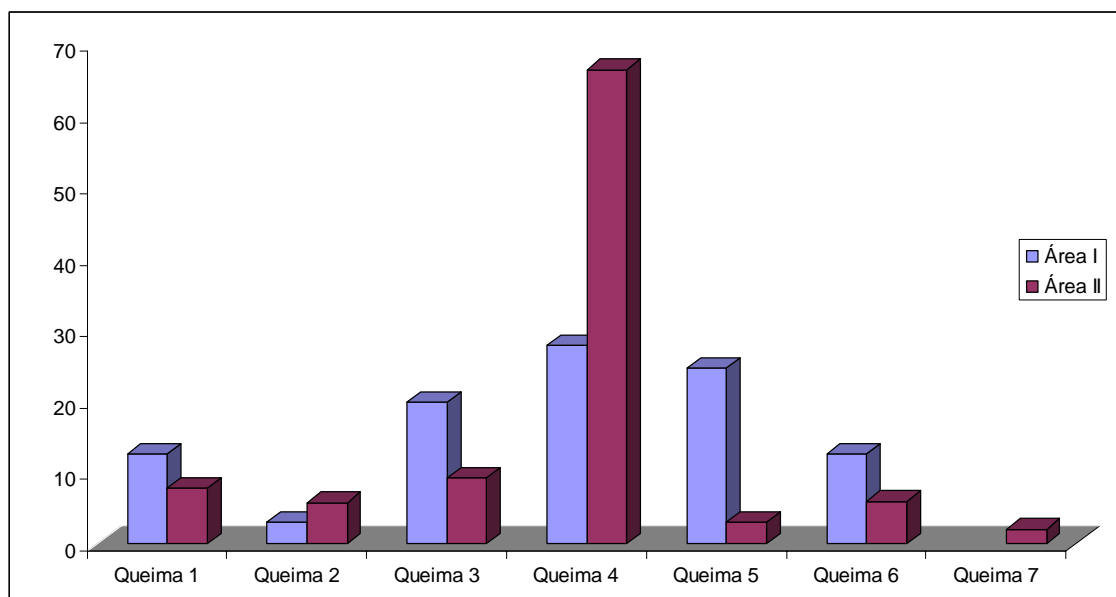


Figura 46: Frequência (em %) dos tipos de queima dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco.

Quanto às técnicas de tratamento de superfície, selecionamos apenas às aplicadas na superfície externa como parâmetros de comparação, por conta da uniformidade das técnicas, o alisado, registrada na Área I. No entanto, mesmo assim, como instrumento de análise comparativa, as técnicas de tratamento das superfícies externas não se mostraram muito úteis para o caso específico. Apesar da correlação perceptível no gráfico abaixo (Figura 47), o qual demonstra que em ambas as áreas predominaram o alisado como tratamento da superfície externa (Área I = 63,7%; Área II = 89,1%) a mesma não serve como índice de uma escolha cultural. Como já mencionado acima, sendo uma das etapas essenciais da cadeia operatória cerâmica, principalmente no roletado, a predominância nos perfis das duas áreas, não nos ofereceu elementos, nem para aproximar nem para afastar culturalmente as duas áreas ocupacionais. Por outro lado, confrontados com a uniformidade do material cerâmico das áreas I e II, podemos usar as similaridades apresentadas na escolha dos antiplásticos intencionais nas duas áreas. A presença, mesmo reduzida, de fragmentos com aditivos como bolos de argila e fragmentos de cerâmica, indicam algum contato da indústria cerâmica da Área II, com a tecnologia pré-histórica. Mesmo assim, a diversidade dos tratamentos de superfície externa identificada em cada setor, mesmo em porcentagens reduzidas, aponta para escolhas culturais distintas, no que diz respeito a apresentação estética dos vasilhames cerâmicos.

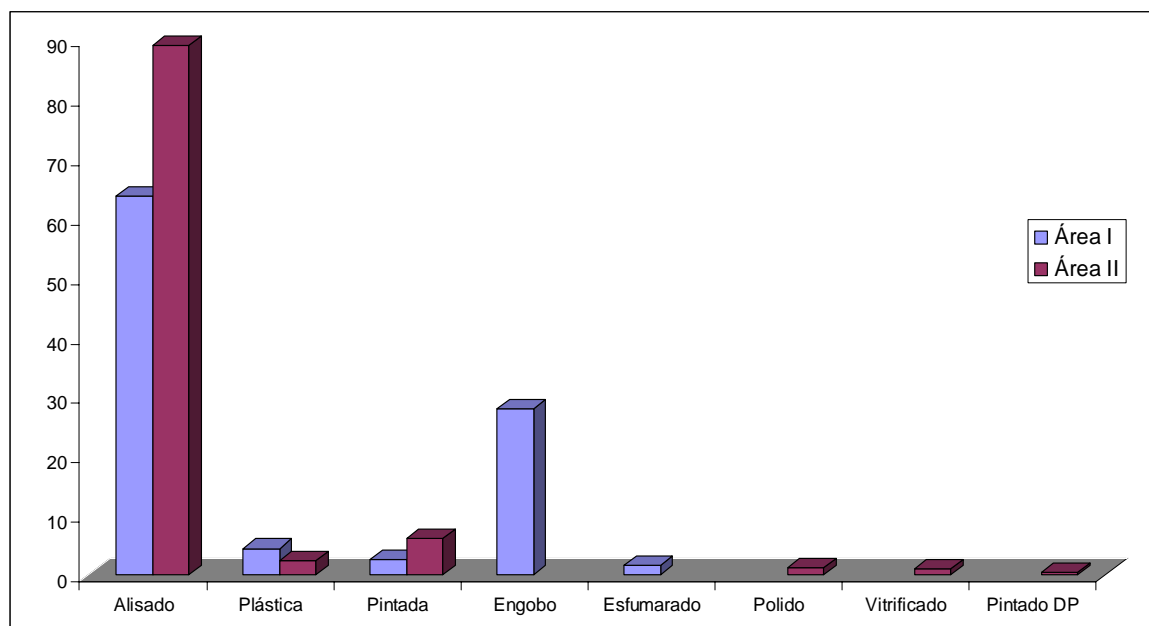


Figura 47: Frequência (em %) dos tipos de tratamento de superfície externa (unidades) dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. Plástica = Decoração Plástica; Pintado DP = pintado com decoração plástica.

Quanto ao aspecto geral das bordas (Figura 48), entre as duas áreas, foi verificada a predominância de dois tipos: direta e reforçada. Enquanto na Área I predominaram as diretas (71,4%), na Área II ocorreu o inverso, predominando o tipo reforçada (55%). Caracterizando uma diversidade estética maior, ocorreu uma variação dos tipos apresentados na Área II, no entanto em porcentagem muito reduzida quando comparados aos predominantes. Logo, não podem ser apontadas como características do perfil cerâmico identificado na ocupação colonial do sítio. Quanto aos tipos de lábios (Figura 49), sua relação, apesar de se mostrar uniforme para as duas áreas, quando relacionados aos tipos de borda registrados, não forneceram elementos para a comparação. Vale ainda ressaltar a presença do tipo inciso (12,5%), na Área I. Confeccionado através do unglado, não foi registrada sua ocorrência na ocupação histórica., além de uma única borda com decoração incisa na face externa. Apesar das diferenças estéticas evidentes, mais adiante discorreremos sobre as implicações interpretativas desse caso isolado.

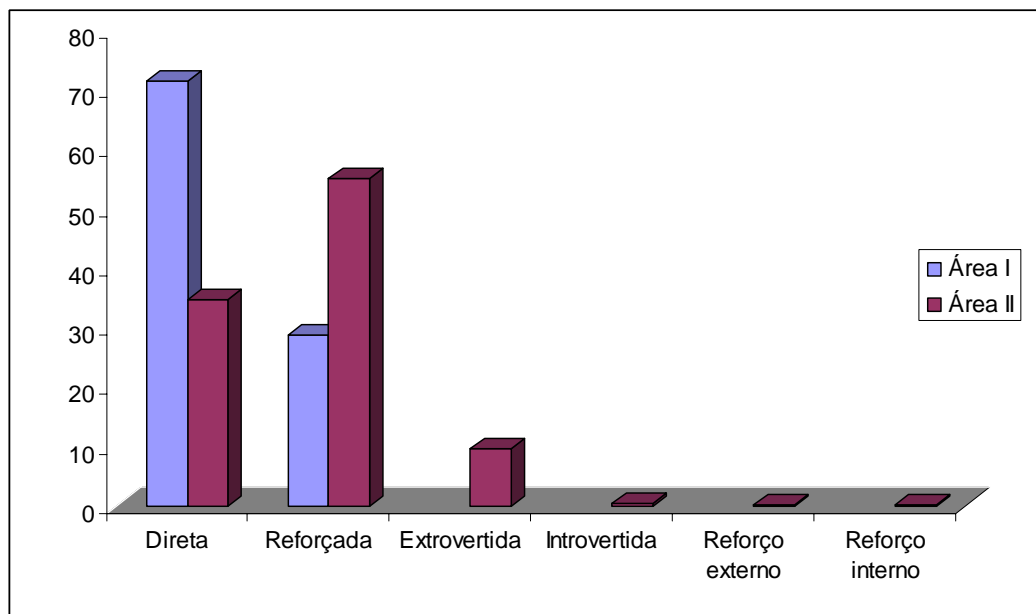


Figura 48: Frequência (em %) dos tipos de borda dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco.

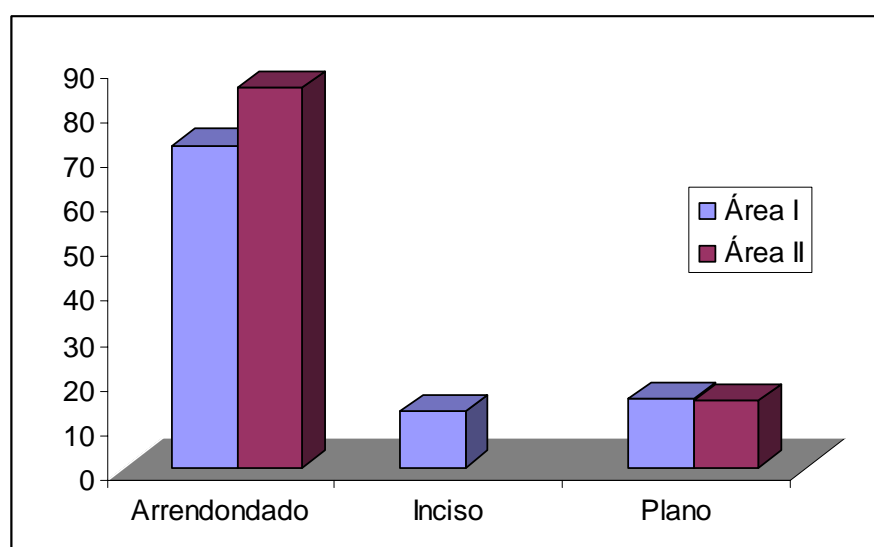


Figura 49: Frequência (em %) dos tipos de lábios dos fragmentos cerâmicos encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco.

No que diz à espessura das bordas reforçadas, outro parâmetro que pôde ser selecionado como índice de correlação tecnológica, o resultado da comparação não foi significativamente diferente entre as duas áreas. No entanto, seria necessária uma amostra maior para caracterizar uma diferença entre os grupos (ANOVA: $F_{1,270} = 0,02$; $p = 0,8$; poder = 5%; Fig. 50). Nesse sentido, partindo dos dados que dispomos, não foi possível nem afirmar, nem negar qualquer relação entre os perfis delimitados.

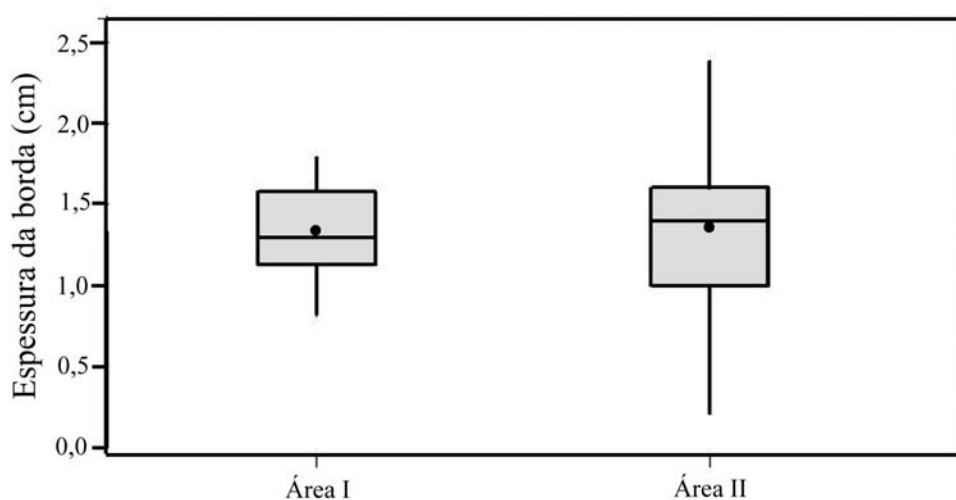


Figura 50: Análise de variância (ANOVA) da espessura da borda reforçada de fragmentos de cerâmica encontrados nas áreas I e II do Sítio arqueológico do Campo, Paulista, Pernambuco. As linhas representam médias, e os pontos, as medianas.

Para finalizar, os atributos morfológicos dos perfis técnicos cerâmicos das áreas I e II, não forneceram elementos suficientes para uma comparação. O número reduzido de objetos reconstituídos, impede qualquer caracterização definitiva para cada material cerâmico. No entanto, mesmo com porcentagens tão reduzidas, pode ser verificada uma diferença nítida. Enquanto na Área I foi registrada apenas uma forma — elipsóide horizontal — a mesma, na Área II, só foi verificada em um objeto. Com uma predominância maior da forma cônica (61,5%), seguida da ovóide invertida (30,8%), na Área II, o *design*⁶⁷ dos objetos, assume características distintas (Fig. 9; Fig. 42).

Se levássemos em consideração apenas uma abordagem quantitativa do material cerâmico das duas áreas ocupacionais, nossas conclusões sobre as correlações espaço-temporais seriam negativas. No entanto, alguns dados isolados se mostraram muito relevantes quando relacionamos o perfil cerâmico da Área I com o universo arqueológico caracterizado para o Litoral Norte de Pernambuco. Como veremos no próximo segmento, o caráter de salvamento arqueológico justificou essa abordagem qualitativa do material cerâmico. A qual, apesar de não poder jamais ser conclusiva, também não permitiu a negação das hipóteses aqui propostas. Passemos adiante, então.

⁶⁷ Oliveira, *op. cit.*

3.4.4. Sítio Arqueológico do Campo: Discussão dos Resultados

Mesmo já tendo sido repetido diversas vezes, vale a pena ainda mencionar, o caráter de salvamento arqueológico que caracterizou as campanhas arqueológicas realizadas no Sítio Arqueológico do Campo. A instalação de um cemitério particular, o Morada da Paz, na área onde estava assentada a ocupação indígena — Área I — além de destruir a mesma, ainda coloca em risco as estruturas arquitetônicas identificadas na Área II e os níveis arqueológicos que não foram escavados, durante as intervenções arqueológicas realizadas. Mesmo se não tivesse sido destruída pela instalação do cemitério, a Área I tampouco seria registrada em sua integridade. A existência de um campo de futebol amador, em uso a mais de vinte anos (ver ortofotocarta da FIDEM, da década de 1980; Fig. 1), já havia perturbado suas camadas superficiais.

Dessa maneira, os dados arqueológicos obtidos, fragmentários pela própria natureza, tiveram seu universo representativo mais reduzido. No entanto, mesmo levando-se em consideração a insuficiência dos vestígios resgatados, foi possível a identificação de duas áreas ocupacionais, distintas a partir de suas respectivas culturas materiais (Fig. 4). Uma ocupação indígena, a Área I, da qual não obtivemos cronologias definidas; e uma ocupação histórica, a qual possui uma datação relativa, advinda da análise da louça arqueológica (1706).

Como um dos objetivos do presente trabalho consiste na identificação de uma correlação espaço-temporal entre essas duas ocupações, a ausência de uma datação para a Área I, nos conduziu para uma contextualização arqueológica da mesma. Confrontada com os dados arqueológicos registrados para área em questão, o Litoral Norte de Pernambuco, procuramos responder algumas questões deparadas na análise dos materiais arqueológicos. Ou seja, tentamos caracterizar a ocupação indígena num quadro teórico mais amplo, a partir dos registros etnohistóricos e arqueológico para o Estado de Pernambuco.

De acordo com os dados etnohistóricos, toda a faixa litorânea do estado, assim como quase todo o litoral brasileiro, estava ocupada por grupos indígenas pertencentes a um tronco lingüístico comum: os Tupi-guarani⁶⁸ (Fig. 51). Representados no litoral pernambucano pelas

⁶⁸ URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas.. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, pp.87-102. 1998; SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, p. 527. 1965.; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953; FERNANDES (a), Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Editora Pioneira, p. 423. 1970; FERNANDES (b), João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003.

etnias Caeté e Tobajara, foram essas que entraram em contato com a empresa colonial de Duarte Coelho, ora contribuindo, ora atrapalhando⁶⁹ (Fig. 52).



Figura 51: Mapa étnico da dispersão do tronco lingüístico Tupi-guarani, na América do Sul. (Fonte)

Comprovando esses dados etnohistóricos, apesar do número reduzido, foram registrados alguns sítios, no quais foram identificados perfis cerâmicos incluídos na Tradição Ceramista Tupiguarani⁷⁰, por sua vez, relacionada arqueologicamente com os Tupinambás históricos⁷¹. Entre os quais, vale ressaltar, o Sítio Arqueológico Sinal Verde, São Lourenço da Mata, PE⁷²; e o Sítio Arqueológico PE13-Ln, ou a Feitoria de Cristovão Jacques⁷³. Localizado

⁶⁹ MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey**. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997.

⁷⁰ MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.; ALBUQUERQUE (1), Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. Belo Horizonte: *Arquivos do Museu de História Natural*. V. VIII, pp. 131-134. 1984.; LUNA, S. O Sítio Sinal Verde - São Lourenço da Mata, PE. Uma Aldeia Pré-histórica na Zona da Mata Pernambucana. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 7: pp. 89-142. 1991; NASCIMENTO, A. A Aldeia do Baião - Araripina, PE. Um Sítio Pré-histórico Cerâmico no Sertão Pernambucano. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, n 7: pp. 143-205. 1991.

⁷¹ BROCHADO, José Proenza. What did the Tupinambá Cook in their Vessels? An Humble contribution to ethnographic analogy. In: *Revista de Arqueologia*. São Paulo: Editora da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Datiloplate Artes Gráfica LTDA V. 6, pp. 40 -89. 1991.; Fernandes (a), *op. cit.*; Fernandes (b), *op. cit.*

⁷² Luna, *op. cit.*

na Mata Sul de Pernambuco, juntamente com outros sítios registrados em todo o estado, o Sinal Verde, caracteriza a ocorrência da tradição no estado pernambucano, como um estilo regional próprio⁷⁴. Contudo, o único sítio arqueológico estudado e, devidamente publicado, no Litoral Norte de Pernambuco, consiste na Feitoria de Cristóvão Jacques. Por sua vez, caracterizado como um sítio de contato forneceu dados para a compreensão das relações étnicas no início do processo colonial, durante os primeiros anos do século XVI⁷⁵.

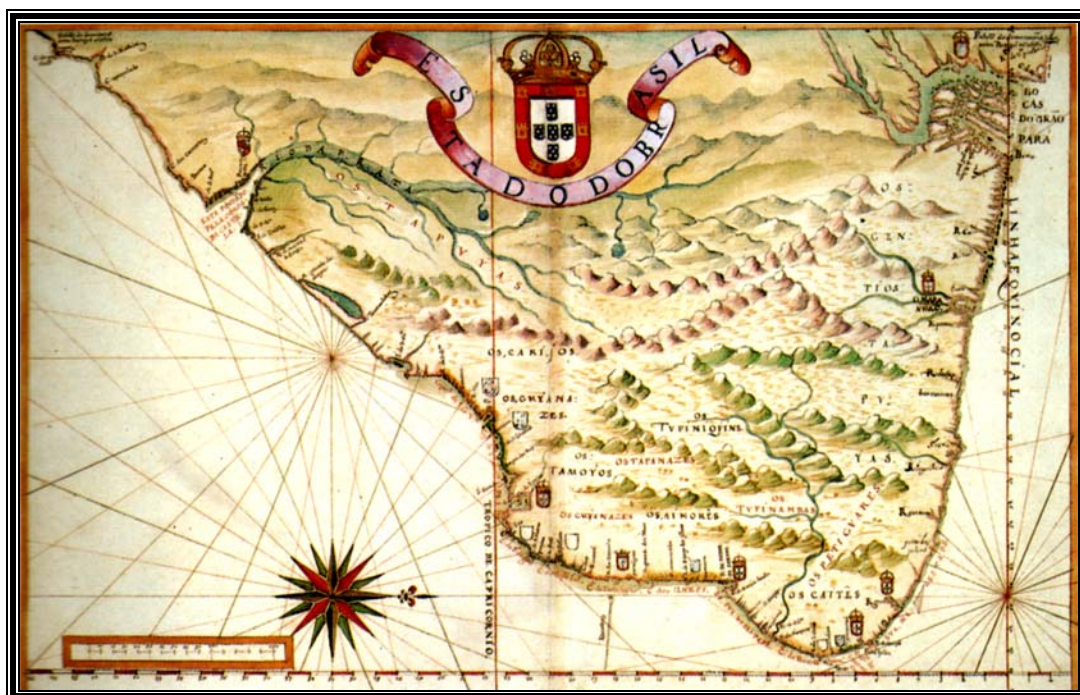


Figura 52: Mapa etnohistórico de localização dos Caeté, 1634. (João Albernaz. Fonte: CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1998.)

Segundo Brochado⁷⁶, a Tradição Ceramista Tupiguarani se dividia em duas sub-tradições estilísticas e regionais. Para a Região Sul, a Sub-tradição Corrugada e, para o Sudeste-nordeste, a Sub-tradição Pintada. Representada no estado de Pernambuco, entre outros pelo Sítio Sinal Verde⁷⁷, possui como características técnico-morfológicas: a técnica de manufatura roletada; queima incompleta; pastas com antiplásticos compostos por areia, fragmentos cerâmicos e bolos de argila. Com diâmetros de 10cm a 80cm, as vasilhas

⁷³ ALBUQUERQUE, Marcos. **Contato Euro-indígena no Nordeste do Brasil: Um Estudo Arqueológico**. Recife: Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p. 154. 1984.

⁷⁴ Martin, *op. cit.*

⁷⁵ Albuquerque (2), *op. cit.*

⁷⁶ BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980.

⁷⁷ Martin, *op. cit.*

caracterizavam-se desde pequenos recipientes até grandes urnas, denominadas igaçabas⁷⁸, onde eram fermentadas bebidas alcoólicas, além de servirem como recipientes funerários. Suas formas eram abertas, com paredes baixas e bases suavemente arredondadas⁷⁹ e bordas carenadas, com reforço externo⁸⁰. Quanto à decoração predominava a pintura policrômica sobre a decoração plástica, onde complexos motivos geométricos eram realizados nas cores vermelho, branco, preto e cinza⁸¹.

Comparando as características acima descritas, com o perfil técnico cerâmico delimitado na Área I, foi possível a identificação de algumas similaridades e diferenças relevantes para a interpretação aqui proposta. Além das características gerais, que caracterizam a tradição ceramista pré-histórica Tupiguarani, como a manufatura acordelada e a queima incompleta, existem similaridades na escolha dos antiplásticos. Com exceção do carvão, adicionado a pasta do tipo 3 do Sítio do Campo, a areia, os bolos de argila e os fragmentos cerâmicos moídos também foram registrados no perfil cerâmico da ocupação indígena.

No que diz respeito ao tamanho das vasilhas reconstituídas na Área I, começam a surgir as diferenças. Nesse caso, não foram registradas vasilhas de grandes dimensões, as igaçabas, sendo apenas reconstituídos objetos (Fig. 9) de dimensões medianas (de 34cm a 24cm de diâmetro, por 10 cm de altura, em média), em relação às características gerais da Tradição ceramista. No entanto, deve-se levar em consideração o pequeno número de objetos reconstituídos para a área, que podem não representar todo o universo morfológico da ocupação. Por outro lado, foi registrada a presença de fragmentos com mais de 2cm de espessura podem indicar vasilhames de dimensões maiores, não reconstituídos pela falta de atributos reconhecíveis.

Por sua vez, a principal diferença notada a partir dessa comparação com as características morfológicas da Sub-tradição Pintada da Tradição Ceramista Tupiguarani, foi a ausência de fragmentos com pintura policrômica. A decoração pintada identificada na Área I, consistia num banho, externo e/ou interno, nas paredes do vasilhame, geralmente vermelho. No entanto, com maior popularidade na amostra, em alguns fragmentos o pigmento vermelho foi substituído por uma solução preparada com argila, muito fina. O principal tipo de

⁷⁸ BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Editora Posenato Arte e Cultura. Porto Alegre, 1989.

⁷⁹ Martin, *op. cit.*

⁸⁰ Martin, *op. cit.*

⁸¹ PROUS PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 605. 1992; SCATAMACCHIA, M. Cristina M. **Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo: p. 165. 1981; Martin, *op.cit.*, Brochado, *op. cit.*

decoreção identificada consistiu em decoreção plástica, como o corrugado e o digitado; este em apenas um fragmento.

Quanto à morfologia das bordas, apesar de uma boa porcentagem do tipo reforçada, característica principal da cerâmica Tupiguarani⁸², na Área I, estas não se apresentaram carenadas e, suas espessuras eram menores que a média da tradição. Porém, podemos afirmar que são estilisticamente⁸³ semelhantes (Fig. 53).

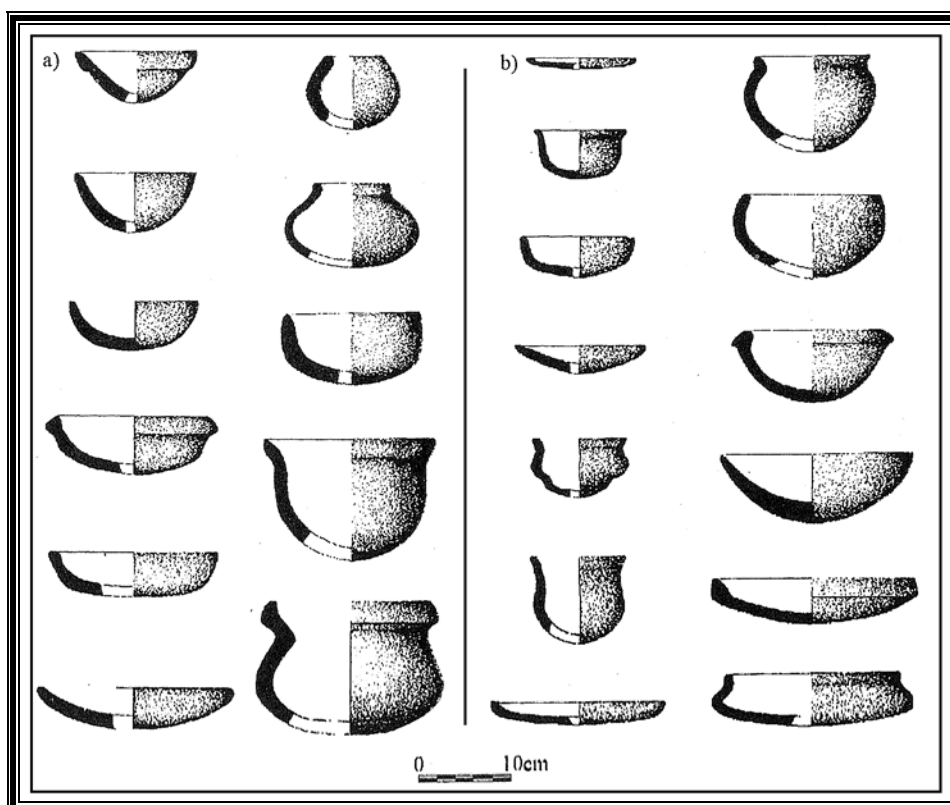


Figura 53: Formas da cerâmica Tupiguarani em Pernambuco. a) Aldeia do Baião, Araripina; b) Aldeia Sinal Verde, São Lourenço da Mata (Fonte: Martin, 1998).

Se tomarmos como referência essas similaridades identificadas e o padrão ocupacional verificado no Sítio do Campo — aldeia assentada no topo de um tabuleiro da Formação Barreira, próximo a fontes d’água navegáveis — não podemos negar que o Sítio do Campo possui algum tipo de parentesco com a Tradição Ceramista Tupiguarani; a qual, como mencionado antes, preferia uma topografia com essas características para o assentamento de

⁸² Brochado *et alli*, *op. cit.*; Albuquerque (1), *op. cit.*; Martin, *op. cit.*

⁸³ Definimos o conceito de estilo como **estilo tecnológico**: o qual consiste em “*todo conjunto de técnicas desenvolvidos pelos grupos (...)em que poderíamos identificar as associações técnicas e as escolhas feita por cada grupo cultural(...)*” (OLIVEIRA, Cláudia A. Os Ceramistas Pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. In: *FUMDHAMENTOS III, Publicação da Fundação Museu do Homem American.*, Recife: Volume 1, p. 59-127. 2003).

suas aldeias⁸⁴. Por outro lado, segundo os postulados apresentados acima, deveríamos encontrar uma ocupação relacionada com a Sub-tradição Pintada⁸⁵. Como então, poderiam ser explicadas as diferenças e similaridades identificadas?

Creemos que uma abordagem histórica da Tradição Ceramista Tupiguarani pode fornecer alguns indícios que auxiliem nossa interpretação. Novamente segundo Brochado, as técnicas de tratamento de superfície como, o alisado e o corrugado, além de outros elementos como a planificação das bases e a adição de aplique e apêndices (alças e asas), popularizaram-se no âmbito cultural Tupi-guarani, após o impacto colonial. Nesse sentido, com a implantação do sistema colonial, pode ser identificado um padrão generalizado no material cerâmico na tradição que, segundo o autor, rompeu os limites das sub-tradições. Ou seja, as mudanças na cultura material, refletindo mudanças histórico-culturais.

Nos aprofundando mais um pouco no universo da aculturação da Tradição Tupiguarani, temos o trabalho de Fernanda B. Toccheto⁸⁶, **A cerâmica Guarani Missioneiro como símbolo de identidade étnica**, o qual também aponta para os mesmos indicativos de aculturação. Ou seja, técnicas de tratamento de superfície como o corrugado, alisado, o unglado, o escovado, o polido, o brunido e raros registros de pintura. Estes, quando ocorriam se limitavam a pinturas monocromáticas de coloração vermelha, em ambas as faces dos recipientes. Segundo a autora, a predominância da decoração plástica sobre a decoração pintada, pode ser um indicativo do impacto da aculturação.

Relacionadas ao fabrico e consumo de bebidas fermentadas — o cauim — as quais por sua vez se relacionavam com as guerras antropofágicas⁸⁷, o material cerâmico policrômico, possuía relações diretas com o universo ideológico dos grupos Guarani⁸⁸. Como o principal alvo da política missioneira consistia no combate a bebedeira, a guerra intertribal e a antropofagia, a cultura material relacionada com esses costumes culturais também sofreu o mesmo impacto e perseguição. Tendo em vista o universo simbólico registrado nos complexos motivos geométricos da tradição. Dessa forma, ocorreu um abandono gradual da cerâmica policrômica pela cerâmica com decoração plástica ou alisada. As quais por sua vez, estariam relacionadas a tarefas cotidianas, como o consumo e a preparação de alimentos.

⁸⁴ Martin, *op. cit.*

⁸⁵ Brochado (2), *op. cit.*; Martin, *op. cit.*; Albuquerque (1), *op. cit.*

⁸⁶ TOCCHETO, Fernanda B. A Cerâmica do Guarani Missioneiro como Símbolo de Identidade Étnica. In: KERN, Arno (org.). **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, p. 151-176. 1998.

⁸⁷ Fernandes (a), *op. cit.*; Fernandes (b), *op. cit.*

⁸⁸ Toccheto, *op. cit.*

Elementos e hábitos, aliás, que foram assimilados na sociedade missioneira como base da subsistência⁸⁹.

Assim, levando-se em consideração o exposto, podemos afirmar que existia uma tendência na cerâmica Tupiguarani, no período do contato, de abandono da policromia em favor de vasilhames corrugados ou lisos. Isto, por um lado, aponta para o grande impacto sofrido por essas culturas com a implantação do sistema colonial. Mas, por outra, também demonstra uma resistência cultural, ao menos no nível tecnológico e nas esferas culturais, que eram do interesses dos atores coloniais. Com a introdução do torno, estabelece-se no espaço colonial a Tradição Cabocla ou Neobrasileira⁹⁰, a qual consiste na cerâmica utilitária de todo o período colonial⁹¹.

No entanto, como todos os dados acima apresentados são referentes ao eixo Sul-sudeste, não podemos generalizar essas conclusões para toda a região nordestina. Para isto, seria necessária a existência de uma quantidade razoável de sítios de contato para a região como um todo. Quanto ao Estado de Pernambuco, a única ocorrência de contato interétnico estudada e publicada, foi a Feitoria de Cristovão Jacques (PE13-Ln;)⁹². Contudo, a função de entreposto comercial criou uma situação arqueológica não favorável para o estudo do impacto da colonização nas culturas nativas. Porque não foi registrada uma transição, mas uma ruptura tecnológica nas camadas arqueológicas, com a substituição progressiva da tecnologia nativa pela tecnologia européia⁹³. Para a verificação desse processo de aculturação, seria necessária a existência de um sítio onde as culturas nativas estivessem integradas ao próprio sistema colonial. E, mesmo assim, o registro arqueológico teria que constar desde camadas exclusivamente pré-contatos, até camadas onde a tecnologia nativa já teria substituída pela Tradição Neobrasileira.

⁸⁹ Toccheto, *op. cit.*

⁹⁰ Brochado (2), *op. cit.*

⁹¹ Nos últimos anos, o modelo acima exposto tem sido colocado em cheque, pela descoberta de sítios relacionados a Tradição Ceramista Tupiguarani, no Nordeste brasileiro, que não se enquadram no modelo proposto por Brochado (Albuquerque (1), *op.cit.*; Oliveira, *op. cit.*). É o caso dos sítios registrados no Sudeste do Piauí, que apresentaram material cerâmico com tratamento de superfície externa corrugado, com datações anteriores ao período colonial (Oliveira, *op. cit.*). Por outro lado, não só a presença desse tipo de decoração levanta dúvidas quanto às classificações estabelecidas para a tradição ceramista. A sua presença no contexto climático do semi-árido nordestino, em cronologias pré-contato, exigem reformulações e novas pesquisas (Albuquerque (1), *op. cit.*). No entanto a presença de sítios com decoração plástica policrômica (Oliveira, *op. cit.*; Albuquerque (1), *op.cit.*) na área, a pouca quantidade de sítios analisados em todo Nordeste e a ausência de cronologias definidas, ainda não permitem refutar essa proposição; formulada a partir de dados sólidos e de um *corpus* arqueológico considerável (ver o mapa de distribuição dos sítios catalogados no eixo Sul-Sudeste em, Brochado (2), *op. cit.*). Nesse sentido, apenas quando estivermos de posse de um número suficiente de sítios escavados e analisados, é que estaremos em condições de testar e refutar esse modelo de interpretação da Tradição tupiguarani.

⁹² Albuquerque (2), *op. cit.*

⁹³ Albuquerque (2), *op. cit.*

Ou seja, um hipotético sítio ideal que ainda não apareceu na literatura arqueológica pernambucana. Por outro lado, não podemos negar, que os elementos cerâmicos coincidentes, entre a Área I e os sítios guarani aculturados, indicam escolhas culturais similares em contextos históricos muito parecidos. Como que corroborando essa interpretação, durante prospecções realizadas no entorno do Sítio do Campo, foi registrada uma ocupação indígena, denominada Sítio Arqueológico do Frio⁹⁴, e ainda sem intervenções arqueológicas além do registro. Localizado nas coordenadas 07°57'14.5" de latitude e 34°52'59" de longitude, está assentado num tabuleiro distante 1.882m, em linha reta, do Sítio do Campo, situando-se também na margem esquerda do Riacho Mirueira. Apresentando material cerâmico com vestígios de pintura policrômica e bordas cambadas com reforço externo, este material cerâmico apresenta características que o incluem na Sub-tradição Pintada, anterior ao contato. Porém, somente com o aumento das pesquisas na área poderemos afirmar que essa proximidade espacial entre os dois sítios, indica uma relação histórica entre os mesmos. Por enquanto, sua existência já se mostra bastante indicativa.

Para finalizar, resta ainda considerarmos o material cerâmico da Área II, à luz do conhecimento científico sobre o tema. Com já mencionado, a substituição da técnica de manufatura acordelada ou roletada, pela torneada, configurou o estabelecimento da Tradição Ceramista Cabocla ou Neobrasileira⁹⁵. Possuindo uma cronologia fixada no início do século XVIII, o material cerâmico dessa área do sítio, pode ser caracterizado como pertencente a essa tradição ceramista.

No entanto, no que diz respeito a uma bibliografia referente à cerâmica utilitária colonial, existe uma grande lacuna nos trabalhos publicados. Quase sempre se concentrando na louça arqueológica, que permite o resgate de informações cronológicas e sociais, esses trabalhos quase nunca descrevem os perfis cerâmicos das ocupações históricas abordadas. Limitando-se apenas a uma quantificação e descrição sucinta dos vestígios. Dessa maneira, pouco se pode afirmar sobre a cerâmica utilitária colonial. Este fato nos impede o acesso a informações sobre os elementos culturais não-europeus que possam ter influenciado na formação do perfil cerâmico que caracterizou o Brasil Colonial, por mais de quatro séculos. Lacuna esta, que só poderá ser preenchida com uma mudança de abordagem na Arqueologia Histórica, a qual ainda se interessa muito pela monumentabilidade dos restos arquitetônicos.

⁹⁴ Projeto "Prospecção Arqueológica na Sesmaria de Jaguaribe". Coordenado pela Prof^a. Dr^a. Cláudia Alves Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco.

⁹⁵ Brochado (2), *op. cit.*

Porém, como não é o objetivo da presente análise, a caracterização da Tradição Neobrasileira ou Cabocla, não cabe aqui tão árduo esforço.

Como já foi verificada no segmento anterior, uma abordagem quantitativa se mostrou infrutífera na verificação da hipótese de correlação espaço-temporal entre as áreas ocupacionais do Sítio do Campo. No entanto, observando alguns dados isolados, ou seja, alguns fragmentos que apresentaram características específicas e que, numa abordagem quantitativa se mostraram insignificantes, poderemos ao menos levantar algumas questões relevantes. Tendo em vista a pequena quantidade dos dados obtidos no salvamento arqueológico em relação ao montante que foi perdido ou ainda se encontra sob o solo, apenas sua presença na amostra analisada já é um indicativo que fortalece nossa interpretação.

É o caso dos fragmentos que receberam como tratamento de superfície interna, o brunido (Fig. 54). Considerada uma técnica indígena de impermeabilização das superfícies cerâmicas, o brunido está incluso no rol dos tratamentos de superfície da Tradição Guarani Missioneira⁹⁶. Mesmo não estando presente na Área I, ocupação indígena, a presença desse fragmento na Área II, ocupação histórica, onde também foi registrada a vitrificação, é bastante sugestiva. A vitrificação foi a principal técnica de impermeabilização difundida com a colonização. A ocorrência, mesmo isolada no contexto histórico, de uma tecnologia indígena é bastante significativa e, demonstra uma continuidade ou persistência técnica.



Figura 54: Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Tratamento de superfície interna: brunido.

Interessante também é o fragmento que recebeu uma decoração plástica incisa, na face externa da sua borda (Fig. 55). Diferente da Área I, onde as bordas que receberam esse tipo

⁹⁶ Toccheto, *op. cit.*

decoreção a apresentaram em seus lábios (Fig. 20), este fragmento não foi confeccionado pela técnica do unglado. Utilizando-se um instrumento, que deve ter sido uma vareta de madeira ou algo similar, foram feitas pequenas incisões, ao longo do reforço da borda. Ainda quanto aos aspectos dessa borda, vale ressaltar que o seu reforço não foi realizado como a maioria registrada na amostra da Área II. A qual foi confeccionada com a dobradura de uma borda direta, que era agregada à parede externa do vasilhame e alisada para dar o aspecto de reforço. Nesse caso, a semelhança da Área I, o reforço dessa borda foi realizado com a aplicação de um rolete, sobre um objeto que parece ter sido confeccionado através do uso do torno. Porém, o estado fragmentário da peça, não permite afirmar se foi feito com técnica mista. No entanto, é interessante notar que, as bordas que apresentaram decoreção plástica na Área II, possuem um aplique ao redor de toda a borda, com aspecto de tecido vincado ou dobrado, como ilustra melhor a foto abaixo.



Figura 55: Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Decoreção plástica: inciso.

Outro caso que vale a pena ser mencionado, é um fragmento que apresentou características morfológicas diferentes dos perfis técnicos das duas áreas e, como o caso do brunido, é um material intrusivo no sítio como um todo (Fig. 56). Confeccionado com uma pasta composta por bolos de argila e fragmentos cerâmicos, onde a razão pasta-antiplástico atinge o máximo de 85%, apresentou como técnica de tratamento de superfície o polido. Como se trata de um fragmento de borda com lábio espesso e arredondado, sugere um grande vasilhame que, pela densidade do antiplástico, seria impossível levantar num torno. Logo, nesse caso, também identificamos uma continuidade técnica indígena num contexto histórico colonial.



Figura 56: Fragmento cerâmico da Área II do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista, PE. Técnica de manufatura: acordelado ou roletado, com antiplástico de fragmentos de cerâmica.

Concluindo a lista de casos isolados significativos, temos um fragmento de base registrado na Área I, que sugere ter pertencido a um recipiente cerâmico com base em pedestal (Fig. 40). Como foi visto anteriormente, essa foi uma característica apresentada pela Tradição Tupiguarani, no momento imediato do contato euro-indígena⁹⁷. Mesmo apresentando uma base côncava que sugere essa interpretação, o estado de conservação do fragmento não nos permite sermos conclusivos. No entanto, se levarmos em consideração os fragmentos registrados na Área I, os quais foram confeccionados através do uso do torno; e a possibilidade da existência de camadas superficiais que foram perdidas ao longo de mais vinte anos de exposição aos efeitos do intemperismo, não é absurda nossa sugestão.

Contudo os dados se mostraram insuficientes para a verificação de uma relação espaço-temporal entre as duas áreas ocupacionais do sítio. Por outro lado, a presença desses casos isolados, em ambas as áreas podem ser considerados como índices de aculturação, os quais mesmo não conclusivos, permitem levantar algumas questões não verificáveis arqueologicamente, no sítio em questão. Dessa maneira, podemos perguntar se a ocupação indígena do Sítio do Campo consiste numa ocupação tupiguarani que sofreu o impacto da aculturação? Ou mesmo, qual a relação do perfil técnico cerâmico identificado com os grupos guarani, do sul do Brasil? Por sua vez, se as respostas forem negativas, em qual grupo étnico ou em qual cultura arqueológica pode ser inserido a ocupação indígena do Sítio do Campo? E, se houver alguma correlação espacial entre as duas áreas do sítio, como explicar a associação de um grupo indígena à economia colonial num contexto de substituição étnica da mão-de-obra escrava?

⁹⁷ Brochado (2), *op. cit.*; Tocchetto, *op. cit.*

Estas e as questões não respondidas, como a funcionalidade da estrutura arquitetônica identificada na Área II, são os problemas que tentaremos resolver com a contextualização histórica que será apresentada no próximo capítulo.

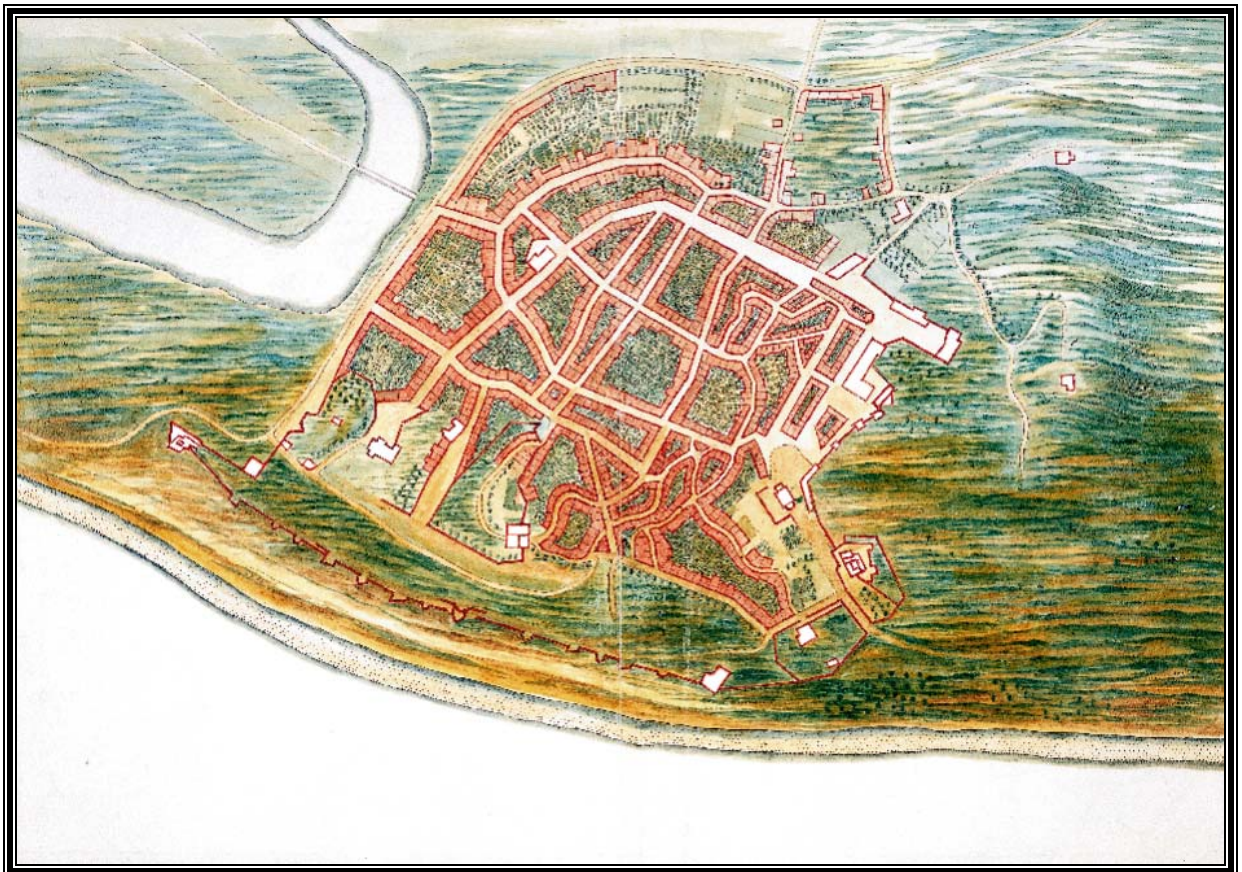


Figura 57: Olinda: planta-baixa do Sítio Histórico da cidade, século XVII. Manuscrito do Algemeen Rijksarchief (ca. 1630) – autor não identificado.

4. Capítulo III: Contextualização Histórica

Geralmente, em trabalhos de **Arqueologia Histórica**¹, temos uma problemática advinda de lacunas ou parcialidades na documentação textual, as quais são verificadas através da metodologia arqueológica². Nesse sentido, a Arqueologia Histórica agiria como um instrumento de confrontação dos Estudos Históricos, o que de certa forma reduz as potencialidades heurísticas de uma abordagem material das fontes históricas³.

No caso do Sítio Arqueológico do Campo, onde o caráter de salvamento arqueológico impediu o resgate da totalidade arqueológica do mesmo, estamos propondo uma inversão dessa relação epistêmica entre Arqueologia e História. Confrontados com a escassez de informações materiais para a verificação das hipóteses propostas no presente trabalho, a partir de um levantamento de fontes históricas, procuramos amarrar algumas anomalias identificadas no registro arqueológico, contextualizando o sítio no período identificado como o auge da ocupação: 1706 (ver Capítulo III).

Para isso, recorreremos tanto a fontes primárias como a fontes secundárias, no intuito de construir um quadro explicativo que nos permitisse ultrapassar os limites encontrados nas fontes arqueológicas. Visando uma contextualização espacial que nos oferecesse inferências mais sólidas, também foram consultadas uma cartografia histórica e uma vasta iconografia. Basicamente datadas do período holandês e dos cinquenta anos que se seguiram à Restauração Pernambucana. Esse acervo documental histórico que, cronologicamente se estende até a conclusão da Guerra dos Mascates, permitiu um maior aprofundamento nas interpretações dos resultados obtidos. É ao que se refere o próximo segmento.

¹ Disciplina científica que se caracteriza pelo “*estudos restos materiais de qualquer período histórico*” (SCHUYLER, R. L. Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. In: SCHUYLER, R. L. (org.). **Historical Archaeology: A Guide to Substantive and Theoretical Contributions**. New York: Baywood Publishing Co, pp. 27 – 31. 1978.)

² LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. *Revista Clío – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco N. 5, pp. 87- 99. 1989.

³ ALBUQUERQUE (a), Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.

4.1. O Sítio Arqueológico do Campo: Abordagem das Fontes Históricas

O primeiro procedimento realizado para a identificação da funcionalidade da estrutura arquitetônica revelada na Área II, foi um levantamento cartográfico e iconográfico. Quanto à iconografia consultada, seus resultados já foram apresentados no capítulo anterior e foram de fundamental importância para a interpretação arqueológica e para a formulação das hipóteses que norteiam esse trabalho. Nesse sentido, a consulta da cartografia referente ao período, consistiu numa tentativa de localizar materialmente a área onde está assentado o Sítio do Campo. Esse procedimento visava uma melhor localização espacial do mesmo, a partir dos pontos topográficos e propriedades contemporâneas representadas nessas cartas geográficas históricas.

No entanto, como característica cartográfica para o período, essas representações espaciais pecam pelo esquematismo⁴. Principalmente, no que diz respeito a qualquer área que não interesse para os autores da carta. Como foi o caso da Vila de Olinda e seus arredores (Fig. 57), no acervo consultado. Composta basicamente pela cartografia do período holandês, o foco dessa representação cartográfica, localizava-se na várzea do Rio Capibaribe⁵, de acordo com os interesses econômicos da Cia. das Índias Ocidentais (W.I.C.)⁶; o qual consistia na apropriação da produção açucareira. Nesse sentido, a quase totalidade cartográfica do período, limita-se quando muito até a Vila de Olinda e, geralmente, concentrando-se basicamente à linha costeira (Fig. 58).

Localizada entre os atuais municípios de Olinda e Igarassu, principais núcleos urbanos da capitania de Pernambuco, foram raras as representações cartográficas identificadas para a área. Para o século XVI, contamos com uma ilustração da obra de Hans Staden⁷ (Fig. 59) que, apesar de estar fora do corte cronológico proposto, foi de crucial importância para identificação dos atores da sociedade colonial que ocuparam o espaço selecionado: os Tupinambá Históricos.

⁴ MENEZES, Jose Luiz Mota.; Fundação Joaquim Nabuco; Empresa de Urbanização do Recife. Departamento de Preservação do; Sítios Históricos. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana : URB, Dep. de. 114 p. ISBN 85-7019-172-3. 2002..

⁵ Meneses, *op. cit.*

⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 525. 2000.

⁷ STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte : Editora Itatiaia, 216. 1974.



Figura 58: Exemplos da Cartografia holandesa, século XVII, com a representação da Vila de Olinda. Limites da Cartografia analisada. Autor: João Teixeira Albernaz (ca. 1626).



Figura 59: Representação cartográfica esquemática da Vila de Olinda e Igarassu, no século XVI. Entre as duas vilas, podem-se ver diversos assentamentos indígenas. (Fonte: STADEN, Hans. **Dois Viagens ao Brasil**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1974.)

Um dos principais procedimentos da política indigenista colonial era o assentamento dos grupos indígenas pacificados, nos arredores dos núcleos urbanos⁸. Esse gerenciamento da população nativa garantia o acesso à mão-de-obra, além de compor uma barreira étnica, para os inimigos tanto indígenas como europeus⁹. No momento vivenciado por Staden, a referida área se encontrava sendo disputada pelos grupos Caeté que habitavam a costa pernambucana, dos quais alguns segmentos aliaram-se aos portugueses¹⁰. Com a expulsão dos Caeté para o interior e a etnogênese da nação Tobajara, o sistema açucareiro pode se estabelecer na várzea do Rio Capibaribe¹¹. Enquanto que, na área entre Olinda e Igarassu, mantiveram-se os grupos aliados¹². Essa situação moldaria o tipo de assentamento na área, durante todo o período colonial. Nesse caso, voltado para fins econômicos complementares ao sistema açucareiro: produção de cal e materiais construtivos, produção cerâmica, extrativismo, agricultura de subsistência e pecuária; atividades nas quais foi comum o uso da mão-de-obra indígena¹³.

A única carta geográfica por nós identificada, apresentou uma simplificada representação do sistema hidrográfico da costa pernambucana, na qual podemos identificar os rios Frágoso e Doce, então denominados, Rio Tapado. Como já referido anteriormente, Sítio do Campo está localizado na margem esquerda do Riacho Mirueira, afluente do Rio Frágoso. Datada do período imediatamente anterior a invasão holandesa foi o máximo de precisão que conseguimos atingir na localização da área em uma cartografia contemporânea à ocupação (Fig. 60).

Nesse sentido, o levantamento cartográfico realizado, não se mostrou útil para a identificação tipológica da Área II. Ou seja, não nos foi possível identificar as propriedades existentes na área, nem tampouco, a funcionalidade da estrutura arquitetônica escavada.

⁸ MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimientos, Alianças, Resistências e Encobrimento. In: *Fundamentos II – Publicação da Fundação do Museu do Homem Americano*. Recife: Editora de Universidade Federal de Pernambuco, V. 1, n. 2, p. 9-52. 2002; PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 282.2001; LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte**. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife: p. 209. 1999.

⁹ MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey**. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997.

¹⁰ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, p. 527. 1965.

¹¹ SILVA (a), Geyza Kelly Alves. **Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535 - 1716)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: p. 143. 2004.

¹² Salvador, *op. cit.*

¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003.

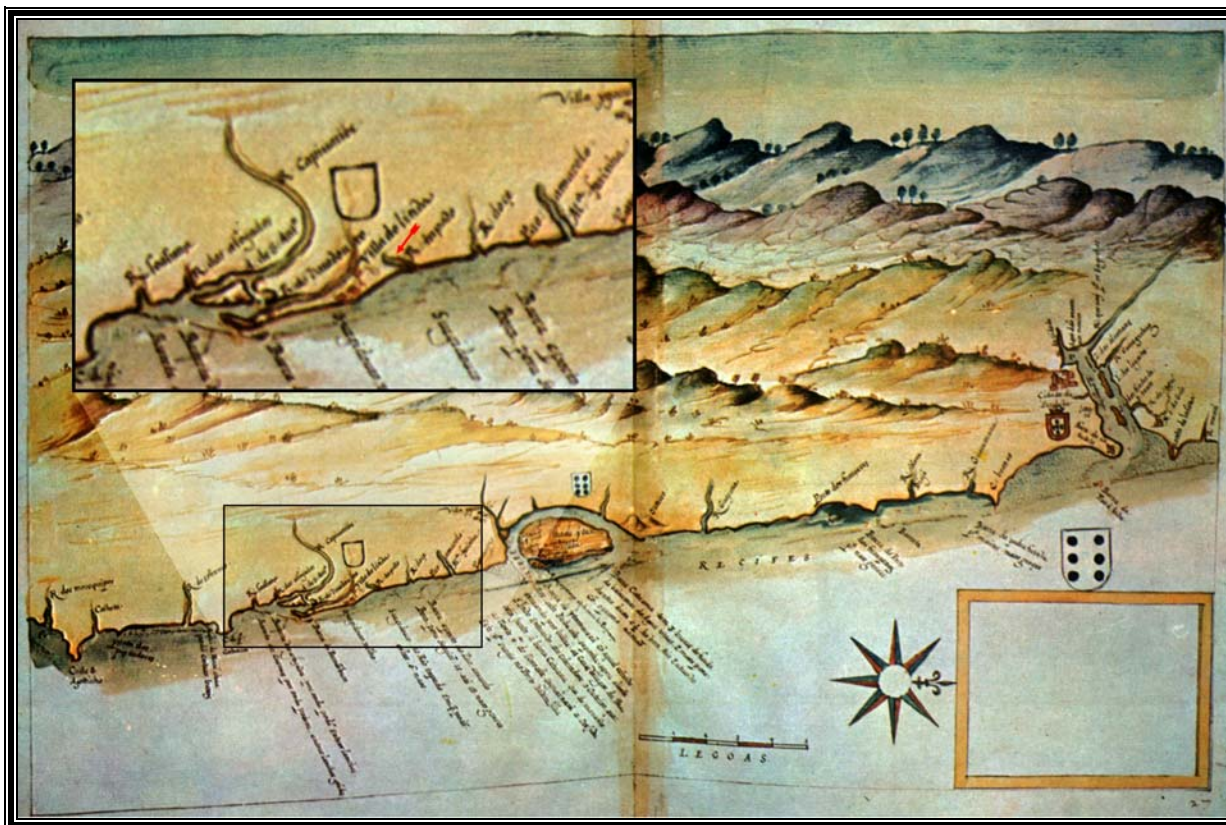


Figura 60: *Novus Brasiliae Typus*. Autor: Jodocus Hondius. A seta indica o Rio Tapado, como eram denominados os rios Fragoso e Mirueira (ca. 1625). Fonte: CIVITA, Victor (ed.). **Mapas Históricos Brasileiros**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1973.

Partimos então, para outra abordagem da documentação histórica. A qual tomou como referência os acidentes geográficos e referências topográficas, que também serviram de marcos entre as propriedades coloniais¹⁴. Para isso, concentramos nossa atenção na identificação dos proprietários de terras da região, consultando os registros referentes às sesmarias e datas de terra doadas (Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento¹⁵ e Livro das Sesmarias¹⁶). O fato dessa documentação textual já se encontrar não só publicada, mas também amplamente estudada na historiografia, foi um grande facilitador da pesquisa.

Para a área em questão, constam os primeiros lotes de terras doados pelo donatário Duarte Coelho, imediatamente após a fundação da Vila de Olinda. As mais importantes, não só por sua extensão, mas pelos seus proprietários, foram a Sesmaria de Jerônimo de

¹⁴SCHMALZ (1), Alfredo Carlos. A Sesmaria. *Coleção "Katholon", Caderno 5*. Brasil: Editora da Faculdade de Direito de Caruaru, p. 19. 1960.

¹⁵O TOMBO do Mosteiro de São Bento de Olinda. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. XLI, pp. 4 – 713. 1948.

¹⁶ DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA: V. I: Sesmarias. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/ Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; p. 356. 1954 .

Albuquerque — localizada nos arredores de Olinda e denominada Engenho Velho do Forno da Cal — e a Sesmaria Jaguaribe — pertencente a Vasco Fernandes e localizada próxima da Vila de Igarassu¹⁷. A primeira, como o próprio nome vulgarizado sugere, caracterizava-se pela produção de cal e cerâmica¹⁸ e, a segunda, devido a fatores geo-ambientais condizentes com a produção açucareira funcionou como engenho até o século XIX¹⁹.

Situado entre essas grandes propriedades, o Sítio do Campo caracteriza-se por pertencer aos lotes de terras entre sesmarias, os quais estariam reservados para doação a setores da sociedade colonial, não dotados de recursos suficientes para implantação de engenhos²⁰. Geralmente, caracterizavam-se como propriedades menores, denominadas **datas de terra**²¹, quase sempre não apropriadas para a produção açucareira. Tendo em vista que as melhores porções do território estariam reservadas para essa função.

Com a invasão holandesa, o processo de desmembramento das propriedades e doação de datas de terra é interrompido, ocasionando o abandono e a destruição de inúmeras propriedades²². Durante os vinte e quatro anos de dominação da W.I.C., poucas foram aquelas reconstruídas. Somente no período da Restauração Pernambucana o processo de ocupação da área é retomado, com a doação de novas sesmarias para os heróis da reconquista. Enquanto outras propriedades, arruinadas durante a guerra, foram compradas a preços baixos pelos mesmos. Como veremos mais adiante, esse fato histórico, a disputa de terras entre os grupos sociais envolvidos na Restauração²³, vai se mostrar de extrema importância para a compreensão da problemática do Sítio do Campo.

Mais próximo agora do corte cronológico estabelecido, foi possível a identificação dos principais proprietários da região. Possuindo a maior porção de terras da área, com propriedades compradas antes mesmo da expulsão dos holandeses, temos João Fernandes Vieira, um dos personagens centrais da Restauração. Em seus domínios constavam além dos Engenhos Paratibe de Cima e Paratibe de Baixo, ambos fundados por Gonçalo Mendes

¹⁷ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953.

¹⁸ SCHMALZ (2), Carlos Alfredo. Material de Construção no Burgo de Duarte Coelho. *Cadernos Olindenses: História*. Recife: Edições Katholon, V. 1, pp. 7 – 15. 1960.

¹⁹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; p. 221. 1978.

²⁰ BARBOSA, Bartira Ferraz. **PARÁ-NAMBUCO: Ocupação Espacial e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVI e XVII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: p. 314. 2003.

²¹ Schmalz (1), *op. cit.*

²² MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária da Universidade de São Paulo, p. 390. 1975.

²³ ALBUQUERQUE (b), Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa**. *Série Monografia*, v.: 4. Recife: Editora Imprensa Universitária, p. 132. 1968.

Leitão, no século XVI, boa parte da antiga sesmaria de Jaguaribe e estendia-se até os arredores de Olinda²⁴.

Como recompensa pela participação nas guerras da Restauração, novas porções de terra foram agregadas às posses de Fernandes Vieira, enquanto outros “heróis” também eram agraciados com datas de terra ao norte da área²⁵. Como é o caso do Terço dos Camarões, o qual consistia numa milícia colonial, formada pela associação dos grupos indígenas Tabajara e Caeté²⁶. Isto, por sua vez, não apresenta nenhuma novidade, mas a continuação de uma política de gerenciamento dos grupos indígenas vinculados à sociedade colonial; os quais, para a área em questão, sempre foram mantidos como “barreiras étnicas” para as ameaças, tanto internas como externas²⁷.

Ameaças que, no período estudado, caracterizavam-se basicamente como ameaças internas, decorrentes da desestabilização social proveniente da guerra contra os holandeses²⁸. Como índice dessa desestruturação da sociedade colonial, após a expulsão da W.I.C., podemos ressaltar a fuga em massa de escravos africanos para quilombos, em especial o de Palmares²⁹. Como também os conflitos com as populações indígenas do interior continental, decorrente da expansão das fronteiras coloniais³⁰. Registrados na historiografia como Guerra dos Bárbaros³¹, esses conflitos que duraram quase todo o período em questão, trouxeram para a área estudada dois personagens que serão de extrema importância para a formação histórica da mesma. Domingos Jorge Velho e Manoel Alvarez de Moraes Navarro, ambos Capitães do Terço dos Paulistas³².

O primeiro, pouco tempo ficou acampado na área, enquanto esperava a decisão metropolitana sobre suas remunerações pelas vitórias no Açu e em Palmares³³, as quais significavam terras em Alagoas³⁴. No entanto, a escolha desse local pela elite pernambucana, para alocação das tropas paulistas, ressalta uma característica da região que contribui para a

²⁴ Costa, *op. cit.*

²⁵ Costa, *op. cit.*

²⁶ Silva (a), *op. cit.*

²⁷ Lopes, *op. cit.*

²⁸ Mello, *op.cit*; Alencastro, *op. cit*; Albuquerque (b), *op. cit.*

²⁹ FREITAS, Décio. **Palmares, a Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, p. 219. 1982.

³⁰ PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).São Paulo: p. 254. 199

³¹ Pires, *op. cit.*

³² Costa, *op. cit.*

³³ Freitas, *op. cit.*

³⁴ Puntoni, *op. cit.*

elucidação das hipóteses aqui trabalhadas. Formada basicamente de índios e mamelucos³⁵, as tropas paulistas causavam tanto temor na elite colonial como os inimigos tapuias — com perdão da ululância³⁶. Dessa maneira, foram estabelecidas fora dos limites habitados, no entanto próximas dos mesmos, evitando assim qualquer problema que pudessem gerar³⁷. Não é de se estranhar, a semelhança desse procedimento com a política de gerenciamento das populações indígenas acima mencionada.

De maneira diferente, Navarro comprou um lote de terra com a recompensa ganha pela sua participação na Guerra dos Bárbaros, quando substituiu Jorge Velho no comando das tropas³⁸. Tomando posse de terras que pertenciam a João Fernandes Vieira, estabeleceu sua propriedade no antigo Paratibe de Baixo, que passou a ser conhecido como Engenho do Paulista³⁹. Localizada próxima dos lotes doados ao Terço do Camarões, o estabelecimento dessa propriedade gerou conflitos que envolveriam não só as duas milícias, mas toda a sociedade colonial⁴⁰. De crucial importância para a formação da sociedade pernambucana, a Guerra dos Mascates e as relações sociais que moldaram o conflito, também deram forma para o tipo de uso das terras no processo de restauração da sociedade açucareira⁴¹. Isto, por sua vez, pode contribuir para a solução de algumas questões aqui levantadas. Ou seja, o anacronismo topográfico de uma unidade produtiva colonial e a identificação de sua funcionalidade.

Diante do apresentado, podemos afirmar então que o Sítio do Campo está localizado entre as três principais propriedades estabelecidas na área, entre os séculos XVII e XVIII. Ao Norte, faz limite com o Engenho do Paulista, onde atualmente está assentado o Município do Paulista. Ao Leste, limita-se com o Engenho Maranguape, propriedade de João Fernandes Vieira, onde hoje se localizam os conjuntos residenciais de Maranguape I e Maranguape II. E ao Sudeste, com o Engenho Frágoso que foi um desmembramento da sesmaria de Jerônimo de Albuquerque, doado como dote de casamento de sua filha⁴².

³⁵ MONTEIRO, John M. **Negros da Terra Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 300. 1994.

³⁶ Tapuias: designação tupi para alteridades rivais. No contexto da Guerra dos Bárbaros, uma grande diversidade étnica foi reduzida à essa denominação. Maneira pela qual foi reconhecida a grande maioria das populações nativas do interior do Nordeste (Pires, *op. cit.*; Puntoni, *op. cit.*; Medeiros, *op. cit.*).

³⁷ Pires, *op. cit.*

³⁸ Costa, *op. cit.*

³⁹ GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro; GOMES, Rosângela Oliveira. **O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista**. Olinda: Monografia de Especialização em História do Brasil apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). 2001.

⁴⁰ Silva (a), *op. cit.*

⁴¹ Mello, *op. cit.*

⁴² Costa, *op. cit.*

No entanto, no que diz respeito à identificação da propriedade em que consistia o Sítio do Campo, podemos descartar sua relação com o Engenho do Paulista. Tendo em vista que seus edifícios foram destruídos durante o processo de formação do município de mesmo nome⁴³. Excluído também está o Engenho Maranguape, já que este se constitui em um sítio arqueológico já localizado e registrado.

Resta-nos somente, como possibilidade de identificação, o Engenho Fragoso. Mesmo sabendo-se que seus edifícios principais foram também destruídos com a implantação do núcleo habitacional do bairro olindense de Cidade Tabajara⁴⁴, uma observação mais detalhada de sua história pode nos ajudar a responder algumas questões. Ou apenas, reduzir as possibilidades de respostas.

Localizado próximo à confluência do Riacho Mirueira com o Rio Fragoso, fazia parte das terras que Jerônimo de Albuquerque deu como dote de casamento de sua filha D. Joana de Albuquerque, com Álvaro Fragoso, aliado do donatário na conquista das terras pernambucanas⁴⁵. No entanto, na segunda metade do século XVI, aparecem como proprietários da área onde hoje está o Bairro de Cidade Tabajara, João Braz e Bartolomeu Rodrigues⁴⁶. Logo, podemos concluir, que além do Engenho Fragoso, fundado no final do século XVI, e talvez anteriormente a implantação dele, já existiam outras propriedades menores na região⁴⁷.

Para o século XVII e primeira metade do XVIII, não foram identificados os proprietários da localidade. Apenas na segunda metade do XVIII, aparece registrado no nome de Antônio Dantas Correia⁴⁸. No século XIX, é propriedade do Capitão-mor Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Permanecendo sob posse da família até 1881, quando é vendido para Manoel Alves Barbosa e Cornélio Padilha. Quarenta anos depois, em 1921, Claudino Coelho Leal, compra a propriedade, a qual é vendida em 1951 pela família. Nesse último repasse, a propriedade é comprada pela Companhia Industrial Reunidas de Olinda (CIRO), a qual loteia a área para o estabelecimento do bairro de Cidade Tabajara⁴⁹.

Localizado na margem esquerda do Riacho Mirueira, ou seja, fora da confluência com o Rio Fragoso, mostra-se evidente que o Sítio do Campo, não pode ser identificado com o Engenho Fragoso. No entanto, não podemos excluir a possibilidade de uma relação com a

⁴³ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁴⁴ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁴⁵ Costa, *op. cit.*

⁴⁶ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁴⁷ Costa, *op. cit.*

⁴⁸ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁴⁹ Galvão *et alli*, *op. cit.*

história da localidade. O hiato de proprietários identificado na documentação, sugere uma fragmentação das propriedades, no período que vai da segunda metade do XVII até a segunda metade do XVIII. Ou seja, no período que vai da ocupação holandesa da Capitania de Pernambuco até a Guerra dos Mascates, quando questões pendentes no processo de Restauração foram resolvidas através da guerra civil⁵⁰. A data identificada como auge da ocupação, através da análise do material cerâmico colonial — 1706 — inseri-se exatamente nas vésperas do conflito.

Apesar de estarmos mais próximos da identidade e da funcionalidade do Sítio do Campo, estas ainda encontram-se veladas pela inexistência de um registro documental. Objetivando este resultado, a busca dos proprietários através da documentação textual, também se mostrou infrutífera, tornando a tarefa impossível. No entanto, uma análise histórica das relações sociais e econômicas no período, pode reduzir ainda mais a gama interpretativa e, com isso, responder as questões centrais do presente trabalho: o anacronismo topográfico da Área II; a funcionalidade da estrutura arquitetônica identificada; e a associação desta com a Área I, a qual consiste numa ocupação indígena. No próximo segmento, será apresentado um quadro histórico sócio-econômico que nos permitirá a confrontação de nossas hipóteses.

⁵⁰ Mello, *op. cit.*

4.2. O Sítio Arqueológico do Campo: Sociedade, Política e Economia

O período que vai da segunda metade do século XVII até a primeira metade do século XVIII — 1650 – 1750 — pode ser descrito como um dos mais complexos da historiografia brasileira e de fundamental importância, por conseguinte, para a formação da sociedade pernambucana. Marcado por intensas crises políticas de âmbito internacional, esse processo causou oscilações na economia mundial⁵¹, que se refletiram localmente, na sociedade colonial pernambucana, na economia açucareira e na relação fundiária estabelecida⁵². O período então identificado como auge da ocupação do Sítio do Campo — 1706 — pode ser identificado como ponto crítico desse processo histórico, que teve início no século anterior e culminaria na guerra civil que encerra o período em questão: a **Guerra do Mascates**.

Entretanto, para tentarmos explicar a relação do Sítio do Campo com esse fato histórico ocorrido em 1711, mostra-se necessário recuar no tempo quase um século, em direção ao período da invasão holandesa. Ocorrida na primeira metade do século XVI, com duração de vinte e quatro anos, a ocupação da Capitania de Pernambuco pela W.I.C. foi motivada por relações diplomáticas européias e deu-se no auge da economia açucareira colonial⁵³. Excluindo a Coroa Holandesa, das relações comerciais há muito realizadas com Portugal, a unificação das coroas ibéricas pode ser identificada como um das causas remotas que deram início a esse longo processo⁵⁴.

Nesse sentido, o principal objetivo da ocupação holandesa era a apropriação do principal pólo produtor de açúcar: a Capitania de Pernambuco. Prisoneira de laços aristocráticos e acordos diplomáticos, a Coroa Portuguesa se via impedida de tomar qualquer atitude direta⁵⁵. Como solução para o dilema, ordenou a evasão populacional para os territórios não ocupados pelo invasor. Através de um decreto real, o Governo Geral organizou então a retirada dos principais proprietários para a Capitania da Bahia⁵⁶. Isto ocasionou o abandono e a destruição das propriedades nos arredores da Vila de Olinda, seguindo um hábito militar tradicional de “fazer o deserto”, com a destruição dos recursos que poderiam ter

⁵¹ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990.

⁵² Mello, *op. cit.*; Albuquerque (b), *op. cit.*

⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil: Antes de sua Separação de Portugal**. São Paulo: Editora Cia. Melhoramentos, p. 474. 1949; SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995; Alencastro, *op. cit.*

⁵⁴ Alencastro, *op. cit.*

⁵⁵ Alencastro, *op. cit.*

⁵⁶ Mello, *op. cit.*

utilidade para o inimigo⁵⁷. Ou seja, a destruição da produção açucareira, tanto nos campos como nos armazéns do Porto do Recife⁵⁸.

Como já mencionado, interessava a W.I.C. o controle direto da produção açucareira que, no caso da Capitania de Pernambuco, desde o final do século XVI se concentrava na várzea do Rio Capibaribe⁵⁹. Logo, pouca importância foi dada para as propriedades destruídas no Litoral Norte, entre as quais constavam os primeiros engenhos fundados⁶⁰. No entanto, como já referido no capítulo anterior, a baixa produtividade dos solos da região para a produção açucareira⁶¹, ocasionou o desinvestimento dessa produção na área desde o início da colonização, a qual se especializou em produções secundárias e complementares ao funcionamento da colônia⁶². Entre as quais podemos ressaltar a produção da cal (caliça), matéria-prima base para construção civil⁶³. A guisa de exemplo, podemos citar o Engenho Velho do Forno da Cal, de Jerônimo de Albuquerque que, a despeito do nome oficial de Engenho de Nossa Senhora da Ajuda⁶⁴, o nome popularizado denota melhor sua produção.

Dessa forma, fica evidente o porquê da concentração holandesa na porção sul do território pernambucano, onde se localizava o principal núcleo açucareiro e o porto do Recife, no qual a produção se conectava ao mercado internacional. Olinda, centro administrativo da capitania, foi então incendiada e suas propriedades não foram reconstruídas. A topografia da vila e a dificuldade de fortificação de um relevo de morro forçaram essa escolha⁶⁵. Na verdade, quando observamos mais de perto as escolhas holandesas, para fundação de sua colônia em Pernambuco, percebemos a continuidade de um padrão ocupacional já bem sucedido na Europa: a ocupação de áreas alagadas, próximas de ambientes marinhos. Essa estratégia de dominação territorial, apesar de proporcionar um incremento na economia açucareira, isolou o território ocupado de áreas importantes para a manutenção e abastecimento do mesmo⁶⁶.

O abandono das propriedades localizadas no Litoral Norte cortou o suprimento de produtos básicos para a manutenção de uma economia exportadora: o extrativismo marinho,

⁵⁷ Andrade, *op. cit.*

⁵⁸ RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um Soldado.** & BAERS, Padre João. **Olinda Conquistada.** Coleção Pernambucana. V. XI. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; p. 245. 1977.

⁵⁹ Salvador, *op. cit.*

⁶⁰ Costa, *op. cit.*

⁶¹ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte.** Recife: p. 87. 2001.

⁶² Andrade, *op. cit.*

⁶³ Schmalz (b), *op. cit.*

⁶⁴ Costa, *op. cit.*

⁶⁵ Richshoffer *et alli*, *op. cit.*

⁶⁶ Mello, *op. cit.*

as lavouras de subsistência, as olarias (tijolos, telhas, vasilhames) e a produção de cal⁶⁷. Como exemplo, podemos citar a constante necessidade de importação de material construtivo da Europa, no Recife holandês, dada a ausência desses produtos na economia local⁶⁸. Tendo em vista, que a maior parte da produção desses produtos concentrava-se no negligenciado Litoral Norte⁶⁹.

É nesse ponto que entram em cena aqueles que se mantiveram na capitania durante a ocupação holandesa. Ou por não terem condições de obedecer às ordens metropolitanas, ou por não quererem abandonar suas propriedades⁷⁰. Comprando a baixo custo, as propriedades que pouco interessaram a W.I.C., essa nova elite agrária ocupou os vazios deixados por aqueles que migraram para a Bahia⁷¹. É o caso do “herói” da Restauração, João Fernandes Vieira, que comprando as antigas propriedades da elite Duartina no Litoral Norte⁷², restaurou a economia local, com uma pequena produção açucareira. No entanto, a maior parte de seus lucros não se deve ao açúcar, mas à produção de cal, ao extrativismo mineral para a construção civil, à pecuária e à lavoura de subsistência. Com os quais manteve o gordo cabedal de latifundiário emergente⁷³.

Com a expulsão dos holandeses, em 1654, uma fração da “aristocracia” colonial pernambucana, que havia se refugiado na Bahia, retorna em busca de suas propriedades abandonadas⁷⁴. No entanto, nem todas essas propriedades foram compradas pelos estrangeiros que foram expulsos com a Companhia das Índias Ocidentais. Fazendo parte do pequeno grupo que se manteve e retomou a produção açucareira durante a invasão holandesa, os “heróis” da Restauração reivindicavam também o seu direito de posse sobre algumas das terras abandonadas⁷⁵.

Essa disputa pela posse das terras gerou um clima de tensão e um longo processo burocrático, no qual as partes envolvidas requeriam na metrópole, ou direitos tradicionais — instituídos desde a fundação da capitania — ou direitos adquiridos — com a manutenção e a reconquista da mesma. Extremamente vagarosa e vacilante, no que diz respeito a quem privilegiar nessa situação, a Coroa Portuguesa se encontrava de mãos atadas, ante os perigos

⁶⁷ Andrade, *op. cit.*

⁶⁸ Mello, *op. cit.*

⁶⁹ Schmalz (b), *op. cit.*

⁷⁰ GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Volumes I e II. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual. 1977.

⁷¹ Mello, *op. cit.*

⁷² Os Engenhos Paratibe de Baixo, Paratibe de Cima, Jaguaribe e outras propriedades menores (Costa, *op. cit.*).

⁷³ Costa, *op. cit.*

⁷⁴ Mello, *op. cit.*; Albuquerque (b), *op. cit.*

⁷⁵ Mello, *op. cit.*

de sublevação, que envolviam essa questão agrária⁷⁶. No entanto, por detrás dessa atitude indecisa, escondiam-se os verdadeiros interesses metropolitanos⁷⁷.

Criadas para serem mantidas, geridas e sustentadas pelos seus donatários, as Capitânicas Hereditárias, desde o início, assumiram um caráter de empreendimento particular⁷⁸. Como a única que floresceu e se manteve estável durante todo o período colonial, a Capitania de Pernambuco, foi fruto do trabalho e dos investimentos, econômicos e militares de seu donatário, Duarte Coelho⁷⁹. Dessa forma, pouco ou nenhum controle dos lucros da produção dessa capitania, estava nas mãos da metrópole. Muito pelo contrário, desde as primeiras tentativas de centralização da economia colonial, com a criação do Governo Geral, na Bahia, a elite Duarteina impôs fortes resistências às tentativas de controle econômico imposto pela metrópole, através de seus novos representantes administrativos. Nesse sentido, sempre foi do interesse metropolitano, limitar o máximo possível os direitos donatários, quase absolutos⁸⁰.

A instabilidade interna gerada pela questão agrária pós-restauração, de uma maneira ou de outra, favorecia assim os interesses portugueses. No entanto, nem os direitos adquiridos através das cartas donatárias podiam ser anulados, nem poderiam ser negligenciadas as recompensas devidas aos grupos que promoveram a expulsão holandesa⁸¹. Como era de se esperar, a burocracia metropolitana favoreceu, na maioria dos casos, a elite agrária tradicional, a qual estava baseada em direitos indiscutíveis. Enquanto, por outro lado, um pequeno número dos “heróis” da Restauração recebeu os favores merecidos. Porém, nem todos foram satisfeitos e houve muitos casos de gratificações recebidas sem o verdadeiro merecimento⁸².

Contribuindo para a crise social e política que se estabelecia durante a restauração da capitania, o mercado açucareiro sofreu uma baixa no mercado, com a quebra do monopólio português. Expulsa do centro produtor açucareiro, a W.I.C., munida de todo conhecimento técnico necessário para a indústria do açúcar, inicia uma produção paralela nas Antilhas. Com a implantação de uma nova variedade de cana-de-açúcar e uma maior proximidade da Europa,

⁷⁶ Albuquerque (b), *op. cit.*

⁷⁷ Alencastro, *op. cit.*

⁷⁸ Schmalz (1), *op. cit.*

⁷⁹ Costa, *op. cit.*

⁸⁰ Alencastro, *op. cit.*

⁸¹ Albuquerque (b), *op. cit.*

⁸² Albuquerque (b), *op. cit.*

os custos da produção são reduzidos e o açúcar antilhano suplanta o açúcar pernambucano, no mercado europeu⁸³.

Paralelamente, a invasão de Angola pelas tropas holandesas garantia o acesso direto a principal força motriz dos engenhos de açúcar: escravos africanos⁸⁴. Ante esses dois golpes fatais, a baixa dos preços do açúcar e a perda do controle das fontes de mão-de-obra, a metrópole portuguesa enfrentou um período de crise econômica, que, por sua vez, atingiu diretamente a produção açucareira pernambucana⁸⁵.

Como tentativa de reduzir os custos produtivos, tanto na implantação como na manutenção dos engenhos, foi promovida pela administração colonial, a substituição da força motriz das moendas. Buscando fugir dessa crise, muitos proprietários antigos desativaram suas rodas d'água, substituindo-as por moendas de tração animal⁸⁶. Divulgada como novidade tecnológica, as moendas de tração animal foram muito comuns em pequenas propriedades, como aquelas adquiridas pelos “heróis” da Restauração⁸⁷. E, de certa maneira, garantiram o funcionamento da produção por algum tempo, apesar do baixo rendimento em comparação com os engenhos hidráulicos.

Como se não bastassem essas pressões econômicas externas, a descoberta de jazidas de ouro em Minas Gerais reduziu drasticamente esse curto renascimento açucareiro⁸⁸. Deslocando um enorme contingente de escravos africanos para a mineração, esse fato também retirou da produção pernambucana, a grande novidade alardeada como solução da crise: o gado bovino. O escoamento da crescente produção pecuária nordestina para a região das minas, privou os engenhos de tipo trapiche, tão comuns no final do século XVII⁸⁹, de sua principal força motriz, a animal. Seja ela humana ou bovina.

Por outro lado, esse golpe na elite açucareira tradicional, favoreceu outros segmentos sociais relacionados ao comércio; a produção agrícola de subsistência e a pecuária, as quais assistiram ao aumento de seus rendimentos, com a vinculação à economia mineira. O crescimento urbano decorrente dessas modificações econômicas estruturais, também beneficiou outra fatia da economia colonial, que estava intimamente relacionada com a área

⁸³ Alencastro, *op. cit.*; Azevedo, *op. cit.*

⁸⁴ Alencastro, *op. cit.*

⁸⁵ Azevedo, *op. cit.*

⁸⁶ Azevedo, *op. cit.*

⁸⁷ Andrade, *op. cit.*

⁸⁸ Azevedo, *op. cit.*

⁸⁹ Azevedo, *op. cit.*

aqui estudada: o ramo da construção civil, que até o século XIX, significava a produção da cal, tijolos e telhas artesanais⁹⁰.

Também nos níveis mais baixos da sociedade colonial, os efeitos do pós-guerra se fizeram sentir, logo após a saída da Companhia das Índias Ocidentais. A destruição das propriedades, durante a Restauração, provocou fugas em massa de escravos, para quilombos localizados na periferia do mundo colonial⁹¹. Em associação com a invasão de Angola pelas tropas holandesa, esse fato produziu uma escassez de mão-de-obra africana, privando os engenhos de seu principal fator produtivo⁹². Tal situação se tornaria irremediável com a descoberta das minas de ouro e o escoamento da força produtiva para eixo centro-sul da colônia⁹³. O quilombo dos Palmares, famoso por sua resistência, está vinculado a esse contexto de desestabilização da sociedade colonial, ocorrido após a expulsão dos holandeses⁹⁴.

Outro fato histórico ocorrido e que, da mesma maneira pode ser relacionado com a escassez de mão-de-obra africana, foi a Guerra dos Bárbaros. Durando quase todo o período aqui estudado — 1650 – 1750 — caracterizou-se pelo expansão da pecuária em direção ao interior continental e uma generalizada resistência indígena a esse alargamento das fronteiras coloniais⁹⁵. Como decorrente desse processo, vários grupos indígenas foram ou exterminados ou escravizados⁹⁶. E a problemática da mão-de-obra indígena voltou à tona nos gabinetes administrativos coloniais e metropolitanos⁹⁷.

Os constantes “descimentos” ocorridos, que consistiam no deslocamento em massa de populações indígenas para os núcleos agrícolas; os permanentes conflitos entre proprietários de terra e missionários; a criação da Junta das Missões e a instituição da “guerra justa”, contrariando decretos régios anteriores⁹⁸. Todos esses são indícios que podem indicar o uso de mão-de-obra indígena, num contexto onde a crise no mercado internacional e a escassez de mão-de-obra africana abalam a produção açucareira em suas bases principais.

Não querendo aqui identificar como causa para a Guerra dos Bárbaros, o apresamento indiscriminado da população indígena para a produção açucareira, não podemos negar que

⁹⁰ Azevedo, *op. cit.*.

⁹¹ Pires, *op. cit.*

⁹² Alencastro, *op. cit.*.

⁹³ Azevedo, *op. cit.*.

⁹⁴ Freitas, *op. cit.*

⁹⁵ Pires, *op. cit.*.

⁹⁶ Puntoni, *op. cit.*

⁹⁷ Lopes, *op. cit.*

⁹⁸ Alencastro, *op. cit.*; Pires, *op. cit.*; Lopes, *op. cit.*; RUIZ, Rafael. A Política da Coroa de Castela Sobre o Trabalho Indígena no Brasil Durante a “União Ibérica”. In: *Índios do Nordeste: Temas e Problemas*. Maceió: N. 3, pp. 129 – 155. Editora EDUFAL 2002.

numa situação de necessidades, as contingências tenham levado ao uso de um recurso alternativo. Principalmente quando esse, dadas as circunstâncias, se encontrava à mão e em grande oferta. No entanto, não é essa a interpretação historiográfica vigente⁹⁹ e não nos cabe aqui solucionar esse problema histórico. Mesmo se relacionando com um dos aspectos levantados no presente trabalho, nos são suficientes apenas os casos isolados e, historicamente comprovados¹⁰⁰, de uso de mão-de-obra indígena nos engenhos do século XVII, sem nos aventurarmos em questão tão delicada e além dos limites do presente trabalho.

Completando o quadro de instabilidade social, não foram apenas os proprietários rurais, tradicionais ou emergentes, que sofreram as conseqüências do pós-guerra. A própria Guerra dos Mascates, vista de uma perspectiva mais ampla, pode ser interpretada como decorrente desses fatores. Entre os quais podemos ressaltar a lentidão burocrática metropolitana no processo de remuneração dos serviços na guerra contra os holandeses¹⁰¹. Lentidão que, como já mencionado, escondia mecanismos de redução do poder donatário, no intuito de garantir à coroa portuguesa o acesso direto aos lucros da produção colonial¹⁰².

Outras facções da sociedade colonial, que participaram do processo de Restauração compondo grande parte das tropas, como o Terço dos Camarões, por exemplo, apesar de receberem títulos e promessas de mercês, no que diz respeito à posse de terras, viram frustrados seus interesses e expectativas¹⁰³. Apesar das sesmarias recebidas no sertão, onde hoje está situado o município de Pesqueira¹⁰⁴, as tradicionais terras indígenas no Litoral Norte, foram progressivamente fragmentadas e distribuídas entre a nova elite agrária: os “heróis” da Restauração. Tal fato, além de enfraquecer política e economicamente uma elite militar indígena que se formava no pós-guerra, com o Terço dos Camarões¹⁰⁵, atingia diretamente o modo de vida tradicional desses grupos, os quais dependiam de vastos territórios para garantir sua subsistência.

Como já mencionado, muitos dos proprietários tradicionais conseguiram reaver suas propriedades, as quais se encontravam na maioria das vezes na várzea do Rio Capibaribe¹⁰⁶. Enquanto que a porção norte do litoral pernambucano, excetuando-se as propriedades de Fernandes Vieira e outras de menor tamanho, encontrava-se praticamente desabitada¹⁰⁷.

⁹⁹ Puntoni, *op. cit.*

¹⁰⁰ Lopes, *op. cit.*

¹⁰¹ Albuquerque (b), *op. cit.*

¹⁰² Alencastro, *op. cit.*

¹⁰³ Albuquerque (b), *op. cit.*

¹⁰⁴ Silva (a), *op. cit.*

¹⁰⁵ Silva (a), *op. cit.*

¹⁰⁶ Costa, *op. cit.*; Albuquerque (b), *op. cit.*

¹⁰⁷ Galvão *et alli*, *op. cit.*

No entanto, o conceito “desabitado”, deve ser compreendido dentro dos parâmetros da mentalidade colonial; a qual, no período em questão, encontrava-se atrelada a questões agrárias e ao aumento da demanda por territórios produtores. As terras do Litoral Norte, como já foi mencionado antes, faziam parte do território ocupado pelos grupos indígenas apaziguados e integrados ao sistema colonial: os Tobajara¹⁰⁸. Os quais eram mantidos na proximidade dos núcleos urbanos com fins militares e, quando necessário, para o fornecimento de mão-de-obra. Registradas na documentação textual com o nome de “Ribeira da Feitiçaria dos Índios”, essas aldeias concentravam-se nas matas remanescente entre as vilas de Olinda e Igarassu, nos vales estreitos dos pequenos rios litorâneos¹⁰⁹. Na realidade, esses assentamentos indígenas integravam-se como unidades componentes do sistema agrícola açucareiro, ocupando funções complementares na economia colonial, entre as quais podemos citar, o cultivo nas lavouras de subsistência¹¹⁰.

No entanto, a função mais importante a que se prestavam esses grupos indígenas “amansados”, era a composição das tropas coloniais, denominadas Terços dos Índios. Ou Terço dos Camarões, no caso específico da Capitania de Pernambuco, formado por índios das etnias Tobajara e Potiguar¹¹¹. Juntamente com o Terço dos Henriques, o qual se constituía de escravos africanos libertos, as tropas indígenas compunham o maior contingente das tropas que combateram nas guerras holandesas¹¹². E, no processo de remuneração por seus serviços, foram os segmentos sociais que saíram mais prejudicados¹¹³.

Enquanto o Terço dos Henriques foi enviado com seu Capitão-mor, André Vidal de Negreiros, para combater na guerra de reconquista de Angola¹¹⁴, o Terço dos Camarões foi aqui mantido para auxiliar no combate aos grupos indígenas levantados no interior da capitania¹¹⁵. Ou seja, foram mantidos na proximidade dos núcleos urbanos para combater na Guerra dos Bárbaros. Como reza a tradição.

Nessa perspectiva, apesar de não poder ser delimitada como causa direta, a Guerra dos Bárbaros, por conta de alguns de seus desdobramentos, pode ter influenciado alguns aspectos

¹⁰⁸ Silva (a), *op. cit.*

¹⁰⁹ Galvão *et alli*, *op. cit.*

¹¹⁰ Silva, *op. cit.*; Andrade, *op. cit.*; FERNANDES, João Azevedo. **De Cunha a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003.

¹¹¹ Silva (a), *op. cit.*

¹¹² SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife: p. 204. 2001.

¹¹³ Albuquerque (b), *op. cit.*

¹¹⁴ Alencastro, *op. cit.*

¹¹⁵ Silva (a), *op. cit.*; Pires, *op. cit.*

da Guerra dos Mascates. No segmento anterior desse capítulo, identificamos como um dos proprietários de terra da região, o Capitão-mor do Terço dos Paulistas, Manoel Alvarez de Moraes Navarro. Convocado pelas elites agrárias para substituir Domingos Jorge Velho nas Guerras do Açú¹¹⁶ — ou dos Bárbaros¹¹⁷ — após o apaziguamento dos grupos indígenas do sertão, comprou uma propriedade rural no Vale do Paratibe¹¹⁸. Denominada Paratibe de Baixo, esse “engenho” fazia parte das propriedades de João Fernandes Vieira¹¹⁹, o qual foi um dos principais interessados na pacificação do sertão. Proprietário de extensas fazendas de gado no interior, a subjugação dos “tapuias”, garantiu o sucesso de sua produção pecuária¹²⁰.

Se por um lado, as terras indígenas do Litoral Norte, já se encontravam divididas entre os proprietários da região, a perda de mais esse lote foi fatal para as necessidades culturais dos grupos nativos. Os quais, como foi dito acima, ainda dependiam do meio ambiente para sua subsistência. Mas, podemos explicar melhor o que afirmamos.

As terras vendidas para Moraes Navarro, integravam um grande testemunho de mata atlântica, que se manteve intocada por um longo período, no qual foi explorada como reserva extrativista. Conhecida como Mata do Catucá, essa reserva vegetal ainda se encontra parcialmente preservada, hoje em dia, na porção Oeste dos municípios de Paulista e Abreu e Lima¹²¹. Com dimensões muito maiores no final do século XVII, seus vales profundos e cobertos de densa vegetação, serviram de refúgio para muitos escravos que fugiram dos engenhos¹²², durante e após a ocupação holandesa.

O temor da formação de outro Quilombo dos Palmares, tão próximo de suas lavouras de cana-de-açúcar, mobilizou a elite pernambucana a atrair o Capitão-mor do Terço dos Paulistas para a região¹²³. A redução dos encargos fiscais e a isenção dos impostos foram os atrativos para o negócio¹²⁴. Quem saiu perdendo nesse processo? Os grupos indígenas assentados na região e sob o comando do Capitão-mor do Terço dos Camarões. A proximidade das aldeias Tobajara, com os quilombos refugiados na Mata do Catucá, intensificava os riscos de sublevação das camadas mais baixas da sociedade colonial. Justificando por sua vez, a política de desmembramento do território indígena tradicional

¹¹⁶ Puntoni, *op. cit.*

¹¹⁷ Pires, *op. cit.*

¹¹⁸ Galvão *et. alli*, *op. cit.*

¹¹⁹ Costa, *op. cit.*

¹²⁰ Pires, *op. cit.*

¹²¹ Galvão *et alli*, *op. cit.*

¹²² CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de uma Troca, 1535-1630. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. R IHGB*. Rio de Janeiro: volume 161, n. 480, pp. 21-590. 2000.

¹²³ Pires, *op. cit.*

¹²⁴ Albuquerque (b), *op. cit.*

aplicada no período, pelas elites agrária pernambucanas. Tanto a tradicional, descendente direta da “aristocracia Duarteira” como a emergente, da qual o mais famoso representante era João Fernandes Vieira. Para ambas interessava a destruição desse foco de resistência indígena e africana.

Por outro lado, no que diz respeito aos interesses dos grupos indígenas, a presença do Terço dos Paulistas no perímetro de seus territórios — famosos pelo apresamento e comércio de escravos nativos¹²⁵ — não foi vista com bons olhos. Como resultado, uma tensão instalou-se entre os dois grupos — os Paulistas e os Camarões — e marcou a passagem do século XVII para o XVIII¹²⁶.

No contexto da Guerra dos Mascates, quando a capitania se dividiu entre os comerciantes portugueses instalados no Recife e as elites agrárias representadas pela Câmara de Olinda, o Terço dos Índios e o Terço dos Paulistas tomaram partidos antagônicos¹²⁷. Aliando-se os “mascates” portugueses — na verdade, aos grupos que se favoreceram com a vinculação econômica à extração mineral de Minas Gerais — o Terço dos Camarões adere em massa à causa¹²⁸, na verdade com esperanças de manter não só os privilégios adquiridos com o status de “herói” da Restauração¹²⁹. Mas garantir também a integridade de seus territórios tradicionais, no Litoral Norte.

Essa situação política, econômica e social que agitava o sistema colonial português como um todo¹³⁰, transformou o Litoral Norte da Capitania de Pernambuco, numa região de conflito agrário, no qual os desdobramentos políticos se configuraram em conflitos civis armados: a Guerra dos Mascates¹³¹. Onde o desmembramento das propriedades facilitou o aparecimento de pequenas unidades de produção, nas quais além do trato do açúcar, realizavam-se atividades complementares à economia colonial¹³². O abastecimento da região das minas auríferas, tanto de mão-de-obra como de víveres, abalou a economia açucareira por um período que coincidiu com crises sociais pós-guerra e conflitos entre elites¹³³. Enquanto, por outro lado, fomentava o desenvolvimento dessas economias complementares.

A derrota das elites agrárias olindenses, contudo, não garantiu esses objetivos dos grupos indígenas, representados pelo Capitão-mor do Terço dos Camarões, na época, Antônio

¹²⁵ Monteiro, *op. cit.*

¹²⁶ Silva (a), *op. cit.*

¹²⁷ Gama, *op. cit.*

¹²⁸ Mello, *op. cit.*

¹²⁹ Albuquerque (b), *op. cit.*

¹³⁰ Alencastro, *op. cit.*

¹³¹ Mello, *op. cit.*

¹³² Andrade, *op. cit.*

¹³³ Azevedo, *op. cit.*; Albuquerque (b), *op. cit.*

Domingos Camarão Arcoverde¹³⁴. Com esse golpe no poder donatário, o alvo principal da coroa portuguesa foi atingido: o controle direto da economia colonial, centralizada na administração de seus representantes diretos no Governo Geral¹³⁵. Com a estabilidade social atingida, na segunda metade do século XVIII, e a segurança do escoamento dos lucros coloniais para os cofres metropolitanos, o Terço dos Índios foi dissolvido e seu contingente distribuído entre as tropas regulares¹³⁶. O posto de Capitão-mor foi abolido e as mercês, recebidas como remuneração pela guerra holandesa, revogadas¹³⁷. Tal fato foi o golpe fatal na representatividade política das populações indígenas brasileiras e pode ser interpretado como a confirmação de uma política indígena paternalista, que caracterizaria as relações étnicas com a sociedade civil, a partir de então.

No entanto, diferente da América espanhola, a fase metalista da colonização portuguesa foi de curta duração. E, novamente, fatores externos ao contexto colonial, as Guerras Napoleônicas, contribuiriam para um novo florescimento da cultura canavieira colonial. O qual duraria até a substituição dos engenhos tradicionais por usinas modernizadas, nos primeiros anos do século XX¹³⁸.

Aquilo que esperamos ter deixado claro, com tudo o que foi aqui exposto, é a situação específica de uma região, integrada à economia açucareira, que permitiu o florescimento de atividades complementares e imprescindíveis para funcionamento da mesma. Ou seja, pecuária, lavouras de subsistência, extrativismo, fornos de cal e olarias; as quais não necessitavam de grandes propriedades para seu funcionamento e, diferente da economia açucareira, receberam um grande impulso no período em que os interesses metropolitanos se voltavam para uma economia metalista. Caso ainda não tenha ficado evidente ao leitor, a relação desses fatos e situações históricas com os problemas arqueológicos identificados na análise do **Sítio Arqueológico do Campo**, o próximo capítulo, no qual esses dados serão confrontados com os resultados arqueológicos obtidos, não deixará margem para dúvidas.

¹³⁴ Silva (a), *op. cit.*

¹³⁵ Alencastro, *op. cit.*

¹³⁶ Silva (a), *op. cit.*; Silva (2), *op. cit.*

¹³⁷ Silva (a), *op. cit.*

¹³⁸ Azevedo, *op. cit.*

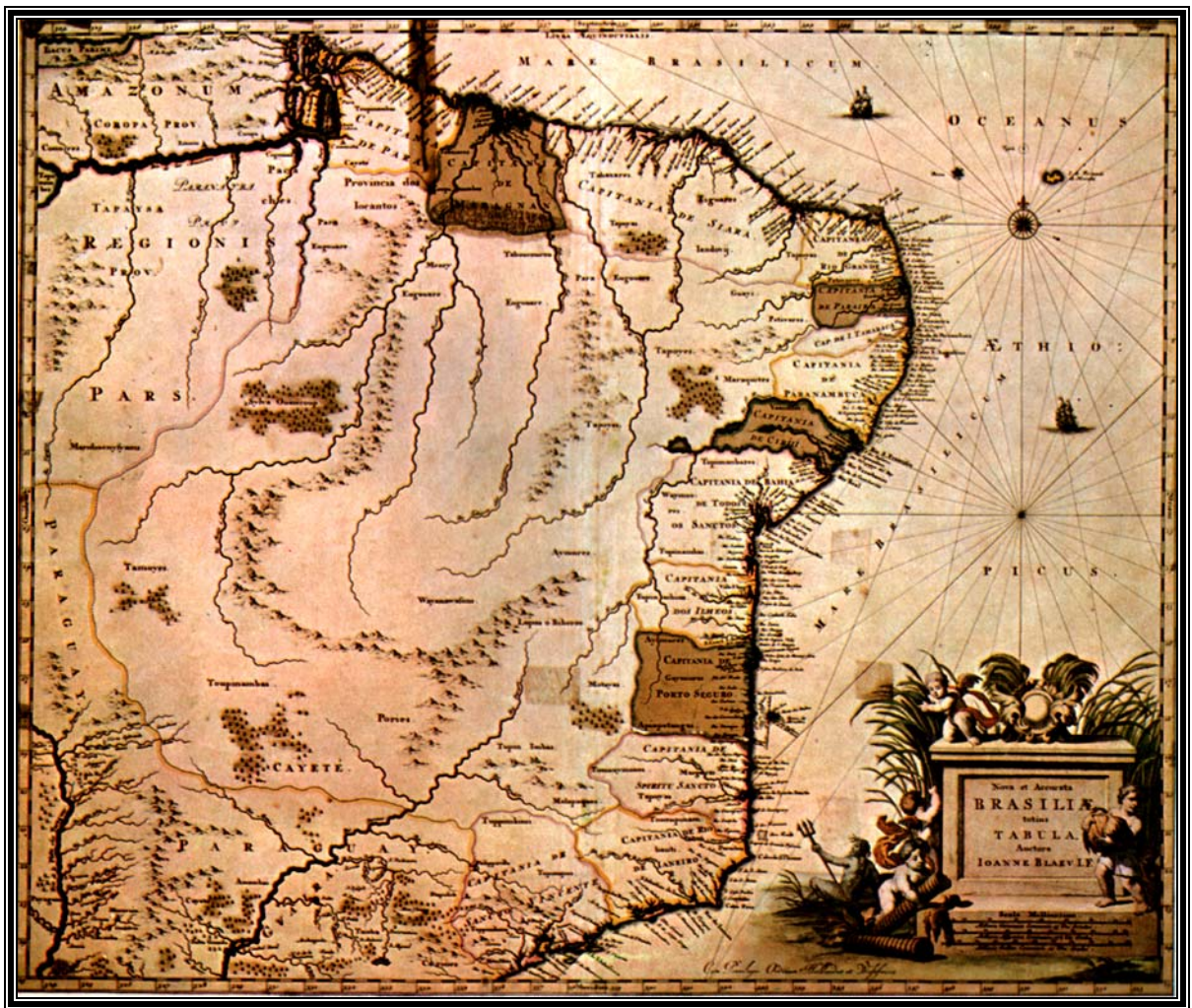


Figura 61: *Nova et Accurata Tabula*. Autor: *Joan Blaeu* (1640). Fonte: CIVITA, Victor (ed.). **Mapas Históricos Brasileiros**. Editora Abril Cultural. São Paulo, 1973.

5. Capítulo IV: Considerações Finais

Recapitulando o que foi até aqui exposto, foram identificadas no Sítio Arqueológico do Campo, duas áreas ocupacionais distintas. Uma ocupação indígena, denominada Área I; e uma ocupação colonial, denominada Área II. Aparentemente, essas duas áreas não apresentaram indícios de contemporaneidade. No entanto, durante as análises realizadas no material cerâmico das duas ocupações, identificamos alguns elementos que sugerem uma relação espaço-temporal entre as mesmas. Por outro lado, as informações obtidas a partir da análise dos dados arqueológicos, não permitiram a verificação desta hipótese. A destruição da Área I para a instalação do Cemitério Morada da Paz (Fig. 12) e a pequena porção da Área II que foi escavada, não possibilitaram o resgate de todas as informações materiais. Nesse sentido, não foi possível identificar na Área I indícios de contato direto com a tecnologia européia. Enquanto que na Área II, o carreamento do material arqueológico não permitiu a verificação da funcionalidade da estrutura arquitetônica revelada (ver Capítulo III).

Porém, a caracterização do perfil técnico cerâmico das duas áreas ocupacionais forneceu informações que permitiram interpretações plausíveis para o sítio. Dessa maneira, na Área I, a relação de seu material cerâmico com um contexto arqueológico já definido, a Tradição Cerâmica Tupiguarani, permitiu uma possível caracterização para o grupo, mesmo sem uma cronologia estabelecida. Enquanto que na Área II, a datação relativa obtida através da análise da louça arqueológica, 1706, inseriu o sítio num contexto histórico que orientou e preencheu algumas lacunas existentes no registro arqueológico.

O cruzamento dos dados obtidos a partir dessa análise material, com os dados históricos e documentais, apesar de não ser conclusivo, permitiu a redução do universo de possibilidades interpretativas. Ou seja, forneceu informações para a solução do problema referente ao anacronismo topográfico identificado na Área II — uma unidade de produção assentada num revelo acidentado, não apropriado para a circulação e escoamento de seus produtos — e da possível inserção da ocupação indígena nessa economia.

Com a caracterização geomorfológica do Litoral Norte, porção do litoral pernambucano onde está assentado o sítio, realizada no Capítulo III, foi possível identificar imperativos ambientais que moldaram a ocupação humana e definiram os padrões ocupacionais apresentados pelas culturas identificadas na área. Ou seja, mesmo em períodos pré-históricos, a baixa produtividade dos solos e os vales estreitos formados pelos tabuleiros

da Formação Barreiras¹, não favoreciam uma ocupação intensa pelas populações indígenas. Diferentemente da porção sul do Litoral pernambucano, que se apresenta constituída por vales mais amplos e mais férteis².

Quando do início da colonização, o Litoral Norte se caracterizava como uma área de litígio entre os grupos Caeté. Aqueles que se encontravam nas proximidades de Itamaracá, autodenominados, Tobajara, aliaram-se com os portugueses e combateram seus inimigos tradicionais do sul³. No processo de ocupação do território pernambucano, a aliança com esse grupo indígena foi indispensável para o sucesso do mesmo. Por outro lado, é bastante plausível que essa brecha nos territórios indígenas, do Pernambuco pré-colonial, tenha facilitado a instalação da capitania de Duarte Coelho⁴.

Durante todo o período colonial, esses fatores ambientais também influenciaram o assentamento e o uso do solo. É o que nos deixa perceber o pequeno número de engenhos que produziam açúcar na região⁵, sendo o principal, o Engenho Jaguaribe⁶. Fazendo parte das primeiras terras doadas na capitania, pertenceu a Vasco Fernandes e produziu até o século XVIII, nas mãos de João Fernandes Vieira⁷. Na verdade, composto de pequenas propriedades não relacionadas à produção açucareira, o Litoral Norte pode ser caracterizado economicamente, como um setor complementar da economia colonial, dedicado à produção de materiais construtivos (caliça, tijolos e telhas), à olaria, à agricultura de subsistência, à pecuária e ao extrativismo⁸.

¹ COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.

² COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH)/UFPE-LGGM. **Diagnóstico Preliminar Sócio-Ambiental do Litoral Sul de Pernambuco**. CPRH/GERCO. Recife: p. 87 1997.

³ MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey**. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997; SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, p. 527. 1965; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos**. Volumes I – VI. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953; SILVA, Geyza Kelly Alves. **Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535 - 1716)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: p. 143. 2004; FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003.

⁴ GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro; GOMES, Rosângela Oliveira. **O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista**. Olinda: Monografia de Especialização em História do Brasil apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). 2001.

⁵ Salvador, *op. cit.*

⁶ Costa, *op. cit.*

⁷ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; p. 221. 1978.

⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003; DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica**. São Paulo: Editora CIA. das Letras, p. 484. 1996; Costa, *op. cit.*; Salvador, *op. cit.*

Para o período que vai da segunda metade do século XVII até a primeira metade do XVIII, intensas crises políticas, econômicas e sociais, marcaram a história não só da área, mas do Nordeste como um todo⁹. Fatos que, entre os quais podemos citar a Guerra Holandesa¹⁰, a Guerra dos Palmares¹¹ e a Guerra dos Bárbaros¹², tiveram como um de seus cenários secundários, o Litoral Norte da Capitania. As conseqüências e desdobramentos dessas crises forneceram o contexto necessário para compreender a situação espacial identificada no Sítio do Campo.

Por sua vez, a delimitação do perfil cerâmico da Área I, permitiu a sua inserção num contexto arqueológico mais amplo. Para todo o litoral pernambucano, até o momento, foi registrada a presença da Tradição ceramista Tupiguarani, com datações que recuam a período de dispersão: 220 A. D.¹³. Essa cultura arqueológica foi relacionada com os grupos que entraram em contato com os colonos europeus a partir do século XVI: os Tupinambá Históricos¹⁴, pertencentes ao tronco lingüístico Tupi-guarani¹⁵ (Fig. 61). Algumas características identificadas no material cerâmico da Área I nos permitiram relacionar esse assentamento com a cerâmica tupiguarani. No entanto, outros indícios configuravam diferenças que só puderam ser contextualizadas numa abordagem histórica do material cerâmico da Tradição Tupiguarani. Ou seja, partindo do princípio de que essas diferenças consistiam em índices de aculturação na tecnologia cerâmica nativa¹⁶, sugerimos como hipótese interpretativa para a ocupação indígena, a sua relação com os grupos indígenas que foram inseridos no projeto colonial de Duarte Coelho: os Tobajara¹⁷. A presença de sítios cerâmicos identificados em prospecções recentes, como por exemplo, o Sítio Arqueológico do

⁹ MELLO (a), Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária da Universidade de São Paulo, p. 390. 1975.; GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Volumes I e II. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual. 1977.; Costa, *op. cit.*

¹⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: Imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, p. 471. 1986.

¹¹ FREITAS, Décio. **Palmares, a Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, p. 219. 1982.

¹² PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 282.2001.

¹³ ALBUQUERQUE (a), Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. Belo Horizonte: *Arquivos do Museu de História Natural*. V. VIII, pp. 131-134. 1984; MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.

¹⁴ FERNANDES (a), Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá**. São Paulo: Editora Pioneira, p. 423. 1970.; FERNANDES (b), João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o Nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, p. 303. 2003.

¹⁵ URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas.. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, pp.87-102. 1998.

¹⁶ BROCHADO, José Proenza. Contatos entre Europeus e Indígenas: Um Estudo de Aculturação Através de Mudanças na Cultura Material. Porto Alegre: *Revista do IFCH/UFRGS*. Ano II. Nº2, p. 125-151. 1974.

¹⁷ SILVA, Geyza Kelly Alves. **Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535 - 1716)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: p. 143. 2004.

Frio (ver Capítulo IV), com características morfológicas Tupiguarani sem elementos intrusivos, fortalecem essa hipótese.

Entretanto, apenas um sítio de contato foi escavado no Estado de Pernambuco: a Feitoria de Cristovão Jacques¹⁸. Mesmo assim, não forneceu dados sobre o impacto da introdução de uma nova tecnologia na cultura nativa. Diferente do ocorrido nas missões jesuíticas sulistas, onde o impacto da aculturação pôde ser medido na produção cerâmica¹⁹, foi registrada no Sítio PE13-Ln, uma substituição tecnológica progressiva, talvez devido ao seu caráter de entreposto comercial²⁰. Logo, não possuímos um *corpus* arqueológico que permita a caracterização do impacto da colonização nas culturas nativas, para o Estado de Pernambuco.

Porém, a historiografia nos mostra que, nos primeiros anos da colonização, o sucesso das capitânicas dependeu do nível de interação com as culturas nativas²¹. Ou seja, paradoxalmente, a resistência indígena a sua integração ao sistema escravista açucareiro, forçou os atores coloniais a inserir esses mesmos grupos, em outros aspectos da economia colonial, indispensáveis para a manutenção da mesma. Nesse sentido, a utilização dos grupos indígenas para fins militares, para a agricultura de subsistência e o extrativismo natural, através da criação de laços de parentesco, com o casamento de oficiais portugueses com filhas de líderes indígenas, o cunhadismo, foi a principal característica do sucesso inicial da colonização portuguesa na América do Sul²².

Um dos melhores exemplos dessa integração dos interesses coloniais e nativos, é a Capitania de Pernambuco. Após mais de um ano de intensas batalhas, Duarte Coelho percebeu os fatores que motivavam a resistência indígena à integração no sistema colonial. A utilização dos mesmos como mão-de-obra escrava na lavoura açucareira, já no início se mostrou ineficiente²³. A baixa resistência imunológica e a resistência por parte dos guerreiros caeté de trabalhar no cultivo da cana-de-açúcar — tarefa feminina, segundo a divisão sexual do trabalho tupi-guarani²⁴ — rapidamente o forçou a requerer mão-de-obra africana para o trato do açúcar²⁵. Por outro lado, a utilização de tropas indígenas para a defesa dos territórios

¹⁸ ALBUQUERQUE (2), Marcos. **Contato Euro-indígena no Nordeste do Brasil: Um Estudo Arqueológico**. Recife: Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p. 154. 1984.

¹⁹ TOCCHETO, Fernanda B. A Cerâmica do Guarani Missioneiro como Símbolo de Identidade Étnica. In: KERN, Arno (org.). **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, p. 151-176. 1998.

²⁰ Albuquerque (2), *op. cit.*

²¹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 587. 1996.; Salvador, *op. cit.*; Costa, *op. cit.*; Fernandes (a) *op. cit.*; Fernandes (b), *op. cit.*

²² Ribeiro, *op. cit.*

²³ Mello *et alli*, *op. cit.*

²⁴ Fernandes (b), *op. cit.*

²⁵ Mello *et alli*, *op. cit.*

conquistados (Salvador, *op. cit.*; Costa, *op. cit.*) e a inserção da esfera tupinambá feminina, nas lavouras de subsistência e olarias, como esposas legítimas ou concubinas, não feria a integridade cultural nativa (Fernandes, *op. cit.*). Isto, por sua vez, garantiu a integração e subjugação desses grupos indígenas, aos interesses donatários e à implantação da capitania.

Nessa perspectiva, não seria impossível a existência de grupos indígenas num contexto arqueológico colonial. No entanto, para o Sítio do Campo, a data de 1706, obtida a partir da análise da louça arqueológica, insere o sítio num contexto em que a mão-de-obra indígena já se encontrava substituída pela mão-de-obra africana, principalmente no trato do açúcar²⁶. Logo, a relação espaço-temporal sugerida para as duas áreas ocupacionais, implica em uma situação histórica atípica, para o período em questão. Para explicar esse fato, foi preciso realizar uma análise do período que se estende da Guerra Holandesa até a Guerra dos Mascates: 1650-1750.

A expulsão dos holandeses gerou crises sociais, econômicas e políticas que desestabilizaram a sociedade colonial²⁷. A competição internacional pelo controle do mercado colonial gerou oscilações na economia açucareira que tiveram um grande impacto na produção pernambucana²⁸. A instalação de um núcleo produtor de açúcar na Antilhas e a ocupação de Angola, pela W.I.C. produziram a queda dos preços do açúcar e uma crise no fornecimento de escravos africanos²⁹. Associada aos efeitos do pós-guerra, essa crise econômica incentivou uma crise social que abalou as relações fundiárias na Capitania de Pernambuco³⁰.

No que diz respeito ao Litoral Norte, no momento da invasão holandesa, sob ordens metropolitanas, muitas das propriedades foram abandonadas e destruídas, visando “fazer o deserto” para as tropas inimigas³¹. Porém, nem toda a população pode ou quis abandonar suas propriedades³². Isto fez com que muitas das propriedades fossem compradas das mãos dos holandeses, por esses luso-brasileiros que não deixaram o território com a invasão³³. Como já

²⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995.

²⁷ ALBUQUERQUE (b), Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa**. *Série Monografia*, v.: 4. Recife: Editora Imprensa Universitária, p. 132. 1968.

²⁸ AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990.

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 525. 2000; CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de uma Troca, 1535-1630. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. R IHGB*. Rio de Janeiro: volume 161, n. 480, pp. 21-59. 2000.

³⁰ Mello (a), *op. cit.*

³¹ Mello (a), *op. cit.*

³² Albuquerque (b), *op. cit.*

³³ Mello (a), *op. cit.*

foi mencionado, apenas um engenho funcionava na região: o Engenho Jaguaribe³⁴. Enquanto a maioria das propriedades restantes se dedicava a produções secundárias, como fornos de cal e olarias³⁵. Dessa maneira, essas propriedades não atraíram os interesses da W.I.C., que as vendeu a preços baixos, para essa nova elite agrária em formação³⁶. Como foi o caso de João Fernandes Vieira, que adquiriu extensos lotes de terra e reativou a produção de cal na região. Além disso, a pecuária, a olaria e as lavouras de subsistência fomentaram uma nova leva de pequenos proprietários para o Litoral Norte³⁷. Tradicionalmente, relacionadas à mão-de-obra indígena³⁸ essas economias tiveram um grande incremento nesse período de crise na economia açucareira³⁹.

Quanto à crise no fornecimento de mão-de-obra africana, associadas à ocupação de Angola pelos holandeses, ocorreram várias fugas de escravos, que geraram um vazio nas senzalas, agrupando-se em quilombos, dentre os quais se destaca o de Palmares⁴⁰. No período pós-guerra foi enorme o número de engenhos que não puderam produzir pela falta de sua principal força motriz. Com a retomada de Angola por tropas luso-brasileiras, estabilizou-se novamente o fornecimento de escravos africanos⁴¹. No entanto, seu fluxo é logo desviado para o novo foco de interesse da economia metropolitana: as minas auríferas encontradas no final do século XVII, em Minas Gerais⁴². Esse fato, gerou uma nova escassez de mão-de-obra africana em Pernambuco, abalando mais uma vez a produção açucareira. Dessa forma, podemos apontar como característica principal do período delimitado, a oscilação no fluxo de mão-de-obra africana para a capitania de Pernambuco. No qual o fornecimento de escravos foi bastante irregular e não supria as necessidades de produção dos engenhos⁴³.

Paralelamente e também como decorrência da crise açucareira, outro fato importante marcou o período. Denominado, a Guerra dos Bárbaros, caracterizou-se pela resistência de diversos grupos indígenas do sertão à expansão das fronteiras coloniais, motivada pelo incremento da pecuária⁴⁴. Dessa maneira, vários grupos foram exterminados ou deslocados,

³⁴ Costa, *op. cit.*

³⁵ Andrade, *op. cit.*

³⁶ Mello (a), *op. cit.*

³⁷ Costa, *op. cit.*

³⁸ Andrade, *op. cit.*

³⁹ Azevedo, *op. cit.*

⁴⁰ Freitas, *op. cit.*

⁴¹ Alencastro, *op. cit.*

⁴² Azevedo, *op. cit.*

⁴³ Carvalho, *op. cit.*

⁴⁴ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 337 1998; LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte**. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife: p. 209. 1999; Pires, *op. cit.*; Puntoni, *op. cit.*

para a instalação de currais em seus territórios. A intensidade da resistência indígena e a duração do conflito fomentaram o ressurgimento da “guerra justa” como política de relação indígena⁴⁵. Isso fez com que populações inteiras fossem integradas a economia colonial como mão-de-obra escrava, na maioria das vezes, burlando leis coercitivas à escravidão indígena⁴⁶.

Se, relacionarmos a escassez de escravos africanos com a presença do Terço dos Paulistas na região⁴⁷, durante e após a Guerra dos Bárbaros, a utilização de mão-de-obra indígena talvez não seja tão atípica para o período em questão. Tradicionalmente relacionada ao comércio de escravos indígenas⁴⁸, a presença de tropas paulistas na contensão dessas revoltas indígenas foi decisiva para a conclusão do conflito⁴⁹. Com as recompensas recebidas pelos serviços prestados, muitos adquiriram propriedades e assentaram-se na Capitania de Pernambuco⁵⁰. Como foi o caso de Manoel de Moraes Navarro, que fundou o Engenho do Paulista em terras compradas a Fernandes Vieira — o Engenho Paratibe de Baixo — e deslocou esse contexto histórico-social para a área em estudo⁵¹. Logo, existem possibilidades históricas que corroboram a hipótese de relação espaço-temporal entre as áreas ocupacionais do Sítio do Campo.

No entanto, resta ainda identificar em que tipo de produção a mão-de-obra indígena era empregada; e, a obtenção dessa resposta, dirige nossa atenção para outra problemática do sítio: a identificação da funcionalidade das estruturas arquitetônicas identificadas na Área II. Para isso, é preciso rever alguns pontos já mencionados acima.

Dessa maneira, o Litoral Norte de Pernambuco consistiu no primeiro lote de terras ocupado pela empresa colonial, com a doação das primeiras sesmarias⁵². No entanto, a escolha dessa porção do território não se deu pela sua adequação à lavoura açucareira. Como já mencionado, esse espaço consistia numa área de conflito territorial entre os grupos Caeté, que se encontravam na área no momento da conquista. Esse fato facilitou a ocupação das terras e garantiu o estabelecimento de uma base para a tomada de áreas mais propícias para a

⁴⁵ RUIZ, Rafael. A Política da Coroa de Castela Sobre o Trabalho Indígena no Brasil Durante a “União Ibérica”. In: *Índios do Nordeste: Temas e Problemas*. Maceió: N. 3, pp. 129 – 155. Editora EDUFAL 2002.

⁴⁶ Lopes, *op. cit.*

⁴⁷ Costa, *op. cit.*

⁴⁸ MONTEIRO, John M. **Negros da Terra Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 300. 1994.

⁴⁹ Puntoni, *op. cit.*; Pires, *op.cit.*

⁵⁰ Costa, *op. cit.*

⁵¹ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁵² Costa, *op. cit.*; Galvão *et alli*, *op. cit.*

cultura da cana-de-açúcar⁵³. Como por exemplo, a várzea do Rio Capibaribe, localizada no Litoral Sul do estado⁵⁴.

Logo, desde o início da colonização, dada sua baixa potencialidade agrícola⁵⁵, o Litoral Norte se prestou para a instalação de uma economia secundária de abastecimento à economia açucareira⁵⁶. Nesse sentido, pode ser explicado o grande número de fornos de cal e olarias que funcionaram na área, durante todo o período estudado⁵⁷. Além é claro, das lavouras de subsistência e da pecuária. As quais proporcionaram o rápido enriquecimento de novos proprietários, como João Fernandes Vieira, que se aproveitaram do abandono das propriedades e do descaso da W.I.C. em relação a essas terras⁵⁸.

Após a expulsão dos holandeses, com o retorno dos proprietários tradicionais, ocorreram intensos conflitos agrários entre a elite emergente dos heróis da reconquista e essa elite duartina⁵⁹. No entanto, esses conflitos de propriedade se voltaram mais para as terras do Litoral Sul, onde se concentrava o maior número de engenhos produtores. As terras do Litoral Norte foram então assim resguardadas para distribuição dos heróis da Guerra dos Holandeses⁶⁰. Localizadas entre as vilas de Olinda e Igarassu, essas terras foram então distribuídas entre esse grupo de pequenos proprietários, agrupados em torno do latifúndio de João Fernandes Vieira⁶¹. Como, tradicionalmente, essa porção do território pernambucano estava reservada às populações indígenas integradas ao sistema colonial, novos conflitos entre esses proprietários foram gerados e a presença do Terço dos Paulistas, na área foi decisiva⁶². Como já mencionado, as conseqüências dessas disputas agrárias se configurariam na guerra civil denominada, a Guerra dos Mascates⁶³.

Dessa maneira, além de estar relacionado com uma produção não-açucareira, o Litoral Norte se encontrava tomado de pequenas propriedades, doadas ou compradas por uma elite colonial menos abastada. Nesse sentido, a crise econômica que abalou a produção açucareira no período, pode ser identificada como um dos fatores que explicam a situação espacial da Área II, do Sito do Campo. Ou seja, para fugir da crise, muitos proprietários passaram a se

⁵³ Galvão *et alli*, *op. cit.*

⁵⁴ Salvador, *op. cit.*

⁵⁵ CPRH, *op. cit.*

⁵⁶ Andrade, *op. cit.*

⁵⁷ SCHMALZ, Carlos Alfredo. Material de Construção no Burgo de Duarte Coelho. *Cadernos Olindenses: História*. Recife: Edições Katholon, V. 1, pp. 7 – 15. 1960.

⁵⁸ Costa, *op. cit.*

⁵⁹ Mello (a), *op. cit.*

⁶⁰ Albuquerque (b), *op. cit.*

⁶¹ Costa, *op. cit.*

⁶² Silva, *op. cit.*

⁶³ Gama, *op. cit.*

dedicar a outros tipos de produção, as quais se mostravam mais viáveis no Litoral Norte: como, por exemplo, a extração de minérios para construção civil⁶⁴. Enquanto outros, continuaram a produzir açúcar, substituindo as moendas d'água por moendas de tração animal⁶⁵. Muito mais baratas, tanto na instalação como na manutenção, apesar de produzir menos, o uso de moendas de tração animal foi incentivado pelo Governo Geral, como um meio de driblar a crise no mercado internacional⁶⁶.

Nesse sentido, quanto à funcionalidade da estrutura arquitetônica identificada na Área II do Sítio do Campo, podemos delimitar algumas interpretações possíveis. Mesmo não dispondo de dados arqueológicos em número suficiente, podemos afirmar que a situação agrária na região, poderia ter forçado um pequeno proprietário à instalação de uma unidade de produção, numa topografia não-ideal. Porém, mesmo após a conclusão do levantamento histórico realizado, não estamos em condições de definir o tipo de produção a que se prestava a unidade produtiva identificada. Ou seja, de acordo com os dados obtidos, mesmo uma pequena unidade de produção açucareira, movida a tração animal, seria uma interpretação viável. Isto, por sua vez, não permite descartar a possibilidade de uma produção de cal, ou de farinha, ou mesmo uma pequena olaria.

No entanto, os dados arqueológicos que dispomos, não permitem essa caracterização industrial da ocupação, limitando-nos somente a sugestão de hipóteses. As quais só poderiam ser verificadas com a realização de novas campanhas arqueológicas no sítio, visando o esgotamento das informações arqueológicas ainda preservadas. Somente dessa maneira, seria possível explicar através da metodologia arqueológica, um contexto histórico tão pouco estudado na literatura: a reestruturação da sociedade colonial, no período que se estende da expulsão dos holandeses até a Guerra dos Mascates. Período o qual, teve implicações históricas determinantes para a formação da sociedade pernambucana e a situação política da Capitania, ao longo dos anos posteriores.

Por outro lado, a necessidade de continuar as escavações no Sítio Arqueológico do Campo nos projeta num problema mais abrangente da pesquisa: a preservação do patrimônio arqueológico⁶⁷. A construção do Cemitério Morada da Paz, além de ocasionar a destruição

⁶⁴ Andrade, *op. cit.*; Schmalz, *op. cit.*

⁶⁵ Azevedo, *op. cit.*

⁶⁶ Andrade, *op. cit.*

⁶⁷ BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista - PE. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. . Recife: Universidade Federal de Pernambuco.2004.

integral da Área I, ainda coloca em risco as estruturas arquitetônicas reveladas. Dada a característica fundamental do uso do solo num cemitério, também se encontram sob risco de perda, as camadas arqueológicas não escavadas do entorno das estruturas. Caso não resgatados, a perda desses dados não permitirá a identificação objetiva da funcionalidade das ruínas da Área II, destruindo definitivamente a possibilidade de verificação de uma relação interétnica no contexto de reestruturação da economia e sociedade pernambucana, no sítio em questão.

No entanto a solução desse problema se encontra numa política de cooperação entre esse estabelecimento e o grupo que realizará as próximas campanhas no sítio. Nesse caso, o proprietário assumirá um compromisso de conservação dos bens patrimoniais imóveis que foram identificados, integrando-os ao uso do cemitério. Como, no caso do Sítio do Campo, esse tipo de bens se materializou na forma de ruínas, existe a possibilidade da criação de um museu a céu aberto. Esse procedimento além de garantir a salvaguarda do patrimônio, pode trazer grandes benefícios para estabelecimentos comerciais, dada a valorização dos imóveis que possuem algum tipo de vestígio arqueológico⁶⁸.

Concomitantemente, deveria ser iniciado um programa de educação patrimonial, com objetivo de atingir a população de baixa-renda, a qual é maioria na área em questão. Essa política educacional, além de garantir preservação do patrimônio, através do reconhecimento identitário dessas populações através do patrimônio arqueológico, permitirá uma integração econômica dessa população. A criação de museus, a formação de guias turísticos e técnicos em conservação, pode ser uma nova fonte de empregos. Além, é claro, de contribuir para a identificação de novos sítios arqueológicos na área⁶⁹.

Dessa maneira, contribuindo também para a solução de problemas sociais, a conservação do patrimônio arqueológico do Litoral Norte, permitirá o estudo de uma gama de sítios arqueológicos, os quais se encontram sob risco constante, ante o crescimento urbano desenfreado⁷⁰. Nesse conjunto, além de sítios históricos, constam sítios pré-históricos e de contato, os quais poderão fornecer informações sobre o processo de implantação colonial e seu impacto nas populações nativas. Ou seja, um acervo arqueológico riquíssimo que apenas agora tem recebido o merecido tratamento.

⁶⁸ Borges *et alli*, *op. cit.*

⁶⁹ Borges *et alli*, *op. cit.*

⁷⁰ CPRH, *op. cit.*

6. Referências Bibliográficas

6.1. Bibliografia Citada: Fontes Primárias Publicadas

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. *Coleção Reconquista do Brasil*, Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Edusp; p. 239, 1982.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; p. 221. 1978.

MELLO, José Antônio Gonçalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **Cartas de Duarte Coelho a El Rey**. Recife: Editora Massangana; p. 137. 1997.

O TOMBO do Mosteiro de São Bento de Olinda. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. V. XLI, pp. 4 – 713. 1948.

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um Soldado**. & BAERS, Padre João. **Olinda Conquistada**. Coleção Pernambucana. V. XI. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco; p. 245. 1977.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. São Paulo: Editora Melhoramentos, p. 527. 1965.

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA: V. I: Sesmarias. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/ Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco; p. 356. 1954 .

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, p. 302. 2001.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte : Editora Itatiaia, 216. 1974.

6.2. Bibliografia Citada

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da História Colonial & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 337 1998.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. **A Remuneração de Serviços da Guerra Holandesa**. *Série Monografia*, v.: 4. Recife: Editora Imprensa Universitária, p. 132. 1968.

ALBUQUERQUE, M. **Reflexões em Torno da Utilização do Antiplástico como Elemento Classificatório da Cerâmica Pré-histórica**. In: *CLIO Arqueológica*, Revista do Curso de Mestrado em História. Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 6: pp. 109-112. 1984.

ALBUQUERQUE, Marcos. **Contato Euro-indígena no Nordeste do Brasil: Um Estudo Arqueológico**. Recife: Dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p. 154. 1984.

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. In: *CLIO – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 1, n.8, 131-152. 1992.

ALBUQUERQUE, Marcos. Horticultores Pré-históricos do Nordeste. Belo Horizonte: *Arquivos do Museu de História Natural*. V. VIII, pp. 131-134. 1984.

ALBUQUERQUE, Marcos & ALVES, Cleonice. O Sítio Arqueológico Quipapá (PE79-Plm): Contribuição ao Estudo da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. In: *Boletim do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco – Série Arqueologia*. Recife: p. 54-121. 1983.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de S. **A Faiança Portuguesa dos Séculos XVI a XIX em Vila Flor**. Recife: Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, p. 200. 1991.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 525. 2000.

ALVES, C. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil: Avaliação e Proposta. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 7: pp. 11-88. 1991.

ALVES, Claudia.; BORGES, Lucila Ester Prado.; BARRETO, Sandra de Brito.; LEO, Hugo S. Vilarroel.. Técnica Cerâmica Pré-histórica. *Clio - Serie Arqueológica*. Recife: V.1, n.10, pp.47-56. 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Economia Pernambucana no Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 133. 2003.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A, p. 219. 1990.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **PARÃ-NAMBUCO: Ocupação Espacial e Trabalho Indígena na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVI e XVII**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: p. 314. 2003.

BOCANEGRA, F. J. A. La Cadena Tecnológica: Modelo de Análisis de los Conjuntos Líticos. *Boletín de Antropología*. V. 11, n. 28, pp. 146 – 192. 1997.

BORGES, Fábio Mafra; SENA, Vivian Karla. Proposta de Integração e Conservação de Sítios Arqueológicos na Faixa Costeira Pernambucana: O Caso Específico do Sítio do Campo, Paulista - PE. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. . Recife: Universidade Federal de Pernambuco.2004.

BROCHADO, J. P. A Tradição Tupiguarani na América do Sul. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 3: pp. 47-60. 1980.

BROCHADO, José Proenza. Contatos entre Europeus e Indígenas: Um Estudo de Aculturação Através de Mudanças na Cultura Material. Porto Alegre: *Revista do IFCH/UFRGS*. Ano II. N°2, p. 125-151. 1974.

BROCHADO, José Proenza. What did the Tupinambá Cook in their Vessels? An Humble contribution to ethnographic analogy. In: *Revista de Arqueologia*. São Paulo: Editora da Sociedade de Arqueologia Brasileira / Datiloplate Artes Gráfica LTDA V. 6, pp. 40 -89. 1991.

BROCHADO, J. P.; LA SALVIA, F. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Editora Posenato Arte e Cultura, p. 175. 1989.

BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a Cerâmica Antiga**. São Paulo: Editora Cia. Lithographica, 427. 1981.

CARTA de Veneza. Carta Internacional Sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n.22, p.106-107.1987.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Negros da Terra e Negros da Guiné: Os Termos de uma Troca, 1535-1630. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. R IHGB*. Rio de Janeiro: volume 161, n. 480, pp. 21-59. 2000.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Olinda do Salvador do Mundo: Biografia da Cidade**. Recife: Editora Asa, 317. 1986.

CHMYZ, I. et alli. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Paranaguá: UFPR, ano 1, n 1, pp. 119-148. 1976.

CIVITA, Victor (ed.). **Mapas Históricos Brasileiros**. São Paulo: Editora Abril Cultural, p. 145. 1973.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte**. Recife: p. 87. 2001.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE (CPRH)/UFPE-LGGM.
Diagnóstico Preliminar Sócio-Ambiental do Litoral Sul de Pernambuco.
CPRH/GERCO. Recife: p. 87 1997.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos.** Volumes I – VI. Recife:
Editora do Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1953.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: os Destinos das Sociedades Humanas.** Rio de
Janeiro: p. 376 Editora Record. 2003.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica.** São Paulo:
Editora CIA. das Letras, p. 484. 1996.

DOMINGUEZ, José M. L.; BITTENCOURT, Abílio C. S. P.; LEÃO, Zelinda M. A. N.;
AZEVEDO, Antônio E. G. Geologia do Quaternário Costeiro do Estado de Pernambuco.
Revista de Geociências. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco V. 20, pp.
208 - 215. 1990.

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty J. **Série Guias (Museu Paraense Emilio Goeldi) ; n.2.**
Guia para Prospecção Arqueológica no Brasil. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, p.
215. 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio,
Volumes I e II. 1978.

FERNANDES, Florestan. **A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá.** São
Paulo: Editora Pioneira, p. 423. 1970.

FERNANDES, João Azevedo. **De Cunhã a Mameluca: A Mulher Tupinambá e o
Nascimento do Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da
Paraíba, p. 303. 2003.

FERREIA NETO, Edgar. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínio da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 313-328. 1997.

FREITAS, Décio. **Palmares, a Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Editora Graal, p. 219. 1982.

GALVÃO, Tácito Luiz Cordeiro; GOMES, Rosangela Oliveira. **O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista**. Olinda: Monografia de Especialização em História do Brasil apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO). 2001.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Volumes I e II. Recife: Editora do Arquivo Público Estadual. 1977.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura: Tipologia dos Edifícios dos Antigos Engenhos de Açúcar de Pernambuco**. Recife: Editora Fundação Gilberto Freyre, p. 135. 1998.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. Brasília: IPHAN, p. 343. 1995.

KHÜL, P. M. & KHÜL, B. M. (trad.). **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 146. 2002.

LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E GEOFÍSICA MARINHA (LGGM)-UFPE. **Macrozoneamento Costeiro do Litoral de Pernambuco folha Itamaracá (SB.25-Y-C-VII)**. Recife: p. 97.1992.

LIMA, Tânia A. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. *Revista Clío – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco N. 5, pp. 87- 99. 1989.

LUNA, S. O Sítio Sinal Verde - São Lourenço da Mata, PE. Uma Aldeia Pré-histórica na Zona da Mata Pernambucana. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em*

História. Recife: Ed. Universitária da UFPE, n 7: pp. 89-142. 1991.

LOPES, Fátima Martins. **Missões Religiosas: Índios, Colonos e Missionários na Colonização do Rio Grande do Norte**. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife: p. 209. 1999.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 445. 1998.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimientos, Alianças, Resistências e Encobrimento. In: *Fundamentos II – Publicação da Fundação do Museu do Homem Americano*. Recife: Editora de Universidade Federal de Pernambuco, V. 1, n. 2, p. 9-52. 2002.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. Como **Interpretar a Linguagem da Cerâmica**; Manual para Arqueólogos. Washington, D. C.: Smithsonian Institution, p. 225. 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630/1654**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária da Universidade de São Paulo, p. 390. 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: Imaginário da Restauração Pernambucana**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, p. 471. 1986.

MENEZES, Jose Luiz Mota.; Fundação Joaquim Nabuco; Empresa de Urbanização do Recife. Departamento de Preservação do; Sítios Históricos. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana : URB, Dep. de. 114 p. ISBN 85-7019-172-3. 2002.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, p. 300. 1994.

NASCIMENTO, A. A Aldeia do Baião - Araripina, PE. Um Sítio Pré-histórico Cerâmico no Sertão Pernambucano. In: *CLIO Arqueológica, Revista do Curso de Mestrado em História*.

Recife: Editora Universitária da UFPE, n 7: pp. 143-205. 1991.

OLIVEIRA, Cláudia A. Os Ceramistas Pré-históricos do Sudeste do Piauí – Brasil: Estilos e Técnicas. In: *FUMDHAMENTOS III, Publicação da Fundação Museu do Homem American.*, Recife: Volume 1, p. 59-127. 2003.

OLIVEIRA, Claudia Alves de. **A Cerâmica Pré-histórica no Brasil Avaliação e Proposta.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História – Área de Concentração em Pré-história da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: p. 215. 1990.

PIRES, M. I. da C. **A Guerra dos Bárbaros: Resistência e Conflito no Nordeste Colonial.** Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 282.2001.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).São Paulo: p. 254. 1998.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 605. 1992.

RIBEIRO, Berta G. **O Índio na História do Brasil.** São Paulo: Editora Global, p. 125. 1989.

RIBEIRO, Berta G. Os Estudos de Cultura Material: Propósitos e Métodos. *Revista do Museu Paulista.* São Paulo: V.3, pp.13 – 41. 1985.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 587. 1996.

RUIZ, Rafael. A Política da Coroa de Castela Sobre o Trabalho Indígena no Brasil Durante a “União Ibérica”. In: *Índios do Nordeste: Temas e Problemas.* Maceió: N. 3, pp. 129 – 155. Editora EDUFAL 2002.

RYE, O. S. **Pottery Technology Principles in Reconstruction.** Washington, p. 254. 1981.

SÁNCHEZ, R. N. Cerâmica e Etnicidade: Uma Aproximación al Estúdio de las Formas Culturales como Expresión de lo Étnico. *Boletín de Antropología Americana*. N. 22, pp. 47 – 80. 1990.

SCHMALZ, Alfredo Carlos. A Sesmaria. *Coleção "Katholon", Caderno 5*. Brasil: Editora da Faculdade de Direito de Caruaru, p. 19. 1960.

SCHMALZ, Carlos Alfredo. Material de Construção no Burgo de Duarte Coelho. *Cadernos Olindenses: História*. Recife: Edições Katholon, V. 1, pp. 7 – 15. 1960.

SCATAMACCHIA, M. Cristina M. **Tentativa de Caracterização da Tradição Tupiguarani**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo: p. 165. 1981.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Editora Cia. das Letras. 1995.

SCHUYLER, R. L. Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. In: SCHUYLER, R. L. (org.). **Historical Archaeology: A Guide to Substantive and Theoretical Contributions**. New York: Baywood Publishing Co, pp. 27 – 31. 1978.

SILVA, Geyza Kelly Alves. **Índios e Identidades: Formas de Inserção e Sobrevivência na Sociedade Colonial (1535 - 1716)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife: p. 143. 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial: Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco dos Séculos XVII e XVIII**. Fundação de Cultura Cidade do Recife. Recife: p. 204. 2001.

SENA, Vivian Karla. O Material Cerâmico do Sítio do Campo: Resultados Parciais. In: *Anais do V Encontro Nordestino de História / V Encontro Estadual de História – ANPUH/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2004.

SOUTH, Stanley. Evolution and Horizon as Revealed in Historical Archaeology. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*. New York: V. 6, pp. 71 – 16. 1971.

TOCCHETO, Fernanda B. A Cerâmica do Guarani Missioneiro como Símbolo de Identidade Étnica. In: KERN, Arno (org.). **Arqueologia Histórica Missioneira**. Porto Alegre: Editora EDIPUCRS, p. 151-176. 1998.

TRIGGER, Bruce G. **Historia del Pensamiento Arqueológico**. Barcelona: Editorial Crítica, p. 382. 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, p. 275. 1999.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil: Antes de sua Separação de Portugal**. São Paulo: Editora Cia. Melhoramentos, p. 474. 1949.

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas.. In: CUNHA, M. C. (org.). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, pp.87-102. 1998.

WILLEY, Gordon R. Cerâmica. In: *Suma Etnológica Brasileira, v. 2, (Tecnologia Indígena*. Petrópolis: Ed. Vozes-FINEP), pp. 173-229. 1987.

6.3. Bibliografia Consultada: Fontes Primárias Publicadas

BARLEUS, Gaspar. **História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, p. 410. 1980.

BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Recife: Editora Massangana, 216. 1994.

CARDIM, Fernão. **Tratado da Terra e da Gente do Brasil**. Recife: Editora Massangana, p. 206. 1994.

COELHO, Duarte Pereira. **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei**. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, p. 330. 1967.

COUTO, Domingos Loreto. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, p. 611. 1981.

LERY, Jean. **Viagem à Terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, p. 303. 1961.

MARCGRAVE, Jorge. **História Natural do Brasil**. São Paulo: Edição do Museu Paulista Comemorativa Cincoentenário da Fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, p. 293. 1942.

MOREAU, Pierre.; BARO, Roulox.. **História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias**. São Paulo: Editora Itatiaia, 128. 1979.

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que os Outros Chamam de América**. Recife: Editora Brasileira. 1944.

6.4. Bibliografia Consultada

ALBUQUERQUE, Marcos. Utilização da Radiologia em Cerâmica Arqueológica. In: *Clio – Série Arqueológica*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, n. 3, p. 145-155. 1985.

ALEGRE, Maria S. P. Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII: Aspectos Demográficos da “Cultura de Contato”. In: DINIZ *et all* (orgs.). *Ciência Sociais Hoje*. São Paulo: Editora ANPOCHS/HUCITEC, pp. 195 – 218. 1993.

ANDRADE, Manuel C. **Itamaracá, uma Capitania Frustrada**. Recife: Coleção Tempo Municipal: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal. V. 20, p. 101. 1999.

ARRUTI, José M. A. Morte e Vida do Nordeste Indígena: A Emergência Étnica como Fenômeno Histórico Regional. In: *Estudos Históricos*. V. 8, n. 15, pp. 57 – 94.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Índios e Missões: A Colonização do Médio São Francisco Pernambucano Séculos XVII e XVIII**. Dissertação de Mestrado em História, UFPE. Recife: p. 134. 1991.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial**. Vol. I e II. São Paulo: Editora Edusp. 1999.

BOSI, Vera. Núcleos Históricos: Recuperação e Revitalização: A Experiência de Olinda. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: N.21, pp.134-145. 1986.

CALMON, Pedro. **História do Brasil, volumes I e II**. São Paulo: Coleção Brasileira. Companhia Editora Nacional, p. 476. 1939.

CARVALHO, Marcos. **Pernambuco e Angola: Negros e Índios em Pernambuco**. In FERNANDES, Eliane Moury; CAVALCANTE, Sandra Melo. Tempo dos Flamengos & Outros Tempos. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, p. . 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 226. 1956.

CHMYZ, I. (Ed.). **Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica**. Curitiba: CEPA: Manuais de Arqueologia 1, Parte I e II. 1966.

CORTESÃO, Jaime. **A Colonização do Brasil**. Lisboa: Editora Portugaláia, p. 789. 1969.

CROSBY, Alfred W. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Westport Conn.: Greenwood Press, 268. 1972.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico: A Expansão Biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo, :Editora Companhia das Letras, p. 319. 1993.

CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 608. 1998.

DUNNELL, Robert C. Style and Function: a Fundamental Dichotomy. In; *American Antiquity*. V. 3, n. 43, pp. 192 – 202. 1978.

FARANGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões: Os Povos Indígenas no Rio Branco e a colonização**. São Paulo: Editora Paz e Terra ANPOCS, p. 262. 1991.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios Antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, p. 94. 2000.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupi. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I: Do Descobrimento à Expansão Territorial**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 7-78. 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora. Nacional, p. 248. 1979.

GALLAY, Alain. **L'Archeologie Demain**. Paris: Editora Pierre Belfond, p. 215. 1986.

GONZÁLLES, Érika M. R. Teoria e Métodos na Análise Cerâmica em Arqueologia. In: *Revista do Museu de Antropologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: N. 8, pp. 287 – 294. 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visões do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, p. 412. 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira: Da Época Colonial**

Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo: Editora Difel. 1976.

KERN, Arno A. A Arqueologia Histórica, a História e os Trintas Povos das Missões. In: *Clio – Série Arqueológica*.. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, N. 5, pp. 101 – 114. 1989.

LLAMAZARES, Ana M.; SLAVUTSKY, Ricardo. Paradigmas Estilísticos em Perspectiva Histórica: del Normatismo-culturalista a las alternativas postsistémicas. In: *Boletín de Antropología Americana*. N. 22, pp. 20 – 45. 1990.

LEÃO, Joaquim de Souza. Dois Engenhos Pernambucanos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*. Rio de Janeiro: N.13, pp.225-239. 1956.

LEITE, Serafim. **Historia da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, V. I a X. 1938.

LEMOES, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 115. 1985.

LIMA, T. A. Cerâmica Indígena Brasileira. In: *Suma Etnológica Brasileira, v. 2, (Tecnologia Indígena)*. Ed. Petrópolis: Vozes-FINEP, pp. 173-229. 1987.

MAPA ETNO-HISTÓRICO DO BRASIL E REGIÕES ADJACENTES. Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. IBGE/PRÓ-MEMÓRIA, Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estado. Rio de Janeiro, 1987.

MARTIN, Gabriela; OLIVEIRA, Cláudia; SILVA, Jacionira C.; VIANA, Verônica; MEDEIROS, Elisabeth; CISNEIROS, Daniela. Arqueologia de Salvamento na Praia de Sabiaguaba, Fortaleza – CE. In: *Clio – Série Arqueológica*. Recife: Editora da UFPE, N. 16, pp. 149 – 165.

MEGGERS, B. J. **A América Pré-histórica**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 242. 1979.

MEGGERS, Betty J. **Evolución e Difusión Cultural**. Barcelona: 256. Ediciones Abya-yala. 1998.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 218. 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos: Nobres Contra Mascates em Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, p. 530. 1995.

MELO NETO, José A. G. **Dois Relatórios Holandeses**. São Paulo: Coleção Revista de História, p. 84. 1977.

METRAUX, A. **La Civilization Matérielle des Tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librairie Orientalista Paul Gauthnier, p. 314. 1928.

MONTEIRO, John M. Armas e Armadilhas: História e Resistência dos Índios. In: **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, pp. 237 - 249. 1999.

MONTEIRO, J. O Escravo Índio, Esse Desconhecido. In DONISETE, Luís; GRUPIONI, Benzi. **Índios no Brasil**. São Paulo: Editora Global. 2000.

OLIVEIRA, Cláudia A. Os Grupos Pré-históricos Ceramistas no Nordeste. In: ALMEIDA, L. S.; GALINDO, Marcos. (ed.). *Revista da UFAL, Série: Índios do Nordeste: Temas e problemas 3*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) , pp. 199-228. 2002.

OLIVEIRA, João P (org.). **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria Ltda, p. 352. 1999.

PATRIMÔNIO Arqueológico. (Mesa-redonda). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: n.22, pp.193-205. 1987.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material In: LE GOFF, Jacques (dir.) **A História Nova**. São Paulo: Editora Martins Fontes, pp. 115-227. 1990.

PIO, Fernando, 1906-. Cinco Documentos para a História dos Engenhos de Pernambuco. Recife: *Revista do Museu do Açúcar*, p. 63. 1969.

PORTO, José da Costa. **Os Tempos de Duarte Coelho**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, p. 149. 1978.

QUIRINO, Tarcízio do R. **Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI**. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, p. 92. 1966.

RENFREW, Colin e BAHN, Paul. **Arqueologia: Teorias, Métodos e Prática**. Madri: Editora Akal, p. 518. 1998.

REZENDE, Cyro. **História Econômica Geral**. São Paulo: Editora Manuais Contexto, p. 416. 2000

ROSARIO, Aldagisa Maria Vieira do. **O Brasil Filipino no Período Holandês**. São Paulo: Editora Moderna, p. 217. 1980.

SACKETT, James R. **The Meaning of Style in Archaeology: a General Model**. In: *American Antiquity*. V. 3, n. 42, pp. 369 - 380. 1977.

SANTOS, Claristella Santos. Mobilidade Espaço-Temporal da Tradição Tupiguarani: Considerações Lingüísticas e Arqueológicas. In: *Clio – Série Arqueológica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, N. 8, pp. 89 – 130. 1992.

SHEPPARD, Anna O. **Ceramics for the Archaeologist**. Washington D. C.: Carnegie Institution of Washington, p. 315. 1961.

SILVA, Genny Costa e. **Índices: Onomástico e de Assuntos dos Anais Pernambucanos**. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco / FUNDARPE, p. 518. 1987.

SILVA, Kalina Vanderlei. O Segundo Período Português: A Construção de Pernambuco Enquanto Capitania régia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 408, pp. 21-590. 2000.

SILVA, Kalina V. P. da. Da Vilíssima Canalha – Uma Reflexão Histórica Sobre o Imaginário Colonial Acerca dos Soldados da Coroa Portuguesa na Área do Açúcar. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, N. 19, pp. 29 – 43. 2001.

SIMONSEN, Robert. **História Econômica do Brasil**. *Coleção Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 374. 1938.

TAUNAY, Affonso de E. **Visitantes do Brasil Colonial – séculos XVI-XVII**. *Coleção Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 255. 1938.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil do Período Colonial. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Rio de Janeiro: N.17,pp.27-126. 1969.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a Questão do Outro**. São Paulo: Editora Martins Fontes, p. 324. 1999.

VOLPATO, Luiza. **Entradas e Bandeiras**. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editora Global, p. 118. 1997.

Anexos

Anexo 1

Relatório das análises laboratoriais realizadas no material arqueológico do Sítio Arqueológico do Campo, Paulista – PE. Referente ao período janeiro a maio de 2004.¹

Cerâmica Colonial

Redação: Prof^a. Daniela Cisneiros²

Análise: Áurea Conceição Pereira Tavares³

Carlos Roberto da Costa Santos⁴

A análise da cerâmica colonial evidenciada e coletada no Sítio do Campo, tem por objetivo dar uma cronologia relativa para a área.

As análises desse material foram realizadas por Áurea Tavares e Carlos Costa, ambos mestrandos da Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

O estabelecimento de parâmetros no estudo de qualquer espécie de material é um dos primeiros momentos da pesquisa. Logo, faz-se necessário o ordenamento e organização das informações dentro das quais os materiais serão analisados.

Orientados pelo modelo de análise da faiança portuguesa, estabelecido por Brancante (1981)⁵ e Albuquerque (1991)⁶, cujas bases de classificação são principalmente forma e decoração, foram esses princípios adotados na metodologia, no início dos trabalhos.

A partir dos critérios estabelecidos foi criada uma ficha de identificação, na qual o material foi separado e classificado.

¹ Constam apenas os segmentos referentes à análise dos materiais arqueológicos que não foram abordados no presente trabalho.

² Prof^a. da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) e aluna de Doutorado da Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da UFPE.

³ Aluna de Mestrado da Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da UFPE.

⁴ Aluno de Mestrado da Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da UFPE.

⁵ BRANCANTE, Eldino da Fonseca. **O Brasil e a Cerâmica Antiga**. São Paulo: Cia. Lithographica, 1981.

⁶ ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza. **A Faiança Portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN**. Recife: UFPE, 1991 (dissertação de mestrado).



Figura 01: tipo de decoração nos fragmentos de louça.

Foi seleccionado para análise um total de 136 fragmentos de cerâmica colonial. Esse material estava bastante fragmentado. Foi possível, porém identificar as partes das peças, que podem ser observadas melhor no gráfico abaixo. Pelas partes identificadas foi possível levantar formas que indicam basicamente se tratar de dois tipos de objetos pratos e tigelas, o que indica uma unidade doméstica no local.

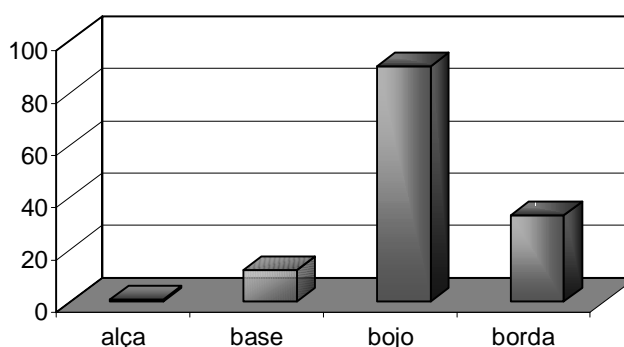


Gráfico 01: Partes da louça colonial do Sítio do Campo.

Quanto à tecnologia, a amostra analisada apresentou duas categorias: porcelana e cerâmica portuguesa. No gráfico abaixo pode ser observada a porcentagem dos fragmentos classificados.

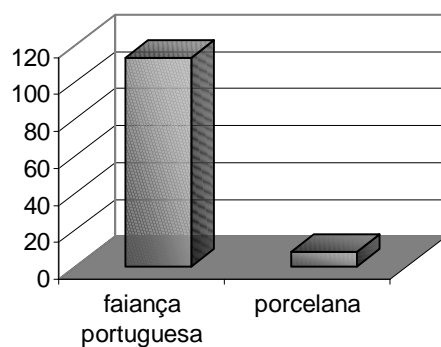


Gráfico 02: Tecnologia da cerâmica colonial do Sítio do Campo

A decoração da faiança portuguesa é o fator mais importante para a identificação da cronologia . Até o momento foi possível identificar que, quanto ao motivo decorativo, as peças evidenciadas no sítio do campo pertencem aos séculos XVII e XVIII.



Figura 02: detalhe da decoração da louça portuguesa coletada no sítio do Campo



Figura 03: detalhe da decoração da louça portuguesa coletada no sítio do Campo

Podemos observar no gráfico abaixo, os tipos de decoração apresentada, nas peças analisadas.

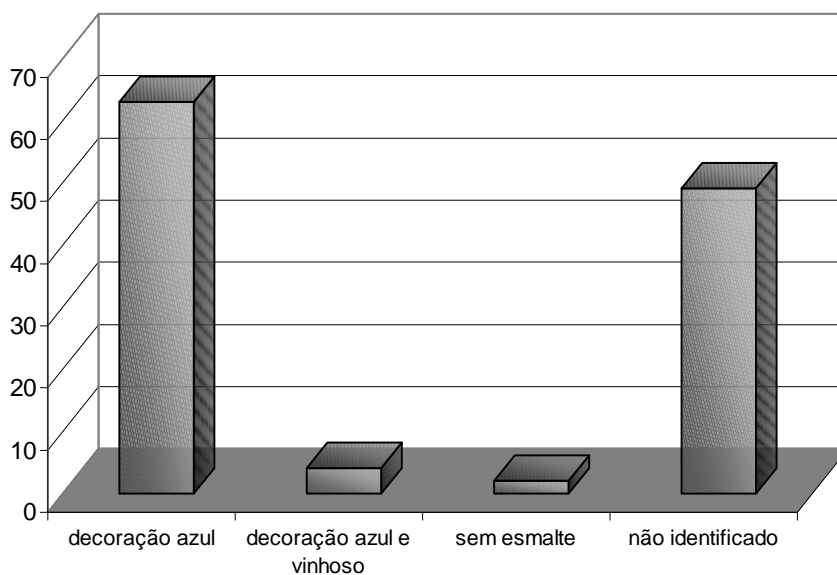


Gráfico 03: Tipo de decoração na louça portuguesa do sítio do Campo

A análise do material ainda não revela dados conclusivos, as análises quanto aos motivos decorativos e a reconstituição de algumas peças podem vir a revelar informações mais precisas quanto à cronologia e grupo social que utilizava este tipo de artefato.

Material Ósseo

Prof. Dr. Albérico Nogueira de Queiroz⁷

Gleyce da Conceição Lopes dos Santos⁸

O material faunístico foi encaminhado ao Laboratório de Arqueologia da UNICAP, para ser identificado e analisado pelo Prof. Dr. Albérico Nogueira de Queiroz (Coordenador do Laboratório e Museu de Arqueologia do Depto. de Biologia/CCT-UNICAP) e pela bióloga Gleyce da Conceição Lopes dos Santos.

O material coletado na Área II, é composto em sua maioria de ossos longos e dentes, dos quais 05 identificáveis, 02 (molares) de caprinos e 03 (pré-molares) de bovídeos. Grande parte dos elementos apresenta forte fragmentação, os quais estão quebradiços (friáveis).

Nota-se na superfície óssea a descamação integral do periósteo, de forma lenta e gradual, em toda a extensão do elemento, em todas as peças, devido à prolongada exposição em solo úmido. Também se observa incrustação de sedimento, de cor escura, por toda a superfície cortical e medular dos ossos, dificultando a observação de características diagnósticas para a identificação mais precisa dos elementos.

A fragmentação é intensa e irregular em todos os ângulos, muitas das quais são recentes, possivelmente adquiridas no momento da escavação, o que impede uma análise mais profunda do ponto de vista morfológico. As fraturas existentes nessa amostra parecem ser de origem natural, provocadas pelo pisoteio e/ou concreção do solo, pois não há sinais evidentes de atuação antrópica através de observação macroscópica. Sugere-se estudo em estereomicroscópio para possível elucidação do problema.

Ainda compõem a amostra um elemento ósseo indeterminado, um fragmento de concha de molusco gastrópode e um fragmento de elemento indeterminado, possivelmente de origem vegetal (a conferir).

⁷ Coordenador do Laboratório e Museu de Arqueologia do Depto. de Biologia/CCT-UNICAP

⁸ Aluna de Mestrado da Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da UFPE.



Figura 04: vestígios faunístico do sítio do Campo

Material Lítico

Prof^a. Daniela Cisneiros

O material lítico analisado corresponde as três campanhas realizadas no sítio do Campo, nas quais foi coletado um total de 239 peças provenientes da Área I.

Assim como o material cerâmico, o material lítico foi evidenciado na superfície da Área I, sobretudo na mancha 1. Na mancha 2 a maioria seguia a declividade do terreno não formando concentração definida. A maior parte do material lítico estava concentrada na Área I e foi coletado apenas para amostragem ainda na primeira campanha. Como a Área foi destruída com a terraplanagem constatada na segunda campanha o material lítico mais significativo para a compreensão dos grupos pré-históricos ou indígenas que habitavam esta área foi parcialmente perdido.

Para primeira etapa deste trabalho que consiste em segregar, entre o material coletado, os espécimes provenientes de ações humanas e àqueles de ação natural foram utilizados os critérios adotados por Tixier (1995)⁹. Este autor parte do pressuposto que a natureza é capaz de produzir peças lascadas similares àquelas produzidas pelo homem na sua morfologia, mas diferentes quanto aos estigmas e distribuição dos lascamentos.

Como base de partida para identificação do material construímos uma ficha de análise, concebida de modo a registrar a totalidade dos dados de nosso interesse.

Através da criação de uma ficha estabelecemos alguns limites e critérios referentes à análise inicial. Priorizamos apenas os elementos que iríamos trabalhar inicialmente, embora

⁹ TIXIER, J. *Technologie de la Pierre taillée*. Paris: CREP. 1995

foram analisados também alguns dados como (estrutura do suporte, estado da superfície, córtex, tipo de talão, sinais de desgaste e dimensões da peça) que só poderemos utilizar esses dados em um contexto mais amplo, quando seguirmos com as análises mais específicas em relação ao conjunto do material do sítio do Campo.

Para efeito deste relatório, trabalhamos com os seguintes dados:

- Dados referentes à identificação e localização da peça no contexto arqueológico (setor, quadrícula, nível);
- Análise do material evidenciado: tipo de ação, matéria-prima, grupo, classe.

Os grupos pré-históricos e indígenas trabalharam uma grande variedade de rochas e minerais para fabricarem seus instrumentos.

O homem pré-histórico lascava as matérias-primas que estavam a sua disposição, as testava, as selecionava e as escolhia conforme sua aptidão ao lascamento, sua abundância e sua forma. (Tixier, 1995:21)¹⁰.

Sem entrar nas considerações mais específicas da mineralogia, podemos considerar três tipos de rochas e um mineral como os mais utilizados pelos grupos indígenas para a manufatura de seu instrumental, são elas: sílex, arenitos, siltitos (Rochas de origem sedimentar), quartzitos (Rochas metamórficas), granito (Rochas ígneas) e quartzo em suas diversas formas: quartzo hialino e quartzo leitoso (mineral de origem hidrotermal, cristalizado a altas temperaturas).

O acesso de matéria-prima nas proximidades do sítio é grande, a notar pelo próprio transporte dessas realizado pelo rio, embora observamos que é uma matéria-prima pouco variada, com a predominância, sobretudo de sílex e quartzo, como podemos observar no gráfico abaixo. Dentro da classificação da arqueologia experimental, o sílex constitui um material de bom lascamento, que permite retoques muito apurados.

Leitura tecnológica

Para qualquer tentativa de caracterização tecnológica do material lítico do sítio do Campo, há de se considerar, antes, a pouca quantidade de material intencionalmente lascado. Para uma leitura tecnológica, segundo Tixier, faz-se necessário à compreensão e reconstrução

¹⁰ TIXIER, *op. cit.*

das cadeias operatórias, processo que vai desde a aquisição da matéria-prima até o descarte final do instrumento utilizado.

Para tanto seria necessário ter em mão coleções quantitativamente valiosa, que permitam, ao serem objeto de descrições estatísticas, de remontagens e controle através de experimentações de lascamento, identificar dados repetitivos referentes a técnicas, gestos e métodos que caracterizem padrões recorrentes de comportamento tecnológicos (Fogaça, 1987)¹¹.

Pelo volume de material analisado que apresenta indícios de ação humana este objetivo é intangível. Tal estudo ficaria inutilmente restrito a descrições detalhadas de cada peça, que implicaria em gastos, sem que os dados obtidos tivessem significância estatística.

Assim o estudo do material foi direcionado para a compreensão geral do sítio e do que representava aquele material em relação às outras categorias de material recuperado e a caracterização do sítio.

O material analisado é constituído por 239 peças, 178 encontram-se em sua forma natural, como podemos observar no gráfico abaixo. Algumas, porém não foram possível realizar inferências sobre o tipo de ação devido a dificuldade de observar traços antrópicos no tipo de matéria-prima.

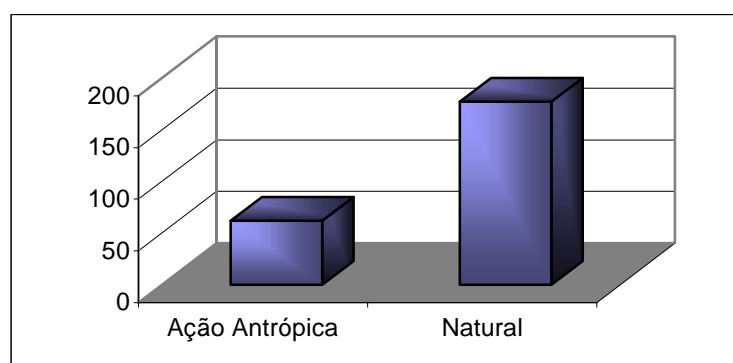


Gráfico 04: Tipo de ação sobre a peça

Outra problemática encontrada para essa análise é o fato de não termos para essa área descrições de ocorrências de sítio líticos. Estudos realizados em material da faixa litorânea

¹¹ FOGAÇA, E. **Análise preliminar de algumas indústrias líticas lascadas recuperadas em Xingó**. Cadernos de Arqueologia. Aracaju: UFS/CHESF – PETROBRÁS/ DAX, Documento 03, 1997, 40p.

têm apresentado dados ainda não conclusivos sobre a tipologia das peças e a utilização de matéria-prima.

Com efeito, um objeto lítico dentro de uma perspectiva de estudo tecnológico possui elementos interdependentes. A leitura tecnológica está intimamente ligada à matéria-prima, faz-se necessário assim um conhecimento do documento de base (matéria-prima).

A matéria-prima predominante no sítio é o sílex, seguidos do quartzo como podemos observar no gráfico abaixo:

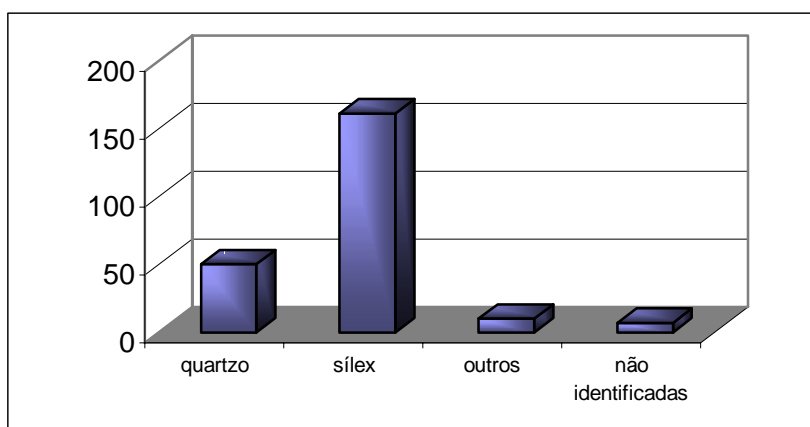


Gráfico 05: Predominância da matéria-prima do Material lítico do sítio do Campo.

As peças trabalhadas foram classificadas, primeiramente quanto ao grupo ao qual pertenciam, que consistia nas seguintes categorias: lascamento, lascamento e retoque, moagem, polimento, polimento e lascamento, picoteamento e polimento, picoteamento e lascamento. As peças do sítio do campo pertencem em sua maioria ao grupo de peças lascadas e uma pequena porcentagem ao de peças polidas.

As peças lascadas foram separadas a partir da primeira fase de lascamento, em seixos lascados, núcleos, lascas, fragmentos e estilhas. Entraram aqui também como categoria à parte as peças trabalhadas com retoques e as peças utilizadas com lascamento natural.

Seixos¹² lascados

Os seixos lascados em sua maioria correspondem a quartzo, sendo obtidos através da percussão direta.

Núcleos

Os núcleos são blocos de matéria-prima, preparado para que dele se possa tirar uma ou uma série de lascas.

Observamos no material do sítio do Campo, uma pequena quantidade de núcleos de sílex. A maior parte deles está completamente esgotado.

As cicatrizes de lascamento dos núcleos fazem supor uma escolha e preparação dos planos de percussão, o que descaracteriza uma pré-determinação no lascamento.

Lascas

Lascas são fragmentos de rocha, debitados por uma percussão aplicada em um posto determinado do núcleo.

Entre todas as peças encontradas foi observada uma presença maior de lascas. As matérias-primas predominantes são: sílex e quartzo.

As lascas retocadas¹³ figuram escassamente nesta amostragem. Estas possuem em sua maioria um talão não preparado e foram observados retoques majoritariamente diretos e monofacial, realizado por percussão direta na face distal.



Figura 05: lascas retocadas

¹² São fragmentos há muito desprendidos da rocha mãe, com as arestas desgastadas, formas arredondadas e de superfície constituída por um córtex de espessura variável.

¹³ O retoque é o acabamento do gume do artefato. Para fazê-lo mais regular ou mais fino, pode se feito por percussão ou pressão (com compressor passivo ou ativo.).

Fragmentos

Os fragmentos são formas de lascamentos que apresentam traços de lascamento, porém não é possível identificar sua forma ou tipologia. Observamos no sítio do Campo, como se apresenta no gráfico 7 um percentual maior de fragmentos. Foi possível observar em alguns desses fragmentos à fratura ocasionada por fogo.

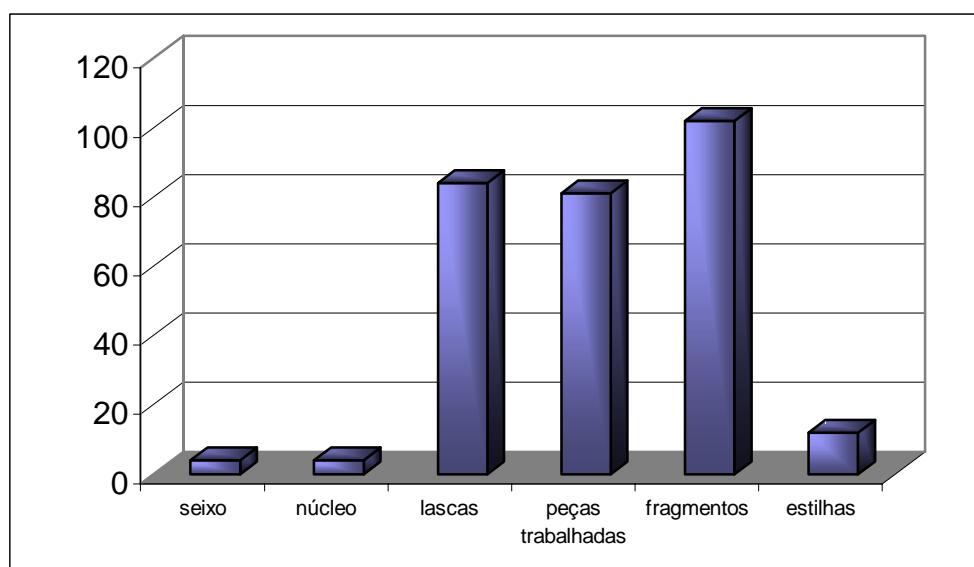


Gráfico 06: Distribuição do material lítico em Classes

Estilha

Estilhas, são lascas muito pequenas, onde não se observa nem trabalho secundário, nem utilização de forma que foram abandonadas após a fabricação de um artefato sobre lascas. Estas foram encontradas em percentual muito baixo, como podemos observar no gráfico acima. Estas estilhas, em sua maioria são de sílex.

Algumas peças trabalhadas também foram identificadas no sítio do campo, tais como raspadores e furadores.



Figura 06: raspador em sílex

Existe pouca presença de peças polidas, entre elas foram encontrados moedores e batedores.



Figura 07: machado polido

Através da análise preliminar realizada no material lítico, evidenciado e coletado nas três campanhas do sítio do Campo, podemos dizer que o perfil da amostra estudada consiste em objetos lascados destinados a cortar e perfurar, esses objetos são de pequena dimensão em geral não ultrapassam 3 cm (gráfico 08), o que nos permite inferir que possivelmente eram produzidos para serem introduzidos em um suporte, para a partir daí se ter um instrumento.

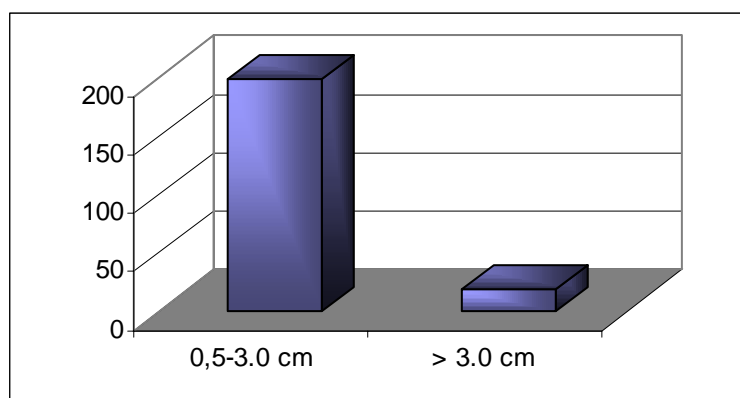


Gráfico 07: dimensão das peças líticas do sítio do Campo



Figura 08: lascas do sítio do Campo

Material Férreo

Fábio Mafra Borges¹⁴
Prof^a. Daniela Cisneiros

O material férreo coletado no sítio do campo foi evidenciado na Área II. Esse material encontra-se em estágio bastante avançado de oxidação. Numa análise primeira, observamos um puxador e alguns pregos. Outras análises, porém, ainda serão realizadas por especialistas para que possamos dar a designação tipologia correta destes e sua utilização.



Figura 09: material férreo evidenciado no sítio do Campo.

¹⁴Aluno de Mestrado da Pós-graduação em Arqueologia e Conservação de Patrimônio da UFPE.

Outros vestígios

Fábio Mafra Borges
Prof^a. Daniela Cisneiros

Outros tipos de vestígios arqueológicos foram evidenciados e coletados no sítio do campo, mas suas análises ainda estão no início. Vestígios como Cachimbos, e alguns materiais ainda não identificados foram encontrados na área II, próximos às estruturas da construção.



Figura 10: Tijolo coletado no sítio do Campo



Figura 11: material ainda não identificado



Figura 12: Cachimbos (piteira) com decoração.



Figura 13: Cerâmica restaurada da Área I

Pesquisa Documental

Prof^a. Daniela Cisneiros

Lucileide Lima Tavares¹⁵

Para o período pré-histórico anterior ao contacto, era necessário conhecer a situação das aldeias indígenas, citadas nos documentos, mas nunca pesquisadas desde o ponto de vista arqueológico.

Com o objetivo de identificar as áreas dos assentamentos indígenas e se eles foram abandonados depois da ocupação portuguesa ou conviveram com os novos ocupantes, como aconteceu na feitoria de Cristovão Jacques, em Itamaracá (Albuquerque, 1984), iniciamos um levantamento documental da área compreendida entre Igarassu e Olinda que é uma das regiões onde se deram os primeiros contatos euro-indígenas.

Na época desses primeiros contactos, nos começos do século XVI, ainda não tinham sido estabelecidas as normas nem a legislação que depois seria fixada pela Administração colonial e pela Igreja.

Nesse primeiro ano do Projeto foi realizado um levantamento documental de fontes primárias no Acervo da Divisão de Pesquisa Histórica, do Departamento de História da UFPE, que compreende o Acervo Histórico do Arquivo Ultramarino de Lisboa.

Abaixo segue a relação dos documentos identificados como essenciais à proposta do Projeto:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA.

ACERVO DA DIVISÃO DE PESQUISA HISTÓRICA, DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, UFPE.

TEMA: Engenho / Mestre de Campo Manoel Álvares Moraes de Navarro, séculos XVII e XVIII.

CATÁLOGO N° 01

- Carta Régia

Lisboa, 10-04-1607.

¹⁵ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

Carta do Rei ao Bispo Vice-rei sobre os furtos que os escravos dos engenhos fazem nos gados e frutos da terra.

B. A., Códice 51-VIII-48, fl. 139/139v.

- 2. Papéis avulsos

Paraíba, 06-03-1616.

Carta de João Rabello de Lima ao Rei acerca da lavra dos engenhos e de Duarte Gomes da Silveira. E o anexo “Treslado do auto”.

A. H. U., Paraíba, Caixa 1, p. a .

- Consulta do Conselho da Fazenda

Lisboa, 13-05-1620.

Sobre Antonio Barreiro acerca de um engenho que se oferece para fazer no Maranhão.

A. H. U. Códice 32, fl. 58v/60.

- Chancelaria Felipe II

Lisboa, 30-7-1621.

Sobre os engenhos S. Felipe e S. Tiago, de Pernambuco.

T.T. I. 38, fl. 205v/206.

- Chancelaria de Felipe II

Madri, 07-06-1629.

Alvará de liberdade aos donos dos engenhos.

T.T. L. 23, fl. 121v.

- Consultas mistas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 21-5-1644.

Sobre o papel que deu João Rabello de Lima acerca dos meios com que se podem atalhar os descaminhos que se fazem nas alfândegas desde Reino e do Brasil, com liberdade dos lavradores e senhores de engenho.

A. H. U. Códice 13, fl. 81/82v.

CATÁLOGO N° 02

- Consultas de todos as Conquistas e do Serviço de parte

Lisboa, 03-08-1649.

Carta do Mestre de Campo João Fernandes Vieira sobre os engenhos que tem em Pernambuco e de que o querem desapossar.

A. H. U. Códice 278, fl. 264/264v.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 03-08-1649.

O mestre de Campo João Fernandes Vieira pede que não seja desapossado dos engenhos de que está de posse na capitania de Pernambuco, sem primeiro ser ouvido de seu direito ordinário.

A. H. U. Pernambuco, Caixa 3-A, p. a.

- Registro de Provisão do Conselho Ultramarino

Lisboa, 23-08-1649.

Sobre se atenderão pedido do João Fernandes Vieira e determinar a todos os governadores do Brasil não seja ele desapossado dos engenhos de que está de posse sem ser ouvido de sua justiça ordinariamente.

A. H. U. Códice 92, fl. 134v/ 135.

- Registro Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 20-10-1650.

Sobre determinar-se que Gaspar Dias Ferreira não seja desapossado de 2 engenhos que tem em Pernambuco, sem ser ouvido.

A. H. U., Códice 92, fl. 157.

- Livro de Cartas

Lisboa, 17-03-1651.

Carta a Francisco Barreto, mestre de Campo geral de Pernambuco, sobre o privilégio que S. Majestade concedeu a Gaspar Dias Ferreira para poder mandar vir açúcares dos seus engenhos.

A. H. U. Códice 14, fl. 299v e 300v.

- Livro de Ofícios

Lisboa, 10-9-1652.

Sobre carta patente de nomeação de Daniel Diogo, estrangeiro, de Engenho de fogos e petardeiro em Pernambuco.

A. H. U. Códice 114, fl. 349.

- Consultas Mistas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 23-6-1654.

Sobre o que escreve o mestre de Pernambuco, acerca das pretensões dos primeiros donos dos engenhos e fazendas daquelas capitanias e dos possuidores que hoje as logram.

A. H. U., Códice 15, fl. 102/103v.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 12-2-1658.

Sobre o que pede Antonio de Freitas da Silva, com relação ao engenho que acabou de levantar na Várzea.

A. H. U., Pernambuco, Caixa 4, p. a .

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 2-3-1658.

Sobre permissão a Antonio de Freitas da Silva para que possa gozar dos 10 anos de liberdade, por haver fabricado um engenho em Pernambuco.

A. H. U., Códice 92, fl. 310/310v.

- Consultas Mistas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 8-3-1658.

Sobre a composição e pretensões dos engenhos e fazendas das Capitanias de Pernambuco, com os possuidores que hoje as logram.

A. H. U., Códice 15, fl. 299v/300.

CATÁLOGO N° 03

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 20-10-1682.

Sobre a provisão que se passa acerca dos reformados e se dar cumprimento à mesma.

A. H. U., Códice 256, fl. 45.

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 15-01-1683.

Sobre se prorrogar por mais 6 anos a provisão pela qual se determina não sejam os moradores de Pernambuco executados.

A. H. U., Códice 92, fl. 323.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 23-01-1683.

Sobre o Padre Francisco Pinheiro.

A. H. U., Códice 253, fl. 46.

- Consulta Mista do Conselho Ultramarino

Lisboa, 10-1-1667.

Sobre se haver de passar provisão para os moradores do Rio de Janeiro, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba não serem executados nas fábricas de seus engenhos e lavouras de canas pelo prejuízo que disto se segue ao comércio.

A. H. U., Códice 16, fl. 219/219v.

CATÁLOGO N° 04

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 07-03-1689.

Sobre Bento de Mecêdo faria acerca do engenho que quer fazer.

A. H. U., Códice 256, fl. 88.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 14-5-1689.

Sobre a morte que deram a Tomé Gomes na campina do engenho do Peixe.

A. H. U., Códice 256, fl. 92.

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 1-6-1690.

Sobre se conceder a João Leitão de Albuquerque que se lhe não faça penhora na fábrica de seu engenho.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 14-11-1690.

Os Srs. De engenhos e lavradores de cana de Pernambuco pedem provisão perpétua para não poderem ser executados nas fábricas dos seus engenhos e partidos, nem em suas pessoas.

A. H. U., Pernambuco, Caixa 8, p. a ., Códice 50, fl. 22/24v.

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 17-11-1690.

Sobre se conceder a Manoel Tavares de Brito 10 anos de liberdade dos açúcares que se fabricar no seu engenho.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 8-1-1690.

Sobre as aldeias dos índios da capitania de Pernambuco (contém papel incluso)

A. H. U., Códice, 265, fl. 64v/65.

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 7-12-1691.

Sobre prorrogar por mais 6 anos a provisão que se passou aos senhores de engenho de Pernambuco para não serem executados nas fábricas de seus engenhos.

A. H. U., Códice 92, fl. 155v.

- Consulta de partes do Conselho Ultramarino

Lisboa, 15-12-1692.

Os oficiais da câmara da Paraíba pedem provisão por tempo de 6 anos para que os moradores daquela capitania não possam ser executados nas fábricas de seus engenhos.

A. H. U., Códice 50, 132/132v.

Paraíba, Caixa 2, p. a .

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 12-1-1694.

Sobre as vexações que experimentam os senhores de engenho com a provisão concedida.

A. H. U., Códice 256, fl. 165v/ 166.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 17/2-1694.

Sobre Manoel de Azevedo Salgueiro acerca do engenho da invocação Nossa Senhora do Rosário.

A. H. U., Códice 256, fl. 168v.

- Registro de Provisões do Conselho Ultramarino

Lisboa, 17-3-1694.

Sobre se conceder faculdades a Manuel Carvalho Portela para um engenho que inventou para pisar casca de mangue para curtimento de couros.

A. H. U., Códice 92, fl. 270v. / 271.

- Carta de Caetano de Melo de Castro a Lourenço Cavalcanti Uchoa

Recife, 16-12-1694.

Sobre avisar os Srs. De Engenho e lavradores acerca da data da partida da frota.

A. H. U., Pernambuco, Março 5, d. o.

- Requerimento da câmara de Pernambuco ao Rei

Pernambuco, 24-3-1697.

Sobre se lhe prorrogar por mais anos a provisão que se passou aos senhores de engenho e lavradores de cana para não serem executados na fábrica deles.

A. H. U., Pernambuco, Caixa 9, p. a .

- Requerimento

20-8-1697

Requerimento do Alferes Antonio Carvalho Guimarães dirigido aos senhores do Senado da Câmara sobre o engenho de sua invenção. E todos os papéis anexos.

A. H. U., Pernambuco, caixa 9, p. a .

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 20-11-1697.

Sobre o que escrevem oficiais da câmara de Serinhaem acerca de se prorrogar por mais alguns anos a Provisão que se passou aos senhores de Engenho, lavradores de canas para serem executados nas fábricas deles.

A. H. U., Códice 265, fl. 123/123v.

- Consulta de partes do Conselho Ultramarino

Lisboa, 7-11-1698.

Os senhores de engenho de Pernambuco pede se lhes conceda poderem usar das caixas em que se mete o açúcar na forma em que até agora se fazia.

A. H. U., Pernambuco, Códice 51, fl. 193, Caixa 10, p. a.

CATÁLOGO N° 05

- Carta (cópia) do mestre de campo do terço dos Paulista Manoel Alves de Moraes Navarro a D. João de Lencastro Governador e Capitão General do Estado do Brasil. Campanha do Assú, 25-8-1699.

Acerca do sucesso que teve com o gentio bravo tapuia e queixa do capitão-mor Bernardo Vieira de Mello.

A. H. U., Rio Grande do Norte, papéis avulsos, caixa 1.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 12-1-1700.

Sobre se extinguir o terço de que é mestre de campo Manoel Alves de Moraes Navarro.

A. H. U., Códice 257, f. 34v.

- Carta de Bernardo Vieira de Mello

Rio Grande, 6-6-1700.

Dá conta das exorbitantes despesas que faz com o terço dos Paulistas o seu mestre de campo Manoel Alves de Moraes Navarro. E papel anexo.

A. H. U., Rio Grande do Norte. Papéis avulsos, caixa 1.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 28-9-1700.

Sobre os senhores de engenho não serem executados nas suas fábricas em Pernambuco.

A. H. U., Códice 257, fl. 46.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 2-10-1700.

Se executarem os senhores de Engenho nas fábricas deles, e se lhes não deferir a este requerimento.

Itamaracá.

A. H. U., Códice 257, fl. 49.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 15-12-1700.

Sobre a devassa do estrago que fez Manoel Álvares de Moraes Navarro nos Tapuias da nação Paracus.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 73v.

- Registro de Provisões

Lisboa, 15-12-1700.

Sobre provisão a Diogo Soares, alemão de nação, sobre um invento de um novo tipo de fornalha para engenhos.

A. H. U., Códice 95, fl. 106v/107v.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 15-12-1700

Sobre passar ao arraial do Açú a prender o mestre de campo Manoel Álvares de Mores Navarro e tirar devassa do que ali sucedeu com os índios da nação Paracus.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 72v/73.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 17/01/1701.

Sobre o terço do mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 67.

- Registro de cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 31-1-1701.

Sobre obrigar aos senhores de engenho que devem a seus escravos o sustento necessário a um dia livre na semana.

A. H. U., Pernambuco, códice 257, fl. 68v/69.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 12-12-1701.

Sobre o pagamento de salário que venceu o ouvidor geral com seus oficiais e homens da vara na prisão que se lhe manda fazer ao mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 78v/79/79v.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 14-12-1701.

Sobre a prisão de Manoel Álvares de Moraes Navarro.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 80/80v.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 18-1-1702.

Sobre a devassa que mandou tirar o Capitão do Ceará, Francisco Gil Ribeiro das hospitalidades que o tapuia fez aos moradores daquela capitania sublevada pelo mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 22-4-1702.

Sobre o terço de Manoel Álvares de Moraes Navarro e outros particulares.

A. H. U., Pernambuco, Códice 257, fl. 109v/110v.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 2-5-1703.

Sobre se pagar os salários vencidos ao ouvidor Cristóvão Soares Reimão e a seu escrivão que foram ao Rio Grande a prender o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro.

A. H. U., Códice 257, fl. 118v.

Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 9-5-1703.

Sobre se lhes não deferir ao que pediam acerca de se obrigarem as pessoas que tivessem terras de sesmarias a fabricarem nelas engenhos.

A. H. U., Códice 257, fl. 122.

CATÁLOGO N° 08

- Registro de Cartas do conselho Ultramarino

Lisboa, 30-5-1703.

Sobre o que representa acerca dos engenhos que se fabricam em Igarassu.

A. H. U., Códice 257, fl. 127.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 06-6-1703.

Com os oito papéis inclusos de Joseph Porrata de Moais Castro, capitão e procurador do terço de que é mestre de campo – Manoel Álvares de Moraes Navarro, sobre o amparo que deu Bernardo Vieira de Mello aos índios Paiacus.

A. H. U., Códice 265, fl. 171/172.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 28-6-1703.

Sobre a falta que há na capitania de Pernambuco de negros para a cultura das lavouras e para os engenhos.

A. H. U., Códice 257, fl. 132.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 24-7-1704.

Sobre os senhores de engenho sustentarem os seus escravos do necessário.

A. H. U., Códice 257, fl. 144.

- Consulta do Conselho Ultramarino

Lisboa, 9-8-1706.

A queixa que fazem os capitães Francisco Fajardo de Barros e Manoel da Mata Coutinho de seu mestre de campo Álvares de Moraes Navarro do modo com que os trata e dos descaminhos da Fazenda Real.

A. H. U., Códice 265, fl. 189v.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 17-8-1706.

Sobre se tirar residência a Jerônimo Cavalcanti Albuquerque e Lacerda do tempo que serviu de Capitão da Capitania de Itamaracá.

A. H. U., Códice 257, fl. 176v.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 18-8-1706.

Sobre pedirem outros seis anos a graça que se concedeu aos senhores de engenho e lavradores de cana.

A. H. U., Códice 257, fl. 179.

- Registro de Cartas do Conselho Ultramarino

Lisboa, 4-9-1706.

Sobre fazer com que o mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro preencha o seu terço dos índios que puder conquistar.

A. H. U., Códice 257, fl. 186.

- Livro de Decretos

Lisboa, 17-9-1706.

Sobre a falta que há de escravos para a fábrica dos engenhos e culturas dos tabacos.

A. H. U., Códice 1, fl 35v.

- Registro de Carta Do Conselho Ultramarino

Lisboa, 18-9-1706.

Sobre fazer assistir infalivelmente ao mestre de campo Manoel Álvares de Moraes Navarro no seu arraial.

A. H. U., Códice 257, fl. 191.

CATÁLOGO DO PROJETO RESGATE “DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO”.

CD – R.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Acervo da Divisão de Pesquisa Histórica, Departamento de História, UFPE.

- Lisboa, 20 de outubro de 1645.

Parecer do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de se evitar uma nova guerra na Capitania de Pernambuco contra os holandeses, e aconselhando a retirada dos portugueses para outros lugares, destruindo os engenhos e levando os bens e escravos.

Caixa 4 / Documento 328.

- Lisboa, 3 de agosto de 1649.

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o requerimento do mestre de campo da Capitania de Pernambuco, João Fernandes Vieira, pedindo para não ser retirada a posse dos engenhos e terras que tem na mesma capitania.

Caixa 5 / Documento 384.

- Lisboa, 27 de janeiro de 1679.

Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre o requerimento de João Cavalcanti e Albuquerque, em que pede dez anos de liberdade dos direitos pagos à Coroa pelo engenho Santo Antonio, erguido na Capitania de Pernambuco com grande despesa.

Caixa 12 / Documento 1134.

- Olinda, 26 de agosto de 1734.

Carta dos oficiais da Câmara ao rei D. João, sobre a falta de escravos para os engenhos de açúcar.

Caixa 47 / Documento 4194.

- Goiana, 12 de dezembro de 1739.

Carta do Vigário Provincial do Carmo reformado de Pernambuco, Frei Paulo de Santa Teresa, ao rei D. João V, sobre ter tirado, por ordem real, os missionários, Frei André de Santa Catarina da Aldeia da Preguiça, e Frei Clemente de São Frutuoso da aldeia da Baía da Traição, por queixa que deles faz o capitão mor da Paraíba de lhes ter tirado índios do trabalho nos engenhos e negado outros ao serviço militar.

Caixa 55 / Documento 4772.

- Recife, 18 de maio de 1747.

Carta do Governador da Capitania de Pernambuco, conde dos Arcos D. Marcos José de Noronha e Brito, ao rei D. João, sobre o requerimento dos senhores dos engenhos das freguesias da mata e da Várzea, pedindo redução das aldeias de índios.

Caixa 65 / Documento 5553.

- Lisboa, 4 de dezembro de 1756.

Carta do Juiz dos feitos da Fazenda Real e Coroa, Eusébio Tavares de Siqueira, ao rei D. José I, sobre o requerimento dos moradores e senhores de engenhos da Capitania de Pernambuco, em que pedem para serem restituídos dos prejuízos que o contratador do pau Brasil fez em suas matas.

Caixa 82 / Documento 6837.